

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

SUZANE CONCEIÇÃO PANTOLFI TOSTES

**HISTÓRIA DOS TRABALHADORES DE FRIGORÍFICO EM FRANCISCO
BELTRÃO-PR (1980-2020)**

Marechal Cândido Rondon – PR

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

SUZANE CONCEIÇÃO PANTOLFI TOSTES

HISTÓRIA DOS TRABALHADORES DE FRIGORÍFICO EM FRANCISCO
BELTRÃO-PR (1980-2020)

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, nível Doutorado da Unioeste, como exigência para a obtenção do título de Doutor em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.
Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi.

Marechal Cândido Rondon – PR

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da
Unioeste.

Tostes, Suzane Conceição Pantolfi
História dos trabalhadores de frigorífico em Francisco
Beltrão-PR (1980-2020) / Suzane Conceição Pantolfi Tostes;
orientador Antônio de Pádua Bosi. -- Marechal Cândido Rondon,
2022.

191 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Trabalhadores. 2. Migração. 3. Frigorífico. 4. Bairro
Operário. I. Bosi, Antônio de Pádua, orient. II. Título.

SUZANE CONCEIÇÃO PANTOLFI TOSTES

**HISTÓRIA DOS TRABALHADORES DE FRIGORÍFICO EM FRANCISCO
BELTRÃO-PR (1980-2020)**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, nível Doutorado da Unioeste, como exigência para a obtenção do título de Doutor em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon, 20 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (Orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Profa. Dra. Adriana de Carvalho Medeiros

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Profa. Dra. Roseli Alves dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Profa. Dra. Aparecida Darc de Souza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos que ajudaram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Com especial carinho, agradeço aos meus pais Mauro e Soraia e aos meus irmãos Ralf, Mateus e Lara, pelo apoio e carinho que dedicaram à minha caminhada de estudos, compreendendo a distância e a ausência do convívio familiar. Sou muito grata a cada um deles pelo amor incondicional. Também agradeço às minhas sobrinhas Maria Eduarda e Amanda pelos momentos de descontração e pela alegria que é contagiante e que renova minhas forças.

Ao meu orientador Antônio Bosi, por esses cinco anos em que estive ao meu lado ajudando-me e acompanhando o desenvolvimento da minha pesquisa. Sou grata pelas conversas e orientações, pois tudo isso foi importante para o desdobramento da pesquisa.

Ao meu companheiro e amigo Fagner, com o qual há anos compartilho angústias, alegrias, conquistas e um projeto de vida. Sou muito grata pelo carinho, amor, ajuda e compreensão que tem dedicado a mim.

Aos amigos Antônio, Aparecida, Guilherme, Leilane e Juarez pelo carinho, acolhimento e convívio.

À banca de qualificação composta pelas professoras: Aparecida, Adriana e Roseli.

Aos trabalhadores de frigorífico da cidade de Francisco Beltrão.

RESUMO

“História dos trabalhadores de frigorífico em Francisco Beltrão-PR (1980-2020)”

Esta tese é resultado de um estudo sobre trabalhadores de frigorífico em Francisco Beltrão-PR entre os anos de 1980-2020. A partir de suas trajetórias de vida e trabalho, analisamos um contexto histórico marcado pela migração e pela formação de ocupações industriais em Francisco Beltrão nas últimas quatro décadas. Identificamos trajetórias de trabalho (antes, durante e depois) das ocupações industriais, sentidos e significados acerca das experiências vividas e compartilhadas por pessoas que ocuparam postos de trabalho em agroindústrias como a Sadia. Além disso, foi possível acompanhar a formação social de um conjunto de bairros operários conhecidos como “Cidade Norte”, situado no município de Francisco Beltrão-PR, algo relacionado às migrações, à busca por emprego, à formação de moradias, às sociabilidades, à exploração do trabalho e a aquisição de direitos sociais. Valemo-nos de entrevistas, projetos de leis, fontes jornalísticas, fotografias e bibliografia especializada, situadas no tempo e no espaço da pesquisa, para trazer à luz uma experiência social de pessoas comuns, que traduz um período histórico de mudanças e de formação do proletariado industrial em cidades do interior do Paraná.

Palavras-chave: Trabalhadores; Migração; Frigorífico; Bairro Operário e Industrialização.

ABSTRACT

“History of slaughterhouse workers in Francisco Beltrão-PR”

This thesis is the result of a study on slaughterhouse workers in Francisco Beltrão – PR between the years 1980 – 2020. From their life and work trajectories, we analyze a historical context marked by migration and the formation of industrial occupations in Francisco Beltrão in the last four decades. We identified work trajectories (before, during and after) of industrial occupations, meanings and meanings about the experiences lived and shared by people who occupied jobs in agribusinesses such as Sadia. In addition, it was possible to follow the social formation of a group of working – class neighborhoods known as “Cidade Norte”, located in the municipality of Francisco Beltrão – PR, something related to migrations, the search for employment, the formation of housing, sociability, exploitation of work and the acquisition of social rights. We make use of interviews, draft laws, journalistic sources, photographs, and specialized bibliography, located in the time and space of the research, to bring to light a social experience of common people that translates a historical period of changes and formation of the industrial proletariat in cities in the interior of Paraná.

Keywords: Workers; Migration; Fringe; Workers' Quarter and Industrialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa do território de Francisco Beltrão e a região norte da cidade.....	55
Figura 2	Primeiras Casas Operárias no Bairro Pinheirinho (1982).....	58
Figura 3	Mapa da formação dos bairros da "Cidade Norte" em Francisco Beltrão.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Os exemplos de trabalhos no campo entre 1970 e 1985.....	38
Tabela 2	Evolução da população total, urbana e rural do Sudoeste paranaense (1970-2007)	42
Tabela 3	Relação Populacional: Sudoeste e Francisco Beltrão - urbana e rural 1980 – 199	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação dos trabalhadores de frigorífico entrevistados	19
----------	--	----

LISTA DE SIGLAS

ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
AP-LER	Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos
ASSESOAR	Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural
BRF	Brasil Foods S.A
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CEF	Caixa Econômica Federal
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
GETSOP	Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
JDEB	Jornal de Beltrão
MSC	Missionários do Sagrado Coração
PIB	Produto Interno Bruto
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
RH	Recursos Humanos
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TDM	Transtorno Depressivo Maior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS (1980-2000)	24
1.1 A VIVÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO NO CAMPO PELOS TRABALHADORES RURAIS	37
1.2 “EU ME OBRIGUEI A SAIR, COMEÇOU A FICAR RUIM”: A PROLETARIZAÇÃO DE TRABALHADORES DO CAMPO	41
1.3 “TINHA POUCA OPÇÃO”: EXPERIÊNCIAS DE OCUPAÇÕES LABORAIS ANTES DO EMPREGO NO FRIGORÍFICO	54
1.4 A CONSTRUÇÃO DO FRIGORÍFICO E A “GERAÇÃO DE EMPREGOS”	56
1.5 “EU VOU EMBORA”: MIGRAÇÃO COMO EXPECTATIVA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NO FINAL DOS ANOS DE 1980	61
1.6 EMPREGOS “INFORMAL” E “FORMAL” E A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES	65
CAPÍTULO 2 - EXPECTATIVA E FRUSTRAÇÃO: ENTRE IMAGINAR E VIVER O TRABALHO NO FRIGORÍFICO DA SADIA/BRF – FOODS.....	77
2.1 AS EXPECTATIVAS INICIAIS: “E, SEMPRE COM AQUELA MENTALIDADE DE TRABALHAR UM DIA NA EMPRESA SADIA, NÉ?”	82
2.2 PROPAGANDA E EXPLORAÇÃO SOCIAL	92
2.3 “EU TENHO UM POUCO DE MÁGOA DA BRF”: O RESENTIMENTO E A FRUSTRAÇÃO COMO PRODUTO SOCIAL	101
2.3.1 “Fábrica de moer gente” – adoecimento dos trabalhadores no frigorífico.....	110
2.3.2 “Eu não me lembro, e nem quero lembrar” – Esquecimento, como consequência do adoecimento.....	120
2.3.3 “Eles me machucaram, então eles têm que paga por isso” – Ação dos Trabalhadores: Processo contra o frigorífico.....	133
CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DOS BAIRROS DA REGIÃO NORTE DE FRANCISCO BELTRÃO-PR: AÇÃO E PRESSÃO DOS TRABALHADORES NAS MELHORIAS	140
3.1 “A CIDADE NORTE É UM LOCAL QUE TEM MUITAS CULTURAS, SÃO PESSOAS DE VÁRIOS LUGARES”: A FORMAÇÃO DOS BAIRROS DA REGIÃO NORTE DA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO.....	140

3.2 OS TRABALHADORES NO JORNAL JDEB: TRANSFORMAÇÃO NA REGIÃO NORTE DE FRANCISCO BELTRÃO.....	143
3.2.1 O Programa Casa Própria – HABITABEM – resposta do poder público à demanda dos trabalhadores da região norte de Francisco Beltrão por moradia	159
3.2.2 “A gente quer progredir no bairro” – As ações dos trabalhadores/moradores na região norte para ampliação de direitos sociais.	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICES	188
ANEXOS	193

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado tem por objetivo examinar as experiências dos trabalhadores de frigorífico em Francisco Beltrão-PR entre os anos de 1980-2020 e a contribuição destes na formação dos bairros da região norte na cidade.

Em nível local, as pesquisas realizadas no Sudoeste do Paraná costumam demarcar este período como “industrialização municipal” ou “modernização agrícola”, em que os elementos históricos aparecem associados ao aumento do número de maquinários no campo e ao aumento das ocupações industriais na cidade, especialmente após a inauguração do frigorífico da Sadia em 1991. Desde 2009, porém, a Sadia fundiu-se com a Perdigão e passou a chamar-se BRF Brasil Foods S.A., ampliando a capacidade produtiva da planta e aumentando a intensificação e precarização do trabalho em setores industriais, tais como os frigoríficos (BOSI, 2009).

Acerca do tema, áreas como a Economia, Geografia e História têm se debruçado sobre a formação das cadeias produtivas e o papel dos trabalhadores rurais integrados na engorda das aves e nas ocupações industriais. Um dos elementos destacados pelos autores das referidas áreas é a mudança no modo de produzir envolvendo pressões sociais advindas de inovações tecnológicas sobre as ocupações rurais e destituição de modos de vida.

Cada vez mais voltado à monocultura e a produção em larga escala de proteína animal, o agronegócio produz uma tendência à concentração de terras e ao monopólio de produção de carnes paralelamente ao processo migratório de trabalhadores rurais para diferentes regiões. Essa migração de uma parte dos trabalhadores rurais aconteceu por eles não conseguirem se enquadrar às demandas de produção em larga escala, já que tinham pequenas propriedades e não possuíam recursos para isso. Paralelamente a esse processo de migração rural também acontecia o desenvolvimento da industrialização da região Sudoeste, pautada nas condições que esta proporcionava, como: trabalhadores rurais com condições de viverem associados aos frigoríficos, trabalhadores urbanos ociosos que tinham experiência com tarefas de corte de carne de animais (FLORES, 2009; MONDARDO, 2009; SANTOS, 2008).

Os citados trabalhos acadêmicos trazem discussões pertinentes sobre as consequências do redirecionamento do capital, tanto no campo, como na cidade. Estes, serviram-nos como referências para atalhar caminhos de pesquisa suficientes para dedicar atenção especial a novas fontes e aos sujeitos históricos, suas ações, experiências, sentidos e significados, ou seja, suas histórias e memórias ao longo do recorte temporal da pesquisa.

Ainda que a bibliografia ofereça importante material para a discussão historiográfica, a qual nos valem no processo de investigação das fontes e do trabalho de redação, há um espaço que buscamos fortalecer com essa tese: as impressões que os trabalhadores produzem sobre suas experiências de deslocamento, sobre as expectativas que projetaram acerca da inserção no mercado de trabalho e a formação de seus espaços sociais. Essa abordagem busca qualificar o processo histórico de constituição das cidades do interior do Paraná ao abordar a formação dos lugares como uma formação social, como consequência de ações institucionais, mas, sobretudo, como uma relação histórica composta por sujeitos que viveram, trabalharam e em alguns momentos pressionaram a mudança de postura das classes dirigentes. A essa relação histórica e social identificamos como parte de um processo de ocupação de trabalhadores rurais aderindo aos espaços urbanos e expandindo para tais lugares direitos relacionados ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia e ao lazer em momento histórico de definição da constituição de 1988.

Por outro lado, esse momento histórico também foi vivido como expropriação e exploração da condição proletária de filhos de trabalhadores rurais que passaram a ser pressionados pelas transformações técnicas e pela formação das cadeias produtivas locais. Nesse sentido, quanto mais essas pessoas se aproximavam da cidade, formando novos espaços e alcançando direitos sociais, tanto mais se afastavam de condições tradicionais de trabalho e de modo de vida. Com isso, buscamos avaliar, entre perdas e conquistas, o significado histórico dessa ambivalência para o período, ao retratar a história dos trabalhadores naquilo que pudessem nos oferecer como fonte para construir o que estamos chamando de “História dos trabalhadores de frigoríficos”.

Trabalhar com essa ambivalência foi um desafio nessa pesquisa. Por isso, nos associamos às abordagens teórico-metodológicas da historiografia marxista britânica, a qual busca estudar uma história “vista de baixo”, onde as pessoas são formadas, mas também se formam enquanto classe social (sob condições determinadas que buscaremos também abordar) em suas vidas, suas sociabilidades, reconhecem problemas, injustiças e aderem às lutas de seu tempo histórico.

Teoricamente, tomamos a noção de experiência de E.P Thompson (2009) para nos referirmos a como os trabalhadores entendem e lidam com as dinâmicas econômicas, mudanças sociais, inversões demográficas de campo e cidade, desemprego, precarização do trabalho, a exploração econômica, com os direitos sociais, ou seja, tudo aquilo que lhes confere valor e que serve de material histórico para abordar suas histórias e memórias entre 1980 e 2020. Nesse sentido, como perguntas-problema nos questionamos o seguinte: i) quem

eram os trabalhadores; ii) quem são os trabalhadores e iii) quem eles buscam ser? Por ordem, essas perguntas tiveram o interesse de averiguar o processo histórico numa relação presente-passado-expectativa de futuro, naquilo que pudesse nos oferecer como material para reconstituir a história social dessas pessoas. O que encontramos, presente nas trajetórias, nas memórias e seus silenciamentos, comparamos ao contexto histórico e às pesquisas produzidas.

Os problemas levantados constituíram-se ao longo do tempo da minha trajetória como estudante das relações de poder e sobre o universo do trabalho e dos trabalhadores, me estimulando a aprofundar tais análises. Em 2009 defendi um trabalho de Conclusão de Curso sobre o período de formação da Constituinte (1986-1988). Aquele trabalho teve por objetivo entender qual foi o impacto social da elaboração de leis que garantiam direitos sociais. Embora a pergunta fosse simples e de certa forma retórica: a Constituição de 1988 foi um ganho ou uma perda para os trabalhadores? Ela foi suficientemente importante para colocar em debate a luta de classes, componente fundamental para o fim da Ditadura Militar-empresarial. A Constituição “cidadã” representava assim um marco histórico para a década de 1980. Ela apresentava direitos sociais e uma atmosfera otimista de redemocratização, colocava-se contra o autoritarismo de um Estado ditatorial que perdurou por quase três décadas.

Contudo, uma questão havia ficado pendente naquele trabalho inicial: quais eram as entidades de classe que estiveram presentes na construção da Constituição entre os anos de 1985 e 1989? Com essa pergunta iniciei um trabalho de Mestrado no ano de 2010, concluído em 2012. Como objeto de pesquisa elegi a “Revista Veja”. Tratava-se de meio indireto para acessar valores da classe dominante e suas tentativas de criar consenso num momento marcado pela tensão da ruptura histórica. Como aparelho privado de hegemonia, a revista retratava “vozes autorizadas”. Algumas delas eram de “líderes sindicais” como Lula. Percebi que, devido à pressão social do período, contraditoriamente, o veículo de comunicação forçou-se a registrar a ação de entidades dos trabalhadores vinculados a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT) o que era particularmente estranho para um grupo que havia apoiado a Ditadura Militar anos antes. Uma única coisa podia explicar a mudança de postura: a pressão dos trabalhadores na base e a organização de classe no geral.

Contudo, quase que invariavelmente, este período histórico, quando avaliado de cima para baixo, se encerra com a “conquista da Constituição de 88”, contexto que chamamos genericamente de “redemocratização”. Sabe-se, contudo, que a efetivação dos direitos sociais

prevista pela Carta Magna se prolongou e até os dias atuais é objeto de disputa política e social. Quando examinava os materiais levantados, no momento de triagem das fontes para aquele trabalho, pude identificar que a consolidação dos direitos foi algo quase sempre negado aos trabalhadores e que suas ações cotidianas contribuíram para a extensão dos direitos trabalhistas e sociais na cidade, contrapondo a ideia de que os direitos sociais foram concedidos por boas intenções institucionais.

As instituições eram pautadas por uma agitação social, a qual os trabalhadores, suas organizações de base e experiências não passaram ao largo do processo, tanto no que diz respeito ao rompimento com a Ditadura, como a mudança de postura das classes dirigentes, tanto para a formalização da Constituição, como nas disputas que vieram depois dela. Esse ponto conseguimos desenvolver melhor quando trabalhamos as experiências de pessoas comuns no processo de formação da cadeia avícola em Francisco Beltrão-PR. Contudo, diferente dos trabalhadores industriais dos grandes centros, que se organizavam em Comissões de fábrica, em movimentos de “custo de vida” ou associação de bairros, os trabalhadores rurais do interior do Paraná se ocupavam com tarefas vinculadas à policultura e a pecuária, onde “tudo que produzia não valia nada”. Para alguns deles, ir para cidade era promessa de reconstrução de suas vidas.

No entanto, o vivido foi o oposto das promessas de emprego e de extensão de direitos sociais, de modo que a informalidade no trabalho aumentou nos anos de 1990 e de maneira geral, articulava-se com a formação das cadeias produtivas, seja para baratear o custo da força de trabalho na constituição de “cooperativas de frentes de trabalho” pago por diárias ou na construção de casas por meio dos mutirões.

Por outro lado, para os trabalhadores, o esforço empreendido define o lugar onde vivem, se organizam para o trabalho e desenvolvem seus afetos. Sentem orgulho da moradia, da preservação de hábitos e costumes herdados do passado e dos laços familiares, embora avaliem com desconfiança as constantes reorganizações do trabalho e exploração da fábrica, onde parece “uma fábrica de aleijados”.

Podemos avaliar esse momento histórico de duas maneiras diferentes. A primeira é de “cima para baixo”, onde as Instituições, o Estado e suas leis fazem a História e a segunda, de “baixo para cima”, onde as pessoas são formadas, mas também formam a História. Partindo da segunda alternativa, busquei instrumentos no campo da História Social para registrar a História dos trabalhadores de frigorífico em Francisco Beltrão-PR, cujas memórias dialogam com o “período de redemocratização” quase sempre experimentada como exploração.

Foi necessário desenvolver um programa de pesquisa que avaliasse as experiências dos trabalhadores inseridas em momento histórico de mudanças econômicas e sociais. Para isso utilizei como fontes: 1) Projetos de Leis contidos na Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão-PR; 2) jornais com circulação na cidade como: Jornal de Beltrão (JdeB) e Tribuna do Sudoeste; 3) levantamento de trabalhos acadêmicos e de memorialistas; 4) questionário socioeconômico; 5) questionário sobre a experiência de trabalho no frigorífico e 6) entrevistas.

Entre os meses de dezembro de 2017 a janeiro de 2018, levantamos Projetos de Leis na Câmara de Vereadores do município de Francisco Beltrão-PR, com o objetivo de reunir cronologicamente as ações do poder público que contribuíram para o desenvolvimento da industrialização e a ampliação do espaço urbano, no que tange a região norte da cidade. A partir desse levantamento, foi possível constatar que o poder público, entre as décadas de 1980-1990, adquiriu terrenos de famílias, essas tidas como “pioneiras da cidade”.

As propriedades rurais compradas pelo poder público tinham como destino principal a doação de terrenos urbanos para as empresas se instalarem na cidade. Outro elemento observado ao fazer o levantamento dos projetos de Leis na Câmara de vereadores foi em relação à expansão da parte urbana. A partir da década de 1990, muitos bairros passaram a ser constituídos legalmente pelo poder público, devido a ocupação de trabalhadores que já residiam nesses locais. Dentre esses bairros que foram se constituindo, estão os da região norte da cidade de Francisco Beltrão, que atualmente reúnem metade da população urbana do município.

Outros espaços foram visitados com o intuito de levantar fontes. Procurei a Biblioteca Municipal de Francisco-PR, para consultar o acervo dos jornais da cidade. Em janeiro de 2019 foi realizado o levantamento de quatorze anos do jornal local, Jornal de Beltrão, entre os anos de 1989 até 2004. O recorte do levantamento procurou abordar o período de cobertura jornalística, tanto no que diz respeito à formação urbana da Cidade Norte, como da chegada de trabalhadores rurais, das constantes reivindicações, da formação da associação de moradores, do desemprego, das ocupações industriais, dos conflitos e tensões experimentados pelas pessoas do período e noticiados pelo jornal. Após esse primeiro levantamento, foram feitas mais algumas consultas ao acervo para pesquisas pontuais.

Procuramos a Biblioteca da Unioeste do Campus de Francisco Beltrão-PR para consulta de livros, trabalhos e artigos relacionados ao tema de pesquisa. Por meio dessa consulta, pudemos constatar pesquisas referentes a formação da industrialização em Francisco Beltrão-PR, bem como identificar a possibilidade de engajamento dessa pesquisa como

contribuição do campo da História Social dos trabalhadores, naquilo que pudesse ser cotejado com as produções acerca dos movimentos migratórios, sobre mecanização, modernização e industrialização e os impactos aos trabalhadores rurais do período, as lutas de resistência da agricultura familiar, dentre outros temas abordados.

Passamos cerca de 30 questionários socioeconômico no bairro Sadia¹ no ano de 2018, logo após o fechamento do abatedouro de peru e a demissão de seiscentos e cinquenta trabalhadores do frigorífico. A aplicação dos questionários foi presencial. A maioria dos moradores do bairro aceitou responder as perguntas. Esses questionários nos serviram para reunir informações sobre: i) a média salarial das famílias; ii) condições de moradia; iii) gasto com alimentação e; iv) composição familiar. Os entrevistados mostraram relação direta com a fábrica. Muitos haviam trabalhado no frigorífico, alguns continuavam trabalhando ainda. Eles conheciam alguns trabalhadores do frigorífico que haviam sido demitidos com o fechamento do abate de perus. Ou seja, os 30 questionários aplicados serviram para que pudessemos mapear e compreender quem eram os moradores do bairro Sadia. Possibilitaram também que conseguíssemos contatos de trabalhadores que pudessem conceder entrevista ou nos apresentar outros trabalhadores que estariam dispostos a conversar sobre suas trajetórias de vida.

Além dos 30 questionários passados no bairro Sadia, contei também com a participação dos alunos do 2^a ano A (turma de 2021) e do 2^a Ano Técnico de Meio Ambiente (turma de 2021) do Colégio Estadual Tancredo Neves – localizado no bairro Pinheirinho – que através de um trabalho para a disciplina de História (sobre a formação da classe operária – fazendo relação com o conteúdo da 1^a Revolução Industrial) entrevistaram, por meio de um questionário², trabalhadores e ex-trabalhadores do frigorífico em Francisco Beltrão, no mês de setembro de 2021.

Esse questionário foi montado a partir das análises feitas por meio das outras fontes (entrevistas, matérias de jornais e projetos de leis) e o andamento da construção da tese. Os questionários (35 no total), aplicados por meus alunos no ano de 2021, possibilitaram ampliar a compreensão sobre a experiência de vida de trabalhadores/moradores de outros bairros da região norte da cidade. A partir desses questionários aplicados em 2021, pudemos ratificar uma hipótese inicial que indicava que parcela significativa dos trabalhadores havia migrado para a cidade de Francisco Beltrão em busca de emprego e que um dos primeiros trabalhos

¹ O modelo do questionário, com as perguntas, utilizado está nos apêndices – APÊNDICE A.

² O modelo do questionário fornecido aos alunos para a realização do trabalho de entrevista com trabalhadores ou e-trabalhadores do frigorífico em Francisco Beltrão está nos apêndices – APÊNDICE B.

formais deles foi o frigorífico, com carteira assinada e garantias trabalhistas. Ratificamos a ideia de que as ocupações de frigorífico foram centro de referência para a migração regional ao sintetizar um quadro histórico de mecanização no campo e de formação de cadeias industriais aos arranjos produtivos locais entre os anos de 1980 e 1990.

A partir dos questionários aplicados no bairro Sadia e do contato com professores e alunos, consegui entrevistar trabalhadores do frigorífico, uma vez que quase todos eles eram pais de alunos e ex-alunos, do Colégio Estadual João Paulo II, bairro Júpiter e do Colégio Estadual Tancredo Neves – bairro Pinheirinho – região norte da cidade de Francisco Beltrão-PR. Essas entrevistas foram feitas entre os anos de 2017 e 2021, algumas delas ocorreram nas residências dos próprios trabalhadores e outras on-line (pelo Google Meet, no período da pandemia). Com dois trabalhadores (Pedro e Rita) tive a oportunidade de realizar a entrevista novamente, com isso pude extrair mais informações sobre suas trajetórias de vida e trabalho que haviam ficado relatadas de maneira vaga.

O quadro abaixo apresenta sistematicamente algumas informações sobre os trabalhadores entrevistados e que serviram como fonte oral nesta pesquisa:

Quadro 1. Relação dos trabalhadores de frigorífico entrevistados

Nome do trabalhador	Idade	Tempo de serviço no frigorífico
Adair	49 anos	23 anos
Antônio	59 anos	15 anos
Eduardo	26 anos	4 anos
Maria	48 anos	12 anos
Marta	45 anos	10 anos
Nair	52 anos	26 anos
Pedro	46 anos	23 anos
Rita	60 anos	8 anos

Fonte: Organizado pela autora a partir das informações contidas nas entrevistas realizadas (2022).

Algumas características compartilhadas entre os trabalhadores entrevistados são que todos eram residentes de bairros da região norte da cidade de Francisco Beltrão e tinham migrado do campo para a cidade; a idade gerava em torno de 45 a 50 anos. Somente Eduardo tinha menos de trinta anos e havia nascido na cidade. Todos esses trabalhadores tiveram seus nomes originais preservados, pois essa foi uma das condições para que concedessem as entrevistas. Usei pseudônimos para reportar as experiências compartilhadas por eles.

As entrevistas foram produzidas com a orientação de um roteiro pré-elaborado que nos permitiu levantar questões que possibilitassem aos entrevistados discorrer em suas narrativas sobre suas experiências de trabalho no frigorífico. O roteiro seguiu os seguintes tópicos: 1) a trajetória de vida e de trabalho dos trabalhadores; 2) as experiências em torno da organização e divisão do trabalho dentro do frigorífico; 3) as relações entre os trabalhadores dentro do frigorífico; 4) como aconteceu o processo de adoecimento após entrar no frigorífico; 5) falarem sobre quantos anos residiam nos bairros da região norte da cidade de Francisco Beltrão; 6) como e por que foram morar no bairro e quais mudanças vivenciaram neste desde que chegaram. A partir desses pontos, pudemos escutar, compreender e refletir sobre as trajetórias e experiências de vida e trabalho dos entrevistados.

Depois de realizadas as entrevistas com os trabalhadores e sua transcrição, passou-se para a segunda etapa que consistiu em analisá-las e identificar os pontos comuns entre os entrevistados. A base de análise e compreensão das entrevistas, enquanto fontes orais, são entendidas como sugere Alessandro Portelli:

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. [...] Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (PORTELLI, 1996, p. 33).

Como observou o autor, buscamos compreender os sentidos atribuídos pelos entrevistados às suas experiências de vida e ao trabalho, bem como problematizar os significados das entrevistas no “processo ativo” das significações que os trabalhadores atribuem, conforme seus valores e coordenadas do presente e as suas experiências do passado. Com isso, passamos a examinar padrões de significados e de sentidos conferidos pelos trabalhadores no conjunto das entrevistas realizadas. Esses “padrões” puderam nos oferecer pistas para entender a trajetória de vida, migrações e a relação de trabalho fabril no conjunto da vida dos entrevistados, já que as impressões negativadas ou positivadas nos serviram de referência para identificar valores sociais presente nas narrativas e quais as conexões que se estabelecem com as atividades industriais e com o presente vivido.

Por isso, partimos da premissa teórico-metodológica de que as narrativas dos trabalhadores não são apenas biografias “soltas”, não entendemos esses sujeitos como autônomos e livres das determinações históricas e sociais. Ao contrário disso, buscamos interpretar a narrativa individual e cotejá-la ao modo de trabalho, viver e resistir no

capitalismo que é experimentado por muitos trabalhadores, em nosso caso, os trabalhadores de frigoríficos de aves da cidade de Francisco Beltrão-PR.

Com isso, passamos a construir interpretações acerca da formação da força de trabalho para o trabalho industrial, com base na análise das entrevistas, bem como buscar sínteses entre as experiências vividas pelos trabalhadores ao identificar quais pontos vivenciados assumem uma experiência coletiva.

O desenvolvimento das análises das entrevistas, conjuntamente as outras fontes, fez com que dividíssemos o texto da tese em três capítulos de desenvolvimento, a introdução, aqui em curso e, ao final, expõe-se as considerações, referenciais, apêndices e anexos.

No primeiro capítulo procuramos por meio das entrevistas acompanhar a experiência dos trabalhadores no processo de expropriação do campo, da migração e das ocupações industriais entre a década de 1980 e 1990. Com a produção das entrevistas e o conteúdo delas originado, foi possível aferir memórias de expropriação, migração e engajamento laboral dos trabalhadores entrevistados com as fontes secundárias: projetos de leis; matéria jornalística; dados de censos demográficos do IBGE e pela síntese de trabalhos acadêmicos.

Posto isso, para nossos entrevistados, as migrações de trabalhadores rurais aparecem como dominantes nas narrativas e se manifestam como uma experiência social entre 1980 e 1990, algo que pudemos cruzar com dados demográficos e concluir que esse processo antecedeu a constituição de espaços sociais e urbanos com formação cultural rural. Essa trajetória social foi motivada pela degradação de condições tradicionais de existência no campo ao mesmo tempo em que essas pessoas migravam para a cidade e reconstituíam costumes e hábitos do campo, além de lutarem por direitos sociais dificultados pela separação tradicional entre campo e cidade e seus distanciamentos. Essas pessoas nutriram expectativas com a mudança do campo para a cidade, muitas vezes lembradas de maneira contraditória. Buscamos explorar melhor esse ponto na terceira seção ao abordar uma dimensão ambivalente entre esperado e vivido.

No segundo capítulo, procuramos examinar por meio das experiências relatadas pelos trabalhadores, suas expectativas e as frustrações com o emprego³ no frigorífico. Nesse sentido, dividimo-la em duas partes.

Na primeira centramos a análise sobre a expectativa dos entrevistados com relação ao emprego no frigorífico. Em momento de formação das cadeias do frigorífico, conseguir um emprego neste foi visto como uma vitória, pois durante os anos de 1990 era a empresa que

³ No texto desta tese utilizamos as palavras emprego, ocupação e serviço com o sentido de trabalho. Elas foram usadas no decorrer do texto para que não usássemos a palavra trabalho a todo o momento.

pagava os melhores salários em relação aos outros lugares da época. Compreender o que isso representou para essas pessoas, significa inseri-las em um contexto histórico mais amplo de formação de ocupações industriais, de desenvolvimento das cadeias produtivas e de valorização do tempo de trabalho. Tais experiências de pressão e de conquista do emprego formal foram relacionadas a outras fontes, tais como: censos, dados sobre valor do salário-mínimo da época, além de referências de obras de autores alusivas ao período.

Já na segunda parte, procuramos analisar como os trabalhadores foram relatando e compreendendo o trabalho no frigorífico a partir das relações do presente, tais como: as pressões, o adoecimento, a demissão e a desvalorização ao longo do tempo. Em algumas partes das entrevistas, conforme a narrativa ia comparando o presente com o passado, foi possível identificar que aquilo que fora projetado como expectativa, ia se transformando em frustração. Como era possível o lugar “onde todo mundo queria trabalhar” ter se transformado em uma “fábrica de moer gente”?

Procurei, a partir dessa contradição, explorar fontes recolhidas no processo de produção das entrevistas, como laudos médicos, processos trabalhistas, relatório de associação de organizações de produção de proteína animal no Brasil, além dos trabalhos acadêmicos sobre adoecimento nos frigoríficos.

No terceiro capítulo procuramos, por meio das experiências relatadas pelos trabalhadores, compreender a relação que construíram com o lugar em que moram, bairros próximos ao frigorífico. Também foi objeto de exame a contribuição dos trabalhadores para a constituição desses bairros na região norte da cidade de Francisco Beltrão, os quais foram formados principalmente a partir dos anos da década de 1990. Juntamente aos relatos dos trabalhadores, relacionamos outras fontes, como os projetos de leis e as matérias de jornais. Quais foram os processos de apropriação do espaço pelos trabalhadores? Em que medida o lugar também foi formado por pessoas comuns, que procuraram reproduzir modos de vida do passado e ao mesmo tempo entender direitos sociais a um grupo de pessoas expropriadas pelo avanço do capitalismo no interior do Paraná?

Essas perguntas nos ajudaram a visualizar uma formação sócio-histórica mais ampla, menos constrangida com uma perspectiva unilateral e mais aberta ao problema que incide sobre as classes trabalhadoras naquilo que se possa verificar como exploração econômica e destituição da sua própria história.

CAPÍTULO 1 - A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS (1980-2000)

Em 1940, o poder público federal começou a incentivar a migração efetiva de trabalhadores rurais oriundos do extremo sul do território brasileiro (estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina) para a região do Sudoeste do Paraná, que era caracterizada pelo governo federal como “um grande vazio demográfico⁴”. Tratava-se de um lugar localizado em região de fronteiras entre Brasil e Argentina, que até 1894 eram indefinidas. Só a partir da Primeira República, 1895, que foram definidos os limites geográficos entre os países (LAZIER, 1983). Porém, tanto para os caboclos, quanto para os povos indígenas, os Kaingáangs, a compreensão sobre o espaço geográfico era diferente, pois para esses grupos o respeito aos limites das terras se dava a partir do uso/posse delas para sobrevivência.

Em 1943, o projeto do governo Getúlio Vargas promoveu processo de migração subvencionada para o Sudoeste, região do malogrado Território Federal do Iguçu, promovido pelo Governo Federal entre os anos de 1940 e 1950. A “Marcha para o Oeste”, como se convencionou chamar o deslocamento de colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para as regiões do Oeste e Sudoeste do Paraná para trabalharem nas terras, por um lado, era estimulada por fundos de investimentos estatal (colonizadoras) e por outro, pela mobilização de pessoas (muitas vezes por intermédio da colonizadora e por familiares).

Ao contrário da tese do “vazio demográfico” desde o período colonial, os estudos⁵ sobre a região Sudoeste do Paraná demonstraram que havia os caboclos⁶ residindo nessas terras, com plantação de subsistência. Além deles, os indígenas Kaingáangs habitavam a região e faziam (e ainda fazem) dela seu modo de existir no mundo. Não reconheciam fronteiras políticas. Eles desenvolviam atividades como pesca, caça, coleta de frutos nas florestas (mata preservada), criação de porcos e outros animais soltos, além da plantação de subsistência (WACHOWICZ, 1987).

⁴ Sobre a crítica e problematização do termo “vazio demográfico”, ao se referir sobre a ocupação da região Sudoeste do Paraná, ver: MONDARDO (2009) e WACHOWICZ (1987).

⁵ Dentro da historiografia consolidada sobre a ocupação da região Sudoeste do Paraná, os autores como: Hermógenes Lazier, Ruy C. Wachowicz, Abramovay, fazem a referência sobre as migrações da região e a primeira delas, que tem origem no período colonial, teria sido dos caboclos e dos povos originários do Brasil, os povos Kaingáangs.

⁶ De acordo com a historiografia local, os caboclos que residiam nas terras da região do Sudoeste eram migrantes da região de Palmas, das fazendas de gado, da região do Rio Grande do Sul onde a partir da migração dos europeus perdeu terras para sua sobrevivência (SANTOS, p. 39-43, 2008).

Contudo, sob o ponto de vista do capitalismo, uma região para ser compreendida como “povoada” e “desenvolvida”, necessita que os trabalhadores estejam articulados às atividades ligadas ao mercado nacional, sobretudo na ideia de produção por “substituição de importação”. Algo que era precariamente desenvolvido antes de 1940 e que ao longo das décadas seguintes foi sendo articulado de forma lenta, iniciado em 1943 com a fundação da CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório, com a criação de porcos (1940), depois com a produção de feijão (1950) e a produção de outros grãos como: milho, arroz, trigo. A integração dessa produção, direcionada mais ao mercado nacional, passou a acontecer a partir dos anos de 1970 com a modernização da agricultura na região.

Por isso, parte da literatura⁷ sobre a região aponta para os migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina como agentes promovedores de progresso e desenvolvimento regional, ratificando um “mito das origens” que perdura insistentemente no presente, encontrando na “glorificação do passado” sua legitimidade pregressa (BLOCH, 2001, p. 56-57). É certo, porém, que muitos dos colonos que migravam para o Sudoeste do Paraná não se viam dessa forma. Eles eram herdeiros de imigrantes europeus despossuídos que buscavam melhores condições de vida e de trabalho em outros locais. Os seus lugares de origem já haviam sido dominados pela lógica do mercado nacional e passaram a dispensar seus braços para o trabalho.

Este foi o caso de Seu José⁸, que migrou em 1940 do Rio Grande do Sul para o Paraná, inicialmente para a cidade de Pato Branco e depois para Francisco Beltrão (até então pertencente ao município de Clevelândia). Quem tomou a decisão de migrar foi o pai de Seu José, ao visitar o filho mais velho e observar a possibilidade de exploração da madeira, abundante na região. A migração nesse período era feita a partir de redes de contatos, onde um membro da família, geralmente o homem, ia na frente e após conseguir se instalar comunicava o restante da família sobre a possibilidade de migração, pois já havia arranjado um lugar/terras para trabalhar.

José e sua família vieram atrás de uma carroceria de caminhão do Rio Grande do Sul até Pato Branco. Mais tarde, ele presenciou a chegada de outras famílias de trabalhadores rurais, especialmente depois da institucionalização da Colônia Agrícola Nacional General

⁷A literatura da qual faço referência são os memorialistas, tais como: Kruger e Lazier que atribuem às famílias vindas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o início do “progresso” para a região do Sudoeste do Paraná, dando a entender que os caboclos e os indígenas Kaingáns representavam o “atraso” no campo na região.

⁸ Entrevista realizada por Rodrigo Kummer em 25 de agosto de 2014, aproximadamente uma hora de entrevista. Foi utilizado pseudônimo para preservar a identidade do entrevistado (KUMMER, 2015).

Osório (CANGO), no ano de 1943. Outros colonos, que haviam perdido seus trabalhos no campo e que necessitavam de mais terras para conseguir garantir o sustento da família, promoveram a migração do extremo Sul do país para o Sudoeste do Paraná com carro de boi, fazendo “picadas” a facção onde o traçado da estrada dificultava o traslado dos colonos migrantes. Eles traziam vacas, porcos, galinhas e eram em sua maioria casais jovens com filhos pequenos, como constatou o médico da época e responsável pela inspeção de pessoas da Colônia, Walter Alberto Pecóits. Raramente as pessoas tinham certeza de seu futuro. Sequer sabiam se passariam ou não pela inspeção do médico sanitarista⁹. A difícil jornada e as precárias instalações do lugar ilustravam mais dependência do que autonomia. Tampouco se colocavam como “agentes do progresso”. Esta imagem foi construída depois, a partir do momento em que a dignidade passava a ser um valor de quem via as coisas mudarem para melhor no presente, a partir do trabalho e dos esforços coletivos empreendidos por grupo de pessoas laboriosas no passado.

Não foi por acaso que os primeiros memorialistas que registraram as memórias dos colonos, a partir do ponto de vista do vencedor, passassem a consagrar marcos histórico dentro da perspectiva do “pioneiro”. Tais produções se pautaram na noção de “progresso”, perspectiva difundida largamente no período da Ditadura Militar (1964-1985). Formou-se tradição literária e política pautada na apropriação territorial. Um exemplo dessa bibliografia, em que o sentimento da classe dominante aparece como tradição literária, é o sistemático trabalho de memorialistas como Nivaldo Kruger (KRUGER, 2004). Essa abordagem é comprometida com as teses do “vazio demográfico”, de “progresso regional” e da sobreposição natural do trabalho racional (entendido como instrumento para a acumulação de capital) sobre o trabalho tradicional (entendido como meios de sobrevivência, especialmente em relação às práticas de subsistência dos caboclos e indígenas). Confere-se ao mais contemporâneo, superioridade em que a passagem de um estágio ao outro, do “velho” ao “novo”, se dá de maneira linear e harmônica, conferida por certa “vocaçã regional” sem grandes rupturas com o passado.

Esta visão sobre os “ciclos econômicos”, pautada pelos memorialistas, como Nivaldo Kruger, que o posterior é superior ao anterior, qual seja, trabalho familiar (representando o vínculo tradicional) e trabalho agroindustrial (representando a “modernidade”) demarcam as relações de poder. Constituem legitimidade sobre o lugar associadas à noção vaga de

⁹ O médico sanitarista, contratado pela CANGO – Colonizadora Agrícola General Osório, era responsável por inspecionar os trabalhadores rurais que chegavam à região do Sudoeste, com o objetivo de identificar se esses trabalhadores possuíam algum tipo de doença contagiosa. Já que os cuidados médicos as famílias dos trabalhadores rurais da região eram de responsabilidade desse mesmo médico sanitarista (PEREIRA, 2015).

“progresso”, ainda que indígena e caboclo (num primeiro momento) e filhos de colonos (em segundo momento), tenham sofrido processos de proletarização, de maneiras diferentes.

Se os colonos traziam o progresso, significava dizer que os caboclos e indígenas eram representantes do atraso. Este ideário, entretanto, não se confirma na experiência histórica de migrantes sulistas como José, que implantavam serrarias à medida que iam fixando agricultura de subsistência e criação de porcos, exercícios associados ao trabalho dos caboclos. As práticas do trabalho eram compartilhadas independentemente das etnias. Por isso, é certo dizer que o colono sulista, em termos de meios de existência e experiência com o trabalho, estivesse mais próximo do caboclo e das comunidades tradicionais, do que do típico latifundiário dono de instâncias.

Vindos do Sul, a grande parte dos colonos se satisfazia com os lotes de 25 hectares distribuídos pela colonizadora. Nesse período, de 1940-1960, houve variação do tamanho dos lotes distribuídos pela colonizadora aos trabalhadores rurais que migravam para região do Sudoeste do Paraná, entre 10 até 25 hectares. Os lotes de 25 hectares, na sua maioria, eram o suficiente para sustentar a família e reproduzir hábitos e costumes dos lugares de origem em casa e na comunidade. A concentração de terras veio depois, a partir dos anos de 1970, quando paradoxalmente se institucionalizavam as memórias dos posseiros e as articulavam a uma narrativa de “trabalho e progresso”. Corroborando com essa constatação, a partir da década de 1970 a maioria dos trabalhadores do campo possuíam propriedades com menos de 10 hectares na região Sudoeste, de acordo com os dados apresentados pelo Censo Agrário de 1970 (SANTOS, p. 131, 2008).

Contudo, os marcos inventados pela memória oficial, infelizmente, têm definido os “recortes temporais” de algumas pesquisas científicas, em especial aquelas que colocam as “transformações técnicas” à frente das experiências sociais. Esses trabalhos, ainda que relevantes para a triagem de pesquisa, deixem ausente do debate a experiência social, as contradições e conflitos que conferem dinâmicas a uma temporalidade histórica. Há, neste caso, paralelo indistinto entre História Social e História Econômica quando se trata de examinar a experiência de ocupação em Francisco Beltrão. Práticas do trabalho e do lazer no campo, embora fossem entendidas como recessivas e rudimentares, quando comparadas as atividades urbanas, certamente constituíam a base para a inserção de técnicas e tecnologias no campo e na cidade desde os anos de 1940.

Quando a CANGO se instalou na região nos anos de 1940, houve a integração de pequenas serrarias que produziam madeiras para fazer as casas dos colonos. À medida que se retirava a madeira, expandiam-se os roçados para as plantações de milho, feijão e onde

também eram criadas varas de porcos. A prática da criação de porcos já era feita pelos caboclos que residiam no Sudoeste do Paraná desde o período colonial, atividade esta que continuou sendo praticada pelos migrantes que vieram do RS e de SC. O excedente dessas produções era vendido para a administração da colonizadora e com o passar dos anos passou a ser vendido para moinhos e frigoríficos próximos. Esse processo fez parte da constituição das áreas de plantio que buscou na experiência pregressa de trabalhadores rurais a sua efetivação: agricultura familiar, policultura-pecuária de subsistência e venda de excedentes.

A Colonizadora, por sua vez, garantiu assistências médicas, hospitalares, insumos, educação e a posse da terra para uma parte desses trabalhadores rurais que migraram para região Sudoeste a partir da década de 1940. Podemos dizer que a constituição econômica do lugar, voltada para o mercado nacional, se deu a partir dos esforços de pequenos produtores organizados em famílias extensas e comerciantes locais com significativo incentivo estatal, representado pela colonizadora CANGO. Quanto mais crescia a circulação de capital no município, tanto mais se alimentava uma sensação de “progresso”, adicionando à memória histórica dos colonos despossuídos dos valores da classe dominante no presente.

De maneira geral a bibliografia sobre a região Sudoeste tem se debruçado em pesquisar e analisar momentos históricos marcados por grandes mudanças com o passado herdado pelos colonos. Algumas dessas pesquisas têm se dedicado a investigar sobre a modernização no campo e seus desdobramentos para os trabalhadores rurais; os fluxos migratórios que aconteceram para a região entre o período colonial até o ano de 1970 e a migração de sudoestinos para outros estados a partir de 1970 com o processo de industrialização na região. Ainda, temos outros trabalhos que pautaram a análise sobre as formas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores rurais que lutam para permanecer no campo, mesmo sendo pressionados diariamente.

A seguir, apresentamos alguns autores acadêmicos e suas respectivas pesquisas e abordagens sobre os processos históricos da região Sudoeste, os quais trazem elementos importantes de compreensão sobre os trabalhadores rurais da região.

Um dos períodos históricos pesquisados por Flores é a década de 1970, centrado no início do processo de industrialização da região do Sudoeste. Em uma parte da pesquisa ele menciona sobre o processo de mecanização no campo dizendo que a partir da segunda metade da década de 1970 investimentos em maquinários agrícolas foram implantados no campo (FLORES, 2009). Embora a “mecanização no campo” não tenha sido generalizada, a financeirização para equipamentos atingiu dramaticamente aqueles que não tiveram seus financiamentos aprovados. O aumento da produção e do ritmo de trabalho produzia a

sensação de que se necessitava da introdução de máquinas de trilhar grãos e tratores, porém, quanto mais se introduziam tratores e maquinários, mais se desvalorizava o trabalho desfavorecendo milhares de trabalhadores rurais. Neste sentido, é certo que a desvalorização do trabalho tenha aumentado a exploração das pequenas famílias. Não é por acaso que esse período não é lembrado pelos trabalhadores como “progresso”, “desenvolvimento” ou “modernização” e sim como angústia e sofrimento, como foi relatado pela maioria dos entrevistados.

A geógrafa Roseli Alves dos Santos, em sua pesquisa de doutorado, investigou os desdobramentos da modernização da agricultura para os trabalhadores rurais na região Sudoeste. Ela argumentou que a mecanização do campo foi experimentada de maneiras diferentes pelos trabalhadores rurais – pois nem todos tinham condições de financiar as plantações. Com isso, alguns necessitavam ainda mais do trabalho familiar para continuar a produzir seus roçados, outros conseguiram implantar algumas técnicas na forma de produzir e outros se apropriaram e acompanharam esse processo de mecanização sem muitas dificuldades, pois tinham recursos para tanto – passando a pressionar modos de vida e de trabalhos tidos como atrasados (SANTOS, 2008). Este recorte social definiu também um recorte de classe, que parece ter completado seu percurso em associações de resistência dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, e em última instância, em migrações para fora do campo. A migração dos trabalhadores rurais para fora do campo não foi espontânea, tampouco se buscava alcançar o “progresso” ou uma pretensa “modernidade”. Para a maioria dos entrevistados, a migração aconteceu a solavancos, apresentando-se como compulsão e às vezes como uma possibilidade, dentre seus limites de escolha.

Outra obra que introduz o tema, ancorado na tese de crítica à “modernização”, é a de Leandro Mondardo. O autor divide sua tese em três temporalidades: 1º) De 1900 a 1940, quando ocorreu a mobilidade cabocla para o Sudoeste; 2º) De 1940 a 1970, momento da ocupação dos colonos sulistas; por fim, 3º) de 1970 a 2008 com a modernização da agricultura e migrações para fora do Estado do Paraná.

Para tratar da primeira temporalidade, de 1900 a 1940, Mondardo (2009) busca na mobilidade cabocla a ocupação de espaços através de “frentes de expansão” às economias de subsistência. No segundo, 1940 a 1970, trata-se da diáspora de migrantes sulistas (catarinenses e gaúchos) descendentes de europeus que se assentaram no Sudoeste. Esta ocupação, diferente da primeira, estabeleceu nova racionalidade: a “frente pioneira” buscava a ocupação territorial à medida que ampliava a expansão do capitalismo para regiões do interior do Paraná, ao integrar essas regiões a economia nacional. No terceiro período, de 1970 a

2008, o autor discute as crises fundiárias produzidas pelo modelo que chamou de “modernização da agricultura”. Este momento, segundo ele, se trata de período histórico marcado pela expropriação e migração de trabalhadores do campo para outras frentes migratórias: região Centro-Oeste, Norte e São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e para o exterior como o Paraguai (MONDARDO, 2009). O último ponto retrata a temporalidade de empobrecimento no campo e a formação de frigoríficos no Sudoeste do Paraná.

Do ponto de vista geral, o autor se compromete em examinar o processo histórico de longa duração, bastante estudado na historiografia, que é a migração ou condição de desterro de pessoas expropriadas. Em que pese sua relevância acadêmica, a tese oferece discussão baseada em marcos institucionais e acaba por alimentar delimitações ideais, contribuindo para reafirmar marcos históricos definidos de “cima para baixo”, onde movimentos mecânicos de migração, a máquina e a técnica aparecem como motores da história, definindo ritmos sociais marcados por “ciclos econômicos”.

Apresenta-se, a partir do exposto, um problema historiográfico sobre o desenvolvimento econômico de cidades como Francisco Beltrão: a ausência das experiências dos trabalhadores nos momentos de transição tecnológica.

Há um vício ao contar a história local. É o vício de associar acriticamente desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social. Quase sempre essa ligação espúria é legitimada pelos níveis de produtividade, notadamente acompanhado pela lógica da acumulação de capitais. Se num primeiro momento histórico, os colonos eram mais produtivos que os indígenas e caboclos, na década de 1970, foram os colonos que tiveram seu modo de viver colocado à prova pelo uso de maquinários e insumos agrícolas no campo. Ambas as histórias são contadas pela perspectiva do vencedor e excluem os sentimentos das pessoas que viveram as implicações da “modernização”. Isso explica o porquê ao retorno para um passado mitificado é conveniente para um grupo de indivíduos, de maneira que sua romantização estabelece pouco interesse pelas pessoas no presente.

Este modo de entender o processo de mudança na base técnica (as inovações tecnológicas são importantes, desde que elas sejam usadas para auxiliar o trabalho dos trabalhadores rurais no campo e não para excluir/segregar/explorar) é avesso ao desenvolvimento pleno de condições de vida e inevitavelmente dissocia desenvolvimento econômico de desenvolvimento social. Se essa equação estiver correta, a quem serve o desenvolvimento econômico então?

Devemos reconhecer que a mudança no jeito de trabalhar no campo, entre as décadas de 1940-1970, excluiu modos de vida de populações tradicionais, como a dos “indígenas” e a dos “caboclos”, antes da “modernização do campo”. Assim como parte dos trabalhadores rurais chamados de “colonos” (mesmo eles tendo presenciado a modernização no campo e em alguma medida se apropriado dela em alguns elementos como a trilhadeira; sementes melhoradas, insumos), que também tiveram seu jeito de trabalhar no campo alterado pela reconfiguração do capitalismo financeiro para a produção em larga escala. Nesse sentido, qual seja a memória da continuidade de um pioneirismo e da rememoração oficial de um modo de vida descontextualizado, é que também se mostrou necessário recolocar novas questões ao debate sobre a “modernização do campo” e revisitar marcos históricos.

Em que pese à crítica, é a partir da contribuição dos autores citados acima, que buscamos entender como viveram as pessoas que experimentaram a integração econômica entre campo e cidade. Neste sentido, é importante perceber que o processo chamado “modernização no campo” não foi homogêneo, como apresentou e argumentou Santos (2008). Deste ponto de vista, a mecanização não pode ser entendida como uma fórmula: empobrecimento dos trabalhadores no campo produz automaticamente migrante ou pessoas aptas ao trabalho nas fábricas. Ainda que nosso trabalho verse sobre os trabalhadores que tiveram essa experiência, é um erro achar que seu deslocamento foi linear.

Antes de assumir uma ocupação na fábrica, houveram idas e vindas de uma cidade para a outra e do campo para o núcleo urbano (que será exposto por meio de trecho das entrevistas com os trabalhadores). Inúmeras ocupações informais na cidade, constituídas por “bicos” pagos por diárias, recrudesceram na década de 1990, formando ocupações como a construção civil e trabalhadores de “cooperativas de frente de trabalho”. Sempre instáveis sob o ponto de vista dos direitos sociais – como a moradia, que passava a ser registrada pela Constituição de 1988 – a ação dos trabalhadores em busca de estabilidade, marcou um período de mobilização de pessoas às cidades mais populosas do Sudoeste do Paraná, como pudemos notar ao pesquisar dados do Censo do IBGE sobre migrações entre os anos de 1970 até 1991, os quais iremos apresentar no decorrer deste capítulo.

Ainda, tiveram os que, a despeito de toda instabilidade social do período, permaneceram no campo, resistindo. Por isso, segundo Corona (2003), esse movimento não foi homogêneo entre os estados e regiões do país. Neste sentido, é justo defender a ideia de que a perda de condições dos trabalhadores no campo formou estratégias associadas às produções alternativas baseadas na agricultura familiar e de gêneros alimentícios (CORONA, 2003). Esta prática se manifestou entre os anos de 1970 até 1995, organizadas por núcleos

vinculados a Igreja e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) de Francisco Beltrão-PR, que foi fundada em outubro de 1966, por iniciativa de padres Missionários do Sagrado Coração (MSC), conjuntamente a trabalhadores rurais em Francisco Beltrão –PR. Tais estratégias buscavam manter o trabalhador no campo, sendo amparado com instruções para a produção e permanência neste.

Dentre as organizações criadas a partir de 1960, uma delas foi a ASSESOAR. De acordo com Rotta; Boneti (2014), trabalhadores rurais da região Sudoeste do Paraná, com pequenas propriedades, passaram, após a Revolta dos Posseiros (1957), a compreender a importância de se organizarem com o objetivo de defenderem a permanência na terra. Uma das alternativas criadas no final da década de 1960, a partir da união entre padres e trabalhadores rurais, foi a ASSESOAR, que:

[...] desde o início da sua trajetória, define-se como lugar e espaço de debate almejando a organização de alternativas de busca de melhorias para o homem do campo, visualizando a necessidade de desenvolvimento reflexivo sobre situações envolvendo o processo de ocupação da terra, processos educativos, questões religiosas, sindicais e políticas, além de vislumbrar possibilidades de estruturação do enfrentamento às demandas que surgem em face da ocupação da região (ROTTA; BONETI, 2014, p. 3).

Ou seja, a ASSESOAR, uma das organizações de referência de luta na região, desde a criação tinha por objetivo orientar e defender os trabalhadores rurais e ajudá-los na organização de suas vidas no campo. Ao longo dos anos, os membros associados à ASSESOAR foram fazendo parcerias com outras instituições, desde cunho religioso e leigo, em âmbito nacional e internacional, com o propósito de continuarem lutando pela permanência no campo frente às reorganizações do capital. Por isso que entre as décadas de 1980-1990 os membros da ASSESOAR passaram a disseminar e defender a ideia de preservação do meio ambiente e da diversificação da produção, para garantir autonomia à agricultura familiar (ROTTA; BONETI, 2014). Tanto é que a agricultura familiar, em Francisco Beltrão, está pautada na diversificação da produção de produtos alimentícios orgânicos que são vendidos em feiras; mercados da cidade e comprados pela prefeitura para compor a alimentação dos estudantes das escolas públicas.

A ASSESOAR se mostrou ao longo da história de luta de resistência como uma importante organização na região Sudoeste, porém existem outros relevantes movimentos sociais que foram criados ao longo dos anos, paralelo ao trabalho desenvolvido pela ASSESOAR, a partir da necessidade que os trabalhadores rurais foram sentindo para

continuarem no campo. Dentre esses movimentos sociais temos os sindicatos rurais, MST e as confederações dos trabalhadores rurais. Todas essas organizações, juntamente com os trabalhadores rurais, têm como objetivo a defesa da terra e permanência nela.

De maneira geral, a bibliografia sobre a região Sudoeste busca compreender um período histórico de grandes rupturas com o passado herdado pelos colonos. Dentro de suas respectivas áreas, situadas notadamente no campo das Ciências Humanas, os autores buscaram estabelecer recortes temporais que lhes são particulares. Porém, é suficiente a ideia de ruptura econômica, à medida que sedimenta contraponto a linearidade acrítica, predominante nas abordagens institucionais. Ao contrário da bibliografia acadêmica, a memória oficial busca preservar pretensa continuidade apresentada em slogan como “povo sudoestino”, “gente dessa terra” ou “o melhor daqui é a nossa gente” fazendo mais sentido para as relações de poder no presente do que para exame crítico entre presente-passado.

Este ponto mantém-se importante porque a memória oficial de Francisco Beltrão é muito eficiente, a despeito dos trabalhos acadêmicos e eventuais focos de resistência política, social e cultural no município. Neste caso específico, devemos pensar na “memória oficial” como aquela que é disseminada pelo Estado e, por isso, institucionalizada em diversos espaços públicos (denominações de ruas, praças, escolas, celebração de datas municipais etc.). Ela também é oficial porque é sustentada e constantemente organizada pela classe dominante, mesmo em situações caracterizadas por conflitos, geralmente políticos e econômicos, internos a tal classe e que podem ou não motivar ações que disputam a memória sobre a cidade. Contanto que se reconheça a plasticidade da memória oficial, ela só é eficaz quando é projetada e aceita como narrativa (estruturada em valores e imagens) pela classe trabalhadora ou por grande parte dela.

Há expedientes requintados de cuidados com a reprodução da memória oficial desde o ensino fundamental na cidade. Os monumentos da memória – definidos como tais para ensinar, lembrar e confirmar que o começo de Francisco Beltrão foi arte de força, coragem e determinação de pioneiros recém-chegados dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – são visitados por alunos do ensino fundamental, organizados em grupos e feitos de audiência para a narrativa oficial que explica as origens do lugar e a importância daqueles que conseguiram transformar a paisagem selvagem em civilização próspera. Depreende-se disso uma linha do tempo que diz aos pequeninos sua origem e descendência.

O marco da memória procura espelhar uma experiência do tempo passado, iniciada nas décadas de 1940 e 1950, quando a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) e famílias de agricultores e comerciantes saídos do extremo Sul do país aportaram no

Sudoeste e adquiriram terras. Não se trata de algo inaugural no período se considerarmos o mesmo padrão de ocupação de tipo mercantil e comercial de terras no Oeste do Paraná, que constituiu cidades como Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina, lugares onde vigora uma narrativa que enaltece o pioneiro, consagra seus meios de produção e seu modo de vida, principalmente, através de museus, praças e monumentos.

Pode-se dizer ainda que esta estrutura verticaliza a presença humana em determinado lugar, selecionando desbravadores cujo esforço e presumido pioneirismo repete a imagem do descobridor, que acentua sua descoberta com uma cultura que organiza e dinamiza a economia e vida dos que chegam depois, como herdeiros e devedores. O modo de vida original é preservado materialmente no “Museu do Colono”; a principal praça da cidade grava “dos pioneiros” como uma toponímia; a primeira “Patrola” lembra a dificuldade de lidar com a mata fechada; são componentes de força considerável aos quais se posicionam outros ao longo dos anos como o “morro do Calvário e o Cristo Redentor” e quatro parques ambientais.

Há considerável produção acadêmica a respeito da constituição da região Sudoeste do Paraná, bem como especificamente de Francisco Beltrão. Uma boa porta de entrada para este campo de estudos foi aberta por Luiz Carlos Flávio, que apresentou, em formato de tese, contribuição importante que circunscreveu e analisou os esforços realizados pelas classes dominantes, situadas em Francisco Beltrão, para elaborar e projetar uma história oficial que explicasse, em coordenadas triunfantes, a fundação do lugar, dos moradores e de seus valores éticos e morais (FLÁVIO, 2011). Encontraremos lá a expropriação dos povos nativos, de índios e caboclos, em virtude da introdução de um padrão de acumulação de capital, a reorganização do território e da estrutura fundiária pela CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), oficialmente instalada na região em 1943, tendo como função planejar e distribuir terras entre os colonos recém-chegados. Faz-se relevante um instante neste ponto para a leitura disseminada pela Wikipedia (A Enciclopédia Livre) que apresenta uma linha do tempo e seus principais sujeitos. Está dito ali, acerca do verbete “Francisco Beltrão”, que,

A princípio a região onde hoje encontra-se a cidade era mata virgem, cerrada e formada principalmente por Pinheiros-do-paraná (*Araucária angustifolia*). Os primeiros registros de habitantes datam de 1922 [provavelmente se refere aos índios e caboclos], todavia somente nos anos 1940 intensificou-se o processo de povoamento efetivo [considera que os modos de vida e uso extensivo das matas de indígenas e caboclos uma evidência de vazio]. Os primeiros habitantes foram gaúchos e catarinenses, principalmente descendentes de imigrantes alemães e italianos, fato que reflete até hoje na cultura da cidade. Em 1943, foi instalada na margem norte do Rio Marrecas a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), com a função de organizar a distribuição de terras entre os colonos recém-chegados.

Estão dispostos neste verbete os principais marcos, sistematizados cronologicamente e ideologicamente na literatura, que se propõe a contar a história de Francisco Beltrão a partir de uma lógica de progresso econômico que procura ordenar a memória sobre o lugar. Flávio (2011) oferece contraponto a este ângulo hegemônico da história, confrontando-o à dinâmica da apropriação das terras no Sudoeste paranaense e ao processo de acumulação de capital decorrente da ocupação planejada pela CANGO. Em síntese, ele conclui que:

A memória construída sobre a cidade, evidenciada nos monumentos [capítulo 3 da tese], influencia na criação de certo imaginário sobre as relações sociais o qual lança ao esquecimento muitas questões territoriais a serem por nós levantadas. A cidade se constituiu como localidade central na ocupação do sudoeste paranaense. De ponto de passagem “obrigatório” dos pioneiros, configurou-se como centro econômico (extração da madeira, etc.), político (Estado) e cultural (escolas, difusão de valores urbanos, gaúchos, etc.) no processo de ocupação sistemática e territorialização dos migrantes. Assim, Francisco Beltrão se tornou, entre os anos 1950-70 [...] um núcleo unificador com agentes que controlam, domina, organizam o território. (...) As imagens da memória oficial colocam os “colonos pioneiros” como heróis que lutaram com “sacrifício, dedicação e patriotismo” nos eventos do passado pela construção do progresso e de um suposto bem comum. Contudo, as relações concretas constitutivas da cidade revelam que, ao invés de serem heróis que pelejam pelo bem comum, aqueles grupos sociais lutaram para conservar o território conquistado, construir patrimônios e riquezas, acumular bens. Esse foi o elemento que norteou as lutas e estratégias de apropriação e controle da terra e da renda fundiária (circuito mercantil) nos eventos que constituíram Francisco Beltrão entre os anos 1950-70 (FLÁVIO, 2011, p. 258-259).

Há dois pontos que gostaria de explorar. O primeiro diz respeito a ideia de uma “origem”. O mito da origem (ou mito fundador) tem a função de estabelecer um começo que explique a existência em determinado lugar (BLOCH, 2001). Ele confere nomes porque precisa mostrar marcos visíveis e inteligíveis. Diferente do mito relacionado à mitologia grega, o mito da origem é temporal, isto é, ele funda e é igualmente fundado por determinada história como uma história de todos. Ele requer heróis investidos de valores como sacrifício, dedicação, trabalho, atos de exploração e conquista. Por isso, ele necessita denominações que estruturam seu sentido espacial e temporal, monumentos tais como escolas, igrejas, comércios, ruas, pontes, enfim, elementos arquitetônicos que servem para fixar uma memória vitoriosa e soterrar os custos causados por sua primazia e experiências malsucedidas de seu ponto de vista. São suportes da memória oficial e como tais, eles são manuseados para afirmar a presença da classe dominante e uma ordenação de valores éticos e morais.

Neste sentido, todo mito de origem exige um pioneiro que encarne e represente a história da cidade e sua temporalidade. Ele é, ao mesmo tempo, o início e continuidade de tradições e costumes passados, cuja memória funciona como uma referência que legitima um status quo local que naturaliza o passado para neutralizar conflitos e lutas no presente. Mas, entender este mecanismo é parte da operação histórica de desmontá-lo e criticar sua anatomia deliberadamente dissimulada, intencionalmente constituída para confundir as condições de vida dos trabalhadores com os valores da classe dominante. Quando isso é feito, torna-se possível, como bem fez Luiz Carlos Flávio, abrir espaço para acolher a presença de vários grupos sociais da classe trabalhadora que, numa situação subalterna e contraditória, explica sua realidade.

Iniciativas como esta, nos permitem, por opção, investigar a presença dos trabalhadores no processo histórico que têm constituído o Sudoeste do Paraná, em especial, Francisco Beltrão. É, desde já, uma iniciativa que lida com possibilidades no plano da pesquisa histórica, porque precisa com duas hipóteses que compõem uma leitura empiricamente fundamentada sobre a relação entre sujeitos da classe trabalhadora e sujeitos da classe dominante. Melhor dizendo, como é que a classe dominante se construiu econômica e socialmente desde o tempo alcançado pela historiografia acerca do tema e como é que os trabalhadores (incluídos os pequenos proprietários) se posicionaram num contexto, antecipo aqui, caracterizado por acelerada mudança nos padrões de produção e nas relações de trabalho no campo, que os pressionava para expropriá-los materialmente e subordiná-los às ideias dominantes.

Frente ao que foi exposto até aqui, a intenção nesta tese é trabalhar a partir da experiência dos trabalhadores que não compõem a pequena parcela dos “colonos pioneiros que foram bem-sucedidos”, sendo esses pertencentes à classe dominante, nem tampouco aos trabalhadores rurais que resistiram ao processo de concentração de terras na década de 1970 e às mudanças do capital financeiro.

Ainda, neste capítulo, buscamos colocar um ponto novo – diferindo tanto da bibliografia acadêmica sobre Francisco Beltrão, quanto dos memorialistas – ao exame acadêmico: a experiência dos trabalhadores. Buscamos investigar como que os trabalhadores que não conseguiram resistir e permanecer no campo, dentro das possibilidades que tinham, resolveram migrar para a cidade em busca de emprego e da sobrevivência a partir de 1980, bem como a relação desses trabalhadores com o momento histórico de formação da cadeia produtiva da carne de frango em Francisco Beltrão. Em evidência estão trajetórias de vida e de trabalho de sete pessoas entrevistadas. Estas viveram um período que podemos chamar,

genericamente, de crises do capital, de integração econômica campo-cidade, de deslocamento do campo e de busca por emprego na cidade.

Ademais, destacando a constatação de que nada foi produzido sobre a História Social dos Trabalhadores urbanos em Francisco Beltrão, entre os anos de 1980-2020, recorte de nosso estudo, é que buscamos adicionar novas evidências à História Regional. Para isso, iniciamos o debate com uma questão bastante simples: como os filhos dos colonos viveram a mudança do jeito de produzir no campo no processo de subordinação da agricultura familiar às cadeias produtivas?

1.1 A VIVÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO NO CAMPO PELOS TRABALHADORES RURAIS

A organização dos trabalhadores do campo na região do Sudoeste do Paraná é atribuída à colonizadora CANGO¹⁰. A Colônia Agrícola Nacional General Osório administrou a reocupação de áreas agrícolas por meio da doação de terras para famílias de migrantes oriundos dos estados do Sul do país a partir de meados da década de 1940. Esse período é abordado na historiografia local como o momento de desenvolvimento econômico da região e de aumento da população do estado. Pois, com o incentivo do governo no assentamento dos posseiros nas terras, muitas famílias migraram para o estado, principalmente para as regiões do Sudoeste e Oeste do Paraná, entre as décadas de 1940-1960. Alguns desses migrantes, com um pouco mais de recursos, instalaram serrarias na região. A abundância de matéria-prima, especialmente o pinheiro araucária, contribuiu para o seu estabelecimento. No entanto, a maioria das pessoas era assentada em grupos familiares com numerosos entes e com baixa escolaridade, motivados pelo trabalho na terra.

Depois de alocados pela CANGO em assentamentos temporários na linha de Santa Bárbara, território pertencente à cidade de Francisco Beltrão, as famílias esperavam a construção das casas de madeira anexas a lotes de aproximadamente 25 hectares. Os colonos que chegavam, desenvolviam plantação de grãos, como o arroz, milho, feijão, trigo e posteriormente a soja. Para tanto, utilizavam como técnicas de plantio o arado puxado por

¹⁰ Colônia Agrícola Nacional General Osório, foi criada em 12 de maio de 1943, pelo Decreto nº 12.417, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, que tinha a intenção de contribuir com a reocupação dos “lugares vazios” na região Oeste do país, com alguns objetivos: 1) Proteção das fronteiras secas com a Argentina; 2) integração nacional (unificação dos habitantes das fronteiras com restante do país, por meio da língua e das atividades econômicas).

bois e a rotação de terras. No final de cada colheita, uma parte da produção ficava para sustento familiar e o excedente era vendido para as cerealistas e moinhos nas cidades intermediados pela própria colonizadora. A produção de alimentos entre as décadas de 1940 e 1960 era voltada para atender o mercado interno e isso fazia parte de uma política orientada a partir do Estado (MONDARDO, 2009).

Sobre a experiência vivenciada pelos trabalhadores do campo, na região Sudoeste do Paraná, na primeira etapa da reocupação da região pelos migrantes temos:

Entre as décadas de 1950 e 1970, os colonos do Sudoeste experimentaram uma fase de grande prosperidade decorrente: da posse legal das terras (após longa luta que culminou na “Revolta dos Posseiros” em 1957); do acesso a terras férteis e em quantidade suficiente para rotação de terra; da tradição dos colonos migrantes que mantinham relações mercantis, que conheciam as técnicas mecanizadas com o uso do trabalho animal e praticavam a diversificação da produção com a combinação da policultura-criação (CORONA, 2011, p. 3).

Entre 1950 e 1970, a policultura e a criação de animais de pequeno e médio porte constituíam o ritmo do trabalho familiar. Os roçados eram organizados para atender o consumo dos animais. O excedente era vendido. As plantações eram desenvolvidas com “sementes crioulas” e varas de porcos eram engordados em encerras. Técnicas mais sofisticadas de manejo e de engorda de animais “de granja”, alinhadas a financiamentos bancários, se desenvolveram a partir dos anos de 1970 de maneira incipiente.

O plantio organizado pelos trabalhadores rurais no campo no sistema da policultura – com auxílio de técnicas de agricultura de subsistência, que durante quase 30 anos (1940-1970) supriu as necessidades alimentares e econômicas da região e do estado – passou a ter que compartilhar espaço com outro modelo, a monocultura destinada para exportação. Por causa da prioridade que esse arranjo na produção assumiu depois dos anos de 1970, é que o plantio de grãos passou a ser direcionado para atender as exportações em primeiro lugar. Para isso era preciso priorizar a produção da monocultura em detrimento da policultura. Ao passo que esse modelo foi se fortalecendo na região, a necessidade de incorporar as tecnologias para o campo foram criadas.

Por isso, a partir da década de 1970 houve mudança, o que se convencionou chamar de “modernização da agricultura”, que consistia no redirecionamento do capital financeiro, ou seja, certo financiamento induzido pelo Estado para os trabalhadores do campo, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR (SANTOS, 2008). Esse financiamento destinava-se à compra de tratores, insumos e sementes de soja melhoradas, com o intuito de aumentar a

produtividade e a produção dos grãos. Mas essa transformação pela qual o trabalho do campo passava, no modo de produzir grãos, não foi experimentada da mesma maneira por todos na região (CORONA, 2003).

De modo geral, o trabalho tradicional passa a ser subordinado pela “modernização” e não substituído integralmente. Produzia-se um efeito contraditório em que a exploração do trabalho tradicional financiava o incremento das tecnologias, de modo que “modernização da agricultura” não se desenvolvia de maneira unilateral, ou seja, nem todos os trabalhadores rurais conseguiram implantar a maioria das tecnologias para plantação, mas, mesmo assim, foram forçados a plantar mais e diversificar a plantação de grãos para no fim das colheitas conseguirem manter algum lucro. Com o aumento da produção de grãos, os preços dos produtos foram caindo por causa da grande quantidade destes no mercado. Assim, para a obtenção de lucro era preciso ter grande quantidade de grãos (alta produção).

Em um espaço temporal de 30 anos, 1940-1970, o mesmo Estado que forneceu condições materiais para que uma parte dos trabalhadores rurais dos estados do Sul (RS e SC) fossem para a região Sudoeste do Paraná, com vistas a ocupação dos espaços “vazios” e desenvolvimento de uma agricultura nacional, bem como para o abastecimento de grãos para alimentação dos brasileiros, passou a exigir mudanças na forma de se produzir, para atender as novas demandas econômicas do país e as exigências do mercado externo.

O final da década de 1970 e as décadas de 1980 e 1990, na região Sudoeste, marcaram algumas mudanças na agricultura: o aumento da produção e produtividade, por conta da mecanização e o uso de insumos. Esse período, apesar de ter apontado pelos relatórios do Estado um aumento considerável da produtividade de grãos na região, não consegue dar conta de retratar como foram experimentadas e vividas essas décadas pelos trabalhadores do campo. Isso porque nem todos eles apresentaram condições de ter acesso ao crédito disponibilizado pelo governo para “modernizar” a agricultura, uma vez que era necessário o trabalhador do campo encaixar-se nos critérios e exigências estabelecidos pelos bancos, tais como: extensão de terras; solos mais favoráveis; localização da propriedade (CORONA, 2003).

Uma das mudanças ocorridas no campo do Sudoeste, aos anos de 1970 a 1985, foi a precarização das condições de trabalho, as quais foram experienciadas pelo trabalhador por meio do aumento do número de assalariados permanentes e temporários. Esta constatação pode ser observada na tabela 1, a partir dos dados dos Censos Agropecuários do Paraná, referentes à região Sudoeste, nos anos de 1970 a 1985:

Tabela 1. Os exemplos de trabalhos no campo entre 1970 e 1985

ANO	TRABALHADOR PERMANENTE	TRABALHADOR TEMPORÁRIO	DIFERENÇAS
1970	2.226	4.160	1.934
1975	4.147	9.982	5.835
1980	5.964	14.215	8.251

Fonte: Relatórios dos Censos Agropecuários do Paraná entre 1970 e 1985 – IBGE. – Dados organizados pela autora (2022).

Os dados da tabela correspondem aos anos de 1970 a 1985. Este período é conhecido na bibliografia local como momento da modernização da agricultura. É certo que por moderno se deve atribuir a constituição de novas bases técnicas e tecnológicas no campo. O que não significa dizer que esta transformação tenha melhorado as condições de vida e de trabalho. Nos 15 anos posteriores a década de 1970, muita coisa mudou na estrutura econômica da região Sudoeste do Paraná. Fábricas de beneficiamento do leite e frigoríficos foram implantados (FLORES, 2009). Além disso, houve ampliação de financiamento para pequenas e médias famílias.

Podemos perceber que as experiências dos trabalhadores rurais da região Sudoeste do Paraná alteraram-se significativamente, ao passo que a intensificação do trabalho desse proletariado rural ia retirando autonomia dos trabalhadores rurais, em pequenas propriedades, que vivam no campo. Uma vez que, entre os anos de 1970-1985, houve aumento do número de trabalhadores temporários. Isto é uma tendência de cidades que desenvolveram indústrias articuladas a sistemas integrados de produção agroindustrial, como verificado por estudos recentes no campo da História social de trabalhadores de frigoríficos.

Por outro lado, este movimento social sustenta a hipótese de que a concentração de terras, o uso de maquinários nas lavouras, o desenvolvimento da monocultura e o manejo da criação de frangos para os frigoríficos, deterioraram condições de vida e trabalho. Intensificaram-se os despossuídos das terras à medida que se barateava o trabalho manual. Essa experiência foi marcada pela negatividade e traumas vivenciados por famílias e por pessoas que trabalhavam, mas não eram reconhecidas.

As novas condições impostas ao trabalhador do campo aumentaram a migração do campo para cidade. Bairros de trabalhadores de frigoríficos foram povoados com intensidade a partir dos anos de 1980. Em Francisco Beltrão é possível verificar este processo a partir de meados da década de 1980, com ênfase na década de 1990.

Na cidade, a principal fonte de empregos até início de 1980 eram as serrarias, fábricas de móveis e as confecções de roupas. As escassas ocupações remuneradas na cidade

convergiam à venda de força de trabalho no campo, como temporários, por um lado, ou assegurar a vida pobre em família no campo para não ter que se deslocar para grandes centros industriais. Ainda que o esforço dos jovens trabalhadores rurais tenha sido significativo, muitos foram “obrigados” a ter que deixar o campo, quando a vida piorou no final da década de 1980 onde “tudo que produzia não tinha valor”.

No final dos anos de 1980 e início de 1990, período notadamente marcado por sucessivas crises econômicas e desvalorização do trabalho corroído pela inflação do período, trabalhadores rurais de pequenas cidades do Sudoeste migraram para cidades como Dois Vizinhos, Pato Branco e Francisco Beltrão, com algum protagonismo na atividade agroindustrial. Tendo isso em vista, é por este fato que nosso recorte temporal de pesquisa se justifica a partir dos anos de 1980 em diante, com o intuito de observar a experiência vivenciada por esses trabalhadores que migraram para cidade.

1.2 “EU ME OBRIGUEI A SAIR, COMEÇOU A FICAR RUIM”: A PROLETARIZAÇÃO DE TRABALHADORES DO CAMPO

No período histórico de 1980 a 1990 havia uma crise generalizada no campo do Sul do Brasil e que foi vivenciada pelos trabalhadores da região Sudoeste do Paraná. Essa crise se dava basicamente pela diferenciação social causada pelo acesso ou não ao crédito para compra de insumos e máquinas agrícolas. A situação produziu empobrecimento das pessoas que viviam no campo e não conseguiam crédito. Com sua produção pautada em técnicas tradicionais, essas pessoas não conseguiam competir com as demais (CORONA, 2009). Isso atingiu algumas famílias numerosas que viviam na roça, como era o caso da família de Pedro.

Lá nós trabalhava na Lavoura plantava milho, feijão, fumo então assim com a lavoura começou ficar ruim né naquela época a gente não tinha mais como vive não tinha como tirar mais recurso da lavoura eu me obriguei a sair e vim pra cidade trabalhar né¹¹.

Pedro, hoje com 44 anos, viveu entre os anos de 1980 e 1990 no campo. Até aquele período, sua família trabalhava sob a organização de tarefas diárias pautada na policultura. Com a integração do campo à economia – motivada pela modernização e da fábrica na cidade, incluindo a introdução de tratores – a organização do trabalho familiar teve que mudar. Não

¹¹ Entrevista realizada no dia 24 de abril de 2019, com o Pedro (Pseudônimo).

foi uma escolha para a família de Pedro, já que naquela época “começou a ficar ruim” pela desvalorização do que produziam, pois havia grande quantidade desses produtos no mercado, o que gerava uma queda nos preços pagos pelas cerealistas. Não era fácil competir com produtos manufaturados pelas máquinas, uma vez que, despendiam de menos horas de trabalho e assim conseguiam fornecer um produto mais barato do que os trabalhadores rurais, que dedicavam mais horas para a realização e o beneficiamento dos produtos para venda.

Obrigar-se a ter que empreender a migração não foi algo particular do Pedro. Trata-se de uma experiência compartilhada socialmente, um ponto comum no início das narrativas, quando os entrevistados precisavam de uma referência para explicar sua existência no lugar. Esse processo atingiu inúmeras famílias. Vir para a cidade e “ter que trabalhar”, estava indissociavelmente ligado à crise e a ausência de crédito para as pessoas que viviam no campo entre os anos de 1980 e 1990. Um elemento importante que marcou a experiência de pessoas como o João, foi a introdução de tratores no trabalho agrícola.

Em 1970 a região Sudoeste possuía 185 tratores, em 1975 aumentou consideravelmente passando para 1851 e em 1980 já perfaziam o número de 4091 (SANTOS, 2008, p. 147). Se a introdução de máquinas agrícolas no campo infere uma mecanização acelerada por um lado, por outro ela indica ser um dos fatores da intensificação do trabalho manual. Pode-se dizer assim que a ampliação dos maquinários agrícolas não só afirma a tese da “modernização”, como confirma os sentimentos das pessoas que observavam a exploração do seu trabalho, a destituição de modos de vida e uma sensação de impotência. Famílias como as de Pedro, não estavam preparadas para a mudança repentina do trabalho, tampouco detinham condições para ter acesso aos tratores.

O aumento de maquinários no campo correspondeu ao aumento de trabalhadores rurais concentrados em pequenas propriedades, que foram se proletarizando. Contudo, não foram as máquinas que despossuíram as pessoas de sua relação com o campo, e sim uma profunda alteração no modo de produção que pode ser datada do final da década de 1970, 1980 e 1990, pela pressão acerca da concentração de terras. Na década de 1980, foram vendidas 6.923 propriedades com menos de 30 alqueires entre janeiro de 1983 até junho de 1985 e a maioria dos compradores eram médicos, dentistas, comerciantes, políticos, donos de agências de automóveis e empresários (FERES, 1990 *apud* MONDARDO, 2011, p. 122). Isso ocasionou um número maior de trabalhadores rurais expulsos do campo, pois com a concentração de terras e as atividades mecanizadas, a exigências de trabalhadores no campo diminuía.

Por isso, os relatos dos trabalhadores que viveram este período, nos informam uma vida marcada pela migração em busca de ocupações que garantissem a sobrevivência da família. Este é o caso de Antônio¹² ao relatar sua trajetória de vida. Primeiro junto com seus pais, aos sete anos de idade, quando saiu de Passo Fundo-RS em 1970 para ir morar em Matelândia, que fica na região Oeste do estado do Paraná. Depois de 15 anos morando neste município, mudaram para a cidade de Salgado Filho, que fica na região Sudoeste do estado do Paraná, no ano de 1985. Todas essas mudanças de cidades foram marcadas pela ocupação no campo. Ou seja, Antônio não diz o porquê saiu do Rio Grande do Sul e veio com a família para o Paraná – tendo morado em Matelândia por 15 anos e depois Salgado Filho – mas como já apresentamos acima, muitas famílias ao passo que iam aumentando o número de membros e ficavam insuficientes as terras que tinham para o sustento, tentavam mudar-se para regiões onde pudessem comprar mais terras e assim tentar melhorias em sua condição.

Na década de 1980, na região Sudoeste do Paraná, é observada uma migração dos trabalhadores do campo para cidade, a qual foi se acentuando ao longo do tempo, à medida que a integração produtiva do campo para cidade exigia condições que estavam fora do alcance de famílias como a de Antônio. As terras montanhosas não ajudavam a desenvolver um plantio de larga escala para atender ao mercado. Não havia dinheiro, nem condições para a mecanização do lugar. O grupo de trabalhadores rurais que sentiu isso mais intensamente foi o dos jovens, filhos dos pequenos produtores que não tinham perspectiva de permanência e foram os primeiros a sair de casa. Se durante os anos de 1950 e 1960 era necessário ter uma família numerosa para dar conta das tarefas diárias, a partir dos anos 1980, contudo, a dispensa da força de trabalho dos filhos mais velhos apontava para desagregação de laços sociais.

A tabela 2 demonstra que houve uma diminuição significativa da população rural e um aumento expressivo a da população urbana entre as décadas de 1990 e 2000:

Tabela 2. Evolução da população total, urbana e rural do Sudoeste paranaense (1970-2007)

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1970	434.324	77.597	356.727
1980	521.477	174.492	346.985
1991	478.126	225.666	252.460
2000	472.626	283.004	189.622
2007	473.929	309.344	164.585

¹² Entrevista realizada em 24 de abril de 2019, na cidade de Francisco Beltrão, com Antônio (Pseudônimo).

Varição/período	39.605	231.747	192.142
-----------------	--------	---------	---------

Fonte: FLORES (2009, p. 70)

Os números apresentados na tabela 2 afluem com a trajetória de vida da maioria dos trabalhadores que entrevistei. Antes de migrarem para zona urbana de Francisco Beltrão, eles haviam morado no campo e relataram algumas das dificuldades que vivenciaram lá. Este é o caso de Pedro.

Pedro é filho de colonos que empreenderam as migrações sulistas na década de 1960. À sua família foi concedida a propriedade da terra nos anos de 1970, até então não havia registro de propriedade e sim de posse, regularizado pelo Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Desde criança aprendeu a lidar com os animais e a desenvolver atividades variadas dependendo da época do ano, fazia junto com os irmãos o preparo da terra, o plantio, a limpa e a colheita. No início e no fim do dia dedicava-se ao trato dos animais. Nos fins de semana ia à missa e “jogava bola”. Todos a que Pedro conhecia na cidade de Enéas Marques viviam da mesma forma e quase todos que conhecia também sentiram um momento de mudanças no final dos anos de 1980.

A cidade de Enéas Marques, situada próximo a Francisco Beltrão, já foi conhecida por seu cheiro. Lá predominam no pequeno centro urbano fábricas de ração. Elas não existiam até a década de 1990, quando Pedro, filho de uma família extensa, migrou para próximo de bairros operários. Pedro e a cidade de Enéas Marques-PR são representativos de sujeitos e lugares. Ele é um ex-trabalhador do campo e Enéas Marques é uma típica cidade pequena que oferece poucas vagas de emprego industrial.

Nos anos de 1980 e 1990, os habitantes dessas cidades viram muitos trabalhadores migrarem para fora. Uns promoveram processos de deslocamento nacionais, interestaduais e intermunicipais. Foi assim que Pedro veio morar em Francisco Beltrão-PR aos vinte e um anos de idade. Pedro era jovem quando se mudou. Para sua família, que necessitava de mão de obra, a ausência de Pedro significava perda de produtividade. Contudo, trocar o campo pela cidade e os afetos familiares não foi uma escolha para ele.

Na roça, ele e seus pais plantavam milho, feijão, fumo e praticavam pecuária de subsistência. Criavam galinhas, frangos, porcos, vacas e alguns bezerros para engorda. Carnear os bichos era também uma prática que envolvia todas as pessoas da família. Aos poucos, essas atividades foram sendo incorporadas as indústrias. O beneficiamento do leite e o descarte do frango foram algumas das práticas que favoreceram a introdução de máquinas onde o trabalho anteriormente era manual. Essas coisas, porém, foram absorvidas aos poucos

no dia a dia do trabalho. Ter máquinas de debulhar grãos ou tratores era algo que crescia entre os trabalhadores do campo, mas não de forma generalizada, tampouco homogênea.

O que marcou a experiência de Pedro no campo foram as dificuldades econômicas vividas. O trabalho árduo da policultura não dava retorno e no final de cada colheita não recebiam o suficiente para sobrevivência. O baixo preço no momento da venda e a falta de oportunidade de emprego no campo, foram fatores que contribuíram para ele sair de lá. Esses elementos levaram Pedro a deixar o campo a ponto de dizer “eu me obriguei a sair”. O mal-estar causado pela deterioração de trabalho e de vida ocasionadas pela expansão do capitalismo forçou a ideia de uma vida nova em construção. A expectativa se projetava para fora da roça.

Para pessoas como Pedro, competir com as máquinas na produção de grãos, por exemplo, lhe transmitia a sensação de falta de oportunidades. O preço de seus produtos caía à medida que era difícil acompanhar a intensidade da produção. A avaliação é que de ano para ano as coisas começavam a ficar ruins, formando na constituição da memória uma época em que as coisas eram difíceis. Para essas pessoas, o contato com o comprador de suas produções não era mais a mesma. Relações de confiança eram rompidas entre eles. Ocorreu um distanciando à medida que ia se fortalecendo a integração econômica que selecionava pelo crédito aqueles que seriam incorporados à indústria. Uma maneira de buscar “melhores oportunidades” foi o deslocamento para a cidade. Este também foi o caminho percorrido por Adair.

Adair¹³ trabalhou 23 anos no frigorífico da BRF-foods. Ele acompanhou o processo de instalação de linhas de abate e manufatura do peru em 1996 e seu fechamento em 2018. Esse processo foi vivido por Adair como expectativa e frustração. A expectativa do emprego com carteira assinada na cidade e direitos constitucionalmente reconhecidos, por um lado; e a demissão como frustração em 2018, por outro. Entre esses anos, há a formação de sua memória ante ao processo da história social do trabalho e dos trabalhadores na região Sudoeste do Paraná.

Como Pedro, Adair nasceu em uma vila pequena. Próximo de Enéas Marques, situa-se uma vila conhecida por Nova Concórdia, pertencente à cidade de Francisco Beltrão. Chegou a ter mais de 20 mil pessoas em 1980. Atualmente é um lugar com pouco mais de mil habitantes. Lá, Adair trabalhou no campo. As lembranças de um tempo difícil o fazem bloquear parte de sua vida.

¹³ Entrevista realizada no dia 06 de dezembro de 2017, na cidade de Francisco Beltrão, com Adair (Pseudônimo).

Quando entrevistei Adair pela primeira vez, a emoção correu-lhe quando foi questionado sobre seu passado no campo. Depois de algumas entrevistas, como as de Pedro, obteve-se percepção suficiente para compreender que a emoção se dava paralelamente ao esforço que fazia para guardar coisas que não queria lembrar.

As coisas que Adair não queira lembrar são possivelmente compartilhadas com pessoas que viveram o mesmo processo juntas e que podem definir identidades coletivas correlacionadas ao trabalho na fábrica. Este é certamente um “regime de historicidade” que se apresenta na experiência de classe dessas pessoas.

Adair, ao reconstruir sua narrativa sobre a vida no campo, concluiu dizendo que depois que veio para a cidade, “não quis mais voltar para o interior”. Ao afirmar isto, ele está reconstruindo suas lembranças a partir do seu presente. Adair ergueu sua narrativa sobre a trajetória de vida a partir do paradigma do progresso. Se o campo representava um período de desagregação, a cidade, por outro lado, representava a reconstrução. Em 1991, alistou-se no exército, onde ficou por quatro anos.

Para ele, mudar para a cidade demonstrou ser uma vida mais segura, pois depois do serviço obrigatório no exército, conseguiu prorrogar sua estadia por mais quatro anos, trabalhando como reservista. Lá ele tinha salário todo mês e guarita. Em seguida, foi trabalhar em um supermercado e logo conseguiu trabalho no frigorífico, quando começou a contratação de trabalhadores para a nova linha de produção de perus. No frigorífico, Adair teve a sensação de crescimento profissional dentro da fábrica, o que é interpretado como algo valoroso. A comparação feita pelo Adair é com base em sua experiência de trabalho e vida no campo, ou seja, para ele a vida e trabalho na cidade foram vistos como “melhores”, pois conseguiu ascender dentro da fábrica e com isso pôde ter acesso a bens como casa própria e carro, além de garantir o sustento de sua família.

Os serviços dentro da fábrica foram classificados como sujos ou limpos, por Adair. A sua primeira ocupação no frigorífico foi na sala de cortes e depois no refeitório (trabalhos entendidos como sujos), pois eram em lugares sujos, frios e molhados. Já o trabalho no escritório foi compreendido como trabalho limpo, pois era realizado em uma sala, com ar-condicionado, trabalhando no computador e mexendo com planilhas e papéis. Além disso, este lugar era o espaço da decisão, o que confere a quem trabalha uma posição de status. Sua vida inteira esteve amparada por tais valores.

O exército, para Adair, foi a ponte para reconhecer possibilidade de migração e de ocupação, confirmada em 1996, quando se empregou no frigorífico. Na fábrica, a organização do trabalho também era hierarquizada, assim como em casa e no exército, não foi difícil para

Adair assumir como valor a mudança de setor como reconhecimento individual. A hierarquia referida está relacionada à divisão de trabalhos, tanto no campo como dentro do exército. Os trabalhadores eram divididos para a realização de trabalhos diferentes e essa divisão era feita e organizada no campo, pelo dono das terras, no caso, o pai de Adair e na fábrica, o trabalhador com o cargo mais elevado dentre os outros cargos. Entretanto, tais valores são reconhecidos à medida que também se reconhece a degradação do trabalho manual na linha de produção.

Considerando as experiências de vida descrita pelos trabalhadores acima, como Pedro e Adair, é possível averiguar uma experiência comum: as dificuldades que ambos encontraram em permanecer no lugar de origem. Produzir e “não ter retorno na parte financeira”, fala de Adair para justificar sua saída do campo, é uma lembrança compartilhada por pessoas que viveram a exclusão do crédito, e de certa forma, não se ajustavam aos padrões estabelecidos pelo capitalismo. Tal situação pressionou a vivência de trabalhadores do campo com intensidade acentuada entre os anos de 1970 até 1995. Uma geração inteira de jovens que compunham famílias numerosas foi afetada.

É significativa desta hipótese, a história de Antônio. A maioria de Antônio pode ser definida pela vida fragmentada. Muito cedo teve que sair de casa. Aos vinte e três anos empregou-se no frigorífico Chapecó na cidade de Francisco Beltrão. Ele saiu de Salgado Filho em 1986, cidade pequena a vinte e cinco quilômetros de distância e conhecida por seu perfil montanhoso. Quando Antônio conseguiu o emprego no frigorífico, fazia três anos que a fábrica havia se instalado na cidade, sendo que neste período o empreendimento já era um lugar que absorvia parte da força de trabalho dispensada do campo.

A falta da vivência no campo, das relações familiares e afetivas e as dificuldades de se adaptar a rotina da fábrica e a cidade, somadas a salários baixos, levaram Antônio a retornar para casa, na parte rural da cidade de Salgado Filho. A estadia e guarita dos pais durou até 1990, quando já estava casado há dois anos. A escassez de recursos no campo o fez retornar mais uma vez para Francisco Beltrão, onde se arranhou no emprego da fábrica de madeira.

Como Antônio, muitos outros trabalhadores, moradores do bairro, partilham desse percurso. Como resultado do trabalho pesado e das condições insalubres, alguns destes trabalhadores trazem marcas no corpo (como dedos cortados) e problemas crônicos de saúde, resultantes dos anos em que trabalharam nas serrarias e frigorífico.

Antônio viveu de 1986 até 2004 sob a insegurança do desemprego. Dezoito anos demarcam uma vida sem paradeiro. Isso diz muito sobre o processo de proletarização de pequenos trabalhadores do campo que buscavam cidades maiores para reproduzir a vida. Essa

trajetória é lembrada como sofrimento, de maneira que se pode complementá-la ao domínio do capital financeiro no campo.

Na década de 1980, período em que Antônio saiu do campo, a contribuição do setor primário para o Produto Interno Bruto (PIB) era de 9,8%, duas vezes e meia menor do que em 1950, que correspondia a 24,2%. Neste período, eram 3,64 milhões de estabelecimentos agrícolas e 73% destes cultivavam a terra sem o uso do arado, fosse ele mecânico ou de tração animal. Diferenciam-se nesse quadro as lavouras rentáveis de trigo e de soja de propriedades familiares no Sul do país (FAUSTO, 2001, p. 296-298). Antônio não produzia nem trigo e nem soja. Isto quer dizer que sua família se enquadra mais entre os 73% do que os 27%. A considerar que as lavouras de soja e de trigo necessitavam de terras, maquinários e créditos, é possível reconhecer a exclusão gerada pela “modernidade do campo”.

Antônio, em suas recordações sobre o campo e as dificuldades da produção de grãos para o trabalhador que dependia destes, ressaltou o papel do banco (fornecedor de crédito). Com a introdução da “modernização do campo” a partir da década de 1970, as relações pessoais entre os trabalhadores rurais e o comprador de seus produtos, assim como seus fornecedores, foram se perdendo. No lugar destas, o que se estabeleceu foram relações impessoais intermediadas pelo banco (acesso ao crédito) e com alguns representantes de “equipamentos agrícolas modernos.”

No ano de 1995, o pai de Antônio vivenciou essa experiência de relação impessoal com o banco, pois precisou pegar crédito para a produção de feijão. Mas a lavoura naquele ano, na fala de Antônio, “não foi boa”, ou seja, a produtividade por alqueire foi baixa por não terem acesso aos maquinários e o clima não ter sido favorável para a produção e colheita do feijão. Com isso, o preço pago pela saca de feijão foi baixo em comparação aos outros grãos (soja e trigo), o que não foi suficiente para pagar a dívida com o banco. Mas, a dívida teria que ser paga, uma vez que o banco, na fala de Antônio, cobrava que se pagasse logo ou, caso não conseguisse pagar, que entregasse as terras usadas como garantia do empréstimo.

A solução encontrada pelo pai de Antônio para não perder sua propriedade para o banco, foi vender três alqueires para o seu filho mais velho, que naquele ano havia plantado milho e a colheita tinha sido um pouco melhor. Ao relatar que a safra de milho do irmão teria sido “boa”, isso mostra que havia uma auto exploração, pois os familiares acabavam trabalhando mais, por medo de perder a terra. Para que isso não acontecesse, era preciso plantar vários grãos diferentes, pois o clima e a variação de preço da saca de cada grão poderiam interferir no lucro ou prejuízo da plantação.

O relato de Antônio sobre o medo que seu pai possuía do banco, é resultado da sua convivência de anos com outros pequenos trabalhadores rurais que chegaram a perder partes de suas terras para a instituição, porque não haviam conseguido pagar os empréstimos que pegaram para a plantação das safras de grãos.

Antônio, por ter convivido com esse medo rondando a família nos anos em que era preciso recorrer ao banco, o caracteriza por meio de um adjetivo, os bancos eram “sacanas”, ou seja, os encaravam como sujeitos e responsáveis pelo empobrecimento de sua família. Já que seu pai foi obrigado a vender três alqueires para quitar a dívida com o banco.

A experiência do pai de Antônio está vinculada a um período histórico (1970-1990) no qual o medo sobre pegar crédito com banco era compartilhado entre outros pequenos proprietários de terras no interior do estado. Isso nos permite compreender os sentimentos de medo e angústia, uma vez que, nesse período as linhas de crédito aos trabalhadores do campo não eram acessíveis e os juros eram muito altos, diferentemente do que se apresenta hoje¹⁴. É por conta de todos esses relatos de vida e das informações pesquisadas que podemos compreender o porquê as memórias sobre o trabalho no campo são construídas a partir de sentimentos de angústia, insegurança e revolta. O período compreendido entre 1980-1990 foi de empobrecimento dos trabalhadores rurais na região do Sudoeste do Paraná, onde principalmente os jovens foram os primeiros a saírem do campo para tentar outro meio de vida. Por isso, há um descompasso entre a memória do colono pioneiro com a de trabalhadores como Pedro, Adair e Antônio.

As dificuldades apresentadas pelos trabalhadores que passaram pelo processo de expropriação ao recordarem e relatarem sobre sua experiência de vida no campo, são relativamente comuns a partir do momento que pesquisamos sobre os pequenos agricultores na região do Sudoeste entre as décadas de 1980 e 1990. Foi nesse período em que muitos vivenciaram a exploração de sua condição de trabalhadores rurais, com pequenas propriedades. Os recursos disponibilizados pelo Governo Estadual para a agricultura eram voltados para os grandes e médios proprietários que tinham como pagar pelos financiamentos. Por conta dessa dificuldade, os pequenos agricultores tiveram que exigir mais do trabalho familiar, para continuar tendo um retorno na produção, mesmo que escasso (CORONA, 2003).

¹⁴ Desde o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), os juros caíram para os pequenos agricultores e as linhas de créditos tornaram-se mais amplas.

A alternativa que se apresentou para muitos trabalhadores do campo, principalmente para a juventude na região, entre as décadas de 1980 e 1990, foi migrar para cidade em busca de ocupações que trouxessem mais segurança, como por exemplo, o salário todo mês, além de direitos trabalhistas que não estendiam até o campo.

A partir da metade da década de 1970, a região Sudoeste no Paraná passou a ser visada por empresários do ramo da indústria avícola por alguns motivos, dentre eles está o fato de que ela era constituída por cidades pequenas, composta por muitas propriedades de trabalhadores do campo que plantavam milho, soja e que tinham experiência em criação de pequenos animais (DALLA COSTA, 1997). Atílio Fontana, fundador da Sadia, resalta essas características sobre os lugares buscados para a instalação de moinhos e frigoríficos, pequenas cidades, de preferência do interior, parecidas com Chapecó e Concordia em Santa Catarina (FONTANA, 1980).

Essas características das cidades eram buscadas pelos empresários do ramo dos frigoríficos, pois retiravam deles o custo dos investimentos para a produção da matéria-prima, no caso as aves e a produção de grãos (milho e soja). Ou seja, atribuíam aos trabalhadores rurais as pressões para atender as exigências impostas pelos frigoríficos, como a construção dos aviários dentro das normas e medidas especificadas. Essa relação demonstra como que esses trabalhadores passaram a enfrentar as pressões das mudanças econômicas de mercado, impostas pela acumulação do capital, já no final da década de 1970 (BOSI, 2011).

Tanto é, que na região foram instalados três frigoríficos de abate de frango entre as décadas de 1970-1980: em Pato Branco no ano de 1974 o Comércio de Aves Sudoeste Ltda (em 1981 passou a ser chamada de SEVA); em 1978, em Dois Vizinhos, a Sadia e em 1982, em Francisco Beltrão a Chapecó Paraná S/A (que foi vendida em 1991 para a Sadia) (FLORES, 2009, p. 75).

Os donos das indústrias avícolas que se instalaram nas principais cidades da região Sudoeste do Paraná, se beneficiaram do empobrecimento de trabalhadores do campo e com isso conseguiram ter tanto a mão de obra “disponível” para a produção de aves, quanto trabalhadores para a linha de produção, pois muitos trabalhadores saíram do campo e foram para a cidade em busca de empregos, os quais eram escassos. Muitos destes trabalhadores possuíam origem comum: herdeiros de colonos pioneiros. Nas cidades, os trabalhos existentes eram restritos a dois ramos das indústrias: madeireira e confecção de roupas, além dos trabalhos no setor de serviços, comércio e serviços domésticos entre as décadas de 1970-1980.

A tabela 3¹⁵ foi montada para exemplificar o crescimento da população urbana na cidade de Francisco Beltrão, uma das maiores cidades da região Sudoeste do Paraná, em comparação a população da região Sudoeste entre os mesmos anos. A partir dos dados do IBGE, entre as décadas de 1980 e 1990, foi possível apreender que a cidade recebeu trabalhadores vindos de várias regiões do próprio estado, como de outros lugares. Esse período apresentado a partir dos dados do Censo Demográfico sobre a população da cidade, compreende o mesmo momento da instalação do frigorífico da Chapecó Paraná S/A no local (depois foi vendido em 1991 para a Sadia). Ou seja, à medida que trabalhadores como Pedro, Adair e Antônio viviam dificuldades econômicas para manter estruturas tradicionais de trabalho, foram se estabelecendo, paralelamente à destituição de vida e trabalho, frigoríficos centrados na exploração de trabalho familiar e com possibilidade de financiar aviários. Outros trabalhadores endividados ou com experiência negativa com empréstimos em bancos, como Antônio, tiveram que deixar o campo.

Tabela 3. Relação Populacional: Sudoeste e Francisco Beltrão - urbana e rural 1980 – 1991

ANO	ORIGEM	SUDOESTE	FRANCISCO BELTRÃO
1980	Urbana	174.492	28.988
1980	Rural	346.985	20.625
1980	Total	521.477	49.613
1991	Urbana	225.666	45.622
1991	Rural	252.460	15.650
1991	Total	478.126	61.272

Fonte: Dados Censos Demográficos de 1980 e 1991, organizados pela autora (2022).

Neste caso, estudos da área da demografia nos ajudam a visualizar e entender as dinâmicas dos deslocamentos humanos na região. Os números referentes a movimentação demográfica bruta evidenciam claro aumento da população urbana em contraste com o encolhimento da população rural. O principal fator que explica esta mudança é a mecanização da produção agrícola e pecuária e a concentração fundiária, documentados em trabalhos acadêmicos e narrados pelos entrevistados. Este é um retrato panorâmico que pode ser enriquecido com dados detalhados sobre os saldos líquidos das movimentações realizadas no período. Exemplificação: O Censo de 1991, elaborado pelo IBGE, registrou a chegada de 12.862 imigrantes no Sudoeste do Paraná e a saída de 32.860 para outras regiões e estados

¹⁵ A tabela número 3 foi elaborada pela autora com base nos dados dos Censos Demográficos das décadas de 1980 e 1991. A tabela apresenta uma comparação entre os dados da população da região do Sudoeste do Paraná em relação à cidade de Francisco Beltrão.

brasileiros. A maioria dessas 32 mil pessoas esvaziou o campo pela razão analisada acima. Esta “troca” líquida entre os que chegaram e os que saíram totalizou 19.988 pessoas a menos no Sudoeste.

No caso de Francisco Beltrão, desde os anos de 1970, a inclinação tem sido a de concentração da população na cidade e diminuição da concentração rural, em comparação ao fato de que o saldo líquido migratório no período 1982 a 2005 é positivo. Ao lado de Pato Branco-PR, Francisco Beltrão-PR destoa do comportamento populacional do Sudoeste do Paraná, cuja tendência tem sido a diminuição líquida da população (RIPPEL, 2014). De qualquer modo, o importante aqui é salientar duas coisas sobre Francisco Beltrão-PR: a população rural diminuiu tanto em termos absolutos, quanto proporcionais, desde a década de 1970; ainda, sua população urbana aumentou devido ao crescimento vegetativo e principalmente à migração de pessoas da zona rural da região Sudoeste e de outras partes do Paraná. Outro ponto a ser abordado é a saída de trabalhadores de Francisco Beltrão-PR para outras regiões em busca de trabalho (MODARDO, 2007).

Observando os dados da tabela acima, podemos apreender dois aspectos: 1) nas décadas de 1980-1990 ocorreram diminuições consideráveis da população rural da cidade de Francisco Beltrão, pois se na década de 1980 a população rural representava 41% da população total da cidade (20.625), já na década seguinte, a população rural representava somente 25% da população total do município (15.650). Houve diminuição da porcentagem dos trabalhadores no campo; 2) a população urbana cresceu e o principal motivo desse crescimento foi a migração de trabalhadores na expectativa de conseguirem uma ocupação que garantisse sua sobrevivência.

Os dados da tabela 3 também nos mostram que a cidade de Francisco Beltrão, entre as décadas de 1980 e 1991, destoava sobre a concentração da maioria da população desse período com relação aos dados da região Sudoeste, pois mesmo com a diminuição de uma década para outra, a predominância na região era da população rural sobre a população urbana. Uma das justificativas para essa diferença é o crescimento da cidade de Francisco Beltrão a partir da presença de trabalhadores do campo empobrecidos e expropriados, bem como o surgimento de pequenas empresas e fábricas impulsionadas pela iniciativa do poder público, por meio da doação de terras para a instalação dos empreendimentos.

Alguns dos trabalhadores entrevistados compartilharam em sua vivência o fato do deslocamento/migração com a família para a cidade de Francisco Beltrão-PR, entre meados da década de 1970 e na década de 1980, na busca por emprego.

A trajetória de vida de Maria¹⁶ é representativa sob o ponto de vista da maioria dos trabalhadores que migraram para outras regiões dentro do próprio estado. De acordo com os dados do IBGE, entre os anos de 1970-1982, aproximadamente 10.590 pessoas naturais do estado do Paraná migraram para Francisco Beltrão. Não foi por acaso que programas de construção de moradias como o “mutirão solidário” foram instituídos neste período. Sobre o Projeto de Lei 042/1985¹⁷, da Câmara de Vereadores da cidade de Francisco Beltrão, no dia doze de julho de 1985, o prefeito na época, Guiomar Jesus Lopes, em uma mensagem para o presidente da Câmara e os vereadores disse o seguinte:

Através do presente, encaminhamos para deliberação dessa Egrégia casa de leis, projeto solicitando autorização para proceder a doação de uma área de terras, 8.880 metros quadrados, localizado no Bairro Pinheirinho com a finalidade de sobre o referido imóvel serem construídas 30 (trinta) unidades residenciais pelo sistema mutirão. Senhor presidente e Senhores vereadores, a necessidade de implantação de um projeto nesse sistema é urgente em Francisco Beltrão, visto o elevado número de pedidos de casas populares existentes na COHAPAR [...] (FRANCISCO BELTRÃO, 1985).

Os projetos de leis referentes a doação de terras para construção de casas na região norte da cidade de Francisco Beltrão continuaram ao longo da década de 1980 e 1990, pois o número de trabalhadores que residiam naquela região era grande. Concomitantemente a estes movimentos, trabalhadores do campo passaram a ocupar terrenos baldios próximos às fábricas, notabilizando a presença desses sujeitos que reivindicavam direitos sobre a cidade e trabalho. Em paralelo ao fortalecimento da indústria, com a introdução do frigorífico de peru em 1996, é possível afirmar que a ocupação dos espaços urbanos não se deu de forma institucionalmente organizada, nem pela fábrica, tampouco pela prefeitura. Matérias do Jornal de Beltrão, entre os anos de 1998 e 1999, noticiaram ocupações realizadas pelos trabalhadores nos bairros da região norte da cidade.

As ocupações presentes na cidade de Francisco Beltrão eram resultantes da reivindicação do direito à moradia e vivências do espaço urbano dos trabalhadores vindos de outros municípios, assim como dos trabalhadores do campo que haviam migrado para a cidade entre as décadas de 1970-1990, pois esses trabalhadores vinham de cidades menores a procura de empregos.

¹⁶ Entrevista realizada em 07 de agosto de 2018 em Francisco Beltrão, com a Maria (Pseudônimo).

¹⁷ Esse projeto de Lei 042/1985 foi aprovado e autorizado no dia 13 de agosto de 1985.

1.3 “TINHA POUCA OPÇÃO”: EXPERIÊNCIAS DE OCUPAÇÕES LABORAIS ANTES DO EMPREGO NO FRIGORÍFICO

Maria nasceu em Capitão Leônidas Marques, região Oeste do estado do Paraná, no ano de 1974. Capitão Leônidas Marques, até dezembro de 1964, pertencia à cidade de Cascavel, maior cidade daquela região, sendo que, após seu desmembramento em 14 de dezembro de 1964, foi elevado a condição de município. A principal atividade econômica do lugar até os dias atuais, de acordo com o IBGE, é a produção de grãos como milho, feijão e soja, além de mandioca e fumo.

A cidade onde Maria nasceu também era marcada pelo trabalho no campo e sua experiência estava integralmente ligada a esta atividade. O ano de seu nascimento, 1974, coincidiu com o processo de “modernização da agricultura”, que impactou a vida dos trabalhadores do campo neste período. Essa experiência foi caracterizada pela dificuldade de se permanecer no campo, pois era necessária uma intensificação que levava à exaustão do trabalho familiar, com vistas a competir com a produção mecanizada. Aqueles trabalhadores do campo que não conseguiam ter acesso ao crédito para plantar, foram pressionados para fora do campo e a migração para outras regiões tornou-se uma necessidade.

Essa trajetória que marcou a vida de muitas famílias, também foi vivida pela família de Maria, quando no ano de 1976 mudou-se da cidade no Oeste do Paraná, indo para Francisco Beltrão. Nessa mudança de cidade e região, Maria veio com a mãe e sua irmã mais velha. A mudança de local atribuía o sentimento de esperança na busca por emprego, o que implicou distanciamento familiar.

Maria era criança ao chegar a Francisco Beltrão em 1976, por isso, ao reconstruir sua narrativa se recordava muito pouco das memórias afetivas da cidade natal e da vida no campo. Morou com a mãe e sua irmã no bairro Cango, conhecido como primeiro bairro da cidade, logo depois foram morar no bairro Alvorada (que fica na entrada da cidade para as pessoas que chegam do Oeste do Paraná – Sentido Cascavel), onde ficaram até os quinze anos de idade de Maria, quando decidiu mudar-se para a cidade de Curitiba em 1989.

A memória de pertencimento ao lugar, Maria construiu em Francisco Beltrão no bairro Alvorada durante sua infância entre as décadas de 1970-1980, porém, esse sentimento de pertencimento foi desconstruído a partir do momento em que ela passou a buscar emprego em meados da década de 1980. As ofertas eram escassas e para ela eram reservadas as piores ocupações (trabalho doméstico). Maria relatou que na adolescência o único trabalho que

conseguiu na cidade foi “porque aqui só trabalhava de doméstica, a gente só tinha essa opção de doméstica”, por esse motivo aceitou o convite do tio em 1989 para ir morar em Curitiba, com apenas 15 anos. Talvez um lugar cosmopolita lhe reservasse, segundo suas expectativas na época, melhor ocupação para uma mulher negra e trabalhadora.

Os sentidos atribuídos ao trabalho por Maria, buscavam amparo em perspectiva de ampliação das opções disponíveis para sua atividade. Ela não queria ser doméstica, mas, ainda que tivesse estudo e qualificação (curso de datilografia), o que restava era um trabalho de baixa remuneração e sem reconhecimento. Maria atribuía a dificuldade de se empregar, para além do serviço doméstico, pelo fato de ser negra e filha de mãe solteira. Por esse motivo se comparava a outras moças da sua idade, as quais raramente precisavam se inserir em relações de trabalho informal de menores de idade. Hoje, ela compreende que havia um grau de exclusão por causa das diferenças de classes sociais. Por esses motivos, sempre pensou em sair de Francisco Beltrão.

Assim como Maria, Antônio também teve uma trajetória de vida marcada pela migração em busca de empregos melhores. No ano de 1986 e com 23 anos, ele saiu do campo em Salgado Filho e veio para a cidade de Francisco Beltrão para trabalhar no frigorífico da Chapecó (frigorífico que foi comprado pela Sadia em 1991), no qual desenvolveu atividade na parte da pendura das aves vivas. Ele batia o cartão no começo da tarde e ia até meia noite ou uma da manhã. Ele trabalhava doze horas por dia. Essa era uma condição comum dos frigoríficos do período, que enfrentavam variação da produção ocasionando alongamento da jornada de trabalho. Só que esse primeiro contato com a ocupação no frigorífico não foi incorporado por ele como algo positivo, por isso, com um ano e dois meses de tempo de serviço, quando teve a oportunidade, retornou a viver no campo em Salgado Filho, em 1987.

De acordo com seu relato, o que o motivou a sair do frigorífico na época, foi a baixa remuneração perante o serviço que era feito e as horas trabalhadas, em média dez a doze horas por dia. Outro fator que pesou em sua decisão para sair do frigorífico, foi a falta das relações sociais no campo. Ele era catequista. Todo sábado precisava escolher entre o serviço no frigorífico e o trabalho como leigo na Igreja. Havia, portanto, uma tensão entre obrigação e desejo. Sendo que o primeiro sempre derrotava o segundo. Ele tinha que faltar na catequese ou perder o dia de serviço. Somavam-se a isso os gastos que Antônio precisava para se manter na cidade. Ele morava em uma pensão próximo da fábrica. No campo, ele era reconhecido por familiares e pelos membros da comunidade pelo trabalho desenvolvido, tanto na roça, quanto na comunidade (catequista), enquanto na cidade não havia esse reconhecimento.

Na comparação entre as ocupações que Antônio havia tido na década de 1980 (trabalho no campo e a ocupação no frigorífico de aves), verificou-se uma tensão entre a vida que levava no campo: trabalho na agricultura com a família, moradia, alimentação e, sobretudo, a relação que estabelecia com a comunidade e com o lazer. A rotina do trabalho na linha de produção também pesou em sua decisão: baixa remuneração, longas horas de jornada de trabalho, moradia, ausência de lazer. Tais elementos pesaram negativamente ao trabalho na fábrica. Porém, este momento experimentado por Antônio parece ter mudado à medida que crescia a mobilização de pessoas como ele do campo para cidade.

As experiências de Maria e Antônio podem ser entendidas como parte do processo de estabelecimento de trabalhadores e formação de força de trabalho de frigorífico. Em algum grau podemos caracterizar essas experiências por um itinerário comum: a) migração do campo; b) experiências pregressas com trabalhos precários; c) desenvolvimento de bairros de trabalhadores; d) formação de força de trabalho de frigoríficos com base em rede de contato familiar. Esses pontos podem ser generalizados à medida que são compartilhados por trabalhadores que vivem próximos aos frigoríficos.

1.4 A CONSTRUÇÃO DO FRIGORÍFICO E A “GERAÇÃO DE EMPREGOS”

Em paralelo às entrevistas com os trabalhadores sobre a década de 1980, mais especificamente na cidade de Francisco Beltrão, os documentos analisados na Câmara de Vereadores da cidade e Projetos de Leis aos quais tivemos acesso, nos mostraram que a década de 1980 foi o período em que o poder público local intensificou o incentivo para instalação de empresas na cidade, a partir da doação de lotes, principalmente na região Norte da cidade, onde hoje estão localizados os bairros¹⁸ populosos da cidade de Francisco Beltrão. A figura 1, apresentada a seguir, nos auxilia a identificar o território que corresponde ao município de Francisco Beltrão. A partir do mapa, podemos observar que a malha urbana é pequena (está contornada dentro do território de Francisco Beltrão) em relação à parte rural. E a região norte, na cidade de Francisco Beltrão, foi expandindo enquanto área urbana, principalmente a partir dos anos de 1980, devido aos lotes doados pelo poder público para instalação de empresas, conjuntamente a presença de trabalhadores que migravam para a cidade em busca de emprego.

¹⁸ Região norte da cidade de Francisco Beltrão – PR é composta pelos seguintes bairros: Pinheirinho; Antonio de Paiva Cantelmo, Sadia (Conjuntos Habitacionais Beija-Flor; Marchiori), Júpiter, Jardim Itália I, Jardim Itália II, Floresta, Primavera, Jardim Virginia, Padre Ulrico I, II e III (mais a ocupação Nossa Terra no Padre Ulrico).

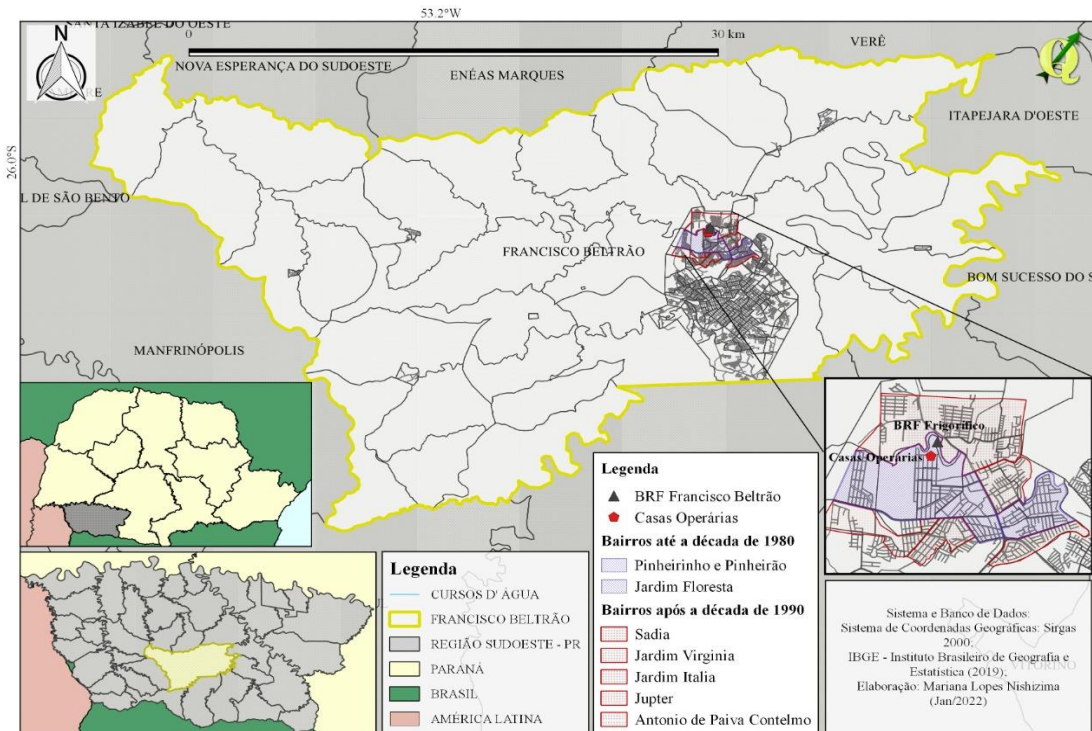


FIGURA 1. Mapa do território de Francisco Beltrão e a região norte da cidade.

Fonte: Mariana Lopes Nishizima (Jan./2022).

Na época, a região norte da cidade era tida como uma área rural. Mapas anexos aos projetos de leis mostravam que parte das terras na região norte ainda eram registradas como glebas, porque referiam-se a propriedades rurais. Essas propriedades foram sendo compradas pela prefeitura com a intenção de destiná-las às empresas e fábricas. Por outro lado, a mobilização de pessoas, como Maria e Antônio, também colocou em evidência a necessidade de ampliação do perímetro urbano.

Uma das empresas que representam esta associação entre público e privado, e foi instalada na região norte da cidade de Francisco Beltrão, na década de 1980, foi a Chapecó Paraná S/A, que segundo o informativo¹⁹:

A primeira etapa da CHAPASA constitui-se da ensilagem e fábrica de rações e concentrados, em área construída de quatro mil metros quadrados e com geração de **80 empregos diretos**. [...] O início da implantação do projeto foi em junho de 1980, **numa área de 36 mil metros quadrados, doada pela prefeitura de Municipal de Francisco Beltrão**. [...] A segunda etapa do complexo Chapecó Paraná, prevê a instalação de um abatedouro de aves, [...] sendo **gerados no total 800 empregos diretos** (INFORMATIVO CHAPECÓ, 1981, p. 1).

¹⁹ A propaganda de “geração de empregos” com a instalação do frigorífico da Chapecó em 1982/83 firmou-se como possibilidade de ocupação para trabalhadores rurais.

A empresa, em seu informativo, ressalta a contribuição da prefeitura com a doação de 36 mil metros quadrados para a instalação de uma fábrica de ração e de um futuro abatedouro de aves, o que resultaria em ocupações para os moradores da cidade, bem como, contribuição para o desenvolvimento industrial e urbano da região norte de Francisco Beltrão.

Um ponto interessante de análise sobre a questão das doações de terras para as indústrias por parte do poder público municipal, é que enquanto isso acontecia na parte urbana da cidade, no campo a juventude estava sendo pressionada a sair de lá. Algumas famílias venderam suas propriedades. Pois, como já apresentamos anteriormente, a década de 1980 na cidade de Francisco Beltrão foi marcada pela venda e concentração de terras nas mãos de profissionais liberais: médicos, advogados etc. A consequência desse processo de concentração de terras foi o aumento da população urbana. Uma parte dos trabalhadores que migraram para Francisco Beltrão foi resultado dessa expropriação dos trabalhadores rurais. Como em outros lugares e regiões, no mesmo período, o argumento para a doação de lotes e constituição de fábricas foi a “geração de empregos”. Para os trabalhadores, entretanto, a instalação dessas fábricas significava também uma alternativa à vida no campo, mais próxima do poder público, portanto, mais próximo de direitos constitucionais.

Um desses direitos foi a moradia. O crescimento da população urbana originada da perda de ocupações no campo gerou uma demanda por moradia popular. Uma das medidas adotadas pela prefeitura em 1982, através de um Projeto de Lei²⁰, para que o frigorífico pudesse ter funcionários para trabalhar no moinho, foi:

Art.1 Fica o Poder Executivo autorizado a doar – com encargos, a Firma Chapecó Paraná S/A – Indústria e Comércio, os lotes nº 1 a 40, que formam a quadra 644, com área total de 14.640 mil metros quadrados e os lotes nº 1 a 40, que formam a quadra 645, também com área total de 14.640 mil metros quadrados, do Patrimônio Municipal, localizado no período urbano de Francisco Beltrão – Paraná. [...] Art.3 Os terrenos ora doados destinam-se a construção de no mínimo, 40 casas, destinadas a residência de empregados da firma beneficiada e equipamentos comunitários (grifos meus).

Uma das soluções encontradas de imediato pelo poder público municipal foi doar terrenos perto do frigorífico para a construção de 40 casas, ou seja, o Estado agiu para viabilizar moradias vinculadas ao frigorífico. Na figura 2, que segue abaixo, podemos verificar algumas dessas casas construídas em 1982 para atender aos trabalhadores do frigorífico da Chapecó. Elas estão localizadas na Rua Amazônia no Bairro Pinheirinho,

²⁰ Projeto de Lei nº 946/1982, enviado à sanção do prefeito Municipal de Francisco Beltrão – Estado do Paraná, seção 03 de setembro de 1982 (ANEXO A).

próximas ao frigorífico. Foi um dos primeiros projetos de um conjunto de casas construídas com o objetivo de assegurar moradia para os trabalhadores do frigorífico. A partir desse projeto e a presença de trabalhadores no bairro Pinheirinho, houve o desenvolvimento urbano desse espaço.



FIGURA 2. Primeiras Casas Operárias no Bairro Pinheirinho (1982)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Esta política visou fixar a força de trabalho no lugar e baratear seu custo para o capital, transferindo parte da responsabilidade para o poder público. Tradicionalmente, as casas dos trabalhadores em sistema fábrica-bairro se davam com investimento exclusivamente privado, como forma de dominação e controle da força de trabalho sob o capital da grande indústria (ENGELS, 2010). Posteriormente, os espaços de moradia iam sendo apropriados pelo trabalho fora da fábrica (roçados, reparo das casas, criação de animais etc.). Essa relação criava um vínculo de apropriação do espaço em oposição à dominação fabril, que era reivindicado depois pelos trabalhadores (LOPES, 1988).

A história da formação das moradias em Francisco Beltrão, vinculadas aos trabalhadores de frigoríficos, estabelece conexão com os aparelhos públicos de modo a atender requisitos de infraestrutura (lotes, pavimentação de ruas, iluminação etc.) como atrativo para fábricas geradoras de emprego. Depois da instalação do frigorífico da Chapecó em 1983 e da Sadia em 1991, o poder público teve que lotear as glebas da localidade do frigorífico. Estabeleceram-se programas de moradia municipais vinculadas a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) a nível estadual e a Caixa Econômica a nível federal, de

modo que as moradias eram financiadas e privatizadas. Diferentemente do sistema de fábrica-vila operária, o financiamento das casas dos trabalhadores de frigorífico em Francisco Beltrão ficou a cargo do habitante. Esse é um ponto que diferencia as primeiras moradias operárias daquelas que formaram o bairro de trabalhadores a partir de 1990.

Contudo, com a mobilização dos trabalhadores, é certo que parte das benfeitorias também tenham se estendido para os bairros com os serviços públicos. Por isso, à medida que o poder público atendia um interesse da fábrica, ele era levado também a atender uma necessidade dos trabalhadores do período.

O projeto de lei sobre a doação de terras para a construção de casas para alguns dos trabalhadores da Chapecó, revela a contradição presente no discurso de progresso, modernização e desenvolvimento. As moradias eram insuficientes, bem como os serviços sociais. A extensão do direito sobre o lugar se deu com a prática constante da ocupação urbana e pela reprodução de costumes do campo: agricultura urbana e criação de pequenos animais. Isso explica o porquê, ainda que o frigorífico gerasse emprego na década de 1980, alguns trabalhadores, como Antônio e Maria, migrassem para outras cidades.

1.5 “EU VOU EMBORA”: MIGRAÇÃO COMO EXPECTATIVA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NO FINAL DOS ANOS DE 1980

A experiência da Maria é significativa, pois retrata o que tantos outros trabalhadores vivenciaram na década de 1980 na cidade de Francisco Beltrão, à medida que suas memórias remontam um passado de migração em busca de emprego. Se por um lado, o poder público articulou-se com o privado para estimular a geração de empregos, por outro, a mobilização de pessoas para centros urbanos e industriais, como São Paulo e Curitiba ou para o Centro Oeste, denunciam a perspectiva de desenvolvimento. Ele não se deu de maneira linear e uniforme. Valeu-se, ao contrário, da fragilidade econômica dos trabalhadores do campo paralelamente à sua disposição para o recomeço na cidade.

A situação descrita sobre a década de 1980 na cidade de Francisco Beltrão e vivenciada por Maria, explica o porquê muitos trabalhadores saíram da cidade e foram para Curitiba. Ela representa inúmeros trabalhadores do Sudoeste que migraram para Curitiba ou São Paulo na década de 1980, de acordo com informações do IBGE, em busca de ocupações com melhores remunerações que as apresentadas até então em Francisco Beltrão.

Em 1989, Maria com apenas 15 anos, deixou sua família para ir morar com alguns parentes na capital, Curitiba, na busca por melhores oportunidades de emprego. Transparece na fala da Maria que a capital do Estado foi vista como a cidade da oportunidade, da esperança, do emprego digno, algo que em Francisco Beltrão ela não conseguia com a função de doméstica.

O imaginário criado em torno de Curitiba se justificava, pois além de ser a capital do estado, havia um projeto do Estado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), que no ano de 1973 criou a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) (OLIVEIRA, 2001). Nesse sentido, a migração para capital era justificável, pois era a cidade que mais concentrava indústrias e conseqüentemente tenderia a ter mais vagas de emprego formal, conjuntamente com as cidades que compunham a região metropolitana de Curitiba.

Podemos traduzir a experiência do trabalho de Maria a partir de dois períodos que marcam a trajetória de vida e de trabalho antes do frigorífico: 1) 1989-1995: migração para Curitiba-PR, trabalho numa fábrica de portas, no comércio e como empregada doméstica; 2) 1997-2009: retorno para a cidade de Francisco Beltrão-PR e ingresso no frigorífico.

O primeiro emprego de Maria em Curitiba-PR foi em uma madeireira, onde sua prima já trabalhava. Ou seja, a ocupação em indústria foi conseguida com a ajuda de parentes. Este período marcou a mobilização de inúmeros trabalhadores do Sudoeste para grandes centros urbanos a partir de contatos familiares. Ela começou a trabalhar como operadora de guilhotina, cortando capas de compensado, realizava essa tarefa o dia inteiro. A ocupação era pesada e exaustiva, mas ela a enxergava como um emprego digno, pois tinha carteira assinada e não remetia ao serviço doméstico. Um ponto de problematização é que o primeiro emprego em Curitiba foi na madeireira e esse tipo de indústria existia em Francisco Beltrão, mas ela não foi empregada lá. Porém, Maria permaneceu na madeireira somente nove meses e depois ficou desempregada.

Mattoso (1999) analisa que a justificativa da madeireira para as demissões foi o contexto econômico do governo Collor (1990-1992). Todavia, esse período foi marcado pela abertura da economia nacional para a internacionalização. A entrada de mercadorias e produtos internacionais mais baratos que os nacionais, fez com que muitas empresas perdessem espaço e começassem a demitir trabalhadores. Essa política econômica adotada pelo governo federal no início da década de 1990, trouxe conseqüências negativas para os trabalhadores. O número de empregos com carteira assinada diminuiu durante a década de 1990, em contrapartida, houve um aumento do número de trabalhadores informais. A permanência dos trabalhadores em um mesmo emprego e setor foram diminuindo ano após

ano durante a década de 1990. O poder aquisitivo dos trabalhadores continuou a baixar por causa da inflação. E nesse cenário econômico, muitos patrões foram aos poucos cortando os empregos ofertados em suas empresas. Um dos argumentos para o fechamento dessas vagas e demissões era o alto custo de manutenção de um trabalhador formal (MATTOSO, 1999).

Depois que ela saiu da madeireira, Maria conseguiu um novo emprego em uma malharia que, entretanto, era longe de sua casa. Por causa disso, gastava muito tempo até chegar à fábrica (precisava pegar quatro conduções). O impedimento desse emprego para ela, não era somente o tempo de deslocamento, mas o gasto econômico para chegar até o trabalho. O salário que receberia mal pagava as despesas. A localização do bairro onde morou dificultava o acesso à cidade como um todo, não só ao emprego, como a vivência dos espaços. Essa vida constringia-lhe o tempo livre.

Após sair do emprego na malharia, Maria retornou ao trabalho como doméstica, cuidando de duas crianças. Essa experiência revelou que, independentemente do lugar, a condição social a empurrava para ocupações precárias, com baixos salários e informais, como os de cuidadora de crianças. É possível compreender que para Maria, o serviço doméstico além de não ser valorizado como um trabalho, era vivenciado como uma frustração de quem esperava mais oportunidades em uma cidade maior. O retorno ao emprego doméstico remetia ao seu passado em Francisco Beltrão.

Aos dezoito anos deixou o serviço doméstico para trabalhar como balconista em duas lojas, na mesma função, em momentos diferentes. Pouco tempo depois se casou. Nesse período foi morar em São José dos Pinhais, cidade próxima a Curitiba. Motivo pelo qual teve que sair do emprego.

Os setores que mais empregavam trabalhadores na região Sul do país na década de 2000, de acordo com os dados do IBGE, eram: Indústria de transformação (17,3%); Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (16,2%) e o Serviço Doméstico (6,7%) (IBGE, 2000, p. 59). A experiência de Maria, nesse sentido, é representativa desses dados, pois em Curitiba ela passou por empregos desses setores da economia no período. Se a expectativa da Maria era ampliar as oportunidades de emprego, a realidade lhe mostrou o contrário. O universo que a ligava ao mercado de trabalho era dominado por apenas três setores majoritários na economia do período.

Em 1992 engravidou. Em 1993 teve sua primeira filha, que nasceu com Síndrome de Down e necessitava de cuidados especiais. Mesmo com a filha pequena, Maria voltou a trabalhar em uma madeireira que havia se instalado perto de sua casa, exercendo a mesma função que já havia feito anteriormente na outra madeireira, operadora de guilhotina. Ela

ressaltou que sua experiência no serviço foi o diferencial para ser contratada nesse momento, apesar da vida a pressionar a trabalhar em casa ou na casa de outras pessoas.

Entre 1993-1994 Maria trabalhou na madeireira por 10 meses. Teve que sair para cuidar de sua filha enferma. Logo depois disso, a filha faleceu. Após a morte de sua filha, Maria não procurou mais emprego em São José dos Pinhais. Estava grávida e era uma gravidez de risco.

Os anos de 1993 e 1994, para Maria, foram de muita dificuldade, traumas e frustrações, por causa da morte de sua primeira filha, sair do emprego, passar por outra gravidez de risco e estar longe de sua família (mãe e irmã). Em 1995, a visita da irmã trouxe uma novidade. Ela havia se empregado no frigorífico da Sadia. Sem perspectiva em Curitiba, Maria decide retornar para Francisco Beltrão, para tentar um emprego no frigorífico da Sadia²¹.

A família de Maria, no caso sua irmã, funcionou como uma rede de contato que ajudou a promover o deslocamento dela para outra cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. A rede de solidariedade entre os trabalhadores, principalmente entre os familiares, é algo muito forte e presente. Em diferentes relatos de vida dos trabalhadores, as mudanças para outras cidades também eram por causa de algum membro da família que conseguia contatos e empregos.

Maria justifica sua saída da região metropolitana de Curitiba da seguinte maneira: **“num gosto, não vou fica mais em Curitiba, que eu não quero, quero ir pra minha casa, daí deixei, falei pro marido pode fica aí, eu vou embora, deixei ele, aí vim mês de maio pra cá”**.

A narrativa sobre esse período vivido em Curitiba foi pautada numa relação afetiva e econômica. Maria elegeu alguns marcos nessa recordação, tais como: o nascimento de sua primeira filha, a morte dela, o nascimento da segunda filha, a separação temporária do marido e a vinda para Francisco Beltrão para trabalhar na Sadia. Outro ponto interessante é a recordação do período em que a sua irmã foi até Curitiba, na Páscoa. A Páscoa para os cristãos representa a vida, ressurreição. Ou seja, a vinda de Maria para Francisco Beltrão-PR estava pautada na esperança de uma vida nova.

Nesse sentido, a construção da fala dela foi diferente da que apresentou quando justificou sua ida para Curitiba. Uma vez que a ida para a capital foi idealizada como uma oportunidade de melhores ocupações e consequentes melhorias na condição de vida. Mas ao

²¹ A empresa Sadia, comprou o frigorífico Chapecó Paraná S/A no início do ano de 1991 e passou a controlar a produção de ração e o abate de aves na cidade de Francisco Beltrão-PR.

longo dos quatro anos em que morou em Curitiba e região metropolitana, a experiência foi outra. Marcada por várias ocupações formais e informais, perda de trabalho e não ter condições de ficar em determinadas ocupações por causa da distância entre a moradia e o trabalho, bem como a perda de uma filha. Todas essas experiências contribuíram para que a visão que ela tinha sobre Curitiba mudasse, a cidade da esperança econômica se transformou na cidade não bem quista por ela. Uma maneira de negar todo sofrimento emocional, mas também econômico, pelo qual passou.

A cidade de Francisco Beltrão passou a ser vista como uma oportunidade de recomeço, tanto na vida profissional, com o emprego formal em um frigorífico, como na vida pessoal, pois estaria perto de sua família.

Em 1995, ao retornar para Francisco Beltrão, Maria projetou no emprego na Sadia um recomeço. Mas, para conseguir empregar-se no frigorífico, teve que trabalhar como doméstica até terminar seus estudos, pois uma das exigências da época da empresa era ter o 1º grau completo (fundamental 1 e 2). A Escolaridade era usada pelo frigorífico como forma de seleção dos trabalhadores. Até conseguir o emprego formal, teve que novamente trabalhar como doméstica, ocupação informal e a qual negava, pois era a única ocupação que teve como “oportunidade” na sua juventude na cidade.

A partir da trajetória de vida da Maria, percebi a razão de muitas trabalhadoras que durante a década de 1990, ao se mudarem para Francisco Beltrão, vislumbraram na Sadia a possibilidade de ter um emprego formal. Isso porque, as possibilidades de ocupações para a classe trabalhadora feminina na cidade, eram no trabalho informal (serviço doméstico) ou trabalho formal no comércio (vendedoras).

Assim como a Maria migrou algumas vezes em busca de melhores condições, o relato de vida do Antônio, nesse sentido, se aproxima muito ao dela, pois ele migrou entre estados (RS para o PR) e dentro do Paraná algumas vezes, sempre por causa de emprego.

1.6 EMPREGOS “INFORMAL” E “FORMAL” E A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES

No início da década de 1990, já casado, Antônio saiu de Salgado Filho e veio novamente para a cidade de Francisco Beltrão para trabalhar. A partir da experiência relatada na entrevista e já pontuada ao longo do texto, pode-se concluir que: 1) a propriedade dos pais não foi suficiente para garantia do sustento de mais uma família e 2) havia uma propaganda

de que a cidade continuava passando por um processo de industrialização e isso gerava uma expectativa de emprego.

A trajetória de vida de Antônio é representativa sobre a experiência que outros trabalhadores também tiveram ao irem para a cidade de Francisco Beltrão a partir da década de 1990. Motivados pelo anúncio da continuidade do projeto de industrialização da cidade e com isso da possibilidade de empregos, que foi noticiado pelo jornal local, Jornal de Beltrão²².

A partir do ano de 1990 o jornal criou a coluna “A cidade”, onde passou a noticiar a instalação de empresas em Francisco Beltrão. Ou seja, prefeitura e jornal passavam a anunciar projeto de industrialização da cidade. Na matéria do editorial do jornal²³, do dia doze de maio de 1990, na seção “A cidade”, é possível perceber plano industrial em que a prefeitura cede espaços públicos para atuação das empresas sob promessa de geração de empregos.

A prefeitura de Francisco Beltrão continua empenhada na luta para trazer novas indústrias para o município e um dos incentivos que vem sendo dado é a **doação de terrenos**, que vem trazendo bons resultados. Nos últimos meses diversos terrenos foram doados e **com a implantação de novas empresas**, além de **aumentar a arrecadação do município o número de empregos fornecidos também apresenta crescimento** (JORNAL DE BELTRÃO, 1990b, p. 4) (grifos meus)

Além disso, a matéria sugere que a criação de empregos exerce relação direta com o crescimento econômico do município na forma de arrecadação. Tal expediente é utilizado sistematicamente à medida que trabalhadores como Antônio perdem suas posses no campo, de modo que o crescimento econômico da cidade não se estendia ao pequeno trabalhador do campo no mesmo período. Na cidade, estabelecia-se uma parcela significativa de

²² O Jornal de Beltrão foi fundado em primeiro de maio de 1989, por um grupo de profissionais dos meios de comunicação da região Sudoeste. Ele era publicado uma vez por semana nos seus dois primeiros anos, depois de abril de 1990 duas vezes por semana e a partir dos anos 2000 passou a ser publicado diariamente. Esse jornal, a partir de setembro de 1989, começou a publicar os editais da prefeitura de Francisco Beltrão-PR e com o passar dos anos as páginas destinadas aos editais aumentaram, o que possibilitou que outras cidades vizinhas também passassem a publicar os seus editais municipais no jornal.

²³ Uma característica do jornal é a não assinatura dos jornalistas nas matérias. A responsabilidade sobre a escrita das matérias fica a cargo de todo corpo editorial, formado pelos idealizadores e fundadores do jornal. Essa prática da não assinatura nas matérias é uma tentativa de demonstrar imparcialidade nas publicações. A única seção do jornal que vem com assinatura é a Seção Opinião. Nela, algumas pessoas são convidadas pelos editores a opinar sobre algum assunto em debate no cenário regional ou nacional. Mas, mesmo sem assinatura, as matérias do jornal anunciam o posicionamento do corpo editorial pela forma de apresentar os assuntos nas matérias. Existia e ainda permanece uma aliança entre o corpo editorial do jornal, o poder público municipal (representada na figura do prefeito) e os comerciantes e empresários da cidade. Um dos problemas mais relevantes desta perspectiva jornalística é o silenciamento de memórias dos pequenos trabalhadores rurais, que passaram a habitar os bairros da Cidade Norte, à medida que iam experimentando a saída do campo.

proletarizados, o que favoreceu a constituição da articulação da narrativa que oferece única perspectiva a estes trabalhadores: empregar-se nas fábricas.

Neste sentido, o discurso que circulou na imprensa torna-se também um projeto político de expansão do capitalismo, formação de novas ocupações (como por exemplo, criador e abatedor de perus), expansão do emprego assalariado e constituição de novos espaços de produção e de relações sociais.

A análise das fontes jornalistas e orais permitem afirmar que o empobrecimento dos trabalhadores do campo e sua migração para cidade, entre as décadas de 1980 e 1990 no Sudoeste, foram fatores fundamentais que contribuíram para a construção do “projeto de industrialização” da cidade, pois havia trabalhadores “disponíveis” a ocupar empregos com salários baixos. Por um lado, o contingente de trabalhadores desempregados ou informalmente ocupados na cidade funcionou como pressão sobre a prefeitura principalmente, para que ela encabeçasse condições de acomodar esses trabalhadores e evitar sua dispersão pela cidade em possíveis ocupações, desordem e descontrole. Por outro lado, esta população podia ser recrutada para ocupações formais e informais na cidade. Para os trabalhadores, mobilizar-se para os bairros da cidade significa reconstruir a vida e buscar empregos em fábricas de madeira, de costura ou frigorífico.

Nesse sentido, conseguimos compreender o porquê Antônio mudou-se para Francisco Beltrão no ano de 1990. Havia um contexto econômico favorável à exploração do trabalho que o empurrava para a situação de trabalhador urbano. O seu primeiro emprego na cidade foi em uma madeireira, a Camilotti, como auxiliar de produção, onde ele atuou no setor de estufas de lâminas e ressecagem de lâminas, bem como no setor de produção de cola, como coleiro e na parte do torno, destampando a tora. Ele ficou na madeireira por cinco anos e cinco meses, até 1996.

Um dos motivos da saída teria sido a deterioração das condições de trabalho, uma vez que a década de 1990 se mostrou um período de perda de empregos formais e de um aumento dos empregos informais no Brasil (MATTOSO, 1999). O segundo emprego de Antônio na cidade de foi de serviços gerais em uma Cooperativa chamada Cootrasul e Littlerdan, que prestava serviços terceirizados para a Sadia e para a Perdigão em Francisco Beltrão-PR. A ocupação de Antônio e pessoas que experimentaram condição semelhante variavam de reformas na estrutura física do frigorífico até fabricação de ração. Durante os quatro anos que Antônio ficou nessa cooperativa (1996-2000), não teve sua carteira assinada, recebia uma diária, comissão e ao final de cada ano era repartido o lucro da Cooperativa. Ou seja, era uma

cooperativa que contratava trabalhadores na informalidade, sem a garantia de seguridade social.

O desenvolvimento industrial, anunciado desde a década de 1980 pelo poder público, não gerou ocupações suficientes para suprir as demandas de trabalhadores formais residentes na cidade. Por isso, é necessário dizer que entre os trabalhadores havia dois grupos: os formais e os informais. Os direitos trabalhistas não eram algo que se estendia a todos os trabalhadores que vinham do campo. Ainda que o emprego na fábrica tenha garantido direitos a uma parte significativa de pessoas que passavam a habitar os bairros da Cidade Norte, ao não ser alcançado por todos, o “fichamento” era um diferencial que estimulava a fábrica a manter sua hegemonia local a partir de seleções. O ritual das seleções, que trabalharemos mais tarde, estabeleceu-se de maneira a justificar terceirizações e a desocupação de pessoas que passavam a ser “aproveitadas” nas cooperativas de trabalho. Assim que conseguiam o emprego, trabalhadores como Antônio e Dona Rita, deixavam imediatamente os “bicos” na cooperativa. Neste sentido, é necessário que se pense que há, na formação da cadeia produtiva do frango, indistinção econômica entre empregos formais e informais, de modo que a ausência do primeiro justifique o segundo.

Dados do IBGE publicados no ano de 1990, mostram que pela primeira vez o número de habitantes na parte urbana de Francisco Beltrão-PR ultrapassava os da zona rural. Ou seja, a década de 1990 marcou um momento de ruptura institucional (articulação da Prefeitura com interesses privados), social (formação do proletariado urbano ocupados em empregos formais e informais, indistintos sob o ponto de vista da ampliação do capitalismo na região) e ideológica (incremento de aparelhos de formação da hegemonia como o Jornal de Beltrão).

O jornal local, Jornal de Beltrão, que se mostrava alinhado ao poder público e ao projeto de desenvolvimento industrial, só passou a publicitar matéria referente ao desemprego em Francisco Beltrão no ano de 1999. Antes disso, só mencionava sobre as ocupações urbanas em dois bairros da região norte da cidade, sem fazer relação entre essas ocupações com o desemprego. Ou seja, não eram examinadas as ocupações urbanas como direito constitucional e a falta de empregos como consequência da forte desigualdade social do período, ainda que tenham sido anos favoráveis para a Sadia enquanto empresa.

O jornal, ao noticiar sobre o desemprego na cidade, o fez para apresentar uma comissão criada na região norte desta, que segundo o jornal, tinha por objetivo montar uma “cooperativa de trabalho informal” para amenizar o desemprego. A matéria do Jornal de Beltrão que menciona a cooperativa é do dia treze de março de 1999, na seção “Cidade”, que traz como título da matéria “Desempregados se unem para encontrar alternativa”:

Desempregados, sindicatos, UNIBEL (União das associações de moradores de Beltrão) e da Paróquia Nossa Senhora da Salete, da cidade norte, em Francisco Beltrão, decidiram **organizar frentes de trabalho**. A união dos três segmentos e dos desempregados **atende apelo da Campanha da Fraternidade de 1999 – Sem Trabalho_ por quê?** (JORNAL DE BELTRÃO, 1999a) (grifos meus)

A matéria nos apresenta alguns elementos importantes para caracterizar no tempo a história do trabalho e dos trabalhadores da cidade:

1) o título já tem a intenção de mostrar que o desemprego não é um problema público, mas sim uma questão que recai sobre os trabalhadores desempregados e suas organizações de luta. O assunto do desemprego era visto como um problema individual, enquanto a “geração de empregos”, como assunto de ordem pública, ainda que o desemprego estivesse integrado à cadeia produtiva do frango, ao produzir um contingente de trabalhadores diaristas dispostos a integrar a manufatura do frango, conforme oscilava a produção. Trabalhadores “não selecionados”, eram pressionados à precarização das condições de trabalho, afiliando-se as “cooperativas de trabalho”;

2) O barateamento da força de trabalho também passava a ser estimulado por matérias de jornais da época. Essa narrativa isola os sujeitos sociais afetados pelo capitalismo à medida em que transforma um problema econômico em problema moral. A experiência de trabalhadores subutilizados no processo de formação das ocupações de frigoríficos, atina para um problema histórico marcado por destituição de ocupações, endividamentos, mudança tecnológica e produtiva no campo e na cidade;

3) No ano de 1999 a Campanha da Fraternidade colocou o trabalho como pauta nas convenções religiosas. Logo, a dimensão do trabalho assumiu perspectiva do emprego, contradizendo o valor humano e religioso do trabalho como característica social, reduzindo-o a ocupação remunerada de maneira que o desemprego possa ser entendido como pecado. A resposta à pergunta ambivalente: “sem emprego... por quê?” é antagônica e indica posicionamento de classes diferentes. Para os trabalhadores, estar em situação de desemprego dizia respeito a um conjunto de situações que não puderam escolher, como: perda de espaço no campo e falta de ocupação na cidade, estigmatização e endividamento etc. Para a classe dirigente, no entanto, a resposta para a pergunta vinha a ser de caráter moral a ponto de legitimar cooperativas de trabalho informal e precarizado como saída para a situação dos trabalhadores no período.

Em outra edição do Jornal de Beltrão, passados dois meses, dia 22 de maio de 1999, é publicada uma pequena matéria na seção “Cidade”, noticiando que a cooperativa organizada na região da cidade norte, havia sido fundada. O título da matéria é: “Fundada a Cooperativa de Trabalho Informal”:

A Assembleia dos trabalhadores desempregados da Cidade Norte, em Francisco Beltrão, aprovou quinta-feira, 20, a criação da Cootrabel (Cooperativa de trabalhadores informais de *qualquer natureza*). [...] O padre Deoclézio Wigineski, pároco da Paroquia Nossa Senhora da Salette, estima que na **Cidade Norte mais de 100 pessoas estejam desempregadas**. Com a criação da cooperativa, **a segunda no município**, pretende-se agilizar frentes de trabalho em diversos setores da economia. A cooperativa integra **carpinteiros, marceneiros, serventes de pedreiro, jardineiros, carregadores de frango, de pessoas que trabalham com hortas e trabalhos manuais** [...] Antes mesmo de seu funcionamento, foi formado um **grupo de carregadores de frango para a Sadia** [...] a formação da nova cooperativa que parte agora para **os contatos com empresas visando abrir campos aos trabalhadores informais** [...] (JORNAL DE BELTRÃO, 1999b, p. 4) (grifos meus)

O jornal ressalta que era a segunda cooperativa presente na cidade realizando trabalho informal. Os trabalhadores antes descritos pelo jornal como desempregados, agora passaram a ser compreendidos como cooperados ou sócios. A utilização de eufemismos dizia muito pouco sobre a real situação dos trabalhadores das “frentes de trabalho”, tempo que é lembrado como exploração e sem direitos trabalhistas, como foi mencionado por Antônio. Mas o que fica em questão é: estariam os trabalhadores dispostos a intensificar mais a condição de trabalho? Quem eram esses trabalhadores que votaram e fundaram essa cooperativa? Por que o jornal não entrevistou esses trabalhadores pertencentes à cooperativa?

Sobre o período, Antônio diz que as ocupações formais eram difíceis, pois muitas empresas afirmavam estar falindo, o que dificultava de se conseguir uma ocupação com carteira assinada na cidade. Mas, em nenhum momento ele mencionou sobre essas cooperativas terem sido criadas por trabalhadores desempregados em parceria com entidades sindicais, associação de moradores e ajuda da Igreja Católica. Ou seja, na reconstrução das recordações sobre sua trajetória de vida durante o período de 1996-2000, mencionou sobre o emprego ser informal e que nesse período de informalidade trabalhou para a Sadia e para a Perdigão. Uma das consequências negativas que esse período de informalidade de quatro anos lhe causou foi o prejuízo no valor do aposento, pois como não teve a carteira assinada, assim não foi recolhida a porcentagem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Nesse sentido, é interessante observar que para Antônio, a ocupação com carteira assinada tinha um significado bem importante, tanto é que ele fez questão de ressaltar que não teve durante o período de quatro anos (1996-2000) a carteira assinada e isso o prejudicou na aposentadoria. Assim como para outros trabalhadores a carteira assinada representa segurança e estabilidade.

Mesmo em um período de incerteza econômica, as empresas da cidade se beneficiaram com a desigualdade social entre as pessoas. A “geração de empregos” não acompanhava a “demanda por emprego” a qual a própria matéria denuncia “trabalhadores informais de qualquer natureza”. Ficava fácil contratar trabalhadores na informalidade ao desobrigar as empresas a pagar encargos trabalhistas. Este movimento, visto pela classe dominante como positivo, retardou o acesso à aposentadoria e o rebaixamento do valor dos salários pagos aos trabalhadores registrados.

Essa situação fez crescer a procura por ocupações com carteira assinada e nesse sentido, o trabalho no frigorífico passou a ser ainda mais disputado. Diante das condições apresentadas na cidade é possível inferir que os vínculos da Sadia com os trabalhadores do bairro foram progressivamente diminuídos a partir dos anos 2000.

No ano de 2000, Antônio mudou-se para Palmas para trabalhar em um frigorífico de carne de porco. De acordo com seu relato, mudou-se para lá pois o salário era melhor e estaria registrado, isto é, a condição de trabalho era algo muito importante para os trabalhadores, pois representava segurança. Antônio argumentou que a carteira assinada traz mais garantias: salário e décimo terceiro maiores, além desse tempo de trabalho contar para a aposentadoria. Ou seja, ele via no registro formal uma segurança e garantia de direitos trabalhistas.

Ele trabalhava no frigorífico suíno na parte da manhã, na seção da desossa do porco, que tinha como principal comprador a Rússia. Ficou menos de quatro anos nesse frigorífico (2000-2004), pois havia enviado um currículo para trabalhar na Sadia de Francisco Beltrão, onde tinha suas irmãs que já trabalhavam.

Em agosto de 2004 Antônio foi chamado para uma entrevista na Sadia e por conta disso voltou mais uma vez para a cidade de Francisco Beltrão, mas agora para trabalhar no frigorífico com carteira assinada, na linha de abate de peru. Ele relata que aceitou a ocupação na Sadia por conta das “vantagens” que a empresa oferecia, como plano de saúde, odontológico, ter acesso ao Ser Sadia (Associação) e comprar mais barato no mercado da empresa, uma vez que o salário no frigorífico de suínos de Palmas era maior do que o fornecido pela Sadia. Somado a isto, o emprego no frigorífico da Sadia poderia o deixar mais próximo da família. Esse é um elemento importante e se constitui como diferencial para os

trabalhadores, tanto na conservação de laços comunitários no bairro, como na exploração dos afetos pelo frigorífico, na medida em que o salário da Sadia era menor que o que recebia em Palmas. Desde seu retorno, Antônio mora ao lado da casa das irmãs e no bairro se sente em casa.

Assim como Antônio, a trajetória de vida de Rita é marcada não somente pela mudança de município, mas também pelo modo de vida do campo para o modo de vida na cidade. Ela saiu do interior de Dois Vizinhos em 1992, uma cidade localizada na região do Sudoeste do Estado do Paraná. Migrou aos 28 anos com seu marido e seus filhos com direção a Francisco Beltrão. Em Dois Vizinhos, trabalhavam no campo como cuidadores de chácaras. Em Francisco Beltrão até chegaram a cuidar de chiqueirões e vacas em uma propriedade, mas não foi por muito tempo (aproximadamente dois anos) e depois se mudaram para zona urbana no Bairro Sadia²⁴, onde residem até hoje. Rita também fez parte daqueles trabalhadores rurais que empobreceram no campo, perderam suas ocupações e foram forçados a migrar para cidade, na busca empregos seguros e acesso aos direitos previstos na Constituição brasileira aprovada no ano de 1988, tais como o direito ao trabalho, educação, acesso à saúde e moradia.

Na cidade de Francisco Beltrão, Dona Rita, no começo não pôde ir procurar ocupações formais, pois seu marido não permitia, queria que ela cuidasse dos filhos que eram pequenos e dos afazeres da casa. Apesar de não viverem mais no campo, alguns costumes ainda eram preservados, como a divisão do trabalho e dos afazeres domésticos pelo sexo. O marido de Dona Rita não aceitava que ela saísse para trabalhar fora e deixasse os filhos e o serviço de casa aos cuidados de outras pessoas.

Assim, o trabalho que ela encontrou para complementar a renda da família foi um trabalho informal feito em casa, a costura de roupas de bebê para a loja. Esse foi seu primeiro emprego na cidade de Francisco Beltrão, no ano de 1994. Mas não ficou muito tempo nessa ocupação, por conta das condições de realização do serviço. O serviço doméstico e os cuidados com os filhos tinham que ser divididos com a costura dos enxovais e os macacões. A loja que trazia os tecidos para a costura estabelecia dia de entrega e isso forçava Dona Rita a trabalhar por muitas horas. Essa situação de exploração em um trabalho informal fez com que ela buscasse outra vaga de emprego.

²⁴ O conjunto habitacional era chamado de Plutão (era assim que foi nomeado pelo poder público), só que os trabalhadores que moravam no conjunto habitacional o renomearam de Sadia, que posteriormente virou bairro, pois a maioria deles trabalhava no frigorífico Sadia. Dessa forma o bairro perdeu o nome institucional, que não fazia sentido para os seus moradores e passou a ser chamado de Sadia. O frigorífico fazia mais sentido para os trabalhadores, pois muitos eram empregados lá do que o nome atribuído pelo poder público.

A sua segunda ocupação na cidade também era informal, diarista em meio período na casa de uma comadre. Trabalhou nesta função por oito anos, entre final da década de 1990 e início dos anos 2000. Dona Rita não disse por que sua segunda ocupação também foi informal, mas como ela relatou, seu marido não a deixava trabalhar fora por conta de os filhos serem pequenos. O trabalho de diarista deveria ser realizado no horário em que as crianças estavam na escola e assim não conflitava com seus afazeres domésticos. Mas há também outro fator não abordado por ela, que já foi analisado anteriormente, que era a falta de vagas de ocupações formais na metade da década de 1990 e isso provocou um movimento de ocupações informais na cidade, principalmente entre os moradores dos bairros da região norte, no qual Dona Rita mora. Essa experiência vivenciada por ela, foi algo experienciado de maneira geral pelos trabalhadores do período. Os anos 1990 foram marcados pelas perdas de empregos formais mesmo com a promulgação da Constituição de 1988 (MATTOSO, 1999).

Nesse período entre 1991-2000, de acordo com o censo do IBGE, a região Sul foi marcada por número considerável de trabalhadores na informalidade, correspondendo a 29,3% (IBGE, 2000, p. 62). Esse dado foi vivenciado não somente pela Rita, mas também pelo Antônio.

Dona Rita relatou que quando se mudou para cidade de Francisco Beltrão em 1992, tinha interesse de trabalhar na Sadia e que chegou a ir lá, mas o pessoal dos Recursos Humanos disse que ela deveria estudar e terminar o 1º grau (fundamental 1 e 2) para tentar uma vaga ali. Ela estudou para tentar uma ocupação na Sadia, mas no ano de 2003, quando tentou novamente, foi reprovada por causa da sua estatura. O pessoal do RH do frigorífico alegou que ela não tinha condições de trabalhar na linha de produção por causa de sua altura (era muito baixa e não iria alcançar os frangos dependurados na esteira). Dona Rita disse que a alegação do RH do frigorífico era mentirosa para a não contratação, pois têm alguns trabalhadores que também possuem estatura baixa lá dentro da Sadia.

O interessante nessa trajetória da dona Rita é que ao sair do campo e vir para outra cidade e morar na zona urbana, ela tinha a intensão de tentar uma ocupação na Sadia. Ou seja, o frigorífico era visto como um “bom emprego”. Mas para conseguir essa ocupação era preciso preencher alguns requisitos impostos pela empresa. O primeiro requisito que era a escolaridade, Dona Rita o fez, estudou na parte da noite, mas não passou no requisito altura, muito embora na verdade não existisse essa exigência, pois como a própria Dona Rita relatou, teve dois momentos depois nos quais ela trabalhou de forma terceirizada para a Sadia, numa primeira vez por vinte oito dias e na segunda vez por três dias. Nessas duas vezes em que a

Dona Rita trabalhou para a Sadia, o modo de contratação dos trabalhadores foi de forma ilegal, pois a empresa não poderia terceirizar o trabalho dentro do frigorífico.

A prática do serviço temporário e terceirizado, não foi realizada só na década de 1990 pela Sadia, mas também após os anos 2000. Uma vez que a mão de obra sai mais barata e sem os encargos trabalhistas. Tudo em função da exploração do trabalho e aumento do abate de aves.

Nesse sentido, quando se remetia ao serviço temporário, a Sadia não exigia qualificação, mas para empregar trabalhadores fixos, com carteira assinada, havia exigências a serem cumpridas. Essa incoerência praticada pelo frigorífico com relação à dona Rita, fez com que ela nutrisse um ressentimento com a Sadia até hoje, mesmo estando empregada na BRF-foods há seis anos. Em 2014 tentou novamente uma vaga de emprego no frigorífico e conseguiu. Desta vez o pessoal do RH não colocou nenhum empecilho para a contratação de Dona Rita. Essa mudança nos critérios do frigorífico para contratação de trabalhadores mudou à medida que a rotatividade no frigorífico cresceu com o aumento da intensificação do trabalho. O descarte de foça de trabalho de trabalhadores de frigorífico já foi trabalhado na historiografia, de modo que nos permita afirmar que a empregabilidade de Dona Rita esteja associada à precarização do trabalho.

Por meio dos relatos de vida dos trabalhadores entrevistados, juntamente com outras fontes, pudemos compreender algumas características sobre as migrações dos trabalhadores do campo para a região Sudoeste do Paraná a partir de 1940 e o processo pelo qual eles passaram desde o seu empobrecimento no campo até sua migração para a cidade.

Entre as décadas de 1940-1960, tanto o Governo Federal, quanto o Governo Estadual, incentivaram, a partir da doação de terras, que famílias empobrecidas dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina migrassem e reocuparem a região Sudoeste do Paraná. Houve, porém, uma mudança nas políticas do governo a partir da década de 1970, com a alteração do direcionamento dos investimentos do capital.

O Estado passou a incentivar a “modernização” no campo a partir de empréstimos que não foram acessíveis a todos os agricultores, somente aos que tinham condições materiais de comprovar o pagamento destes empréstimos. Apesar dessa “modernização” não ter sido experimentada por todos, somente seus efeitos, pois as principais consequências do processo de “modernização” do campo foram: diminuição da produtividade por causa do desgaste do solo; perda no valor dos produtos cultivados; empobrecimento; não acesso as inovações tecnológicas do campo; vendas das terras; aumento do número de trabalhadores do campo temporários e o êxodo rural.

Um segundo ponto que pudemos compreender foi que as indústrias de aves se instalaram na região Sudoeste justamente no período de mudanças no campo, a partir da década de 1970. Ou seja, essas empresas apesar de construírem um discurso de procura de lugares parecidos com os lugares de fundação dos seus frigoríficos para instalação, também procuravam cidades onde tivessem trabalhadores do campo e urbanos “disponíveis” para se sujeitarem aos trabalhos precários. As indústrias do frango se beneficiaram muito do empobrecimento dos trabalhadores do campo e urbanos, pois puderam impor condições. Nesse sentido, pudemos compreender que a maior parte dos trabalhadores urbanos que foram empregados nas fábricas e indústrias da região a partir da década de 1980 era de jovens vindos do campo.

As migrações dos trabalhadores a partir da década de 1970 foram direcionadas para os espaços urbanos e nesse sentido o número de pessoas na cidade ultrapassou o número de moradores do campo, principalmente na década de 1980. Nesse mesmo período, a cidade de Francisco Beltrão passou por um projeto de industrialização que perdurou até a década de 1990, que foi incentivado pelo poder público municipal com a doação de terras.

A trajetória de vida do Antônio e de Dona Rita são experiências representativas à medida que apresentam a formação de novas ocupações. Elas fazem parte de parcela significativa das pessoas na região Sudoeste do Paraná que hoje se encontra com mais de 40 anos. Essas pessoas saíram do campo no início da década de 1990 e migraram para a cidade com o intuito de conseguir uma ocupação com carteira assinada e com salário fixo. Neste período, algumas empresas se apresentavam como lugares garantidores de tais benefícios, na perspectiva de gerar empregos de qualidade e com direitos trabalhistas.

Tais empresas, como a Sadia, simbolizavam o lugar onde o trabalho é reconhecido não apenas como dever, mas também como direito. Discursivamente, estes lugares eram as madeiras (na década de 1980 e 1990) e o frigorífico da Sadia (1991) na cidade de Francisco Beltrão. No entanto, a trajetória de vida e de trabalho não pode ser traduzida por este automatismo campo (expropriação) – cidade (trabalho industrial). Pelo contrário, a experiência de trabalhadores indica um momento de exploração da situação de vulnerabilidade, de esforço para manter laços familiares e comunitários em paralelo ao fortalecimento das indústrias. Ademais, estes esforços, vividos coletivamente, contribuíram para a expansão de direitos sociais como os trabalhistas e os relacionados à moradia.

Contudo, a experiência de proletarização dos entrevistados e o acesso aos direitos, que passavam a ser garantidos por lei pela Constituição de 1988, foi vivida de maneira tensa e muitas vezes não se estendia a maioria dos trabalhadores migrantes. Por isso, identifiquei nas

trajetórias de deslocamento dos trabalhadores, suas expectativas e frustrações. Essa dimensão da migração entre as expectativas de garantias trabalhistas na cidade e a condição que nega a expectativa criada, produziu um sentimento particular. No próximo capítulo busquei discutir a contradição entre o esperado e o experienciado, de maneira a destacar os percalços e as saídas encontradas pelas pessoas do período na formação dos bairros operários e da cadeia produtiva frigorífica.

CAPÍTULO 2 - EXPECTATIVA E FRUSTRAÇÃO: ENTRE IMAGINAR E VIVER O TRABALHO NO FRIGORÍFICO DA SADIA/BRF – FOODS

Na literatura, a abordagem sobre a instalação de fábricas de alimentos já é bem consolidada. Observou-se que o desenvolvimento econômico não trouxe desenvolvimento social para os trabalhadores e que a articulação deste setor com o mercado financeiro produz empregos que já nascem “degradados” pela precarização e intensificação do trabalho. O trabalhador adoce. Movimentos repetitivos, longas jornadas em pé, poucos intervalos de descanso e o ritmo acelerado da esteira são experiências comuns que deixam marcas no corpo e na alma de uma numerosa classe operária. Esta realidade está bastante documentada em estudos acadêmicos como Bosi (2011); Heck (2013); Sarda; Ruiz; Kirtschig (2009) e Varussa (2016).

Neste capítulo abordaremos a história de trabalhadores que construíram expectativas e frustraram-se nos caminhos contraditórios entre o imaginado e o vivido. Para abordar essa questão buscamos, nas entrevistas, examinar uma experiência de classe compartilhada por pessoas que deixaram o campo em Francisco Beltrão-PR entre os anos de 1980 e 1990, as quais passaram a habitar espaços urbanos próximos ao frigorífico da Chapecó/Sadia. Para isso, foi necessário perguntar o seguinte: o que levou essas pessoas a projetarem expectativas em uma ocupação que paga pouco e adoce muito? Para responder, examinamos trajetórias de vida e de trabalho, buscando entender como essas mesmas pessoas se viam e projetavam suas expectativas no processo de formação de plantas produtivas de abate de frango e ocupações industriais.

A região Sudoeste do Paraná, assim como a Oeste do Paraná, passou por processo de instalação de frigoríficos e de formação da cadeia produtiva da carne de frango entre as décadas de 1960 até 1990. O redirecionamento do capital financeiro no país a partir da década de 1970 para a implantação da mecanização do campo e da industrialização de alimentos, fez com que algumas cidades interioranas da região Sul do país fossem consideradas como potencial para a expansão da indústria da carne. Como vimos no capítulo anterior, a ampliação do capital, seja no incremento de tecnologias agrícolas ou na industrialização de produções locais, impactou a vida de inúmeras pessoas e foi experimentada como mudança.

Em Francisco Beltrão, o aprimoramento da cadeia produtiva se formou tardiamente comparada a cidades como Toledo-PR ou Dois Vizinhos-PR. Por isso, a mobilização de trabalhadores de frigorífico e a constituição de bairros operários são relativamente recentes,

organizando-se de maneira particular, alinhada ora a necessidade de trabalhadores e aos interesses de grupos empresariais, como o Grupo Sadia, na expansão do mercado nacional da carne na década de 1990.

O Grupo Sadia, originário do município de Concórdia em Santa Catarina, de 1944 até sua expansão para outras cidades consistia no setor de frigorífico e moinho. A expansão desse grupo aconteceu a partir da década de 1950, por meio das relações político-econômicas que Atílio Fontana (fundador da Sadia) possuía com políticos, tanto a nível estadual, como federal. A disseminação da indústria do frango para outros estados se deu a partir da década de 1960, bem como a abertura de escritórios do grupo Sadia em São Paulo e Rio de Janeiro, com a intenção de vender seus produtos em grandes centros comerciais (FONTANA, 1980).

A empresa Sadia veio para Francisco Beltrão no ano de 1991, quando comprou o abatedouro (frigorífico) de frango do grupo Chapecó S/A. Isso porque a cidade foi compreendida com perfil para a expansão dos negócios do grupo.

Essa visão, atribuída por grupos empresariais do setor da carne de frango, sobre algumas cidades com potencial para a expansão da indústria, foi favorecida por aspectos geográficos (áreas semelhantes ao Oeste de Santa Catarina); sociais, qual seja a concentração de trabalhadores rurais em propriedades médias e com experiência na criação de animais de pequeno porte; também econômicos, no sentido de as famílias deterem relativo poder de endividamento, sobretudo depois da regularização das propriedades privadas das terras nos anos de 1970.

As características da cidade de Francisco Beltrão-PR, destacadas acima, eram similares as de outras cidades interioranas na região Sul, as quais proporcionavam a difusão da industrialização do frango, da implantação de aviários e frigoríficos. Os fatores que contribuíram para o fortalecimento da expansão foram: ter quem produzisse, mão de obra jovem para os frigoríficos e mercado consumidor (externo e interno) (BOSI, 2014).

A instalação do complexo da Chapecó-Paraná S/A Indústria e Comércio, no ano de 1981, em Francisco Beltrão, fez parte desse processo histórico de ampliação das plantas produtivas de frigoríficos no Oeste e Sudoeste do Paraná. Em 29 de agosto de 1981, a Chapecó S/A Indústria e Comércio ²⁵ inaugurou um complexo que consistia na ensilagem e na fabricação de ração e concentrados. A partir de 1983, a Chapecó-Paraná S/A Indústria e

²⁵ A Chapecó S/A Indústria e Comércio eram uma empresa com sede na cidade de Chapecó. Foi fundada em 1955 pelo Plínio Arlindo de Nês. A empresa havia ampliado sua presença em cidades do Oeste de Santa Catarina e a partir do ano de 1981 estava entrando no Paraná. A Chapecó S/A Indústria e Comércio se diversificava em produção de ração e concentrados, abate de suínos e frangos (INFORMATIVO CHAPECÓ, 1981, p. 1-8).

Comércio inaugurou o frigorífico de abate de aves em Francisco Beltrão, o primeiro na cidade.

A inauguração deste complexo foi noticiada pelos meios de comunicação, com proporções de evento de grande porte para a cidade, pois contou com a presença de acionistas da Chapecó, de políticos paranaenses, de prefeito até o secretário de indústria e comércio e empresários locais.

Na inauguração do complexo da Chapecó houve um esforço por parte dos empresários-políticos em alegar que a instalação da indústria deveria ser olhada como referência para a modernização da cidade e sinônimo de progresso. Além de enquadrar a região a uma “vocação regional”:

[...] o secretário de Indústria e Comércio do Paraná, Fernando Fontana, citou a importância da indústria para Francisco Beltrão e o Sudoeste Paranaense, especialmente na fixação da **vocação regional para agroindústria** e o atendimento de anseios e necessidades da população (INFORMATIVO CHAPECÓ, 1981, p. 2).

Desde a década de 1940, quando o Governo Federal instituiu a migração subvencionada para o Sudoeste do Paraná, constituiu-se perfil regional populacional formado por famílias jovens e dispostas ao trabalho no campo. A região com terras férteis e abundância de água favoreceu a produção de pequenos roçados e criação de animais de médio e grande porte. A forçá de trabalho era em sua maioria manual composta por membros das famílias assentadas em lotes de aproximadamente 25 hectares. As tarefas diárias eram diversificadas e exigiam centralidade do pai na organização do trabalho. As características sociais herdadas dos outros estados da região Sul do país iam tomando forma conforme aumentava a migração no período de 1940 até 1960.

A disposição de pequenas propriedades organizadas por grandes famílias marcou uma época de muito trabalho e de instabilidade dado a condição de posseiros, cuja posse da terra era legítima, ainda que a legalidade fosse questionada por companhias de vendas de terra. Essa contradição gerou inúmeros conflitos durante a década de 1950, a Revolta dos Posseiros (KOLING, 2014; CALLEGARI, 2020) e foi parcialmente resolvida somente na década de 1970 via Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP. A organização da estrutura fundiária mobilizou a reivindicação por melhorias para a “população beltronense”, tais como: beneficiamento de ruas, melhoramentos institucionais e, sobretudo, a instalação de indústrias, principalmente frigoríficos. Tanto a pressão pela regularização das terras, quanto a

exigência de reestruturação urbana, foram veiculadas por jornais de circulação local, o que evidenciava a agitação política do período.

Um desses periódicos que cumpriu esse papel de se colocar como porta voz da “população beltronense”, mais precisamente da classe dirigente, foi o Jornal Tribuna do Sudoeste²⁶. Dentre as cobranças mais recorrentes nos anos de 1969 até 1971 estavam as estradas. No editorial intitulado: “O preço do Progresso”, do Jornal Tribuna do Sudoeste do dia 24 de janeiro de 1971, foi produzido um conteúdo em tom de alerta às autoridades governamentais regionais sobre as cobranças que seriam feitas em relação aos problemas existentes na região. Afirmava-se que o papel da imprensa era o de mostrar os problemas e sugerir soluções para que o “progresso” acontecesse nas cidades da região Sudoeste do Paraná. Saliento que o “progresso” era um termo utilizado para justificar o projeto e a presença dominante do agronegócio.

[...] A falta de vias de acesso e escoamento, em boas condições de tráfego, tem causado muito prejuízo. [...] O progresso tem seu preço: à medida que dá seus frutos, exige condições favoráveis. [...] É tempo de fazermos o Sudoeste pulsar mais forte, para ser respeitado **como merece o seu povo**. É tempo de mostrarmos que nossa dependência ao asfalto não é luxo de viagem com limpeza, **mas uma necessidade para o escoamento de uma produção que vai crescer ainda mais**. E, acima de tudo, é tempo de mostrarmos que precisamos de vias melhores para locomoção de nossa produção, também dentro da região, para podermos chegar ao asfalto com o produto (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 1971) (Grifos meus).

O texto do editorial era uma cobrança ao poder público para que solucionasse o problema – as estradas – e que a cidade de Francisco Beltrão pudesse crescer com a produção e escoamento de grãos. O crescimento econômico da região, na concepção dos fundadores do jornal, passava pela agricultura. A matéria tenta legitimar a demanda por estradas, asfalto, ao

²⁶ O jornal foi fundado em 18 de fevereiro de 1968 por Dr. Ronaldo Tramuja, Professor Aloísio Antoni e o Padre Júlio Carlos Verwin, porém o proprietário e financiador do jornal era o Luiz A.N. Fernandes. Uma das características marcantes desse jornal era utilizar o editorial como local para fazer as cobranças de melhorias para cidade às autoridades públicas, como a construção de estradas, anunciar a instalação de indústrias, cobrar habitação mais barata, falar sobre problemas de coleta de lixo nas ruas da cidade, entre outros. O editorial do jornal quase sempre vinha assinado por um dos fundadores, no caso, o professor Aloísio Antoni. Nesse sentido, os fundadores do jornal operaram com imagens da cidade e da economia local, defendendo a ideia de que havia um processo de desenvolvimento econômico em curso que necessitava constantes melhorias na cidade, na infraestrutura, nas estradas para garantir o progresso de Francisco Beltrão. O significado atribuído ao termo “progresso” na matéria dissimula seu sentido mais imediato e fundamental que representa a continuada acumulação de capital pelos setores economicamente dominantes, o setor do agronegócio, o grande comércio local e a indústria. Portanto, todo esforço era feito para utilização dos recursos públicos na facilitação dos empreendimentos do capital. A população, de modo geral, também estava nessa equação como moeda importante que justificava os eixos explicitados no jornal e a expectativa em relação ao progresso, independentemente de sua real situação. Operações como essas precisam que a maioria da população acredite que as ideias dominantes são também suas ideias.

mesmo tempo faz o progresso do agronegócio parecer o progresso de todos. Essa concepção sobre o setor econômico “forte” da região era algo compartilhado pela população, mas era vivido de maneiras diferentes por classes sociais distintas. Para os trabalhadores do campo nos anos de 1970, essa condição foi vivida sob pressões como a desvalorização do trabalho, a desarticulação da agricultura familiar e, sobretudo, pelo endividamento.

Na esteira das pressões cotidianas, desenvolvia-se a ideia de estimular “a vocação regional para o agronegócio”. Os “melhoramentos” previstos para o futuro, certamente contavam com três décadas de trabalho e benfeitorias realizadas por famílias de colonos, tanto na terra, quanto na integração ao núcleo urbano, onde se comprava o básico (sal, café, açúcar, etc.) e se vendia o excedente de plantações e criações de animais, especialmente o porco. A galinha era um animal doméstico. Tinha serventia para a produção de ovos e de frangos que eram recolhidos em pequenos aviários para engorda. O trabalho de matar, depenar, eviscerar, cortar e cozinhar era integrado às atividades da casa e vivido esporadicamente como um trabalho domiciliar.

Na década de 1970, porém, quanto mais desenvolvia a ideia de “vocação regional para o agronegócio”, mais se estreitava a relação do homem do campo com a cidade em detrimento do modo de vida herdado dos estados da região Sul pelos colonos. Algumas são as evidências que provam essa alteração substancial na forma de produzir e de viver da região, presentes na literatura e experimentadas pelas pessoas que entrevistamos: 1) mecanização da produção do campo; 2) desenvolvimento de monoculturas; 3) financeirização das produções; 4) integração vertical da cadeia produtiva. Essa mudança alterou a vida dos trabalhadores à medida que se apropriava do trabalho desenvolvido anteriormente. O resultado prático foi a pressão que se tornou frequente entre as pessoas que viviam na roça: 1) ser pressionado pela mudança e permanecer no campo ou 2) mudar para a cidade e procurar emprego nas agroindústrias. As duas formas geravam, de maneiras diferentes, força de trabalho excedente tanto no campo, período em que aumentou o número de trabalhadores temporários, quanto na cidade, na formação de pequenas ocupações informais: cavadores, pedreiros, marceneiros, cozinheiras, costureiras, empregadas domésticas, diaristas.

De maneira geral, as décadas de 1970, 1980 e 1990 registraram a perda de ocupações no campo e a formação de novas ocupações na cidade, algo que pode ser observado em deslocamento de pessoas como Antônio, Adair, Maria, Pedro, Marta, Rita e Nair. Ao sair de Enéas Marques em direção a Francisco Beltrão-PR, Pedro informou que: “[...] então assim com a lavoura começou ficar ruim né naquela época a gente não tinha mais como vive não tinha como tirar mais recurso da lavoura eu me obriguei a sair e vim pra cidade trabalhar

né?”. A experiência de Pedro contrasta com a ideologia da classe dominante, quando esta tratava a saída compulsória como “inovação”, “desenvolvimento”, “modernidade” e em nome da “vocação para o agronegócio”, que exigiria de trabalhadores como Pedro a instabilidade de alguém que não via “futuro em ficar ali na roça”.

Quando o chefe do editorial e o secretário de Indústria e Comércio do Paraná, Fernando Fontana, proclamaram a vocação regional, certamente não se preocupavam com pessoas como Pedro. A declaração das classes dirigentes era de que para a cidade integrar-se ao “modelo de modernidade”, sentido de progresso, era preciso ter a presença de indústrias que estavam ligadas a expansão do agronegócio, no caso a produção da carne de frango. Além de passar a mensagem de que a presença de uma cadeia avícola aos moldes do Oeste Catarinense seria a “solução” para todas as classes sociais.

O discurso jornalístico apresentou, na série histórica de desenvolvimento das indústrias na localidade, uma mensagem homogeneizadora, a qual a História Oficial da cidade faz referência presente e consta em expressões como: “vocação regional”, “povo sudoestino”, “colonos” ou “pioneiros”, cuja ausência de classes sociais na narrativa supõe convergência total aos pressupostos dos dirigentes da cidade. Quase sempre esse recurso narrativo é falso e utilizado como instrumento político que exclui as diferenças.

Para que se possa avaliar a História sob o ponto de vista dos trabalhadores, suas expectativas e frustrações, foi necessário aferir os seguintes pontos: 1) Analisar o sentimento da espera, traduzida aqui como “expectativa de emprego”, demonstrada nas entrevistas pelos trabalhadores ao tentarem vaga no frigorífico; 2) Examinar de que maneira as experiências dos trabalhadores, suas expectativas e sentimentos estão determinadas por um contexto histórico definido pela exploração social; 3) Compreender o que significou o emprego na Sadia para os trabalhadores entrevistados e como avaliam sua trajetória durante os anos em que trabalharam no frigorífico.

2.1 AS EXPECTATIVAS INICIAIS: “E, SEMPRE COM AQUELA MENTALIDADE DE TRABALHAR UM DIA NA EMPRESA SADIA, NÉ?”

O sentido atribuído pelos trabalhadores ao narrarem suas experiências de vida e de busca pelo trabalho no frigorífico foi marcado pela expectativa, um sentimento de esperança que tomava conta de migrantes que procuravam se ajeitar no núcleo urbano, como relatou Antônio ao mencionar sobre sua primeira saída do campo em 1986 para vir trabalhar no

frigorífico da Chapecó. Ele havia escutado no rádio a propaganda sobre as vagas de emprego existentes.

Conforme posto no capítulo anterior, tratava-se de momento de endividamento dos trabalhadores rurais no campo, por causa da desvalorização dos gêneros alimentícios, aumento e barateamento da oferta de grãos proveniente de lavouras mecanizadas, desigualdade na aquisição de sementes, fertilizantes e adubos. Ainda que a composição da força de trabalho no campo contasse com uma família extensa e relativa autonomia na produção de alimentos para a subsistência, era impossível competir com tratores e trilhadeiras que passavam a ser implementadas via financiamento bancário.

Ao relatar sobre sua experiência na cidade pela primeira vez, fez questão de ressaltar que seu primeiro emprego foi no frigorífico da Chapecó: “**Primeiro emprego meu**, voltando um tempo atrás foi em 86 na Chapecó, hoje BRF – Sadia, BRF.” Antônio procurava segurança econômica. As ocupações geradas pela indústria eram insuficientes, mas garantiram a permanência na cidade. Por isso, muitas vezes se buscava “o primeiro emprego” de modo que pudesse favorecer aquisição de direitos trabalhistas, ainda que a experiência de vida de pessoas como Antônio fosse marcada pelo trabalho rural e pelo trabalho informal desenvolvido na cidade. É comum que se misture a ideia do “primeiro emprego” com aquilo que pudesse ser esperado como direitos pelos trabalhadores. Em um dos momentos das entrevistas realizadas em abril de 2019 e abril de 2021, Pedro também demonstrou esperar o “primeiro emprego” através da palavra sonho. Ele explicou o que representava conseguir um emprego na cidade, no frigorífico Sadia, em meados da década 1990: “era um sonho tu sair da agricultura tipo arrumar um emprego na cidade, porque queira ou não queira tinha o salário no final do mês e lá na agricultura tu não sabia quanto ia ganhar.”

A palavra sonho, dita por Pedro, possibilita a interpretação de algo muito desejado. Como o presente não era nada promissor, os trabalhadores construíram expectativas sobre o “primeiro emprego”, pois assim poderiam ter a carteira assinada, contar todo mês com um salário referente ao seu trabalho, ter direitos sociais e trabalhistas. Empurrados pelo sentimento de medo e insegurança, pessoas como Pedro buscavam melhorar a vida fora do lugar que o expulsava.

Outro trabalhador que relatou os mesmos problemas expostos por Pedro, com relação à situação no campo, foi o Adair, entrevistado em dezembro de 2017. Ele também vivia na zona rural e convivia com as dificuldades: “na roça naquela época foi bastante difícil né” [...] “trabalho era braçal naquela época, mais com animais né? Junta de bois né? E, manual né? Tudo manual né?” [...] “e você não tinha assim parte financeira não tinha retorno né?” Ele

recorda dos tempos difíceis, pois o trabalho era todo braçal e exigia muitos esforços, enquanto o retorno disso tudo era insuficiente para o sustento da família.

Entre os anos de 1980 e 1990, a organização do trabalho de pessoas como Pedro e Adair, era pautada por atividade mista e articulada. A policultura servia para o sustento imediato da família e para a reprodução de pequenos rebanhos de gado, porco e galinha que também se articulavam a casa. Essa organização do trabalho era familiar e quase sempre definida pela autoridade do pai.

Na relação de trabalho predominava um ambiente autoritário centrado na hierarquia familiar, em especial nos pais, a quem se incumbia o pagamento das despesas, cada vez maiores conforme o aumento das técnicas agrícolas e a desvalorização do trabalho. O pagamento das dívidas e das despesas com a reprodução familiar era alívio, por isso os filhos, mesmo sendo essenciais na produção de grãos, não recebiam salário. Em troca do trabalho realizado, os filhos recebiam a moradia, a alimentação, o vestuário e alguns trocados quando necessitavam. Não era incomum o filho mais velho considerar a si próprio um fardo.

Há um paralelo entre “primeiro emprego”, ainda que muitos tivessem trabalhado a vida toda como empregados do pai, com o salário que representava entre outras coisas autonomia e maioridade. Muitas vezes essa transição era selada com o casamento, haja vista que, após o casamento o sustento da nova família ficava inviável dentro da propriedade dos pais, que já tinham outras pessoas como dependentes. Neste sentido, os filhos, assim que se casavam, migravam para a cidade em busca de um emprego que lhes garantisse as condições mínimas de sobrevivência. Essa experiência foi relatada pelo trabalhador Antônio, que no ano de 1990 mudou-se para Francisco Beltrão, após se casar.

Sobre esse contexto histórico de migração para a cidade, o Jornal de Beltrão, observando movimento crescente de migrantes, no dia 1º de maio de 1989, no dia dedicado ao trabalhador, fez uma matéria intitulada: “Muita gente está saindo da região”, com o intuito de compreender os motivos que estariam levando jovens trabalhadores a sair do campo e migrarem para cidades de outros estados e para a cidade de Francisco Beltrão especificamente.

O jornal começou a matéria dando voz à elite local para opinar sobre o assunto. Uma das vozes autorizadas foi a do prefeito do município de Verê, cidade vizinha a Francisco Beltrão, que se disse preocupado, pois no mês de janeiro de 1989, 57 jovens haviam feito a carteira de trabalho para irem trabalhar nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A equipe do jornal perguntou para o prefeito se era preciso segurar o jovem no campo, como uma das soluções para diminuir as migrações, ele afirmou que sim, pois: “muitos vão para a

cidade **iludidos de que conseguirão um bom emprego**, no fim acabam trabalhando por apenas cem cruzados por mês. Se plantar **um alqueire de milho bem adubado tira mais do que cem cruzados por mês**” (JORNAL DE BELTRÃO, 1989, p. 6) (grifos meus).

Para os dirigentes de cidades pequenas, a migração de trabalhadores jovens era vista com preocupação. Segundo eles, era necessário conter essas migrações promovidas pela juventude da região. Mas o prefeito de Verê não apresentou nenhuma solução ao problema da migração dos trabalhadores jovens do campo para as cidades, em vez disso, julgou a atitude desses trabalhadores, alertando que eles não iriam conseguir uma condição de vida melhor fora do campo. Em nenhuma parte da matéria veiculada no dia 1º de maio de 1989, se apresentou uma solução. Afirmaram apenas que era necessário que os jovens permanecessem no campo, mesmo sem condições, uma vez que o plantio de milho rendia mais que o que ganhariam na cidade. Ou seja, a preocupação da elite local era começar a faltar mão de obra barata no campo e aumentar a população em cidades maiores da região e assim pressionar o poder público a conceder o acesso aos direitos sociais, como a moradia, saúde e educação.

O sentido expresso na fala dos dois representantes dos dirigentes locais, retrata que a preocupação com a saída desses jovens do meio rural não era apenas com a diminuição desta população no campo, pois as cidades não conseguiam absorver toda mão de obra. Ou seja, esses migrantes poderiam gerar despesas na cidade com a necessidade da cobertura dos programas de Ação Social e os representantes do executivo das cidades não estavam preparados para gerenciar essas “novas demandas”.

Diferentemente do problema compartilhado entre os membros dirigentes, os trabalhadores que estavam sendo forçados a migrar justificavam essa escolha apontando dois motivos: garantir a sobrevivência e acessar direitos que não estavam chegando ao campo. Para os trabalhadores, migrar para a cidade significava ampliar a sua participação em termos econômicos, via salário-mínimo, em termos sociais ao adquirir direitos relativos à vida cidadã e políticos à medida que passavam a ser objeto de preocupação das classes dirigentes.

Em matéria publicada no dia 01 de maio de 1989, o jornal entrevistou um trabalhador – José Dalmes Riviera de 39 anos – que expôs sua situação e explicitou o porquê saiu do campo: “além da **falta de terras** [...] outra preocupação: **estudo e profissão** para os três filhos. Estudar eu não pude comprar terras, com o que tiro dela, nunca iria conseguir, por isso mudei” (JORNAL DE BELTRÃO, 1989, p. 6). Dalmes colocava em termos muito claros quais eram as reivindicações dos trabalhadores do campo no período: terra, direitos e emprego. A situação presente do entrevistado associava, em um mesmo momento, a perda de condições do passado, as reivindicações do presente e o destino de seus filhos para o futuro.

Tais questões poderiam ser superadas a partir da aquisição de direitos sociais, cuja Constituição de 1988 anunciava. Direitos esses que não foram acessados por ele no campo.

De acordo com Mattoso (1999, p. 11), no final da década de 1980 o desemprego no país, medido pela análise de dados sobre algumas capitais estaduais, era controlado. A partir da segunda metade da década de 1990, contudo, houve crescimento expressivo do desemprego. A diminuição da oferta de empregos e o consequente aumento do índice de desemprego, ocorreu durante a refração de empregos formais em meio ao crescimento da população urbana, dando vazio para a formação de força de trabalho informal em decorrência da precarização do trabalho. Em contraposição ao desemprego estrutural registrado nas capitais brasileiras, as cidades do interior do Paraná, como Francisco Beltrão, passaram a ofertar ocupações formais a partir de arranjos produtivos locais, como a cadeia de produção avícola, especialmente a do peru, em formação desde 1996. Este momento, experimentado pela maioria dos trabalhadores entrevistados, foi posterior a migração regional e interestadual, e pela expropriação de famílias de trabalhadores rurais.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1991 para o Paraná, a cidade de Francisco Beltrão registrou, neste período, 188 lares com 812 pessoas sem rendimento; Pato Branco registrou 247 lares com 992 pessoas sem rendimento; Dois Vizinhos teve 225 lares com 966 pessoas sem rendimento e Toledo marcou 454 lares com 2.032 pessoas sem rendimento (IBGE, 1991). Se ampliarmos o rendimento por família de $\frac{3}{4}$ (três quartos) de salário-mínimo até 1 salário, a média aumentou expressivamente: Francisco Beltrão registrou 1.312 lares com 5.474 pessoas; Pato Branco 1.068 lares e 4.381 pessoas; Dois Vizinhos 738 lares e 3.244 pessoas e Toledo 1.703 lares e 7.196 pessoas, com renda média de até 1 salário. O salário-mínimo correspondia ao montante de Cr\$36.161,60. Ao estabelecermos um paralelo entre o valor do salário-mínimo no ano de 1991 e o valor do salário-mínimo no Paraná no ano de 2021, que era algo em torno R\$1.446,00 reais, significa dizer que a renda familiar dessas pessoas variava em torno de R\$ 1.084,00 reais até R\$ 1.446,00 reais em condições monetárias. Este dado foi obtido sem realizar a conversão de valores, só partindo de uma comparação entre os períodos.

Neste período, a ocupação que garantisse um salário-mínimo, poderia manter a existência, em que pese apertada, de até quatro pessoas, realidade que era vivenciada por casais jovens vindos do campo. Porém, é preciso salientar o fato de que desde as décadas de 1980 até meados de 1990 se constituiu força de trabalho excedente, cujo rendimento era duvidoso e determinado por diárias, com emprego de tipo sazonal e pagamento incerto.

Para além de procurar a formalidade no trabalho, os trabalhadores buscavam ainda as obrigações legais no patrão, algo que não era possível reivindicar da estrutura familiar quando trabalhavam no campo. Havia, em nível de sociabilidade, a expectativa de ser acolhido pelos familiares e amigos próximos e que promoveram migrações anteriores, como informou Maria:

[...] Pois é, quando eu...quando essa minha irmã foi lá fazer isso, aí ela já tava trabalhando na Sadia. Ela tinha pegado férias, aí ela pego , daí ela falo pra mim, vai que daí eu arrumo, isso foi no mês de abril, na Páscoa, daí eu falei eu num vô fica aqui, num gosto, não vou fica mais em Curitiba, que eu não quero, quero ir pra minha casa, daí deixei, falei pro marido pode fica aí, eu vou embora, deixei ele, aí vim mês de Maio pra cá, pra mim entra na Sadia, minha irmã tinha falado com o supervisor Seu Amauri, pra mim entrar, só que como eu não tinha terminado o Colégio, na época precisava ter o primeiro, o Ensino Fundamental, eu tinha só até o 8º ano, eu não consegui entra. Daí eu cheguei aqui e não pude entra, daí que eu fui trabalha de doméstica e estuda pra depois eu entra na Sadia.

Desde que saiu ainda jovem de Francisco Beltrão, por falta de oportunidades de emprego, Maria buscou “seu lugar no mundo”. Esta sensação foi comum para outras pessoas além dela. Seja indo para Curitiba, São Paulo, Mato Grosso ou engrossando as migrações para cidades menores como muitos fizeram, é certo que a formação dos trabalhadores de frigorífico e bairros representativos para cidades do Sudoeste do Paraná, como Francisco Beltrão, tenha se constituído nessa condição.

Entre os sentimentos de segurança ocupacional e familiar, constitui-se processo histórico de mobilização de pessoas para o trabalho, por um lado; e a busca pela formação de força de trabalho pelo frigorífico, por outro. Podem-se destacar pelo menos três elementos importantes que aproximam a experiência de Antônio, Pedro e Maria à formação dos frigoríficos: 1) recrutamento de trabalhadores; 2) mobilização familiar para os bairros de Francisco Beltrão; e 3) Direitos sociais, em especial a procura por educação formal para inserção no mercado de trabalho.

O primeiro elemento de aproximação entre as experiências dos entrevistados é sobre o recrutamento de trabalhadores. A exploração dos trabalhadores no frigorífico não se concentrava somente nas horas em que eles estavam dentro da fábrica, mas também acontecia na vida cotidiana para fora do frigorífico. Um exemplo deste tipo de exploração dá-se em torno das estratégias de recrutamento, valendo-se de relação social pregressa ao emprego, onde parte da força de trabalho é constituída pela aproximação, camaradagem, compadrio e parentesco. Neste contexto, o emprego e a conduta no trabalho acabam por favorecer uma postura diligente, e algo próximo a uma dívida afetiva e moral, daqueles que necessitavam do

emprego diante dos amigos que o conseguiram e em relação à chefia que formalizou o contrato.

As aproximações conferiam certo reconhecimento dos irmãos mais velhos às primeiras pessoas que se assentavam no bairro, nas quais a relação de classe se misturava aos emblemas que diferenciava da vida de carestia que viviam no campo, conforme dito por Pedro:

[...] então assim como **meus colegas saíram da agricultura e começaram na Sadia direto**, daí contavam eu **tô ganhando tanto, o salário tá bom e já vou comprar uma moto e eu vou comprar um carro. E aquilo já incentivou a gente um sonho de vô arrumar um emprego**, vou vir pra cidade e vou conseguir comprar uma moto, um carro, uma casa (grifos meus)

As relações pessoais, vividas como experiência de classe, criaram expectativas e esperanças nos trabalhadores rurais jovens, que ainda estavam no campo. As visões positivas dos colegas de Pedro se remetiam mais ao que era possível obter com o salário que recebiam no frigorífico, do que propriamente ao trabalho lá realizado. A vida passa a ser apartada do que faziam e o trabalho apenas um meio para conseguir.

A expectativa criada pelos trabalhadores rurais, conforme relatos, sobre a “ascensão” do consumo por parte dos amigos e antigos conhecidos, fez com que outros jovens trabalhadores passassem a requerer emprego no frigorífico. Ou seja, o que motivou muitos jovens a saírem do campo e virem para cidade em busca do “emprego”, era o sonho de conseguir acessar direitos social, tais como: salário mensal que lhes garantisse a sobrevivência e o acesso à moradia, bem como a possibilidade do consumo, o que lhes traria alguma dignidade.

Não é difícil entender o motivo que Pedro considerava o emprego um “sonho” em que o trabalhador do frigorífico contribuía para a realização, cuja contrapartida era a presença orgânica dos dirigentes do frigorífico em ações esportivas e educacionais no bairro.

Essa experiência de sair do campo e projetar o trabalho no frigorífico como uma forma de acessar o emprego formal e ter acesso ao consumo, foi compartilhada entre outros entrevistados.

As vagas de emprego eram preenchidas, na maioria das vezes, por familiares e amigos de funcionários do próprio frigorífico, pois eles indicavam muitos conhecidos para trabalhar na indústria da carne do frango, como o caso relatado por Marta²⁷: “[...] me falaram para mim

²⁷ Entrevista feita em 24 de abril de 2019. Marta compartilha da mesma experiência dos outros trabalhadores entrevistados e mencionados nesse trabalho. Ela residia e trabalhava no campo da cidade de Dois Vizinhos e

ir de manhã levar o currículo, fazer uma entrevista, né? Eu fui levei o currículo fiz a entrevista e logo me chamaram para começar. E já entrei”. Por meio desse trabalho de recrutamento realizado pelos próprios funcionários, o frigorífico contou com força de trabalho disponível, de fácil recrutamento e com débito moral.

Há alguns pontos sobre a forma de recrutamento de trabalhadores para os frigoríficos que, mesmo distanciados no tempo, demonstram permanências. Antônio Bosi, ao relatar sobre a forma de recrutamento pelo frigorífico da Sadia em Toledo nas décadas de 1960 e 1970 apresentou um valioso argumento. Segundo o autor, em alguns casos, os dirigentes de frigoríficos se articulavam aos jornais locais para propagandear e divulgar ocupações vagas. Para que estas se tornassem “atrativas”, os empregadores mencionavam o que era oferecido além do salário: moradia, refeição, plano de saúde, plano odontológico, espaço de recreação na associação (BOSI, 2017). Todos esses pontos, além do salário, eram vistos pelos trabalhadores como uma expectativa a ser alcançada. Em nosso estudo, identificamos que a preservação de relações sociais (familiares ou de camaradagem), o acesso ampliado ao consumo e a conquista de direitos sociais, ainda que não administrados pela fábrica, constituíram elementos de formação, tanto da força de trabalho, como de relações de classes entre os trabalhadores.

Em entrevista, Marta se referiu aos “outros atrativos” proporcionados pelo frigorífico como “vantagens”. Todos esses fatores contribuía para projetar expectativas ao novo emprego: “Tipo nós, o plano de saúde, as roupas que nós não precisa estragar as nossas, uniforme tem bastante coisa boa ali dentro.” Para Marta, o uniforme é visto como uma “vantagem” e essa percepção foi construída a partir de sua experiência de trabalho em outros lugares (roça, madeireira e a fábrica de saco de lixo) que ofereciam somente o salário e deixavam a cargo dos trabalhadores os outros custos. O uniforme seria uma redução de custos, como também era o almoço, a moradia, o plano de saúde, as compras da mercearia da Sadia, o acesso ao remédio fornecido a preço módico pelo sindicato.

Com base nessa experiência relatada por Marta, as “reduções de custo”, passavam a ser vistas como uma “vantagem”, pois assim o trabalhador estaria economizando e às vezes até poupando para um eventual imprevisto. Essa economia relatada por ela poderia ser revertida em coisas essenciais para dentro de casa, neste sentido, tudo que pudesse ser

veio para Francisco Beltrão depois que se casou em meados da década de 1990. Ao chegar a Francisco Beltrão terminou os estudos, concluiu o Ensino Médio ao mesmo tempo em que trabalhava de doméstica. Depois buscou trabalhos formais que lhe garantissem a carteira assinada, tais como: na madeireira, na fábrica de fazer sacos de lixo até ir trabalhar no frigorífico, em 2012. No frigorífico passou a trabalhar no terceiro turno, para poder conciliar os cuidados dos dois filhos e os afazeres domésticos.

economizado em relação ao trabalho era visto como positivo pelo trabalhador, pois o salário recebido era planejado para cobrir as despesas essenciais da família, como por exemplo: aluguel ou prestação da casa, luz, água, alimentação, IPTU, parcela de uma moto ou carro, remédios e contas de objetos domésticos. As roupas e calçados para os membros da família eram pensados como algo esporádico e comprado como presente de aniversário ou de Natal (pois no mês de dezembro é pago o décimo terceiro). Tais “vantagens” podiam causar algum tipo de dívida com a empresa, uma vez que alguém da família seria o beneficiário.

Ao contrário da comunicação informal promovida pelos trabalhadores, houve também a comunicação oficial promovida por periódicos em Francisco Beltrão. Cumpriram papel de propagandear as ocupações formais ofertada pelo frigorífico da Sadia, como relatado na matéria do Jornal de Beltrão, edição do dia 10 de julho de 1996, que sublinhou a “geração de empregos” originada pela implantação de matrizeiro, incubatório e abatedouro de perus. A reportagem versava sobre os esforços municipais para atração de capitais. Na matéria foi mostrada a disponibilização de 250 empregos diretos e 450 indiretos. O investimento total para a construção e a implementação técnica foi de 13 milhões de dólares, incorporando ao PIB do município a cifra de 40 milhões de dólares e cerca de 500 dólares a mais no PIB per capita (JORNAL DE BELTRÃO, 1996a). Todos os dados citados foram utilizados no sentido de demonstrar a importância do grupo Sadia no desenvolvimento econômico do município.

Outro aspecto enfatizado na reportagem acerca do frigorífico Sadia foi sobre as pessoas que participaram da inauguração do abatedouro de perus, sobretudo autoridades políticas locais e estaduais, como o Governador do período Jaime Lerner. A iniciativa relacionava-se ao aumento da produção da carne do peru a nível nacional. Para o arranjo político-econômico local, significava a consolidação da cadeia produtiva de aves, integrando mais de 120 famílias ao processo produtivo (JORNAL DE BELTRÃO, 1996a).

A matéria situava-se em período histórico entre a escassez dos empregos formais e a mobilização das pessoas da cidade para outros estados. Em período anterior, entre os censos²⁸ de 1980 até 1991, houve redução da população total da região Sudoeste. Em 1980 havia 521.477 habitantes e em 1991 havia o total de 478.126 habitantes, tendo uma redução de 43.351 em menos de uma década. Alinhada a trajetória de busca por emprego pelos trabalhadores e de migração para outras regiões, a matéria evidencia arranjo entre a necessidade de pessoas como Adair, Antônio, Pedro, Marta e Maria aos interesses de

²⁸ Dados do Relatório do Censo Demográfico de 1980, Número 22- Paraná, IBGE, 1983 e Relatório do Censo Demográfico de 1991: Resultados do universo relativo às características da população e dos domicílios, Número 22 – Paraná, IBGE, p. 1-586.

formação da cadeia produtiva do peru no Sudoeste do Paraná. Além de conter a evasão de força de trabalho para outras regiões, a oferta de “empregos indiretos” também indicou, conforme a trajetória de trabalho dos entrevistados, processo de subordinação de atividades laborais como catadores de perus, criadores, caminhoneiros e inúmeras ocupações informais, ao recrudescimento da atividade frigorífica no ano de 1996. Fortaleceram-se redes de recrutamento composta por laços familiares. Tais relações, estabelecidas antes da implementação técnica e da “geração de emprego”, definiram a mobilização de pessoas que passaram a compor os bairros na região Norte de Francisco Beltrão, próximo a fábrica, cuja comunicação informal passou a atuar no cotidiano, entre uma matéria e outra.

Outra pressão que recaiu sobre os trabalhadores foi a exigência de escolarização para o emprego. A baixa escolaridade entre as pessoas que vinham do campo para cidade dizia respeito ao momento histórico em que o acesso escolar era precário. Raros eram os casos daqueles entre os trabalhadores que puderam ter acesso ao nível médio, exceto os que desempenhavam alguma ocupação em seminários, exclusivamente ocupados por homens. Mulheres como Maria e Rita, tiveram que, entre as atividades domésticas e o emprego informal fora de casa, estudar para que estivessem aptas, de acordo com os critérios definidos pela fábrica, a ocupar uma vaga de emprego. Como informado por Maria ao descrever sobre a exigência imposta pelo frigorífico para contratá-la:

[...] minha irmã tinha falado com o supervisor Seu Amauri, pra mim entrar, só que como eu não tinha terminado o Colégio, **na época precisava ter o primeiro, o Ensino Fundamental**, eu tinha só até o 8º ano, **eu não consegui entra**. Daí eu cheguei aqui e não pude entra, daí que eu fui trabalha de doméstica e **estuda pra depois eu entra na Sadia** (grifos meus).

Para Maria, a escolarização sempre esteve alinhada à expectativa de adquirir formalidade no trabalho. Esse critério passou a ser utilizado como diferencial de fábricas que se preocupavam com o “bem-estar dos trabalhadores”. Em um primeiro momento, esta foi oferecida por fábricas para aqueles que não tiveram oportunidades de estudar, mas, com o passar dos anos, veio a se tornar um critério para o recrutamento de novos trabalhadores, uma vez que, de acordo com as narrativas dos trabalhadores, nos anos 1990 a Sadia não era uma empresa de dispensar trabalhadores com facilidade. Por esse motivo, as vagas de emprego que surgiam com frequência dentro do frigorífico eram poucas e a contratação passava por indicações. Cabe salientar que uma expectativa para se mudarem para a cidade era a educação dos filhos. Não imaginavam que iriam enfrentar a exigência de voltar aos bancos escolares.

Neste tópico, vimos como o projeto de “modernização” da cidade era legitimado, por um lado, por meio de um discurso típico da Ditadura Militar no Brasil, que preconizava um progresso econômico a despeito do sofrimento dos mais pobres; por outro lado, através de expressões religiosas, tais como “vocação para o agronegócio”, assumindo um discurso homogeneizador que naturalizou as desigualdades e colocou o progresso regional como uma ação exclusiva das classes dirigentes.

Contudo, através das entrevistas foi possível perceber que parte significativa das mudanças substanciais na transformação dos espaços produtivos, tanto no campo como na cidade, constituíram-se sob o esforço dos “de baixo”, que viveram o período de instalação das fábricas de alimentos neste município como pressão em busca por emprego, direito social e ao consumo. Ao viver, se relacionar, constituir vizinhança e esperar um futuro melhor, lutaram e arrastaram para si direitos formais dificilmente estendidos aos trabalhadores rurais neste período. Estes esforços, entretanto, não devem ser romantizados, porque embora a classe trabalhadora tenha sido protagonista das transformações mais profundas, tanto em termos quantitativos (crescimento populacional e desenvolvimento da cidade) como qualitativos (formação da cultura real do lugar), esses esforços foram experimentados também como exploração social.

2.2 PROPAGANDA E EXPLORAÇÃO SOCIAL

Como apresentado no tópico anterior, o emprego no frigorífico a partir da década de 1990 passou a ser um desejo dos trabalhadores entrevistados. A expectativa de estabilidade, de salário, direitos e acesso ao consumo eram compartilhadas por uma numerosa fração da população do Sudoeste, como foi relatado por Maria: “[...] dai fui estudar a noite pra poder entrar na Sadia né? Era o lugar que **pagava melhor e tinha mais condições né?**”.

Trabalhar no frigorífico parecia uma saída para situações como o desemprego e a falta de esperança com o futuro. Ter acesso a esse trabalho valia fazer alguns esforços como o de frequentar aulas depois de cansativas jornadas de trabalho, além dos cuidados da casa e dos filhos. Isso porque além do salário, o frigorífico “tinha mais condições né”, as chamadas “vantagens”: cesta básica, vale para comprar na loja do frigorífico, refeições no trabalho, plano de saúde e vestuário.

Nesse sentido, é importante analisarmos alguns dados sobre a cidade de Francisco Beltrão a partir da década de 1990, com vistas a compreendermos o consenso criado pelos

trabalhadores em torno do emprego no frigorífico ser algo positivo, avaliado por eles como um emprego “melhor” e com “vantagens”.

Alicerçando-se nos dados do Censo de 1991 e 2000 da cidade de Francisco Beltrão, pode-se observar um aumento da população. No censo de 1991 a população era de 61.272 habitantes. Já no censo de 2000, a população da cidade havia apresentado crescimento, indo para 67.118 habitantes. Isso representou um crescimento de 5.846 pessoas, algumas dessas chegadas de outras cidades menores do entorno de Francisco Beltrão, como foi o caso dos trabalhadores entrevistados, Antônio, Adair, Pedro, Marta, Rita e Nair e Maria.

O aumento da população na cidade de Francisco Beltrão entre as décadas de 1990 a 2000, também mexeu com as condições de trabalho e ofertas de emprego formal. De acordo com os dados do Censo²⁹ de 1991, a taxa de desemprego era de 1,68% com relação aos trabalhadores acima de 16 anos. No censo de 2000, entretanto, o desemprego registrava 10,17% na mesma faixa etária de trabalhadores. Os dados apresentados a partir do censo nos mostram que houve um aumento expressivo da taxa de desemprego durante entre 1990 e 2000.

A mudança ao longo de duas décadas (90 até 2000) na oferta de trabalho na cidade, não acompanhou a demanda da mão de obra livre que existia e essa situação só cresceu. O cenário de crise da oferta de trabalho vivenciado pelos trabalhadores em Francisco Beltrão durante os anos da década de 1990, foi também compartilhado por trabalhadores em todo o Brasil (MATTOSO, 1999).

A crise de oferta de emprego em relação ao aumento de mão de obra interferiu entre todas as classes sociais da cidade, pois algumas demandas passaram a ser recorrentes, como a moradia, já que houve o aumento de famílias morando em ocupações urbanas. A situação motivada pelo crescimento do desemprego projetou para órgãos públicos a solução para o problema. A prefeitura passou a ser cobrada para tentar resolver a questão das ocupações urbanas, oferecendo regularização das moradias dos trabalhadores que estavam em processo de migração ou as que estavam perdendo condições de manter-se morando na cidade.

Durante os anos de 1990, o JdeB – Jornal de Beltrão registrou o problema e construiu uma narrativa favorável ao processo de industrialização, valendo-se da condição de empobrecimento dos trabalhadores para justificar a aplicação de recursos públicos em interesses privados. A criação de consenso em torno das práticas promovidas pela prefeitura e

²⁹ Site consultado: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/desemprpr.def> (Site consultado no dia 28 de maio de 2021 às 10h30min).

pelas classes dirigentes ao criarem condições para que fosse possível instalar pequenas e médias indústrias e com isso aumentar a oferta de vagas de emprego na cidade, ao naturalizar a insuficiência da assim chamada “vocação para o agronegócio” atingir o desenvolvimento social.

A matéria publicada no dia 29 de janeiro de 1994, na seção geral, tendo como título: “Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo: Incentivo à industrialização”, dizia o seguinte:

O incentivo à industrialização, uma das principais metas da administração e dos maiores motivos para a criação da Secretaria [...] O secretário Antônio Rubens Camilotti, juntamente com o vice-prefeito Vilmar Cordasso, passou a receber muitos pedidos de pequenas e microempresas no sentido de viabilizar a doação de terrenos para instalação de indústrias de médio e pequeno porte. [...] As grandes indústrias que pretendem se estabelecer em Francisco Beltrão estão recebendo um incentivo especial, através da Secretaria de Indústria e Comércio, com o oferecimento de terrenos, pavilhões, infraestrutura, projetos, incentivos fiscais e o que mais for necessário (JORNAL DE BELTRÃO, 1994, p. 11).

A partir da reportagem, podemos verificar que a Prefeitura mostrou que uma das metas era o incentivo à industrialização e estava disposta a atender algumas das demandas, doação de terrenos, e o que mais for necessário para atender pequenos e médios empresários locais. Ou seja, a prefeitura estava desembolsando dinheiro público para comprar terrenos particulares para serem doados aos empresários e dessa forma colocar em prática o incentivo a industrialização.

Mesmo com toda a disposição, a propaganda produzida pelo discurso jornalístico, a pedido da Secretaria de Indústria e Comércio, em oferecer incentivo especial, não foi suficiente para trazer as grandes indústrias e aumentar o número de vagas de emprego na cidade que pudessem reduzir o desemprego.

Em contrapartida, a propaganda buscava atrair a vinda de grandes indústrias para a cidade. O desemprego cresceu ao longo dos anos de 1990, como apresentado anteriormente nos dados do Censo de 2000, ao ponto de o jornal local publicar por dois anos seguidos o resultado da pesquisa feita pela Radar sobre os desempregados do Sudoeste do Paraná, nos anos de 1998 e no ano de 1999, mostrando que no ano de 1998, a taxa de desemprego era de 17, 55%. Já no ano de 1999 havia aumentado 1%, ou seja, era de 18, 43%³⁰.

³⁰ Fonte: dados apresentados pelo Jornal de Beltrão, na matéria do dia 28 de julho de 1999, página 4, na seção geral, intitulada: O desemprego no Sudoeste é igual ao nacional: 18%.

Ainda sobre a matéria do ano de 1999, colunistas do Jornal de Beltrão ressaltaram suposto perfil das pessoas que estavam desempregadas no Sudoeste do Paraná, afirmando que:

[...] Uma primeira constatação é que os **descendentes de raças brasileiras estão mais necessitados de emprego do que os descendentes de italianos e alemães**. [...] A pesquisa, feita neste mês de julho, ouviu 450 pessoas nos 16 municípios mais populosos do Sudoeste. [...] Os índices de **descendentes de italianos e alemães que procuram emprego são de 12%** e entre os **descendentes de brasileiros são de 28%**. [...] Outra conclusão é que o desemprego é maior entre mulheres e jovens (JORNAL DE BELTRÃO, 1999c, p. 4) (grifos meus)

A matéria intitulava-se “O desemprego no Sudoeste é igual ao nacional: 18%”, atribuindo os problemas domésticos ao elemento incontrolável onde a “nação”, composta por “brasileiros”, supostamente seria a responsável pelo atraso e pelo problema do desemprego, evocando distinção entre empregados “descendentes de italianos e alemães” dos desempregados “descendentes de brasileiros”.

Neste sentido, o discurso jornalístico vale-se de elementos discriminatórios sobre os trabalhadores desempregados na região. Os dados apresentados foram embasados em elementos anacrônicos ao projeto de industrialização local, que é o reforço da memória vencedora dos migrantes italianos e alemães que vieram para região Sudoeste entre as décadas de 1940 até 1960. Ainda que seja falsa a ideia de que os herdeiros de colonos tiveram vida estável, como vimos nas trajetórias de vida e trabalho de nossos entrevistados (onde o empobrecimento atingiu descendentes de imigrantes), a narrativa leva a considerar certa polarização étnica, omitindo as diferenças de classe.

Ao apresentar um perfil dos trabalhadores desempregados no Sudoeste do Paraná no ano de 1999, o jornal local optou por fazer uma distinção preconceituosa, pois, ressaltou uma xenofobia aos de “fora”, aos migrantes. Uma vez que os “pioneiros” do Sudoeste cultivaram tradições inventadas no decurso de sua migração voltado para o reforço do discurso de superioridade eurocêntrica, eles não seriam vistos como migrantes e nem de fora. Para os dirigentes, os “de fora” eram os ditos “brasileiros”, migrantes de outras regiões do país que, não vieram dos estados do Sul, majoritariamente pretos e pardos. A abordagem do jornal responsabilizava os mais frágeis, no caso, os trabalhadores, ainda que precisassem de seu trabalho.

Foi a partir desse cenário de precarização das condições de trabalho e da falta de oferta de emprego formal na cidade de Francisco Beltrão, que a Sadia se apresentou aos

trabalhadores como um “lugar melhor” para trabalhar, além de se ver livre dos estigmas criados. É interessante observar que o jornal³¹ local durante os anos de 1990 contribuiu na construção dessa imagem positivada sobre o frigorífico.

Nos anos de 1990 foram publicadas inúmeras matérias que ressaltavam a ampliação do setor industrial na cidade, em especial a implementação do frigorífico da Sadia. Foi noticiada a inauguração da Fiambreteria, loja de venda dos produtos fabricados pela empresa para a população, em setembro de 1991 (JORNAL DE BELTRÃO, 1991, p. 16). Também fizeram questão de mencionar sobre os investimentos feitos pelo grupo Sadia no frigorífico em um ano de gerenciamento, que foi no valor de C\$ 300 mil dólares (JORNAL DE BELTRÃO, 1992a, p. 12). A inauguração do supermercado Sadia, que teve um custo da construção de 2,6 milhões de dólares e que geraria: “[...] inicialmente, 80 empregos diretos, 25 indiretos e mais 21 de meio expediente (para garotos da Guarda Mirim, que trabalhavam meio expediente e no outro meio expediente estudam)” (JORNAL DE BELTRÃO, 1993e, p. 2) e a inauguração do abatedouro de peru em 1996, mencionando a geração de mais 700 empregos (JORNAL DE BELTRÃO, 1996a, p. 12). Ou seja, os empregos formais que surgiram na cidade de Francisco Beltrão, nos anos de 1993 a 1996, tiveram ligação direta com ampliação do frigorífico da Sadia, valendo-se de um momento de crise, migrações para outros estados, estigmatizações infundadas e de exploração social.

De acordo com os dados apresentados nas matérias do jornal local, em três anos o grupo Sadia criou aproximadamente 800 empregos formais, além de 50 empregos informais. Dos trabalhadores entrevistados, alguns se empregaram nesse período, como é o caso do Adair, Maria, Pedro e Nair³².

Nair conseguiu emprego no frigorífico no momento de expansão e aumento do número de vagas de emprego. De acordo com ela: “[...] aí em 95 eu entrei na Sadia e tô lá até hoje, [...] eu também fui procura emprego lá, porque o salário na época era bem maior que o da madeireira. Aí como tinha uma vaga eu sai da madeireira e entrei lá”. De acordo com o relato, o que levou Nair a procurar emprego na Sadia foi o salário, era a empresa que pagava mais, “quase o dobro na época [...] era de R\$ 197,73 reais”, ou seja, o esforço do trabalho no frigorífico “compensava” por causa do salário maior.

Se compararmos com o salário-mínimo do ano de 1995 (IPARDES, 2020), que era de R\$100,00 reais, o valor do salário pago pelo frigorífico Sadia em 1995 para o trabalhador da

³¹ A Sadia, assim que comprou o frigorífico de abate de frango em Francisco Beltrão, passou a ser um dos patrocinadores do Jornal de Beltrão e assim permaneceu ao longo dos anos durante as décadas de 1990 e 2000.

³² Entrevista realizada no dia dez de junho de 2021, em Francisco Beltrão com a Nair.

sala de corte era de R\$ 197,73 reais, de acordo com as informações presentes na carteira de trabalho. Ou seja, o salário pago pelo frigorífico era 97% maior que o salário-mínimo de 1995. Essa é uma evidência sobre os motivos que levavam muitos trabalhadores a buscarem emprego no frigorífico durante os primeiros anos da década de 1990. Construir em sua memória a experiência de trabalho no frigorífico como um “bom emprego”, “o tempo da Sadia que era bom” é fazer um exercício de comparar as possibilidades apresentadas no período e a situação de muitos trabalhadores no presente.

A partir da experiência de Nair, podemos inferir que o frigorífico recrutava trabalhadores nos anos de 1990 e teve que pagar um salário maior que o salário-mínimo, além de oferecer algumas “vantagens”, na intenção de tornar o emprego vantajoso aos olhos dos empregados. Atualmente o salário pago gira em torno de R\$1.450,00³³. Em relação ao salário-mínimo nacional (R\$1.100,00 reais), a remuneração é 31,81% maior. Mas ao compararmos o valor pago pelo frigorífico no ano de 2021, com o salário-mínimo regional do Estado do Paraná, percebermos que ele era inferior, pois no ano de 2021³⁴ o valor variava de R\$ 1467,20 até R\$ 1696,20 reais. A diferença entre o valor pago pela empresa e o menor valor do salário regional era de R\$ 67,20 reais, já em comparação com o maior salário-mínimo pago no estado, a diferença se torna bem expressiva, pois é de R\$ 246,20 reais. Esses dados possibilitam inferir que houve ao longo dos anos uma diminuição no preço/valor do trabalho pago pelo frigorífico aos trabalhadores em comparação aos anos da década de 1990, no estado do Paraná.

A diminuição do salário pago aos trabalhadores tem relação direta com a formação do mercado consumidor da carne, que ao longo dos anos de 1990 e 2000 se consolidou. Sobre essa concretização do mercado consumidor da carne de frango, Bosi (2016, p. 16) discorreu que no ano de 1980 o consumo era de 9,5 kg per capita, no ano de 1990 o consumo foi para 14,2 kg e no ano de 2009 saltou para 45 kg. Por meio desses dados, é possível apreender que a partir da ampliação das indústrias da carne de frango no país, ocorreu paralelamente um

³³ O salário pago na BRF-foods no ano de 2021 inicialmente aos trabalhadores era: “Nos três primeiros meses o salário é de R\$ 1.340,00 reais, depois passa para R\$1.450,00 e depois de um ano no frigorífico o trabalhador da linha de produção passa a receber R\$ 1.600,00 reais. O vale alimentação é pago pelo frigorífico desde o primeiro mês de trabalho no valor de R\$ 250,00 reais”. Essas informações foram repassadas por um dos trabalhadores entrevistados.

³⁴ Informação obtida através do site do governo do Paraná, por meio da consulta realizada no dia 28 de novembro de 2021 (<https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Novo-salario-minimo-regional-entra-em-vigor-no-Parana>).

incentivo maior ao consumo da carne de frango, pois em menos de trinta anos a quantidade consumida de carne de frango aumentou em 35,5 kg.

Esse aumento no consumo da carne de frango acompanhou a ampliação da produção/abate de frangos no país. Simultaneamente a esse movimento, os frigoríficos foram rebaixando os salários dos trabalhadores justamente à medida em que o trabalho se intensificava. Percebemos com isso que os frigoríficos, à medida que expandiram e consolidaram o abate da carne de frango pelo país, pararam de oferecer um salário vantajoso para recrutar os trabalhadores. A tática utilizada pela indústria foi pagar próximo do salário-mínimo regional do estado do Paraná e permanecer com as “vantagens”. Isso gerou aos frigoríficos uma rotatividade de trabalhadores, pois os desgastes do serviço não eram compensados pelo salário pago, como aconteceu no início da década de 1990.

Contudo, o salário recebido pelos trabalhadores do frigorífico nos anos de 1990 era maior que o salário-mínimo nacional. Através do ordenado se passava a projetar desejos de consumo para além do sustento/sobrevivência e, sobretudo, para além da condição da maioria dos trabalhadores de outras ocupações, como por exemplo, informado por Nair: “... aí foi onde eu consegui comprar uma casinha, né (risos)”, que atribui ao salário maior recebido no frigorífico a condição determinante para aquisição de moradia regular. A relação do trabalho com a aquisição de moradia determina expressões como “o tempo bom” do trabalho no frigorífico, em que a valorização do salário podia ser medida pelos valores das pessoas que saíam do campo. As conquistas cotidianas situadas entre a necessidade e o desejo marcam a experiência desses trabalhadores. Essa condição parece ser datada e atualmente serve como parâmetro de comparação com os baixos salários oferecidos pelo mesmo setor.

O grupo Sadia investiu em ampliações da planta produtiva do frigorífico em Francisco Beltrão um total de \$ 16 milhões de dólares³⁵, isso com construções de supermercado e planta de abate de perus. Esses dados apresentados nos permitem compreender por que o jornal, ao longo dos anos da década de 1990, publicou várias matérias a respeito do grupo Sadia, dando ênfase aos “progressos econômicos”. Ou seja, a Sadia também passou a ser vista, tanto pelos dirigentes, como pelos trabalhadores, como uma empresa importante e confiável.

Outras questões que podemos problematizar nesse contexto da expansão do grupo Sadia em Francisco Beltrão, durante o período dos anos 1990, têm relação direta: 1) com a expansão do grupo para fora do país devido ao aumento das exportações; 2) A consolidação

³⁵ Os dados sobre a soma dos investimentos na cidade de Francisco Beltrão por parte da Sadia foram feitos a partir dos dados apresentados pelo Jornal de Beltrão entre as matérias dos anos de 1991 até 1996.

da verticalização da empresa; 3) barateamento da produção e assim o aumento do consumo da carne de frango entre a classe trabalhadora (DALLA COSTA, 1997).

A propaganda produzida pelo jornal sobre o grupo Sadia tinha como objetivo valorizar a presença da empresa na cidade. Para os dirigentes, essa presença agregava valores especulativos aos lotes nos arredores das construções como o supermercado (centro da cidade) e nos bairros da região Norte da cidade, devido à ampliação da planta produtiva do frigorífico. Já os trabalhadores vivenciaram e construíram suas percepções sobre o frigorífico a partir das relações de trabalho e valores sociais que herdaram do campo. Eles passaram a olhar para o frigorífico como um lugar “seguro”, pois teriam garantido o principal direito trabalhista: salário mensal por meio do registro na carteira, além das ditas “vantagens”, uma vez que, outros empregos formais estavam em escassez na cidade. E o salário recebido no frigorífico era quase o dobro pago nas outras ocupações em Francisco Beltrão entre os anos da década de 1990.

De acordo com os dados do CAGED 2008 o número de 19.449³⁶ trabalhadores estava empregado em ocupações ligadas à construção civil, comércio e em frigoríficos de Francisco Beltrão. Trata-se de significativa parcela da classe trabalhadora deste município, já que a população economicamente ativa de acordo com os dados do Censo de 2010 é de 46.884 mil com um total de 45.333 pessoas ocupadas formalmente (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, 2022). Ou seja, os trabalhadores que estavam ocupados na construção civil, comércio e em frigoríficos representavam 42,9% do total de trabalhadores formalmente estabelecidos. É um número expressivo para uma cidade de porte médio que dialoga com os trabalhos no campo.

Ao longo dos anos de 1990, 2000 e 2010, os principais setores da economia em Francisco Beltrão concentraram-se em cinco segmentos: construção civil, comércio, fábrica de móveis, costura e produção de carne do frango e peru. Esta última atividade cresceu devido à consolidação do mercado consumidor de carne de frango no Brasil e fora dele, a ponto de empregar cerca de três mil trabalhadores que residem majoritariamente nos bairros que se constituíram a partir da migração de trabalhadores rurais de cidade menores para o espaço urbano de Francisco Beltrão. Trata-se de um conjunto de bairros que formam a “Cidade Norte” em Francisco Beltrão: Bairro Sadia, Júpiter, Pinheirão, Pinheirinho, Cantelmo, Jardim Floresta e Jardim Itália, Jardim Virginia.

³⁶ <https://beltrao.wordpress.com/tag/caged/> (consultado no dia 14/06/2021 às 10h21min).

Esse lugar compreende parte significativa do perímetro urbano e é o mais populoso com cerca de 30 mil pessoas. Novas gerações de trabalhadores passaram a crescer entre os operários que formaram o lugar e alguns deles – ainda que busquem alternativas nos estudos formais, universidades e no exército – passam a empregar-se no frigorífico, cuja estrutura formada entre fábrica-bairro desde os anos de 1990 determina sua inserção no mercado de trabalho, como informou Eduardo³⁷:

[...] Ela é a maior empresa, então ela como é a maior empresa você tem, ela é uma empresa que tem hierarquia e então **você pode ir subindo os cargos**, então **empresa quanto maior mais chance de crescer**. Você pode ser auxiliar, depois assistente, depois analista, tem três tipos de analista e assim por diante. Você pode ser supervisor, e assim por diante. Esse foi um dos **meus interesses** e também por ser uma empresa grande e também uma **empresa que chama bastante atenção por ter benefícios, né ...plano de saúde, vale, essas coisas e também por estar próximo de casa** [...] (grifos meus).

Para a juventude residente na região da “Cidade Norte”, o trabalho no frigorífico é visto como a principal oportunidade. Desde o Ensino Médio a empresa vincula-se aos estágios de quatro horas por dia e gradualmente se coloca como referência na vida de futuras gerações de trabalhadores. Além disso, há em sua disposição uma estrutura de sentimentos de trabalhadores antigos que associam suas conquistas ao trabalho realizado no frigorífico. A indicação ao trabalho formal ainda faz parte das estratégias de recrutamento da empresa se consolidando como parte integrante da cultura de classe desses bairros.

Eduardo teve seu primeiro emprego formal na BRF-foods. A iniciação no mundo do trabalho parece repetir a de tantos outros que se mobilizaram do campo para a cidade nos anos de 1990. Quem o avisou sobre a vaga foi seu tio, que já trabalhava no frigorífico e o orientou a levar um currículo para concorrer à vaga: “eu concorri uma vaga no mercado da BRF [...] Trabalhei **três anos no mercado da BRF**, então **eu era caixa e repositor, né**. Fazia as duas funções”. A vaga era para trabalhar no local em que todos os funcionários usavam o vale alimentação no valor de R\$ 250,00 reais que recebiam todos os meses para comprar alguns produtos, os quais eles mesmos produziam. Eduardo fez questão de contar que reconhecia que era explorado, pois “fazia as duas funções”, de caixa e repositor, mas recebia por uma, no caso, caixa.

³⁷ Entrevista realizada com o Eduardo (Pseudônimo) no dia 14 de junho de 2021 em Francisco Beltrão. No período da entrevista o trabalhador já não trabalhava mais no frigorífico, estava trabalhando em outra empresa.

Depois de ser demitido, Eduardo justificou sua entrada no emprego da seguinte maneira: “então empresa quanto maior mais chance de crescer”. Ele tentou, no presente, ressignificar a experiência dentro do frigorífico, tentando colocar em segundo plano a necessidade que tinha de encontrar um emprego e valorizando a expectativa de poder crescer dentro da empresa, por ser grande e demandar muitos funcionários. Mas o principal motivo de tentar a vaga na empresa foi a necessidade de ter um emprego, sendo que o ingresso teve a contribuição de seu tio que já estava lá dentro.

As indicações transmitidas por Eduardo demonstraram o débito afetivo com o tio, mas também as expectativas de crescimento profissional, as quais levam a juventude trabalhadora, como ele, a permanecer no trabalho durante um tempo. Contudo, tal comportamento mudou quando percebeu a contradição entre aquilo que se imagina e aquilo que se vive.

Examinando as entrevistas, o que motivou pessoas de gerações diferentes, como Antônio e Eduardo, a buscarem emprego no frigorífico, foram a necessidade de emprego formal e os benefícios que a empresa estendia aos trabalhadores, diferente de outros empregadores. Esse pressuposto parece ter permanecido ao longo da atividade frigorífica em Francisco Beltrão e manteve-se como valor de classe.

Porém, tais valores como: formalidade no trabalho, salário, moradia, plano de saúde e vestuário se dirimem à medida que o cotidiano e a vida laboral contradizem o princípio universal da saúde física. O que acarreta ao emprego formal uma condição precária, intensificação do trabalho e rebaixamento de salários.

Neste tópico abordamos as expectativas produzidas pelos trabalhadores e pudemos perceber que sua colocação no mercado de trabalho não foi improvisada. Os trabalhadores entrevistados tinham motivos para empregar-se em frigoríficos e reproduzir suas vidas próximo às fábricas de alimentos. Contudo, essa experiência, longe de representar um “progresso” social, produziu uma classe trabalhadora adoecida por suas funções e insatisfeita com o rebaixamento de seus salários. É sobre as frustrações que abordaremos no próximo tópico.

2.3 “EU TENHO UM POUCO DE MÁGOA DA BRF”: O RESSENTIMENTO E A FRUSTRAÇÃO COMO PRODUTO SOCIAL

Eduardo, assim como tantos outros jovens ao iniciarem sua trajetória de trabalho, visava progressivamente alcançar melhores empregos, ser reconhecido por seus esforços e se

possível ir crescendo em alguma empresa. Eduardo nasceu na cidade de Francisco Beltrão, morador do bairro Pinheirinho, localizado na região norte, tem vinte e cinco anos. Ele começou a trabalhar com quatorze anos de idade, por meio do recrutamento de jovens, filhos de trabalhadores, chamado de “menor aprendiz”³⁸. O primeiro emprego dele foi na confecção de roupas sociais “Raffer”, onde trabalhou por dois anos (2010-2012). Depois, foi trabalhar em uma fábrica e loja de painéis, na região norte da cidade, “Alumínio 5 Estrelas”, onde ficou por mais dois anos, após essa experiência tentou uma vaga para caixa do mercado da BRF-foods, no ano de 2015.

A experiência de Eduardo é marcada por recordações de diligências dentro da BRF-foods. Ele fez questão de ressaltar sua dedicação ao serviço e que guardava esperanças de crescimento profissional, comum a jovens trabalhadores quando questionados a sua expectativa com o emprego. Depois de três anos, ele avaliou a possibilidade de trabalhar como auxiliar administrativo no frigorífico, já que estava fazendo faculdade de administração.

Entre 2018-2019 Eduardo dedicou-se a tarefa de controle e emissão de notas, ocupação que via como importante e mais relevante que aquela que desempenhou no supermercado. Foi na vaga de auxiliar administrativo que Eduardo passou a perceber problemas entre a administração da empresa e aquilo que achava justo para pessoas como ele. Um exemplo era a forma realizada para a contratação de funcionários no setor administrativo. Os chefes/supervisores faziam a seleção com provas, mas o candidato já estava escolhido pela relação de indicação feita entre funcionários da empresa. Também, as tarefas para serem executadas e que eram ordenadas por outros setores de fora da planta produtiva de Francisco Beltrão, demandavam de consultas aos supervisores, para que estes autorizassem quais informações poderiam ser repassadas. Tanto que Eduardo, ao recordar sua experiência de emprego no frigorífico, afirmou que: “[...] mas a BRF como ela não é honesta com o funcionário, não é certa”. Ele estava se referindo às tarefas que eram atribuídas aos trabalhadores do administrativo, informando que:

[...] E, aí na época o pessoal de Curitiba mandou eu fazer uma visão geral de como estava a empresa [...] **Eu fiz, fui sincero, fui verdadeiro e fiz o que eles pediram**, mas a BRF como ela não é honesta com o funcionário, não é certa. Que que eu fiz, peguei mandei pra eles, eles me pediram peguei e fiz, a não tá legal? [...] **E aí aconteceu que o pessoal daqui não gostou muito, o pessoal não gostou nada** então veio o gerente, veio o pessoal da logística, veio a supervisora do RH também né. E não gostou, e foram olhar realmente, né o que eu avalei. **E realmente não atendiam aos requisitos, né. Não**

³⁸ Faz parte do programa criado pelo governo federal que autoriza jovens a partir de quatorze anos serem contratados para trabalhar em empresas (BRASIL, 2000).

atendiam então eu tá certo, porém eles não gostaram, né. Porque, o que **eu deveria ter feito na visão deles** deveria ter passado oh o pessoal tá pedindo isso dessa forma pra mandar **e jogar debaixo do pano**, entendeu? **Mentir pra eles que estava legal, entendeu?** E eu falei a verdade (grifos meus).

Ou seja, na avaliação de Eduardo, os gerentes da empresa, na situação apresentada acima, queriam que ele ocultasse as condições da Unidade de Francisco Beltrão. A análise dele era que a empresa esperava que a sua postura fosse favorável aos negócios do frigorífico e que para isso passasse por cima de seus valores e ética. Mesmo que esse “passar por cima de seus valores” o colocasse em contradição com o que havia aprendido com seus pais que era correto.

A avaliação sobre as condições de salubridade que a empresa proporcionava aos trabalhadores foi realizada por Eduardo sob o ponto de vista de um funcionário que trabalha, e não sob o olhar dos gerentes do frigorífico. Esse posicionamento de trabalhadores corretos como ele, que queriam demonstrar serviço pela competência, realizando suas funções com honestidade, sendo verdadeiro, sincero.

A divergência de Eduardo com a gerência da planta produtiva local motivou sua demissão, embora a justificativa para a sua dispensa fosse outro. De qualquer modo, ele expressa uma carga visível de ressentimento. Afinal, em sua visão, ele havia feito o melhor, o mais honesto, o certo, fato que gerou antipatia. Ao mostrar os problemas que identificava na empresa (o que o enfraqueceu perante a gerência) ele se tornou alvo fácil para seus supervisores.

A expectativa criada por ele ao começar a trabalhar no frigorífico é algo comum entre os jovens que entram em empresas grandes e hierarquizadas. O que não estava nítido para Eduardo era que, para ter minimamente chances de crescimento dentro da BRF-foods, não bastava demonstrar dedicação, mas sim estar disposto a compreender e entrar nos esquemas da gerência, nem que para isso tivesse que renunciar a princípios éticos.

Analisando a experiência de Eduardo, é possível avaliar outro aspecto, a exploração do frigorífico. Para além da exploração econômica, acontecia a exploração da alma, pois tentavam capturar e corromper os valores e a ética dos trabalhadores em prol da empresa.

A percepção dos trabalhadores sobre o trabalho experimentado ao longo da vida é cotejada a partir das experiências recentes de trabalho. Não é incomum que essas pessoas guardem algum ressentimento em relação à estrutura de fiscalização, ao controle excessivo, as desavenças e exploração do trabalho. E desse modo, alguns dos trabalhadores entrevistados

conviveram com essa rotina por décadas e passaram a avaliar que algo lhes foi retirado: o tempo, a energia, a saúde, o reconhecimento pessoal ou crescimento profissional.

Durante a realização da pesquisa, entre os anos de 2017-2021, os trabalhadores entrevistados, ao narrarem suas experiências, foram construindo sentidos para elas a partir do presente. Ou seja, as reconstruções das lembranças estão assentadas em sentimentos que essas experiências lhe despertavam a partir de seu presente.

Por isso, a história desses trabalhadores é marcada por mudanças, dedicação ao labor que na maioria das vezes não foi reconhecido como esperavam. Essas emoções também foram objeto de exame à medida que elas passassem a expressar comparações e juízos de valor em relação ao presente com o passado.

Diante disso é que percebermos, ao entrevistar alguns deles por mais de uma vez, que certas recordações eram descritas com mais riqueza de detalhes e novas informações eram apresentadas. Essas conversas que tivemos pela segunda vez, possibilitaram aos entrevistados externarem suas recordações mais profundas, que quase sempre estavam associadas à vida levada no presente, as opções que fizeram no passado nas quais as realizações mais significativas pouco se relacionavam com o trabalho no frigorífico em si.

As falas desses trabalhadores nos revelaram uma mistura de sentimentos ao recordarem suas experiências, dentre esses sentimentos está a frustração ancorada na expectativa, portanto, quando algo não foi realizado da maneira pensada ou planejada. Neste momento, a narrativa foi construída pela negação e a lembrança se torna algo difuso e ambivalente.

É a partir dessa ambivalência sobre as memórias recordadas dos trabalhadores com relação às experiências dentro do frigorífico, focando em dois aspectos: expectativa e frustração, que nos próximos parágrafos apresentaremos algumas situações narradas para examinar como o ressentimento pode ser uma das marcas no processo de exploração social dos trabalhadores de frigorífico.

A trabalhadora Rita deixou transparecer a frustração com o frigorífico ao relatar sobre a quantidade extra de trabalho que precisava realizar cotidianamente. Isso ficou evidente ao ser perguntada sobre o número de funcionários com quem labutava na sala de corte. Ela não soube mencionar quantas pessoas trabalhavam neste ambiente, mas afirmou que estas eram insuficientes para dar conta do serviço exigido durante as cinco horas de funcionamento do terceiro turno no frigorífico no ano de 2019.

Essa condição vivenciada de sobrecarga de trabalho, exposta de forma indireta por Rita, era resultado do aumento do abate da carne de frango. A informação narrada pela

trabalhadora nos mostra que a implantação do terceiro turno no frigorífico já não era suficiente para conseguir realizar o serviço em determinados períodos do ano, pois a exigência de abate da carne de frango era elevada.

Tanto que essa situação de aumento da quantidade de frangos que eram abatidos, acontecia por meio do trabalho a mais que estava sendo realizado à custa da intensificação dos esforços feitos pelos trabalhadores dentro do frigorífico. Contudo, a trabalhadora Rita relatou que a empresa contratou mais empregados para o terceiro turno nos primeiros quatro meses de 2019 e com isso houve o aumento do número de pessoas na sala de corte: “mas agora tem bastantinho e tá precisando bastante porque **todo dia vareio vareio vareio vareio**. Dum ano pra cá meu Deus do céu **tá insuportável**”.

Na percepção de Rita, o trabalho ainda continua sobrecarregado e deveria ter mais trabalhadores dentro da sala de corte, pois eles estão tendo dificuldade de realizar as tarefas, já que tem vareio todo dia (acúmulo de produtos na linha de produção, quando o trabalhador não consegue dar conta do serviço). Esse desabafo sobre a rotina de exaustão e intensificação de serviços enfrentados na sala de corte, fez Rita reconstruir a imagem sobre o frigorífico, uma vez que ela fez tantos esforços no passado, quando chegou à cidade, para ter a chance de conseguir o emprego na Sadia. Um exemplo desses esforços foi a conciliação entre o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e os estudos que ela fez por alguns anos até concluir o Ensino Médio. O objetivo por trás de toda essa dedicação, relatada por Rita, era conseguir o trabalho no frigorífico. Ela almejava sair da informalidade (trabalho de costureira em casa e de diarista) e passar a ter um emprego formal, com a carteira assinada e os benefícios que isso representava e traria no futuro, como as férias remuneradas, décimo terceiro e a aposentadoria.

A vivência dentro do frigorífico fazia Rita ter uma visão diferente sobre o local de trabalho, pois as tarefas dentro da sala de corte se revelavam cada vez mais desgastante. As atividades dentro da empresa passavam a exigir cada vez mais rapidez e força para que pudessem “dar conta” do serviço que só aumentava. Essas situações de exploração são vivenciadas de forma negativa pelos trabalhadores e eles passam a reclamar para seus familiares por se sentirem desvalorizados.

As imposições sobre o aumento do ritmo e intensidade da produção dentro da empresa eram determinadas pelos gerentes das plantas produtivas, de acordo com a necessidade de produtos que deviam ser abatidos para “atender a demanda do mercado”. Diante dessa situação é que trabalhadores como Rita, com o tempo, percebiam que o trabalho aumentava constantemente sem nenhum aviso prévio, uma vez que a organização do

frigorífico estava sob a responsabilidade dos gerentes e cabia aos outros funcionários a execução das atividades determinadas por eles.

É compreensível que a insatisfação demonstrada por Rita com a intensidade do serviço ficasse perceptível em sua fala: “estava ficando insuportável” o trabalho do ano de 2018 para 2019. A contrariedade apresentada em algumas expressões utilizadas por ela era por conta do “vareio todo dia”, que era causado pelo aumento de trabalho em abater frangos por dia.

O aumento da quantidade de frangos abatidos diariamente acarretava aos trabalhadores uma intensificação na realização dos cortes das partes do frango durante sua jornada de trabalho. E nem sempre eles conseguiam realizar as tarefas acompanhando a velocidade da esteira. Os frangos que ficavam para trás, sem serem manuseados, eram postos novamente na esteira para serem cortados, isso era o chamado vareio.

Esses aumentos do serviço dentro das salas de corte contribuíam para o frigorífico conseguir manter seus lucros. Só que esse lucro era obtido por meio da exploração, intensificação e do adoecimento dos trabalhadores. Alguns desses trabalhadores, com o passar dos anos, começaram a apresentar algum tipo de doença causada pelas atividades repetitivas dentro do frigorífico. Através disso, podemos inferir que a fábrica, ao priorizar a taxa de lucro, adoecia muitos funcionários em suas plantas produtivas. Alguns destes acabaram se tornando inválidos aos trabalhos, por conta da intensificação a qual eram submetidos nas jornadas dentro do frigorífico.

A reconstrução da imagem do frigorífico era refeita pelos trabalhadores com o passar dos anos. Tanto que Adair também nutria um sentimento de frustração com relação à BRF-foods, nesses vinte e dois anos de trabalho. Ao relatar suas percepções sobre as condições do espaço físico do frigorífico, ele discorreu que:

[...] saindo de dentro do frigorífico, você tem uma outra visão, porque lá **você fica preso**, você não sai, **você não sabe se tá chovendo ou se tem sol né?** [...] lá só tem uma janelinha alta, então é como **se tivesse dentro de uma cadeia né?** (grifos meus)

Adair comparava o frigorífico a uma prisão, pois ao entrarem, os trabalhadores perdiam a referência do mundo externo durante o cumprimento da jornada de oito horas. Ou seja, podemos inferir que o serviço no frigorífico alienava os trabalhadores não só economicamente, socialmente, mas também sobre as percepções da natureza.

Tanto que uma das sugestões apresentadas por ele era que o frigorífico poderia colocar umas janelas grandes: “Deveria ser um pouco mais, sei lá... que as pessoas conseguissem ver

um pouco da natureza”. A identificação de Adair com o passado no campo é algo que produz uma posição contraditória para ele, já que aquele contexto era quase sempre lembrado como sofrimento, mas o trabalho no frigorífico também o alienava de uma condição natural que era possível de se encontrar no campo.

Adair, ao expor essa vontade de propor janelas grandes no frigorífico, está relembando e comparando o local de trabalho com os tempos no campo, ao ar livre, na presença da natureza, em que realizar tarefas no meio rural era cansativo, porém havia a conexão com a natureza, podia-se contemplar as belezas, fazer pequenas pausas e isso lhe trazia sensações boas.

Já no frigorífico, local totalmente fechado, onde se vê somente paredes altas, parecendo uma “prisão”, como sentir-se bem? Como encontrar alguma válvula de escape para amenizar as tarefas desgastante e repetitivas, se a estrutura do frigorífico informa a todo o momento aos trabalhadores que estão privados da liberdade, durante seus expedientes.

O frigorífico não foi construído para ser um local agradável de trabalho, muito pelo contrário, se apresentava a todo o momento como um espaço intimidador, desde o barulho das máquinas, paredes altas, lugares úmidos, gelados, com a presença de supervisores de seção espalhados em todos os cantos vigiando os trabalhadores, ao ponto de Adair assimilar o ambiente a uma prisão.

Maria demonstrou amargura em relação ao frigorífico, isso por causa dos doze anos de dedicação/vida ao serviço fabril. Contudo, esses anos de dedicação ao frigorífico resultaram em adoecimento. No decorrer da entrevista, ela foi mencionando sobre essa dedicação até o momento do adoecimento.

Na reconstrução da trajetória de vida, Maria foi pontuando as atividades extras que causaram suas enfermidades. Um desses trabalhos extras realizados por ela consistia em fazer ao mesmo tempo os afazeres dos novos funcionários da linha de produção:

[...] na maioria das vezes era eu que ensinava. [...] eles ficavam do lado da gente, Tu tinha que separa e ensina a pessoa. O novato pegava um gancho também, então que dizer ele pegava, tu tinha que tirar o seu e do novato.” (grifos meus)

O frigorífico criou várias formas de explorar os funcionários. Uma delas era utilizar aqueles que tinham mais tempo de serviço como “instrutores dos novos trabalhadores”. A questão do ensinar não era vista pelos trabalhadores enquanto um problema, pois todos eles passaram por essa experiência.

A questão levantada como um problema por Maria era ter que acumular as tarefas (seu gancho e o do novato) na linha de produção. Ou seja, durante o período em que ela tivesse que ensinar um novo funcionário, teria que realizar trabalho dobrado. Pois, caso seu colega não conseguisse acompanhar o ritmo da esteira, ela necessariamente teria que intensificar seus movimentos para cumprir com seus afazeres e do novato.

O acúmulo de serviço realizado por Maria na linha de abate da carne de frango causava uma sobrecarga de trabalho, a qual ao longo do tempo trouxe como consequência o adoecimento. Não foi difícil para ela constatar que a exploração do trabalho no frigorífico estava além do insuficiente salário que recebia. Estava também nas recorrentes intensificações das esteiras de produção, na organização do trabalho hostil à constituição natural do seu corpo, na pressão de uma organização fabril hierarquizada, punitiva e altamente fiscalizadora, na apropriação do seu saber no trabalho.

Os supervisores da linha de produção, ao escolherem trabalhadores como Maria para serem “instrutores”, o faziam baseados em critérios como: bom funcionário e aquele que não contestava ordens.

Ela, ao refletir sobre ser escolhida para “ensinar” os colegas de trabalho sem receber nada a mais por isso, afirmou que: “naquela época eu achava normal né? porque eu precisava trabalhar, hoje eu penso que eu fui uma burra né? eu me estraguei, que a Sadia não me valorizou”. Ou seja, o ato de ensinar era algo naturalizado entre os funcionários da indústria, pois todos compartilhavam dessa experiência. Contudo, o que podemos constatar foi que o sentimento de arrependimento que Maria expressou se remetia a intensificação das atividades na linha de produção, para que pudesse cumprir com as tarefas acumuladas, já que realizava o serviço de suas pessoas. A prática constante de sobrecarga de trabalho ao realizar o serviço dos novatos, acarretou ao seu adoecimento.

O frigorífico apegava-se às condições econômicas de seus funcionários, como a necessidade e dependência do emprego, para explorá-los, já que trabalhadores como Maria demonstravam “gratidão” por estarem na Sadia. Mesmo que no presente ela perceba que não havia valorização por parte da empresa, pelo contrário, o que havia era exploração do trabalho, do seu corpo e de sua subjetividade.

Essa atitude do frigorífico em delegar mais de uma função aos funcionários, só reforça a tese de que entre os anos das décadas de 1990 e 2000, os empregos formais na cidade de Francisco Beltrão eram escassos. E a Sadia utilizava-se desse contexto para intensificar a exploração sobre as pessoas, à medida que se ampliavam as migrações e os bairros operários da Cidade Norte se formavam.

O sentimento de gratidão ao frigorífico era o que muitas vezes imobilizava os trabalhadores de contestar a exploração sofrida e o medo de perderem o emprego. Mediante essa situação é que a empresa não remunerava seus funcionários pelo trabalho extra realizado ao acumularem suas tarefas e do novo funcionário, de acordo com Maria: “não pagavam nada”. A polivalência exercida, ao acumularem suas tarefas e as dos novos funcionários que eram colocados ao seu lado para aprenderem, não rendia nenhum acréscimo salarial. Isso era mais uma demonstração da extração de mais valia feita pelo frigorífico, a partir do acúmulo de funções e o recebimento de somente uma delas, a que estava registrada na carteira.

A fábrica se organizava de maneira a projetar o ônus da produção e do trabalhador o tempo todo como responsabilidade pelo espaço manifestado na polivalência das ocupações, ao sentimento de dívida afetiva pela concessão do trabalho e o que isso possa significar em termos de manutenção de despesas familiares e de um passado marcado pela carestia e pelo desemprego.

O assédio, juntamente com a polivalência sofrida por esses funcionários ao realizarem tarefas desgastantes, trouxeram e ainda trazem como consequência o adoecimento relatado por Maria: “me estraguei”. É curioso o fato de Maria ter usado essa expressão à medida que o pronome utilizado é pessoal e está localizado em primeira pessoa, como se ela tivesse construído as condições para o seu próprio adoecimento. Além disso, Maria usa uma linguagem que associa seu adoecimento a um “estragar”, como se estivesse falando de uma peça que ao depreciar-se poderia ser trocada por outra. Sua constatação está amparada pela condição determinada à classe trabalhadora, em que o corpo humano passa ser objeto da integração econômica das cadeiras produtivas. Ela constatou que o adoecimento que teve foi originado pelo trabalho no frigorífico, mesmo assim, se culpa por ter uma saúde debilitada no presente. Neste caso, adoecer o corpo também é adoecer a alma.

Essa culpabilização que a trabalhadora Maria demonstrou sobre sua enfermidade, só afirma a urgência da não naturalização e muito menos de normalizarmos o acometimento pelo trabalho, pois nenhuma tarefa deveria ser prejudicial à saúde. O adoecimento entre as pessoas deveria acontecer por fatores biológicos, como o envelhecimento e não pelo trabalho (CAMPOAMOR, 2006, p. 20).

A doença causada pelo trabalho no frigorífico não é algo que foi relatado somente por Maria. Outros trabalhadores entrevistados também passaram a sentir dores e agravamento dos problemas de saúde por conta dos serviços realizados na empresa. Nesse sentido, o próximo tópico tem por objetivo compreender em que momento esses trabalhadores adoeceram e analisar como eles associam essa enfermidade ao trabalho precário no frigorífico.

2.3.1 “Fábrica de moer gente” – adoecimento dos trabalhadores no frigorífico

Maria ao narrar sua experiência de trabalho avaliou que foram os anos dedicados ao frigorífico que a adoeceram. Sua trajetória dentro da Sadia, em Francisco Beltrão, começou no ano de 1997. O primeiro serviço realizado por ela dentro do frigorífico foi na sala de evisceração, no qual permaneceu por cinco anos e cumprindo o expediente do segundo turno, entre as 13h15min até 22h30min. Porém essa jornada de trabalho não era fixa, como informado por ela: “dependia, era até a hora, como não tinha o terceiro turno, até a hora que terminasse se terminasse onze horas era onze horas, se terminasse meia noite era meia noite, mas sempre passava da meia noite na maioria das vezes [...]”. Ou seja, o horário produtivo era relativizado a depender da produção. Oscilava a partir da quantidade de frangos que deveriam ser abatidos. Essa alternância sobre a jornada de trabalho afetava a organização da vida do trabalhador fora do frigorífico, pois a jornada era incerta. O que havia de certo era o horário de entrada dos funcionários, mas o de saída dependia da produção do dia que era informada somente no decorrer do trabalho.

O que determinava as horas de jornada de trabalho dentro da Sadia em Francisco Beltrão entre os anos da década de 1990 era a quantidade de frango que deveria ser abatida no dia. Para que o serviço fosse feito, o frigorífico prolongava as horas de trabalho de cada funcionário e com isso explorava-os ainda mais. A Sadia, na tentativa de conter as reclamações sobre o excesso de trabalho, oferecia um salário maior que o mínimo nacional da época, como apresentado anteriormente, além de pagar hora extra.

Para além das jornadas prolongadas, outro problema enfrentado na empresa pelos trabalhadores durante os anos da década de 1990 era com os maquinários. Eles eram antigos, desde o tempo da Chapecó 1983-1991, e como isso as tarefas se tornavam difíceis e mais demoradas de serem executadas, de acordo com Maria:

[...] tinha uma **evisceradora** [...] que tirava as vísceras, **ela não funcionava aí tinha que fazer tudo na mão**, tudo, aí foi **ali que eu comecei a senti meu braço**, foi ficando ali que, daí eu ficava naquela evisceradora, tinha que ficar na evisceradora, depois pra **tirar a traqueia também era máquina também não estava tirando, se tinha que tira tudo na mão, foi ali que eu senti meu braço, começo doe. Eu achava que era só uma canseira** [...] (grifos meus).

As dores nos braços de Maria começaram a aparecer por conta de dois fatores: 1) intensificação do trabalho, por causa das jornadas de trabalho para além das oito horas diárias e 2) devido ao esforço empregado a mais para retirar as vísceras e a traqueia, uma vez que os maquinários que deveriam auxiliar nesse serviço, eram antigos e não funcionavam direito.

O trabalho era pesado e intensificado devido aos problemas de estrutura que apresentava o frigorífico, como relatado por Maria. Porém, mesmo a fábrica não apresentando as condições necessárias para a realização do abate de “mil frangos por dia”, era exigido dos trabalhadores esses números. Ou seja, eles abatiam mil frangos por dia e para isso tinham que despender um esforço maior e por conta dessa intensidade para a realização das tarefas é que as dores nos braços de Maria começaram a surgir.

O adoecimento dela foi consequência dos anos de esforço, movimentos repetitivos, aceleração da esteira, sobrecarga de trabalho. E mesmo assim, no começo Maria achava que era “só uma canseira”. Pessoas como ela não queriam aceitar/reconhecer que o trabalho, tão desejado, estava lhe causando enfermidades, uma vez que havia a moral do trabalho, em que ficar doente era para os “fracos”. Ela entrou no frigorífico com vinte e quatro anos e começou a adoecer aos vinte e seis anos.

As pressões internas fizeram Maria adiar a ida ao médico o máximo que pôde e assim conviver com dores no braço diariamente. A “canseira” e as dores não passaram e isso fez com que ela procurasse o médico. Os exames mostraram que suas dores no braço eram sintomas do agravamento de uma lesão, pois o tendão havia se rompido, como ela informou:

[...] o médico falo que o meu braço já tinha rompido o tendão né e já não tinha mais outra, **outro jeito a não ser a cirurgia pra tenta não perde os movimentos né e recupera a pouca força do braço, porque eu já não tinha nenhuma**, aí eu fiz, fiz a cirurgia daí **eu fiz a primeira** tanto que **nossa eu dava minha vida pela Sadia**, porque eu tinha, nossa idealizava a Sadia, eu não, eu fiz a cirurgia e **não peguei atestado porque eu não queria pega atestado**, porque não precisava, **não podia pega atestado e então eu peguei férias**, o supervisor me deu férias e daí eu fui operei meu ombro e daí voltei e num peguei nem trinta dia, **peguei só 20 dia de férias**, quando eu voltei ainda tinha, **voltei com a tipoia no braço** tudo porque eu achava, que **tinha que trabalha** [...] (grifos meus)

A força e os movimentos repetitivos exigidos dos trabalhadores na linha de produção da carne do frango levaram muitos à enfermidade. Maria é um caso representativo nesse sentido. As dores no braço dela resultaram no rompimento do tendão do braço. A única opção que lhe restou foi à cirurgia.

O último recurso, a cirurgia, foi feito com objetivo de “tentar não perde os movimentos né e recupera a pouca força do braço”. Maria não só rompeu o tendão, como estava perdendo a força no braço, a cirurgia era a única chance de recuperar parcialmente os movimentos do braço. Exigia, porém, uma recuperação cuidadosa, pois a enfermidade era grave, mas o que aconteceu foi o oposto, em menos de vinte dias ela estava dentro do frigorífico para trabalhar.

A pressão sofrida e a decorrente angústia para retornar ao trabalho, ratificava uma condição comum ao trabalhador e justificava a suspeita de vagabundagem à medida que os casos prejudicavam a produção da fábrica. Moralismos de todos os tipos incorriam em pressão psicológica e faziam os trabalhadores confundirem exploração com sentimento de dívida em relação ao emprego, muitas vezes acessados por relações afetivas que extrapolavam o ambiente fabril adentrando as relações sociais do bairro. Eles acabavam colocando o emprego na frente da saúde/recuperação. Essa atitude entre os trabalhadores foi sendo naturalizada e aguentar o esforço físico foi se constituindo numa espécie de distinção social propagada por chefes de linhas de produção no interior da fábrica, a ponto de os adoecimentos constituírem parte do cotidiano daqueles que ocupavam postos como o da desossa ou evisceração.

O conjunto dessas entrevistas permite generalizar o significado dessa pressão psicológica sofrida por Maria dentro da fábrica. Algumas das pressões sofridas por esses trabalhadores estavam relacionadas ao econômico, uma vez que a fábrica deixava de pagar as “vantagens” aos trabalhadores que estivessem de atestado. Essa prática punitiva da fábrica afetava, em muitos casos, a organização financeira familiar. Isso porque as “vantagens”, como a cesta básica, eram parte integrante do planejamento mensal familiar, a qual contava com ela devido ao salário ser insuficiente para garantir as despesas básicas. A assiduidade, entretanto, era requisito e estratégia da empresa para manter a rotina de trabalho. Além disso, no decorrer do ano eram sorteados carro, motos, tv’s e eletrodomésticos aos “funcionários que não tivessem nenhuma falta”. Ou seja, o frigorífico, por meio dessas premiações anuais, fazia com que seus funcionários trabalhassem doentes, garantindo o abate da carne de frango diária, para não serem prejudicados quanto à participação dos sorteios.

Foi justamente por causa do fator econômico, a necessidade do emprego e das “vantagens” (cesta básica e os sorteios de produtos), que Maria voltou ao trabalho em menos de um mês, sem ter se recuperado da cirurgia. Essa volta precoce ao serviço dentro do frigorífico agravou mais o estado de saúde dela. Tanto que após um tempo de serviço no

frigorífico: “aí num aguentei já, daí meu braço machucou de volta, estourou de volta”, teve que voltar ao médico, pois tinha machucado o braço novamente.

O ímpeto da linha de produção da carne de frango, que foi sendo aumentado conforme a “necessidade” de atender o mercado consumidor, colocava em segundo plano a saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, Maria não pôde ter tempo para recuperar os movimentos e a força do braço após a primeira cirurgia. E a intensidade e os esforços realizados dentro do frigorífico fizeram com que ela precisasse ir ao médico para fazer uma nova cirurgia, “mas ele abriu de volta, teve que abri de volta menina, novamente [...] porque fez bursiti, tendinite tudo junto aí ele, eu fiquei daí eu me obriguei a pegar uns tempos, encostar no INSS.” A segunda cirurgia foi maior que a anterior, pois não era somente o tendão rompido, tinha aumentado a lesão, bursite e tendinite. A lesão no braço dela foi intensificada, pois além do rompimento do tendão novamente, apareceram outras doenças.

Acerca dos estudos sobre essa experiência de adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos, Heck (2012, p. 8-9) constatou que o aumento do ritmo e da intensidade dos movimentos feitos pelos trabalhadores da linha de produção dos frigoríficos da carne de frango, gerava o adoecimento físico e mental. Ou seja, os relatos apresentados pelos trabalhadores da linha de produção da Sadia (posteriormente da BRF-foods) de Francisco Beltrão, também coincidem com relatos de funcionários de outras plantas produtivas da Sadia/BRF-foods, enfatizando a precarização e a intensificação das atividades e como consequência para o trabalhador, o adoecimento.

Isso nos leva a ratificar a tese apresentada na bibliografia recente em que as ocupações em frigoríficos são degradantes e prejudiciais à saúde dos trabalhadores, constituindo uma classe social esgotada física e mentalmente pelo trabalho. Trata-se de uma organização para o trabalho que reproduz condições de desigualdades socioeconômicas à medida que empurra novas gerações para o esgotamento físico e para a má remuneração, onde as oportunidades e direitos sociais, como os trabalhistas, são sempre relativizados em decorrência da produção industrial e da acumulação de capitais.

A gravidade da doença da trabalhadora Maria, como foi apresentada, resultou no seu afastamento do trabalho dentro do frigorífico para recuperar-se. Ela ficou “encostada no INSS” recebendo seguro saúde, pois não tinha condições de retornar ao serviço. Em trinta dias, precisou ficar em casa para recuperação pós-cirurgia.

O fato de acessar um direito, o auxílio-doença, “daí eu me obriguei a pegar uns tempos”, era entendido como algo vergonhoso pelos trabalhadores, devido à pressão moral que vivenciavam. O momento destinado ao repouso, descanso e cuidados após a cirurgia, se

transformou em um período de angústia para Maria, pois a incerteza sobre seu emprego no frigorífico e o medo do julgamento dos colegas e vizinhos a atormentavam.

O adoecimento de Maria intensificou-se ao longo dos anos por causa do trabalho desgastante dentro do frigorífico. Tanto que ela precisou realizar mais duas cirurgias, além das duas descritas acima, pois as doenças nos braços não melhoravam. Mesmo passando por quatro procedimentos cirúrgicos, a trabalhadora Maria não conseguiu recuperar a força no braço, pois ele ficou lesionado pelos esforços dentro da linha de produção. As tarefas nas quais ela foi colocada para realizar dentro do frigorífico, não garantiram uma segurança para a recuperação da saúde após as cirurgias, nem tampouco que lhe assegurasse o não agravamento das lesões seus braços.

Devido a essa situação vivenciada por Maria de adoecimento por conta do trabalho degradante do abate da carne de frango, ela foi obrigada a conviver desde então com a lesão, as dores e a falta de força no braço. Diante dessa situação, Maria ao se referir ao frigorífico, afirmou que era uma “fábrica de moer gente”, já que vários trabalhadores, colegas dela, adoeceram por causa das atividades realizadas. Tanto que os funcionários que não conseguiam se recuperar das lesões sofridas, eram mandados embora, foi o que aconteceu com Maria.

A compreensão que Maria passou a ter em relação à organização do trabalho no frigorífico e seu desdobramento social, é a mesma que a faz associar a fábrica não a uma manufatura de carne animal, mas algo relativo a um moedor de carne humana. Para ela, os trabalhadores só tinham importância enquanto estivessem saudáveis para exercer as funções dentro da empresa, coisa que sua própria condição atestou. A partir do momento em que eles adoeciam e não podiam mais trabalhar, seriam despedidos.

Assim como Maria, a trabalhadora Marta também adoeceu depois que entrou no frigorífico, porém a narrativa apresentada por ela é mais condescendente com a empresa, à medida que ainda depende do trabalho no frigorífico para manter as despesas de casa. Contudo, trata-se de uma narrativa interessante à medida que o ocultamento se desprende da propaganda e cai na contradição.

O relato praticamente inteiro sobre o serviço dentro da Sadia/BRF- foods foi descrito positivamente por ela: “Na Sadia é mais leve, mais tranquilo você não suja tua roupa porque ali eles te dão uniforme, porque nas madeireiras você tinha, sujava as roupinhas minha né, porque eles não tinham uniformes.” A fala sobre suas atribuições no frigorífico era alicerçada com base em outros serviços tidos como “piores”, no caso a experiência de trabalho na

madeira. Por isso, a impressão que passa a partir do relato da trabalhadora Marta, era que a fábrica de abate de frangos seria um ótimo lugar para se trabalhar.

A narrativa construída por ela envolveu comparações entre os serviços das maiores indústrias existente em Francisco Beltrão, a madeira e o frigorífico. Haja vista que era nesses lugares em que os trabalhadores, vindos do meio rural, durante os anos da década de 1990, procuravam serviço, uma vez que estavam querendo acessar segurança através da garantia do cumprimento das leis trabalhistas presentes nesses locais, com a carteira assinada. Foi ancorada nessa perspectiva, que Marta confrontou os dois lugares, porém isso não exime a precarização que era o labor dentro do frigorífico.

Marta³⁹ chegou a Francisco Beltrão ainda jovem e recém-casada na década de 1990. A trajetória dela foi marcada pela saída do interior de Dois Vizinhos, com os estudos incompletos e chegando à cidade teve que trabalhar por algum tempo como empregada doméstica para ajudar nas despesas da casa. Nesse período de emprego informal, ela procurou terminar os estudos, pois isso poderia ser algo que pudesse ajudá-la a conseguir um emprego formal. Tanto que depois da conclusão do Ensino Médio, ela conseguiu empregar-se na madeira e posteriormente no frigorífico.

A experiência dela dentro do frigorífico foi marcada também pelo adoecimento. Ao ser questionada se havia adoecido depois que entrou na BRF-foods, mencionou sobre dores e enfermidade após trabalhar na sala de evisceração. Ela informou que depois de sete anos, teve que fazer uma cirurgia no braço: “eu só começou a prejudicar meu braço né, na época ali foi muito puxado e daí deu um probleminha tive que fazer cirurgia.” Ou seja, ainda que a trabalhadora Marta tenha afirmado que o serviço dentro da linha de produção da carne de frango era “mais leve”, “mais tranquilo” em comparação ao seu trabalho anterior (madeira), isso não a poupou de adoecer, já que o serviço realizado na sala de corte exigia agilidade e intensidade nos movimentos, pois lá era “muito puxado”.

Marta não queria deixar transparecer na entrevista que seu adoecimento era consequência dos anos de trabalho precário e exaustivo realizado no frigorífico. Isso ficou perceptível, pois ela não apresentou queixas à empresa.

Trabalhadores como ela, que compartilham um passado comum, a migração em busca de melhores condições de vida, também compartilham valores do trabalho e costumes que remetem a um período muito sofrido, no qual a reclamação era vista como um ato de

³⁹ Marta entrou no frigorífico em 2012 para trabalhar no terceiro turno do abate de frango. No ano de 2019, período em que ocorreu a entrevista, ela tinha sete anos de serviços prestados ao frigorífico BRF-foods.

ingratidão. Mesmo que ela perceba e saiba que foi, e ainda é explorada, não fará queixas para estranhos e talvez só os seus pares (familiares) ouvirão as reclamações sobre o frigorífico.

A partir do exposto acima, podemos caracterizar como um ato falho a exposição feita por Marta ao recordar e associar seu adoecimento ao trabalho no frigorífico. Mesmo nesse momento, ela tentou amenizar sua mazela, afirmando que “deu um probleminha”. Contudo, esse agravamento no braço enfrentado por ela, não foi simplesmente “um probleminha”, pois foi necessária uma intervenção cirúrgica e seis meses de afastamento do frigorífico, após sete anos de intenso trabalho na evisceração.

O esforço exigido na indústria da carne do frango para a realização das tarefas, desde a pendura, sangria, evisceração, corte, embalagem e os carregamentos para as câmaras frias, é intenso, precário, exaustivo e causa o adoecimento em muitos trabalhadores. Como afirmou Bosi (2014, p. 572) “este ‘custo’ humano tem sido sistemática e deliberadamente negado e ocultado pelas empresas do setor, mais preocupadas com o ‘custo Brasil’ referido ao preço da força de trabalho”.

É através dessa intensificação do trabalho e das enfermidades vivenciadas pelos trabalhadores dentro do frigorífico, que o setor da produção da carne do frango vem aquecendo nas últimas três décadas, pois houve um aumento da exportação de carne de frango, o que elevou o ritmo do abate dos animais para “atender a demanda” do mercado internacional. Isso porque o Brasil passou a ocupar a primeira posição no ano de 2013 em relação à exportação da carne de frango (BOSI, 2016, p. 16).

As consequências desse aumento no abate da carne de frango foram vivenciadas pelos trabalhadores cotidianamente. Essa experiência do adoecimento causado pelo trabalho em frigorífico também foi relatada por Antônio, após doze anos (2004-2016) à frente na linha de abate de peru. O agravamento dos problemas de saúde dele apareceu depois de doze anos de trabalho, porém a manifestação das doenças atingiu dois lugares: nas mãos e em um dos ombros.

A fisioterapia não conseguiu solucionar as dores sentidas por Antônio, pois a doença não era recente e sim consequência de anos de esforço e movimentos repetitivos. A intervenção cirúrgica foi necessária como relatada por ele: “eu fui criando lesão assim é devido ao excesso repetitivo de trabalho. É então com o tempo vai desgastando que você está ali, você não é um robô. [...] dar desgaste no ombro; dar desgaste na travar os dedos”. Ele constatou que suas lesões foram causadas pelo trabalho pesado realizado no abate de carne de peru. Ou seja, Antônio tem consciência de que o excesso de peso e a repetição de movimentos com a faca foram os causadores das lesões, até o ponto de ser obrigado a fazer cirurgia.

Antônio, ao afirmar que não é robô, de um jeito irônico, relatou que o serviço desempenhado no frigorífico era tão exaustivo que só sendo uma máquina para aguentar e não adoecer. E como ele não era uma máquina, precisou fazer as cirurgias nas mãos e no ombro. Depois da cirurgia, ficou afastado dos serviços por sessenta dias para se recuperar.

Após a licença médica, ele voltou para empresa e continuou realizando suas funções “normalmente”. Aparentemente, podemos constatar que não havia uma organização dentro do frigorífico para receber os funcionários recém-operados, em lugares com trabalhos menos pesados. Eles voltavam para suas atividades anteriores, como se nada tivesse acontecido. Não havia preocupação ou alguma medida preventiva por parte da empresa para com os funcionários que estavam retornando ao trabalho após a cirurgia, no intuito de preservar a saúde desses.

Os trabalhadores, na maioria das vezes, voltavam sem nenhuma restrição médica à realização de serviços e por conta disso a empresa se eximia de ter um cuidado com eles. Por isso, muitos dos trabalhadores continuavam realizando as mesmas tarefas antes das cirurgias. Diante disso, Antônio mencionou que a única coisa que deixou de fazer após as cirurgias foi de empurrar o carrinho com as carcaças para serem levadas no processamento dos embutidos. Ou seja, deixou de empurrar um carrinho com 480 quilos de carne diariamente. Esse serviço passou a ser realizado por outros funcionários. Em consideração a isso, eram constantemente exigidos de trabalhadores como Antônio esforços diários, independentemente da condição de saúde que possuíam ou até mesmo se isso fosse prejudicá-los.

E todos esses esforços impostos pelo frigorífico aos trabalhadores aconteceram à medida que ocorria o aumento da produção de carne de frango no país. Esse aumento era motivado pela expansão do mercado consumidor que ocorria ano após ano, tanto internamente quanto externamente. De acordo com algumas informações presentes nos relatórios anuais da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o país, nos primeiros dez anos do século XXI (2000-2010), saltou de 5,98 milhões de toneladas de carne produzida no ano de 2000 para 12,23 milhões de toneladas ano de 2010 (ABPA, 2014). Ou seja, a quantidade de carne de frango produzida no Brasil mais que dobrou nesse período, demonstrando um crescimento vertiginoso. E impulsionado por esse movimento, houve um aumento no consumo de carne de frango por pessoa anualmente no país, pois no ano 2000 era de 29,91 kg para 44,09 kg no ano de 2010.

Através desses dados, podemos constatar que todas essas informações apresentadas pela ABPA tinham a intenção de informar sobre um crescimento expressivo que aconteceu no setor de produção da carne de frango. Mas o que não foi contabilizado pela associação nos

relatórios é sob quais condições esse crescimento aconteceu. Quantos trabalhadores de frigorífico adoeceram para que fosse possível chegar nesses números? Ao darmos um salto de dez anos na comparação a partir dos dados presentes no relatório da ABPA, percebemos que ano de 2021 as taxas, tanto de produção da carne de frango, quanto de consumo por pessoa aumentaram, todavia, esses números ficaram próximos dos dados apresentados no relatório referente ao ano de 2010, ano de 2020 (ABPA, 2021), foram produzidas 13,845 milhões de toneladas de carne de frango e o consumo chegou a 45,27 kg anualmente.

Concluimos que os frigoríficos, de 2010 a 2020, não conseguiram manter a ampliação da produção de carne de frango na mesma proporção que haviam feito entre os anos 2000-2010, mesmo assim as taxas de produção e consumo aumentaram lentamente tanto quanto nos anos anteriores. Mesmo diante desse cenário, o Brasil ficou em primeiro lugar no ranking dos países exportadores da carne de frango, com 4,231 milhões de toneladas, seguido em segundo lugar pelos EUA com 3,391 milhões toneladas (ABPA, 2021, p. 38).

Ao observar e analisar esses dados apresentados no relatório da ABPA, é possível verificar que o foco da classe dirigente, dos gerentes dos frigoríficos no Brasil, era demonstrar sucesso, pois as taxas de produção da carne de frango aumentaram, mesmo com as oscilações no decorrer de 20 anos (2000-2020) e com isso aumentava também a exportação de carne de frango. Tanto que as taxas de exportação sobre as carnes de frango do Brasil eram acima das taxas de países como os EUA e China e do continente europeu ano após ano.

É evidente que a elite empresarial brasileira compartilha do status do país “vocação agrícola” e ostenta esse posto. Porém, para que os gerentes dos frigoríficos do Brasil, e mais precisamente do Paraná, possam celebrar essas taxas de crescimento e aumento da produção, é necessário que os trabalhadores desses grandes complexos da produção da carne do frango espalhados pelo país, sejam explorados diariamente, que sejam impostas metas para serem batidas mês a mês. Pois toda essa produção é resultado do trabalho, esforço e adoecimento das pessoas que estão nas linhas de produção.

Para que essas taxas de crescimento entre a primeira década do século XXI fossem mantidas, foram exigidos dos trabalhadores esforços intensos que se desdobraram em enfermidades. Muitas vezes, esses adoecimentos começavam com dores que eram tratadas de forma paliativa: remédios, injeções e fisioterapias, como foi o caso de Rita, que trabalhou cinco anos (2014-2019) na sala de corte da carne do frango e relatou que:

Eu tive **problema** no começo quando tinha **muita dor de cabeça** um pouco do frio. Dai **eu tinha enxaqueca e sinusite renite**. Dai **agora eu to**

tratando esse braço aqui [...] Começou uma dor dor dor dor dia e noite ficou uma semana eu acho, tive que consulta ai o doutor passou uma injeção dai tomei uns remédio e agora mandaram faze fisioterapia (grifos meus).

As dores que afetam os trabalhadores já mostravam como as tarefas realizadas no frigorífico exigiam muito do corpo, pois Rita relatou que passou a ter dores de cabeça causadas pela baixa temperatura da sala de corte, o que, com o passar dos anos no frigorífico, desencadeou enxaqueca, sinusite e renite.

Todas as doenças comentadas por ela não têm cura e sim tratamento para o resto da vida. Ou seja, o labor na BRF-foods causou à Rita doenças incuráveis. E se não bastassem essas enfermidades, ela passou a sentir dores no braço causadas pelos movimentos repetitivos na sala de cortes. Ela enfatizou “dor, dor, dor, dia e noite ficou uma semana”, em uma tentativa de expressar a intensidade dessa dor. Rita conviveu com esse desconforto muscular intenso durante uma semana. O médico recomendou remédios (anti-flamatórios) para amenizar as dores dela.

Trabalhar com dor era uma experiência cotidiana que beirava a naturalização quando a dor ocupacional era tratada como desdobramento incorrigível das relações de trabalho no frigorífico. A dor física, comum entre os trabalhadores, pareceu ter consequência nos sentidos que foram atribuídos a este tipo de trabalho: “lugar de moer gente”⁴⁰; “meu Deus do céu tá insuportável”⁴¹ e “é como se tivesse dentro de uma cadeia, né”⁴².

A partir dos relatos dos trabalhadores, pode-se perceber que os processos de adoecimentos físicos dentro do frigorífico foram causados pela intensificação das tarefas, por meio dos movimentos repetitivos. E que a partir dessas enfermidades, as pessoas passaram a enxergar o local de trabalho de maneira diferente, atribuindo-lhe valor negativo. Ao mesmo tempo em que houve reconstrução da imagem do local de trabalho, o medo de perder o emprego sempre rondou os trabalhadores. Pois, o que eles passariam a fazer para sustentar suas famílias, caso fossem mandados embora? Quando trabalhadores nessas condições analisam o que aconteceu com eles, muitas vezes o conflito entre a necessidade de trabalhar e o adoecimento causado pelo trabalho se torna, ele mesmo, um sofrimento.

Em algumas dessas entrevistas foi possível perceber que além do adoecimento físico, os trabalhadores desenvolveram outros tipos de enfermidades, como o esquecimento sobre

⁴⁰ Relatado por Maria, na entrevista de 2018.

⁴¹ Relatado por Rita na entrevista de 2019.

⁴² Relatado por Adair na entrevista de 2017

suas experiências de vida. Nesse sentido, pretendemos no próximo subtópico analisar e problematizar o esquecimento como uma possível consequência do adoecimento causado pelo labor no frigorífico.

2.3.2 “Eu não me lembro, e nem quero lembrar” – Esquecimento, como consequência do adoecimento

No tópico anterior pudemos constatar, por meio das narrativas dos trabalhadores e ex-trabalhadores do frigorífico, que o trabalho desenvolvido os adoeceu. Na academia, temos pesquisas importantes que já relataram sobre as condições precárias de labor dentro do frigorífico, dentre eles temos Bosi, 2011; Pereira, 2011; Grando, 2013. Os autores descreveram, a partir de relatos, o adoecimento causado pelas tarefas e os esforços diários e repetitivos dos trabalhadores, pois a velocidade das esteiras da linha de produção requer deles uma intensidade nos movimentos que os levam à exaustão, às dores e ao adoecimento.

Posteriormente, essas dores resultam em lesões nos braços, ombros e mãos, que exigem cirurgias no intuito de amenizar essas enfermidades. Na maioria das vezes, entretanto, o processo cirúrgico não devolve a integridade dos membros do corpo, perdida no trabalho precário do frigorífico. Alguns trabalhadores ficaram inválidos para o trabalho. A insistente dor nos membros e a invalidez para o trabalho incorrem, quase invariavelmente, em adoecimento mental.

Nesse sentido, o objetivo do presente tópico é problematizar alguns momentos de esquecimento nas narrativas dos trabalhadores como consequência do adoecimento físico, causado pelo labor no frigorífico. Para a construção desse tópico, utilizamos duas entrevistas que são representativas no sentido de mostrar como que o adoecimento físico causado pelo trabalho no frigorífico também afetou a reconstituição das trajetórias de vida das trabalhadoras. Uma vez que elas, em alguns momentos, apresentaram esquecimentos sobre detalhes e partes das suas experiências de trabalho no frigorífico.

As narrativas são das trabalhadoras Nair e Maria, que compartilham de algumas experiências em comum, como: serem da mesma geração, já que nasceram entre os anos da década de 1970 em cidades do interior do estado do Paraná; filhas de trabalhadores rurais que migraram para a cidade de Francisco Beltrão entre as décadas de 1980 e 1990, com o intuito de terem mais oportunidade de trabalho e assim “melhorarem” as condições de vida. Além dessa trajetória de vida, elas também partilharam a experiência de trabalho dentro do

frigorífico de frangos, na Sadia. Foram contratadas em meados dos anos 1990 e assim compartilharam algumas experiências com relação ao trabalho e o adoecimento dentro da empresa.

As duas trabalhadoras têm algumas similitudes em suas trajetórias, como o emprego no frigorífico na década de 1990, Nair contratada em 1995 na linha de abate de frango e Maria em 1997 na linha de abate de peru (por seis meses), depois também direcionada para linha de abate de frango. Elas vivenciaram a administração da fábrica pela família Fontana, no período da Sadia, retratada por muitos trabalhadores como “tempo bom da Sadia”, pois coincidiu com salários superiores ao salário mínimo nacional na época, além das “vantagens”, como os trabalhadores se referiam ao recebimento de cesta básica (depois passando para o vale alimentação), do plano de saúde, da refeição dentro do frigorífico, do acesso à sede da fábrica para atividades recreativas, confraternizações, recebimentos de cestas de natal.

No decorrer da trajetória de trabalho dentro do frigorífico, elas também vivenciaram as mudanças na linha de produção entre as décadas de 1990 e 2000. Uma das mudanças foi com relação a troca de maquinários; a implantação e obrigatoriedade do uso de equipamentos de segurança, os chamados EPI'S; aumento da velocidade da esteira que levou a intensificação do abate de frangos por dia. Algo que foi percebido por ambas nesse processo de modificações no local de trabalho foi a desvalorização e a corrosão dos salários ao longo dos anos.

As trabalhadoras Nair e Maria também vivenciaram mudanças fora da fábrica, como o fato de morarem nas proximidades do frigorífico e com isso, terem a possibilidade de indicar outros trabalhadores para empregos lá, desde vizinhos a familiares. Criaram vínculos construídos a partir do labor da fábrica com seus colegas e vizinhos.

As mudanças que aconteceram dentro do frigorífico, acarretaram consequências aos trabalhadores dessa época e aos que entraram depois, como o adoecimento físico, causado pelo labor intenso e degradante da linha de produção da carne de aves.

As experiências dessas trabalhadoras, Nair e Maria, mostraram o compartilhamento de alguns aspectos, tais como o enfrentamento das transformações na linha de produção entre os anos das décadas de 1990 e 2000; o adoecimento físico pelos esforços repetitivos e os momentos de esquecimentos ao relatarem eventos e mudanças que ocorreram ao longo dos anos trabalhados dentro do frigorífico. É justamente sobre esses lapsos de memória (esquecimento) percebidos ao longo dos relatos que elas partilharam sobre suas vivências na fábrica, que nos debruçaremos para analisar.

Nair é uma mulher com atualmente 51 anos, aposentada, mas mantém vínculo empregatício com a BRF- foods. Contudo, ela não está trabalhando no frigorífico por causa de dores nas costas e no pescoço, que a levaram ao afastamento do trabalho há mais de um ano. Mesmo diante desse afastamento por saúde, ela fez questão de ressaltar que trabalhava no frigorífico há vinte e seis anos e que: “Comecei trabalhando no setor da sala de cortes de frango, aonde eu trabalho até hoje e no segundo turno também, das três até meia noite e meia”. Num primeiro momento, a fala dela demonstra orgulho de fazer parte da história do frigorífico há tanto tempo, já que são mais de duas décadas dedicadas ao trabalho na fábrica, mesmo ela tendo consciência de que esse labor é precário e exaustivo. Outro ponto considerável nesse trecho é com relação à falsa impressão demonstrada por ela ao recordar alguns fatos nos mínimos detalhes da sua trajetória de trabalho. Essas recordações englobam desde o período da Sadia até a BRF-foods, mas não é bem assim.

As lembranças relatadas por Nair estão alicerçadas a momentos de mudanças e conquistas em sua vida tais como: “Aí em 95 eu entrei na Sadia e estou lá até hoje”; ou seja, ela recorda com orgulho o fato de estar empregada no frigorífico até o ano de 2021, pois são poucos os trabalhadores que permaneceram por tantos anos na mesma empresa. Essa recordação ressaltada por ela tem alguns outros significados, tais como vitória, por ter alcançado um emprego que a possibilitou ter acesso à uma vida digna para ela e aos seus filhos. Só que para vivenciar essa situação, ela teve sua trajetória de vida marcada pelas migrações e recomeços, pois precisou deixar o campo em Ampére no Paraná, junto com seus pais e mudar-se para Santa Isabel do Oeste, até chegar à cidade de Francisco Beltrão.

Na vinda para Francisco Beltrão no ano de 1990, ela possuía uma filha pequena e não tinha concluído os estudos do ensino básico. Mediante essa trajetória, aos vinte e cinco anos, conseguir um emprego formal era uma grande conquista, já que naquela época havia poucas oportunidades de emprego com a carteira de trabalho assinada na cidade.

Esse emprego formal no frigorífico lhe proporcionou condições de acesso ao consumo de bens: “Aí foi que eu consegui comprar uma casinha, né (risos), foi no ano 2000 o leilão da caixa”. A compra da casa foi algo marcante na vida de Nair, dado que foi compreendida como uma vitória, ascensão social, uma vez que não precisaria mais pagar aluguel e assim passaria a pagar por algo que era compreendido como sendo seu. A conquista da casa própria é uma memória compartilhada entre muitos trabalhadores dessa geração, pois representou a ascensão social, progresso e foi atribuindo sentido aos esforços desempenhados por eles.

Outro momento recordado por Nair com satisfação foi quando mencionou: “agora me aposentei”⁴³, pois conseguiu a garantia/segurança de acessar os direitos trabalhistas e receber o aposento depois de ter sobrevivido a tantos anos de exploração no frigorífico. Isso porque ela trabalhou vinte e seis anos na Sadia/BRF-foods, na madeireira um ano e mais o tempo de serviço na roça. Para pessoas como Nair, que não tiveram a oportunidade de terminar os estudos, e através disso não puderam ampliar suas perspectivas de escolhas de empregos, chegar aos cinquenta e um anos aposentada é uma grande conquista.

Ou seja, as lembranças marcantes para ela se resumem a esses três fatos que lhe trouxeram mudanças: empregar-se na Sadia; compra da casa própria; aposentadoria. Nair também fez questão de falar sobre o tempo em que reside na região norte da cidade desde a chegada em Francisco Beltrão: “Quando eu cheguei eu morei no bairro Pinheirão pagava aluguel ali e depois eu vim pro Júpiter e fique até hoje. Faz uns trinta anos que estamos aqui, quase.” A recordação sobre os anos em que reside na região norte da cidade está diretamente vinculada às mudanças em sua vida, a migração, o emprego no frigorífico e a conquista da casa própria. Ela diferencia a moradia nos bairros pela condição em cada um deles. O bairro Pinheirão está relacionado à chegada deles à cidade de Francisco Beltrão e ao pagamento de aluguel, remete a um período mais difícil e marcado pelas incertezas. Já o bairro Júpiter, onde reside até os dias atuais, está associado à aquisição da casa própria no ano 2000, remetendo a um período mais estável.

No decorrer da entrevista, ao perguntarmos à Nair sobre outros aspectos de sua trajetória de vida, as respostas passaram a demonstrar imprecisões, ou até mesmo esquecimento, principalmente quando se referia ao cotidiano de trabalho no frigorífico. Um desses momentos foi ao ser questionada sobre as mudanças que aconteceram dentro da fábrica nesses vinte e seis anos, a primeira resposta foi: “Muitas, muita mudança”. A fala foi marcada por palavras vagas, demonstrando que ela tinha dificuldades de conseguir acessar suas lembranças e pontuar as modificações que acontecerem no frigorífico. Na segunda tentativa, ao ser perguntada sobre as mudanças, pedindo para ela dar exemplos e fazendo menção aos maquinários, ela conseguiu apresentar, com dificuldade, algumas informações:

Ah tipo assim pela segurança, que é mais exigido hoje, segurança. Muita coisa. Maquinários tudo mais atualizado, antigamente era tudo mais manual. Acho que mais máquinas. Eu acho que é isso. [...] Sabe que eu não me lembro se teve uma época banco de horas, que mudou tanta coisa. Mas

⁴³ Nair se aposentou em janeiro de 2021, mas continua com vínculo empregatício com o frigorífico, mesmo estando afastada há mais de um ano das suas funções.

eu acho que não, porque a gente fazia tanta hora extra e recebia. Não teve banco de horas (grifos meus)

As lembranças da trabalhadora Nair, sobre as mudanças na rotina de trabalho dentro do frigorífico, eram vagas e ficaram perceptíveis pelo uso de algumas palavras com significado generalizante ou superficial para relatar sua experiência, tais como: **muita coisa, eu acho que é isso, sabe que eu não me lembro, mudou tanta coisa.** Com o uso dessas palavras, ela se referiu a vinte e seis anos de trabalho. Podemos inferir que em alguns momentos da entrevista transpareceu que Nair não estava confortável em relembrar sua trajetória de vida, justamente os momentos que remetiam ao trabalho dentro do frigorífico. A análise que podemos fazer é que para ela a rotina de serviço dentro da empresa não era entendida como algo bom (intensificação do trabalho) e por isso não gostaria de reviver. Ao reviver essas recordações, necessariamente estaria lembrando da rotina exploratória do frigorífico e do seu processo de adoecimento.

Uma das explicações possíveis para esse esquecimento está associada ao adoecimento físico pelo qual ela passou no ano de 2015, o qual foi ocasionado justamente pelos anos sobrevivendo ao trabalho na linha de produção do frigorífico. Isso estaria ligado a produção de um trauma sobre esse material da memória, a experiência com o trabalho, dado que ela precisou fazer cirurgia no braço direito, por causa do rompimento do tendão. Após essa cirurgia delicada, Nair voltou a trabalhar no mesmo setor dentro do frigorífico, a sala de cortes, já que a cirurgia havia aparentemente resolvido o problema apresentado no braço. Todavia, passados cinco anos, no ano de 2020 ela começou a sentir dores nas costas e no pescoço e precisou ir ao médico novamente. Num primeiro momento foram receitados anti-inflamatórios, relaxante muscular e sessões de fisioterapias, para que as dores pudessem ser amenizadas. Mas o tratamento recomendado pelo médico não obteve os resultados esperados. Isso porque as dores no corpo eram resultado de mais de duas décadas de trabalhos degradantes da linha de produção.

Ela, por recomendação médica, foi afastada do serviço no frigorífico, pois não conseguia realizar as tarefas diárias na linha de corte, devido às dores intensas no pescoço e nas costas. O pedido de afastamento da trabalhadora Nair foi recomendado pelo médico, pois não havia como fazer cirurgia para resolver as dores no corpo. Esse afastamento dura mais de um ano. Uma vez que, ela ao tentar retornar em agosto de 2021, não conseguiu permanecer na sala de cortes nem tampouco trabalhar as oito horas diárias, pois sua condição física não permitia que ela realizasse o trabalho no ritmo exigido da empresa. Dessa maneira, Nair foi

novamente afastada da fábrica por causa do adoecimento do corpo, ocasionado pelos anos de esforços e entrega de sua saúde ao frigorífico.

A enfermidade física sofrida por ela pode ter acarretado outras consequências em sua saúde. Uma delas foi o esquecimento sobre momentos traumáticos que estão diretamente ligados ao seu processo de adoecimento, como a rotina de trabalho dentro do frigorífico.

A experiência de adoecimento pelo trabalho degradante no frigorífico foi algo compartilhado por outros trabalhadores entrevistados. A trabalhadora Maria também teve sua trajetória marcada pelo emprego e adoecimento no frigorífico de carne de frango em Francisco Beltrão. Atualmente ela está com quarenta e oito anos e não é mais trabalhadora do frigorífico, pois foi demitida no ano de 2009 por não “estar mais apta” à tarefa exigida na empresa. Isso devido às sequelas físicas dos doze anos de trabalho exploratório no frigorífico.

Na tentativa de reconstruir e dar novo sentido à sua vida, Maria, após a demissão na Sadia, terminou os estudos do ensino médio e posteriormente cursou duas licenciaturas, uma em História e outra em Pedagogia. Atualmente ela atua como professora concursada da rede municipal em uma creche de Francisco Beltrão. Mesmo com todo esforço despendido por Maria para reorganizar sua vida a partir dos estudos e da profissão de professora, algumas vivências construídas durante o período de trabalho no frigorífico permaneceram, como o fato de morar no bairro Sadia (localizado próximo à empresa). O residir a vinte e cinco anos no bairro foi dito com orgulho, pois ela demonstrou ter construído sentimento de pertencimento ao lugar, através do convívio com familiares, vizinhos e amigos. E mesmo com a demissão da Sadia essa relação de amizade com a vizinhança do bairro permaneceu.

Por conta das novas referências e vivências no presente, Maria, ressignificou sentidos sobre as recordações referentes à sua trajetória de trabalho no frigorífico. Isso aconteceu, pois a memória passa por reconstruções a partir das novas condições vivenciadas pelo sujeito. Uma vez que as perguntas feitas sobre seu passado passam a ser respondidas influenciadas pelo presente.

A reconstrução da trajetória de vida feita pela trabalhadora Maria foi marcada pelas recordações sobre o nascimento de suas filhas. Tendo o ano de nascimento das filhas, ela conseguiu fazer associações com outros eventos vivenciados paralelos à maternidade. Isso demonstrou a importância e o sentido que sua vida ganhou a partir da maternidade, mas também revelou que Maria sobreviveu ao tempo em que trabalhou na Sadia ancorada nas motivações transpostas para as relações familiares. Podemos nos perguntar se para ela o cotidiano fabril se mostrou agonizante e sem sentido e por esses motivos o marco temporal para suas recordações era o nascimento de suas filhas.

O padrão estabelecido por Maria para organizar suas memórias, tendo o nascimento das filhas como parâmetro, ficou perceptível ao ser perguntada em que ano ocorreram as mudanças do maquinário no frigorífico, no abate de frango, e ela mencionou:

Suzane: Viu, você falou das máquinas mais ali, **quando que você sentiu que colocaram máquinas mais novas o que mudou?**

Maria: Pois é assim, eu **eu tinha voltado de licença da minha filha fazia pouco tempo e eles estavam trocando as máquinas, máquinas novas.**

Suzane: **Você lembra qual período que foi isso Maria?**

Maria: Deixa eu vê, **ela nasceu em setembro, outubro, novembro, dezembro. Em janeiro**

Suzane: di?

Maria: **Ela tem 18 anos, acho 2000.**

Suzane: 2000? **Janeiro de 2000?**

Maria: **É, mais ou menos janeiro, fevereiro de 2000** (grifos meus)

Alguns momentos das recordações sobre sua trajetória de vida, principalmente os relacionados ao trabalho, estão associados a eventos familiares, como o nascimento da sua segunda filha no ano de 2000, esse foi o ponto de referência estabelecido por ela para recordar em que momento percebeu as mudanças de maquinários dentro da Sadia.

O período de mudança no local de trabalho demonstrou-se como um dos momentos de dificuldade para a reconstrução das memórias por ela e para que fosse possível acessar essa recordação necessitou associar a sua vida familiar para lembrar. Nesse sentido, a fala da trabalhadora Maria nos dá indícios de que o trabalho diário realizado na fábrica deveria ser tão desgastante, sofrido e monótono que seu cérebro transportou para a família as recordações dos anos de labor na fábrica. Ou seja, o sentido atribuído e construído por ela para justificar os anos de trabalho no qual precisou suportar a exploração, as pressões, as dores, o adoecimento e as humilhações. Todas essas situações foram encaradas por Maria porque necessitava sustentar sua família, no caso suas filhas. E muitas vezes para cumprir isso, ela teve que renunciar ao convívio familiar para trabalhar, já que era necessário para a manutenção das despesas de casa.

Por isso, podemos apreender que se não fosse o nascimento e o período de licença maternidade de sua segunda filha coincidir com o processo de implantação das máquinas novas, Maria possivelmente não saberia fornecer-nos essa informação, já que suas recordações estão ancoradas a fatos familiares, pois era o que lhe conferia sentido a todo o esforço empreendido no frigorífico.

Essa dificuldade apresentada por Maria em recordar o ano em que ocorreu a mudança dos maquinários no frigorífico também está associada ao esforço realizado por ela para

revisitar um período de sua trajetória que resultou no adoecimento físico. Já que por conta dos maquinários velhos, ela, juntamente com os outros trabalhadores, era obrigada a despendar mais força para realizar o serviço no setor da evisceração, como tirar a traqueia do frango de forma manual. Ter que reviver essas memórias, deve mexer com muitas emoções (sofrimento, ressentimento e mágoa) e com as imagens que ela construiu ao longo da vida sobre ela mesma, já que o imaginado difere do real.

Outro motivo desses “apagões” (esquecimentos) sobre o período no frigorífico, tem relação aos novos sentidos que ela está tentando dar para a sua vida, como atuar enquanto professora de educação infantil em uma creche municipal. Mesmo que Maria se esforce para reconstruir e tentar se encontrar em alguma outra profissão, as marcas de sua experiência traumatizante no frigorífico estarão sempre com ela. Sobretudo porque as marcas das cirurgias são visíveis no corpo e as limitações físicas também, como a fraqueza nos braços. Maria vive e ressignifica sua trajetória diariamente, de modo esquemático, em que uma nova linha de vida é construída e para que isso aconteça é necessário apagar linhas anteriores para harmonizar a nova narrativa.

Os esquecimentos de Maria sobre sua trajetória dentro do frigorífico continuaram presentes na narrativa. Outro momento em que isso ocorreu foi quando perguntada sobre seu horário de trabalho no abate da carne de frango e se ela fazia horas extras. Maria conseguiu informar sobre sua jornada de trabalho, as horas extras que diariamente realizava, mas sobre o banco de horas, teve dificuldades de lembrar:

Suzane: Quantas horas era o turno de vocês?

Maria: Olha era assim oh, dependia, era até a hora, como não tinha o terceiro turno, até a hora que terminasse, se terminasse onze horas era onze horas, se terminasse meia noite era meia noite, se terminasse as dez horas era as dez horas, mas sempre passava da meia noite na maioria das vezes, poucas vezes era..

Suzane: O horário que você fazia nesse período era de qual horário? Pra ir até quase meia noite?

Maria: Era da uma, eu começava uma e quinze e até, nosso horário até dez, acho que até dez e meia eu acho, só que a gente sempre passava.

Suzane: E vocês recebiam quando passava?

Maria: Às vezes a hora extra sim, as vezes sim, depois fizeram o banco de horas, daí não recebia mais nada.

Suzane: Você lembra quando que foi feito o banco de horas?

Maria: Não lembro...

Suzane: Mas foi muito tempo depois assim de você entra?

Maria: Não sei te dizer, não tenho lembrança, que quando foi esse banco de horas (grifos meus).

Maria apresentou informações importantes, a primeira diz respeito à jornada de trabalho realizada no frigorífico. No contrato de trabalho, a jornada estabelecida era de oito horas diárias, porém esse horário não era cumprido pela empresa. Diariamente os trabalhadores tinham que ficar além da jornada de trabalho acordada. A gerência do frigorífico determinava as horas de trabalho conforme a quantidade de frango a ser abatido no dia. Isso nos informa que a empresa não cumpria com a jornada de trabalho estabelecida na carteira de trabalho, pois constantemente se utilizava da hora extra para explorar ainda mais os trabalhadores.

Um segundo ponto que podemos concluir ao analisarmos a fala de Maria sobre ficar além de sua jornada de trabalho, é que muito provavelmente a quantidade de funcionários no frigorífico ao longo dos anos foi se tornando insuficiente para o abate de frangos que a empresa estabelecia como meta para dia. Por isso que constantemente a empresa prolongava a jornada de trabalho dos funcionários, para que eles cumprissem com essa meta diária. Com essa medida, o frigorífico economizava dinheiro à custa dos seus funcionários, uma vez que não precisava gastar com a contratação de novos trabalhadores. Por isso que a empresa, durante a década de 1990, estabeleceu uma política de pagamento de salários acima do salário-mínimo, além das horas extras pagas, como forma de compensação às longas jornadas que submetiam seus funcionários. Essa medida tinha como objetivo fazer com que os trabalhadores não ficassem insatisfeitos e nem reclamassem de serem explorados em jornadas de trabalho de dez até onze horas diárias.

As recordações sobre a exploração a que era submetida com frequência além do horário estabelecido no contrato/carteira assinada, foram ditas com facilidade por Maria, pois as consequências dessa intensificação do trabalho estão ainda visíveis nela, como as cicatrizes das quatro cirurgias no braço, juntamente a dor diária. A dificuldade sobre essa recordação apresentou-se quando perguntado em que ano o frigorífico havia implantado o banco de horas, já que ela havia comentado que depois da implantação do banco de horas a empresa passou a não os pagar pelas horas trabalhadas a mais. O que marcou a experiência de Maria, além da exploração vivida diariamente no frigorífico, foi a apropriação do lucro pela empresa sobre as horas a mais de trabalho, a partir do momento que implantou o banco de horas e daí em diante não pagou mais pelas tarefas realizadas depois do expediente. Foram justamente essas horas trabalhadas a mais que intensificaram o adoecimento físico de Maria.

Porém, esses esquecimentos sobre sua trajetória dentro do frigorífico, estão diretamente associados ao processo de adoecimento físico que Maria enfrentou, como podemos constatar em um trecho da entrevista: “Olha, que nem eu digo, eu sofri muito lá

dentro né, fui muito humilhada depois que eu me machuquei, até me machucar não, mas depois que me machuquei, depois fui muito humilhada lá dentro”.

Ela relatou a mudança de tratamento vivenciada diariamente com seus chefes dentro do frigorífico após adoecer, ou seja, experimentou formas de tratamento opostas, o antes e o pós-adoecimento. Essas experiências mostraram à Maria que ela só foi “bem tratada” enquanto tinha saúde para cumprir com suas tarefas e não necessitava faltar ao trabalho, ou seja, enquanto era útil para a empresa. Todavia, depois de não ter mais saúde para realizar os serviços diários dentro da empresa, passou a ser destrutada, humilhada pelos seus chefes. Com isso ela compreendeu, da maneira mais perversa, que o trabalhador só tem importância para a empresa/patrão enquanto tiver saúde para ser explorado e realizar todas as tarefas dadas a ele.

A partir do momento em que esse trabalhador adoece, passa a ser tratado com indiferença pela empresa, já que ela não tem mais interesse nele, porque este não possui mais utilidade. Por isso, muitas empresas demitem os funcionários nestas situações, por saberem que conseguirão contratar outro funcionário no lugar deste ex-funcionário adoecido. Essa atitude da empresa mostrou para trabalhadores como Maria, que eles são compreendidos como mão de obra substituível/descartável. Esse comportamento da chefia da Sadia para com ela, só reforçou a impressão que ela teve de que não há humanização nas relações de trabalho capitalistas e sim tratamentos convenientes até o momento que o trabalhador estiver saudável para ser explorado.

Diante do exposto, é compreensível que Maria, toda vez que precisou acessar as memórias sobre o período de trabalho no frigorífico, tivesse que lidar com essa ambivalência de tratamento experimentada, além dos sentimentos que eram recordados como o sofrimento que a acompanhava e ainda acompanha, pois ela afirmou que “foi muito humilhada lá dentro depois que eu me machuquei”. Essa humilhação pode ser compreendida como violência psicológica, a qual ela sofreu diariamente. Esse tipo de violência, apesar de não deixar marcas físicas, acarreta mazelas profundas na alma (psíquicas) da pessoa. A humilhação, no local de trabalho, coloca o trabalhador em uma posição de inferioridade e a partir disso ele passa a acionar gatilhos de questionamentos sobre suas qualidades e potencialidades.

Ou seja, o cérebro de Maria provavelmente criou um mecanismo de defesa que selecionou momentos e apagou outros, até mesmo para reconstruir uma imagem dessa trajetória pautada no seu presente. Mas esse esquecimento parcial sobre sua experiência dentro frigorífico foi, provavelmente, um gatilho desenvolvido pelo cérebro com a intenção de que ela não ficasse revivendo e remoendo constantemente o sofrimento dentro da empresa. Isso se deve ao fato de que Maria convive com algumas sequelas do tempo de trabalho

degradante no frigorífico, suas cicatrizes originadas das quatro cirurgias que fez nos braços, mas também as dores físicas diárias. Além das cicatrizes e dores, ter que reviver os momentos de humilhação dentro do frigorífico, deve ser traumatizante para ela.

A humilhação a qual ela se referiu diz respeito aos últimos anos de trabalho dentro do frigorífico, 2006-2009, os quais coincidiram com o agravamento da doença física e as últimas cirurgias que necessitou realizar nos braços.

Nesse processo de intensificação do adoecimento físico pelo qual a Maria estava passando, os gerentes da empresa mudaram a forma de tratamento despendido com ela. Em um dos momentos da entrevista, ela descreveu como percebeu essa mudança de tratamento recebido dentro do frigorífico. Um dos chefes queria demiti-la, pelo fato de não conseguir realizar os trabalhos dentro do frigorífico. Isso porque ela estava derrubando produtos por falta de força nos braços, no caso, bacias cheias de bandejas de carne de frango. Devido a essa dificuldade apresentada, foi que seus chefes começaram a tratá-la como um problema, uma pessoa incapaz, uma vez que esta não conseguia realizar as tarefas dentro da linha de produção com a mesma destreza que anteriormente.

O episódio sobre a tentativa de demissão, pelo qual Maria passou, aconteceu entre os anos de 2006-2008, quando, apesar das tentativas por parte dos chefes, o médico do frigorífico havia verificado que ela possuía a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada no INSS e com esse documento o frigorífico tinha a obrigação de reabilitá-la dentro da empresa, já que seu adoecimento aconteceu devido ao trabalho degradante que exercia no frigorífico, ou seja, o frigorífico a machucou.

Ou seja, Maria estava protegida por lei e por meio disso o frigorífico foi obrigado a readaptá-la dentro do local de trabalho. Com isso, ela deveria ser reconduzida a um serviço compatível com suas limitações físicas após as cirurgias. Porém, a empresa cumpriu essa medida parcialmente, como ela mencionou: “daí eu fui reabilitada, voltei pra empresa, só que daí a empresa não, tipo não cumpriu com o que foi determinado né, que é me dá um emprego que já, um emprego tranquilo que eu pudesse exercer por causa da minha mão”. Ou seja, o frigorífico, de acordo com Maria, não cumpriu com a determinação da lei de readaptação, o CAT. O que a empresa fez foi o contrário, não lhe deu um serviço, mas sim passou a tratá-la como um peso/problema para o estabelecimento, ao ponto de penalizá-la ao recolocá-la para trabalhar.

O sentimento de humilhação relatado por Maria foi desencadeado pela situação apresentada, pois os gerentes do frigorífico não aceitavam a nova condição de saúde dela e nem estavam dispostos a cumprir com as determinações da lei de readaptação, pois não

aceitavam que o adoecimento dela havia sido causado pelo trabalho exaustivo dentro do frigorífico. E diante dessa compreensão do frigorífico, os gerentes passaram a tratar Maria com descaso, “só que daí a empresa não, tipo não cumpriu com o que foi determinado né, [...] Eles me deixaram um ano no vestiário, [...] sem fazer nada, nada”. Ou seja, o frigorífico, a partir do momento que foi responsabilizado pelo adoecimento físico de Maria, passou a tomar atitudes com a intenção de penalizar e atribuir à trabalhadora a responsabilidade sobre sua condição física. Tanto que os gerentes a colocaram para ficar dentro do vestiário feminino durante o expediente, das dez e meia até às cinco horas da manhã, sem realizar nenhuma tarefa.

A empresa forçadamente cumpriu parcialmente com a lei ao não demitir e arranjar outra função para Maria, mas o problema foi que nessa nova ocupação não havia serviço algum a ser realizado. Desta maneira, podemos inferir que a gerência da empresa não mais a tratou como uma funcionária capacitada, mas sim como alguém incapaz e inválida. Essa atitude dos gerentes do frigorífico em trocá-la de turno, foi a primeira punição, uma vez que tirou ela do convívio com seus colegas de trabalho do segundo turno, no qual ela trabalhava desde a entrada no frigorífico. Ela foi colocada em outro turno, com funcionários com os quais não tinha proximidade e não a conheciam.

Diante dessa atitude da empresa, Maria foi colocada em uma situação de constrangimento com seus novos colegas e isso acarretou ainda mais o sofrimento para ela. Ela tinha que ir ao frigorífico diariamente para cumprir o terceiro turno (da madrugada) dentro do vestiário feminino, seis horas e meia, para não fazer nada produtivo. Toda essa situação informava-a de que eles (os gerentes) estavam sendo forçados a cumprir a lei, mas que ela não tinha mais nenhuma utilidade para a empresa. Essa experiência a marcou muito, uma vez que ela enfatizou o fato de não fazer nada no vestiário e essa situação criada pela empresa fazia com que o sentimento de humilhação, de angústia e sofrimento fossem potencializados pelo fato de ficar sozinha e saber que não estava fazendo nada de útil.

Toda essa situação descrita sobre o comportamento da gerência do frigorífico sobre o estado de saúde de Maria, mostrava para ela que eles queriam humilhá-la e pressioná-la a pedir demissão. Para o universo dos trabalhadores, ser útil é um valor, ou seja, trabalhar e a partir disso conseguir o sustento de sua família, isso que lhes conferem dignidade. Portanto, a situação na qual a empresa colocou Maria, de ir diariamente ao serviço, mas não realizar nenhuma atividade e mesmo assim estar recebendo o salário mensalmente, passava a falsa impressão de que era um favor que eles estavam concedendo a ela. Mas o que a Sadia estava

cumprindo, era uma determinação trabalhista do INSS, na qual a trabalhadora tinha o direito de ser reabilitada pela empresa em que havia adoecido.

O sentimento de humilhação vivenciado cotidianamente por Maria no vestiário, lhe causou mais sofrimento, pois durante as seis horas e meia, como já mencionado, ela não realizava nenhuma atividade produtiva e durante esse tempo se sentia inútil, o que gerava um sentimento de angústia. O que ela mais fez nesse período foi refletir e se questionar sobre sua trajetória de vida e como havia chegado naquela situação. Em um dos momentos do relato, ela expressou um pouco do que sentia no período em que ficava no vestiário:

Eu me sentia **muito humilhada, me sentia um lixo**, porque tu não fazia nada lá e não ter nada pra fazer e tipo eu me sentia e pensava que que eu fiz comigo? O que que eu fiz? Por que que eu fui fazer isso? Por que eu fui trabalhar demais? Pra hoje eu tá aqui, sendo humilhada e **não podendo trabalhar em lugar nenhum. E sabendo que eu ia ganhar a conta** (grifos meus).

O período em que foi forçada, pela Sadia, a ficar dentro do vestiário foi traumático, segundo as memórias da trabalhadora. Isso se deu pelo fato de que ela não tinha nada para realizar lá dentro. Diante disso, o vestiário, para Maria, foi compreendido como um lugar terrível, pois lá ela vivenciou a humilhação. Essa experiência e compreensão do vestiário eram totalmente diferentes do que esse local representa para atletas e mesmo para trabalhadores de empresas, pois ele era visto como um espaço de concentração, preparação e espera para a realização de algo. Só que essa sensação e situação de preparação para a realização de algo não era vivenciada por Maria, pois ficar dentro do vestiário era uma punição atribuída pela empresa a ela, pelo fato de estar doente e não poder mais realizar os trabalhos anteriores que exercia na empresa e para os quais foi contratada.

Outro ponto importante na fala dessa trabalhadora, foi o relato sobre os vários sentimentos e pensamentos com os quais lidou diariamente sobre sua trajetória dentro do frigorífico, como as frustrações e mágoas. Era muito cansativo viver cotidianamente com suas dores físicas e os sofrimentos causados pelos anos de trabalho exploratório no frigorífico.

Tanto que ao reconstruir sua experiência dentro da Sadia e relatar sobre seu adoecimento, as expressões usadas eram de ressentimento com a empresa, mas também consigo. Como se ela fosse responsável sobre adoecer e ter passado por aquela situação de humilhação no vestiário. Essa culpabilização sobre sua trajetória de trabalho e adoecimento pode ser compreendida como parte da pressão psicológica vivenciada diariamente por ela, por ter ficado no vestiário. Esse ano dentro do vestiário lhe remeteu a sentimentos de

inferiorização, pois visualizou esse período como punição da empresa para com ela. Esses sentimentos provocaram nela uma incerteza sobre a visão que havia construído sobre si e sobre sua trajetória de trabalho. Ao passo dela dizer: “me sentia um lixo”, demonstrando que em alguns momentos dentro do vestiário ela se comparava a algo que não tinha mais utilidade, estava estragado e por isso deveria ser descartado, virar lixo. Além de chegar ao ponto de atribuir a si mesma a responsabilidade do adoecimento e a condição que estava sendo exposta.

Mediante toda essa vivência dolorosa e angustiante dentro do frigorífico, ela ainda carrega consigo as doenças físicas e as consequências disso, como o esquecimento e as imprecisões negativas sobre alguns aspectos de sua trajetória, bem como o uso de medicamentos para amenizar as dores nos braços.

Diante do exposto acerca de todo o sofrimento enfrentado por Maria diariamente no local de trabalho depois de seu adoecimento, inferimos que o esquecimento que ela demonstrou sobre sua trajetória de vida pode ser decorrente do trabalho desgastante que resultou no adoecimento físico. E esse esquecimento sobre a experiência de vida também foi algo percebido na fala da trabalhadora Nair.

Com isso, buscamos compreender que a memória dessas trabalhadoras passou a operar também como mecanismo de proteção para que não recordassem diariamente os momentos de trabalho exaustivo da fábrica onde adoeceram. E com isso, pudessem ter memórias sobre outras experiências e aspectos da vida. O trabalho no frigorífico, além do adoecimento físico, causou sofrimentos e os traumas na alma (psíquicos).

Por conta dessa experiência perturbadora que alguns trabalhadores vivenciaram, eles, na tentativa de serem ressarcidos por esses danos, entraram – e ainda entram – na justiça com processos contra o frigorífico, responsabilizando-o por estarem doentes. No último tópico desse capítulo (seção 3.3.3), analisaremos um desses processos trabalhistas contra a empresa, imputado por uma ex-trabalhadora.

2.3.3 “Eles me machucaram, então eles têm que pagar por isso” – Ação dos Trabalhadores: Processo contra o frigorífico

O aparato disponível para os trabalhadores resistirem ou ao menos compensarem os prejuízos físicos e psíquicos sofridos pelos anos de vida dispendidos no frigorífico é a

judicialização. Essas pessoas tentam por meio das ações judiciais responsabilizar a fábrica pelas diversas enfermidades que adquiriram e com as quais foram obrigados a conviver.

A partir da narrativa construída pelos trabalhadores entrevistados, percebe-se que suas trajetórias de trabalho no frigorífico foram marcadas por um misto de gratidão e frustração/mágoa, o que demonstra uma ambivalência de sentimentos ao se referirem ao local de trabalho. Todavia, mesmo diante desses sentimentos dialéticos, alguns trabalhadores entraram na Justiça para cobrar do frigorífico indenizações sobre seus sofrimentos, adoecimentos e invalidez.

Maria, durante a entrevista, foi perguntada sobre sua ação contra a Sadia e explicou os motivos que a levaram a entrar com o processo no ano de 2010:

Eu entrei ah, eu entrei **quando seis meses que eu tinha ganhado a conta**, aí eu entrei com o processo contra a Sadia. **Porque eu perdi 75% do meu braço né, quando eu fiz a perícia**, eu acho que **eles têm responsabilidade com isso, eles me machucaram, então eles têm que paga por isso**. Porque que nem eu digo, quem dormi todo dia, **quem dormi todo dia sente dor sou eu**. Quem não consegue, **eu não posso passar pano**, eu não consigo passar pano na casa, **eu não tenho condições de passar pano**, se **eu lavo uma louça daqui a pouco começa a doer**. Eu fiz faculdade com prova diferenciada, porque eu não conseguia escrever. Então tudo isso, eu acho, eu falei, por isso a empresa é responsável por isso; **ela tem que pagar** (grifos meus)

O relato dela é significativo sob o ponto de vista do adoecimento que acomete muitos trabalhadores de frigorífico. A saída encontrada por muitos deles é a justiça, com a intenção de conseguir algum tipo de ressarcimento pelos danos à saúde, uma vez que a restituição da saúde desses trabalhadores não é mais possível.

Maria, para relatar sobre o ano em que deu entrada na Justiça e a justificativa para tal fato, teve que reviver as experiências traumáticas dentro do frigorífico. Recordou todo o trâmite para montar o processo contra a empresa, desde procurar um advogado trabalhista, ficar diante da juíza e da médica perita. As etapas pelas quais Maria foi obrigada a passar para entrar com a ação contra a Sadia, nos fizeram questionar o quanto os trabalhadores são expostos, questionados e têm a todo o momento que provar que não estão mentindo sobre as suas doenças. Também nos apresentam como é burocrático e desgastante entrar com processo contra a fábrica na intenção de obter como resultado a condenação e a responsabilização da mesma sobre o adoecimento.

Maria, ao falar sobre seu braço, fez questão de utilizar os dados médicos para ressaltar que: “perdi 75% do meu braço né”, ou seja, a saúde do seu braço esquerdo e direito não tem

mais como ser recuperada/restaurada e é preciso conviver com “quem dormi todo dia sente dor sou eu”. Ela fez questão de ressaltar que convive diariamente com dor e que essa dor e seu adoecimento físico nos braços a impedem de realizar atividades domésticas e escrever textos. Por meio desses exemplos, Maria apresentou como sua vida foi modificada pela doença causada devido ao tempo de trabalho no frigorífico. Isso a entristecia, pois ficou com as sequelas pelo tempo de serviço na Sadia e a doença física não tinha como ser revertida.

Para amenizar essas dores, ela fazia uso dos seguintes medicamentos, apresentados no laudo⁴⁴ da médica do trabalho, Carla Patrícia Alves de Souza: “Bup 150 mg = Cloridrato de Bupropiona – Transtorno Depressivo Maior (TDM); Dorflex (relaxante muscular), Ibuprofeno 600 mg de 12/12h. p.12”.

Ou seja, ela necessitava de um conjunto de medicamentos para suportar as dores constantes. Diante da situação é que a única alternativa no horizonte de Maria era cobrar indenização do frigorífico, já que foram os anos de trabalho despendidos naquele local que a machucaram. E o fato de judicializar a Sadia representava para Maria uma forma de a empresa pagar pelos danos causados a ela.

O caso apresentado, sobre o adoecimento de Maria e sua ação contra a Sadia pelos danos físicos e psíquicos que carrega consigo, é algo compartilhado por outros tantos trabalhadores de frigoríficos em diferentes cidades do estado do Paraná, bem como em outros estados do Brasil. Um estudo feito por Heck (2013), em sua dissertação, sobre a degradação do trabalho na Sadia de Toledo-PR, concluiu que muitos trabalhadores, depois de alguns anos de serviços realizados no frigorífico, adoeciam e que dentre esses, alguns entravam com processos contra a Sadia, por entenderem que a empresa era a responsável por suas enfermidades.

No caso de Maria, a enfermidade que tem no braço acarretou dificuldades em todos os âmbitos de sua vida, “eu não tenho condições de passar pano, [...] Eu fiz faculdade com prova diferenciada, porque eu não conseguia escrever.” As adaptações pelas quais precisou passar no seu cotidiano foram consequências do adoecimento adquirido no frigorífico. Essa adaptação que Maria mencionou é para toda vida, pois não é possível a restauração da força de seus braços.

Diante disso, ela procurou um advogado no ano de 2010, com vistas a entrar com ação contra o frigorífico pelos danos que havia causado a sua saúde. No decorrer do processo, a juíza da Vara do Trabalho da cidade de Francisco Beltrão, exigiu que Maria passasse com um

⁴⁴ Laudo pericial feito pela médica do trabalho, Carla Patrícia Alves de Souza, no dia 09 de abril de 2011. O acesso ao laudo foi concedido pela ex-trabalhadora.

Médico do Trabalho, com a intenção de avaliá-la para verificar quais doenças ela tinha e se essas doenças eram em decorrência das atividades desempenhadas durante os anos de trabalho dentro do frigorífico.

A perícia pela qual passou aconteceu em fevereiro de 2010 e o parecer foi dado em abril de 2011. De acordo com a Médica do Trabalho, constatou-se, após analisar documentos, exames, perícias e o local de trabalho, que Maria:

Com base na anamnese, exame clínico, conclui-se que existe incapacidade laborativa parcial, definitiva, de grau máximo para as atividades que exercia anteriormente ao início de seu quadro clínico, enquadrável na legislação de acidentes de trabalho (BRASIL, 1991, p. 52).

A partir do relatório feito pela Médica do Trabalho, foi possível afirmar que Maria havia adoecido pelas funções exercidas dentro do frigorífico. Ressalta-se ainda que seu adoecimento foi enquadrado como acidente de trabalho, ou seja, a empresa era responsável por seu estado de saúde. Também, que por causa do seu adoecimento, não poderia mais exercer as atividades que realizava antes das enfermidades na empresa. O quadro clínico de Maria se encaixava como acidente de trabalho, a mesma constatação do médico do INSS anos antes, o qual havia registrado o caso dela como Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT).

Ou seja, no laudo pedido pela juíza da Vara do Trabalho, ficou constatado que Maria adoeceu por conta dos esforços exigidos cada vez mais no cotidiano de trabalho dentro do frigorífico. Mesmo diante da conclusão feita pela médica do trabalho, a ação de Maria corre na Justiça do Trabalho há 11 anos. Essa demora da justiça em conceder ganho de causa para a trabalhadora, já que ficou constatado que foi o trabalho exploratório no frigorífico que a adoeceu, nos mostra como as ações são demoradas, uma vez que as empresas podem recorrer várias vezes em diferentes instâncias e isso tudo faz com que as ações se arrastem por anos.

No mesmo ano em que Maria entrou com a ação contra a Sadia por conta da sua demissão injusta e pelos danos físicos causados pelos trabalhos realizados no frigorífico, Heck (2013) teve acesso ao informativo impresso de fevereiro de 2010 da Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (AP-LER), da cidade de Toledo-PR, que apresentava a denúncia feita por essa associação ao Ministério Público do Trabalho, afirmando que:

A BRF- foods de Francisco Beltrão-PR, por estar demitindo trabalhadores que ainda estão em tratamento médico e incapacitados para o trabalho. Além

de não emitir a CAT e custear o tratamento necessário ao pleno restabelecimento da saúde (HECK, 2013, p. 183).

A denúncia feita pela AP-LER corrobora em mostrar que o frigorífico tratava os trabalhadores como “peças descartáveis”, já que ao apresentarem enfermidades e essas persistirem, eram mandados embora. E no lugar dessas pessoas eram contratadas outras. Desse modo, a empresa renunciava à responsabilidade sobre os adoecimentos desses trabalhadores e em vez de tentar reparar os danos à saúde deles, os demitia.

Mesmo diante das denúncias e dos processos que eram apresentados contra a BRF-foods, para terem uma ação em favor dos trabalhadores era difícil, já que para estes conseguirem ter acesso aos documentos necessários para comprovar os abusos e excessos de trabalho realizados dentro do frigorífico, ficava mais complicado. E foi isso que verificamos ao analisarmos uma parte da ação movida contra a empresa por Maria, como apresentaremos abaixo.

No mês de fevereiro de 2021, ela teve resposta sobre uma das partes da ação que moveu contra o frigorífico. Essa ação referia-se ao pagamento das horas extras e do banco de horas entre os anos de 2008-2009. O resultado da ação, de acordo com o ministro relator, foi:⁴⁵:

A despeito das razões expostas pela parte agravante, deve ser mantida a decisão monocrática agravada, pois, de fato, as razões recursais não se mostram suficientes para infirmar o posicionamento decisório adotado, visto que ficou caracterizado no acórdão que a **prestação de horas extras, além daquelas destinadas à compensação dos sábados e do banco de horas autorizados pelo ACT, não era habitual e não ultrapassava as duas horas diárias**, e que o labor aos sábados era eventual, motivo pelo qual não há falar-se em nulidade do acordo coletivo que autorizou as compensações, não sendo o caso, portanto, de aplicação da Súmula nº 85 do TST. **Agravo conhecido e não provido** (grifos meus)

De acordo com o exposto acima, sobre o veredito em relação ao mérito do pagamento das horas extras e do banco de horas, a empresa BRF-foods/Sadia conseguiu comprovar que estava dentro da lei e dos acordos, como as Convenções Coletivas de Trabalho, feitas com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos de Francisco Beltrão e Região. Pois,

⁴⁵ PROCESSO No TST-Ag-RR-764-72.2010.5.09.0094 - A C Ó R D Ã O (1.a Turma) GMDS/r2/lpd/lis, publicado no dia 10 de fevereiro de 2021.

de acordo com o ministro, o frigorífico comprovou que as horas extras feitas para além da compensação dos sábados eram realizadas dentro das duas horas extras permitidas por lei.

Nesse sentido, fica a pergunta no que tange ao órgão de proteção dos trabalhadores, que deveria ser o Sindicato, pois parece que ele colaborou com a empresa e não com os funcionários. Isso porque as Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre o Sindicato e a empresa, aparentemente foram feitas sem o conhecimento dos trabalhadores e assim o frigorífico poderia extrair mais trabalho dessas pessoas “dentro da lei”.

Ou seja, a luta travada pelos trabalhadores contra a empresa é marcada por altos e baixos, no sentido de estarem em desvantagem, pois constantemente precisam comprovar que foram prejudicados ao longo dos anos em que estiveram empregados no frigorífico e que a reivindicação de ressarcimento quanto às enfermidades que os acometem é legítima. E assim, as ações continuam se arrastando por anos, uma vez que a empresa vai encontrando brechas para continuar suas práticas exploratórias e conseguir ficar ilesa a alguns pontos dos processos trabalhistas aos quais responde.

Diante do exposto, até o momento, podemos identificar que o emprego no frigorífico Sadia/BRF-foods, num primeiro momento se apresentou aos jovens trabalhadores como uma possibilidade de acesso aos direitos trabalhistas e desse modo poderiam estar protegidos perante a lei. Justamente num momento histórico, nos anos da década de 1990, em que o emprego formal estava decaindo no cenário regional e dando lugar ao trabalho informal.

Desse ponto de vista, o emprego no frigorífico foi compreendido pelos trabalhadores como um lugar “bom”, pois poderiam conseguir sobreviver com o mínimo de dignidade. Por isso, conseguir entrar no frigorífico gerou muita expectativa entre os trabalhadores recém-saídos do campo.

A referência à empresa como um “lugar bom”, no tempo da Sadia, era a associação que eles faziam não ao local de trabalho, mas às condições proporcionadas pela empresa, como o salário acima da média na década de 1990, pois com isso os trabalhadores poderiam ter acesso aos bens de consumo, tais como: carros, motos e casas. O sentimento positivado sobre a Sadia se dava pela possibilidade de acesso aos bens de consumo e não em relação ao trabalho realizado lá dentro.

No entanto, essa visão do frigorífico foi sendo reconstruída pelos trabalhadores com o passar dos anos dentro da empresa assim como pelas doenças que os acometiam. Dessa maneira, os trabalhadores vivenciaram a expectativa com relação ao emprego na empresa e com o passar dos anos a frustração foi tomando conta de algumas recordações.

Para outros trabalhadores, as frustrações estavam relacionadas ao adoecimento e as humilhações que passaram a acompanhá-los depois de não serem “mais produtivos”, de acordo com perspectiva da empresa. O que restava aos trabalhadores como reação para enfrentarem esse sentimento negativo, era entrar com ações contra o frigorífico e assim tentarem ser ressarcidos pelos anos de dedicação e saúde despendidos.

Por outro lado, esses mesmos trabalhadores que dentro da empresa eram vistos como objetos, fora da empresa tiveram papel ativo e importante na constituição dos bairros próximos ao frigorífico.

Nesse sentido, no próximo capítulo iremos analisar e compreender as ações desses trabalhadores nos bairros da região norte da cidade de Francisco Beltrão e a constituição das relações pessoais que foram se formando para além do frigorífico, bem como as demandas que se apresentaram como necessárias para melhorar a condição de vida das pessoas. Além de analisar de que maneira os bairros da região norte da cidade de Francisco Beltrão são vistos e adjetivados pelos meios de comunicação e pelo restante da população da cidade.

CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DOS BAIRROS DA REGIÃO NORTE DE FRANCISCO BELTRÃO-PR: AÇÃO E PRESSÃO DOS TRABALHADORES NAS MELHORIAS

O objetivo desse capítulo é realçar e discutir a presença dos trabalhadores da “Cidade Norte” na formação de espaços sociais em Francisco Beltrão. Nos capítulos anteriores busquei mostrar como a ocupação que resultou na “Cidade Norte” foi importante para constituir uma identidade de pertencimento a Francisco Beltrão. Agora pretendo discutir as relações desses trabalhadores com a cidade. Considerando que são estigmatizados porque moram na “Cidade Norte”, sendo desqualificados sob o argumento que os caracteriza pejorativamente como “gente de todos os tipos”, busco saber como lidam com essa pecha. Sobre isso, descrevo e analiso as abordagens e imagens que a imprensa faz sobre eles. Por último, procuro identificar e examinar quais as formas de luta que eles empregam para enfrentar pressões vividas cotidianamente.

3.1 “A CIDADE NORTE É UM LOCAL QUE TEM MUITAS CULTURAS, SÃO PESSOAS DE VÁRIOS LUGARES”: A FORMAÇÃO DOS BAIRROS DA REGIÃO NORTE DA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO

A “Cidade Norte” de Francisco Beltrão, como espaço urbano é relativamente novo, pois a regulamentação dos bairros que a compõem é do final da década de 1970, com a incorporação à administração municipal do Bairro Pinheirinho a partir de 1977 (MACHADO, 2009, p. 140). Antes da década de 1980, a região norte da cidade era compreendida como espaço rural, constituída de pequenas propriedades de trabalhadores ocupados com a agricultura familiar. O primeiro bairro da região ganhou o nome de Pinheirinho, pois conforme explicação dada por um antigo morador do bairro, Joecyr Guerra, “[...] era quase tudo coberto por granjas (propriedade rural = sítios) e mata de araucária, por isso o lugar ficou conhecido como Pinheirinho” (MACHADO, 2009, p. 139-140).

A figura 3 mostra a constituição dos bairros que compõem a região norte da cidade de Francisco Beltrão, popularmente conhecida como “Cidade Norte”. Podemos verificar que os primeiros bairros até os anos de 1980 eram o Pinheirinho e o Jardim Floresta, somente após a década de 1990 é que foram surgindo os outros bairros que compõem a região norte. Esses

bairros que se constituíram após a década de 1990 são resultantes das migrações de trabalhadores para Francisco Beltrão em busca de emprego e melhores condições de vida, como apresentamos a partir da experiência dos entrevistados.

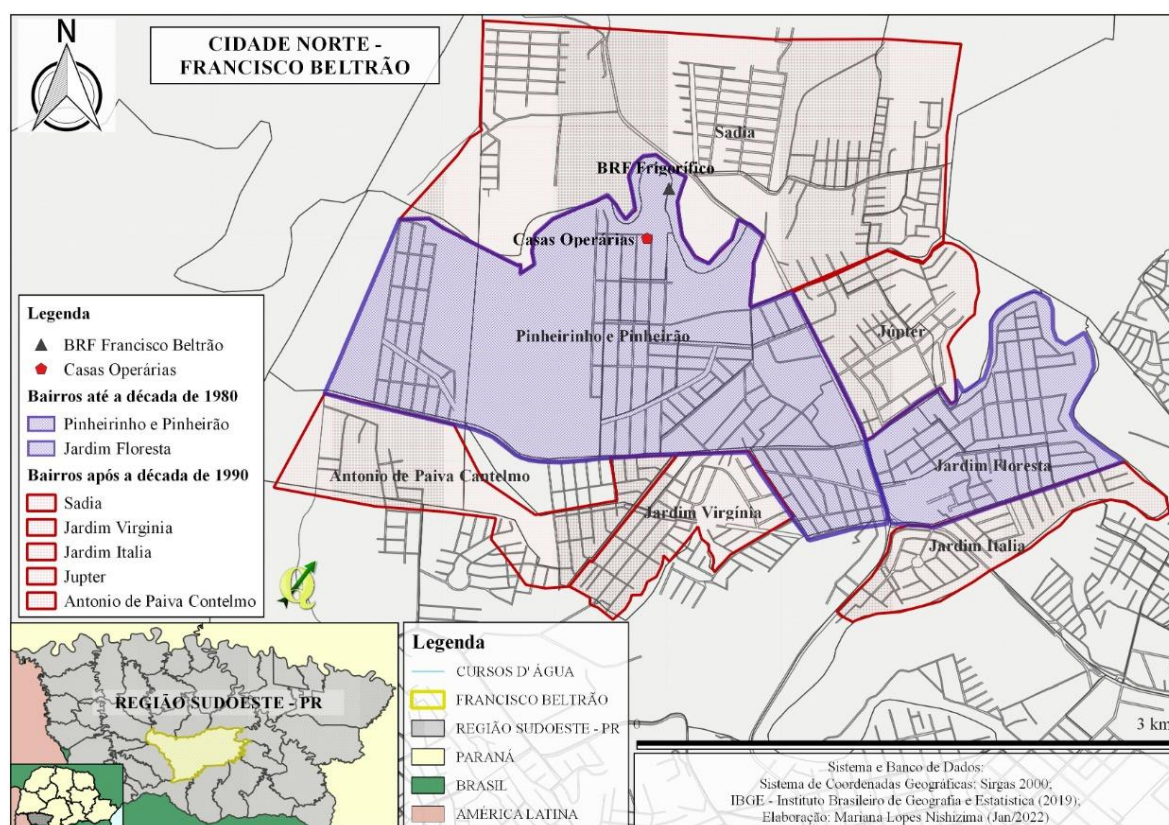


FIGURA 3. Mapa da formação dos bairros da "Cidade Norte" em Francisco Beltrão

Fonte: Mariana Lopes Nishizima (Jan./2022).

A expansão da malha urbana na direção da região norte de Francisco Beltrão foi referenciada em alguns trabalhos acadêmicos, focando na regularização dos bairros por meio dos projetos de leis da Câmara de Vereadores a partir dos anos da década de 1990.

Os trabalhos acadêmicos encontrados que fazem referência aos bairros da região norte de Francisco Beltrão, cumprem um papel importante ao trazer dados referentes à regularização dos bairros por meio do poder público, informações sobre as parcerias da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e da prefeitura para a construção de moradias nesses locais.

Porém, recorrentemente se depara com a falta de referências acerca dos agentes de transformação e pressão ao poder público das pessoas mobilizadas para aquele espaço, suas condições de vida, suas impressões sobre o processo de assentamento no lugar, suas

instituições, suas ideias e proposições que refletiram a cena histórica do momento e muitas vezes pautaram as mudanças.

Todos os trabalhadores entrevistados durante o período do trabalho de campo, eram moradores de bairros da região norte de Francisco Beltrão (Sadia, Júpiter e Pinheirinho) e todos eles vivenciaram as mudanças na região a partir dos anos de 1990. Alguns desses trabalhadores chegaram a participar das direções das Associações de Moradores. Um deles, Adair, que ao ser perguntado sobre como veio morar no bairro Sadia (um dos bairros da região norte) respondeu que seguiu um tio que já morava lá. Falou ainda sobre sua mudança da Linha Nova Concórdia para a parte urbana de Francisco Beltrão, em meados da década de 1990:

[...] vim morar nesse bairro, assim no início (pausa) **pensei que era, pelo comentário das pessoas que era um bairro ruim de morar, né?** Porque **tinha pessoas de tudo quanto é lugar**, que quando surge um conjunto vem pessoas de vários locais da cidade, né. **Mas, num primeiro momento não achei tão ruim que nem as pessoas falavam e até hoje estou morando aqui, gosto de morar aqui, é um local tranquilo, várias pessoas boas, pessoas trabalhadoras**, né. Pessoas que, nem eu falei, **60% das pessoas trabalham na empresa Sadia, né. Por ser próximo do trabalho**, né (grifos meus).

Três pontos da entrevista com Adair se associam ao momento histórico da lembrança sobre a vida social no lugar e como esse contexto incide sobre as demais entrevistas realizadas com pessoas como ele, as quais experimentaram o percurso histórico já delineado nos capítulos anteriores: trabalho no campo – migração – trabalho industrial. A ideia que se projetava sobre o lugar é definida como “um lugar ruim de morar” porque “tinha pessoas de tudo quanto é lugar”. A afirmação de Adair sobre as impressões iniciais anuncia um conjunto de significados construídos de fora para dentro e imaginados sobre um lugar atrasado, de pessoas que destoavam das migrações de descendentes europeus, a qual constitui uma imagem oficial e estagnada no tempo. Portanto, aqueles que confirmavam tal situação ao perderem condições de vida no campo e serem afetados pela expansão do capitalismo neste, eram tidos como pessoas de “todos os tipos”, sem um passado comum ou algo que legitimasse sua presença no lugar.

O segundo ponto diz respeito à desconstrução da imagem projetada de fora para dentro, ainda que experimentada de maneira compulsória por Adair. Isso nos leva para a consolidação de uma imagem real sobre o lugar que é vivido dia a dia, reforçado por uma

condição comum que é a identificação pela trajetória de vida de pessoas desconhecidas, mas que tinham as mesmas trajetórias de vida, necessidades e sonhos.

O terceiro ponto indica que o modo de vida comum no bairro associava-se ao valor do trabalho, algo que pudesse os identificar enquanto classe no bairro e que tem um valor intrínseco, semeados no campo e colhidos na cidade, na busca de autoafirmação.

Essas narrativas foram criadas por grupos sociais externos ao bairro Sadia e, direta ou indiretamente, estabeleciam distinções entre as migrações históricas. De acordo com isso, havia os que se assentaram a partir da formação de colônias agrícolas, onde o trabalho era entendido como valor e se vincula como elemento legitimador. Havia também a narrativa dos migrantes que compunham a cidade no processo de expropriação das condições tradicionais e que se mobilizavam para a cidade com vistas a trabalhar em fábricas e frigoríficos, onde se afirmavam pelo valor social do trabalho. Tratava-se, sob esse ponto de vista, de processo de mobilização social e que sob determinada estrutura histórica (embora vivida concretamente e em dimensões particulares) anunciava novas formações sociais experimentadas no modo de vida no campo e que passavam a reproduzi-lo, sob a pressão do ritmo do trabalho industrial, em conjuntos habitacionais e demais espaços urbanos.

Os conjuntos habitacionais que estavam sendo construídos na região norte da cidade resultavam da presença cada vez maior de trabalhadores naquela localidade, caracterizando-se como um lugar de transformação, mudança e de participação social.

Alguns desses conjuntos habitacionais foram regulamentados com a intenção de organizar moradias e de retirar famílias de locais perigosos, como as margens de rios. Esses novos conjuntos habitacionais, posteriormente virariam bairros e ampliaram a malha urbana de Francisco Beltrão, pois a região norte da cidade foi a que mais cresceu a partir da década de 1990 em termos populacionais e extensão de direitos sociais.

A construção da moradia, no sentido de lugar de vivências e de reprodução da vida (costumes e hábitos legítimos a formação social), só poderia ser alcançada pelo acesso ao direito fundamental da habitação, algo que passava a ser um dever do Estado, via constituição de 1988: o acesso à moradia.

3.2 OS TRABALHADORES NO JORNAL JDEB: TRANSFORMAÇÃO NA REGIÃO NORTE DE FRANCISCO BELTRÃO

À medida que o modo de vida acerca do trabalho e da agricultura familiar se desagregava, cidades como Francisco Beltrão-PR constituíam um arranjo econômico e social que integrava campo e cidade em cadeias produtivas como a da carne do frango e a do leite. Para as pessoas que entrevistamos, esse processo foi experimentado como perda à medida que organizações sociais tradicionais de trabalho e a sociabilidade no campo eram desestruturadas. Contudo, é certo afirmar que a construção de modos de vida tidos como urbanos se ergueu sob as bases da cultura comum do campo, onde foram reestruturadas sob novos padrões de vida e de trabalho.

Em substituição às habitações dos agregados no campo, fábricas formaram Vilas Operárias para abrigar e recrutar força de trabalho, sobretudo força de trabalho camponesa com habilidade no descarte e na manufatura de animais de pequeno e médio porte, como o suíno e o frango. Esse modelo aparece na literatura local (BOSI, 2011; PEREIRA, 2014; GRANDO, 2017; FANO, 2017; PEREIRA, 2016), adjunto à formação social de cidades no Sudoeste e Oeste do Paraná. O modelo fábrica-vila operária, em sistema de produção fordista, foi vigoroso no interior do Paraná até início dos anos de 1990, ainda que se estabeleça em declínio em grandes centros urbanos à medida que se fortalecia o modelo Just in Time de produção, sobretudo as “casas do frigorífico da Chapecó”, meio pelo qual se desenvolveu o recrutamento inicial de força de trabalho e de onde começou a formação do bairro Pinheirinho como o espaço que ligava o campo – pela produção do frango – e a cidade na organização administrativa local.

As ocupações urbanas na localidade iniciaram logo que o sistema entrou em vigor e mobilizou o problema da migração, da moradia e dos direitos sociais para a esfera pública, de onde provinha a perspectiva de ocupação gradual do lugar, conforme se estabelecia o modo de produção da carne do frango, ao integrar campo e cidade em sistema vertical de produção. Neste sentido, a mobilização de pessoas acelerou o processo de urbanização no lugar e contribuiu para estender direitos sociais às pessoas que o reivindicavam. É possível observar esse processo histórico à medida que a mobilização de migrantes passa a ser pauta dos jornais locais e tema de preocupação das classes dominantes.

Analisando alguns dos projetos de leis da Câmara de Vereadores, o de número 042/85 menciona sobre a doação de um terreno para a construção de casas no Bairro Pinheirinho:

Mensagem nº 042/85 Senhor Presidente e Senhores Vereadores: Através do presente, encaminhamos para deliberação dessa Egrégia Casa de Leis, projeto **solicitando autorização** para proceder a **doação de uma área de terras, com 8.880 m², localizado no Bairro Pinheirinho, com a finalidade**

de sobre o referido imóvel serem construídas 30 (trinta) unidades residenciais pelo sistema mutirão. Senhor presidente e Senhores Vereadores, a necessidade de implantação de um projeto nesse sistema é urgente em Francisco Beltrão, **visto o elevado número de pedidos de casas populares existentes na COHAPAR.** Tendo em vista que, o Município já possui o lote nº 01 da quadra nº 607, estamos propondo a sua doação, beneficiando com isso 30 (trinta) famílias que poderão obter suas casas através de mutirão. - Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, 12 de julho de 1985 (FRANCISCO BELTRÃO, 1985) (grifos meus)

Uma das necessidades dos moradores dos bairros da região norte da cidade era a moradia. E a presença desses trabalhadores na região pressionou o Poder Público Municipal a agir e realizar por meio da administração pública mudanças básicas naquela região.

Por meio do texto do Projeto de Lei nº 042/85, ficou expressa a necessidade do poder público em dar uma resposta concreta às demandas dos moradores do bairro Pinheirinho no que tange à moradia. Pois o prefeito encaminhou um projeto pedindo a autorização da doação de um lote no bairro Pinheirinho para construção de 30 (trinta) casas para moradores no sistema de mutirão. Na mensagem, o prefeito ainda ressaltou que a implantação do sistema de casas pelo mutirão era urgente (FRANCISCO BELTRÃO, 1985).

A construção das casas populares por meio do Sistema de Mutirão no bairro Pinheirinho no ano de 1985, era um desdobramento do projeto de habitação nacional que, entre os anos de 1982-1989, estava institucionalizando essa modalidade de construção de casas populares, com o intuito de atender a demanda dos trabalhadores por moradia. No estado do Paraná, a modalidade de construção de casas populares, Sistema de Mutirão, foi firmada com a COHAPAR. Por meio desse sistema, os valores de construção das moradias diminuía, pois havia a presença dos “mutirantes” nos trabalhos. Esse trabalho dos “mutirantes” nas obras das casas fazia com que o tempo de construção das moradias se estendesse em até 24 meses, uma vez que os trabalhos eram feitos aos fins de semana (ABIKO, 2004). Com isso, pudemos perceber que uma parte dos trabalhadores residentes na região norte da cidade só conseguiu ter acesso à moradia porque participou na construção de sua casa. Através desse trabalho, conseguiam diminuir o valor de custo das obras, podendo pagar a prestação da casa própria.

Ou seja, a presença de trabalhadores em uma região que estava crescendo, fez com que o poder público tivesse uma postura diferente frente aqueles moradores e passasse a realizar mudanças. Com isso, foi ocorrendo a expansão dos direitos sociais para aquelas pessoas.

A questão da moradia para os trabalhadores foi uma necessidade marcante entre as décadas de 1980, 1990 e 2000.

A partir da década de 1990, o JdeB, acompanhou as reivindicações/reclamações e acesso à alguns direitos dos trabalhadores dos bairros da região norte da cidade. Tanto que em uma matéria do dia 17/03/1990, com o título “Projeto mutirão do Pinheirinho será reiniciado”, o jornal mencionou sobre a questão das moradias no bairro Pinheirinho.

Em curto espaço de tempo deverá ser **iniciado o Projeto Mutirão, com o término das obras em 207 casas** que estão semidestruídas no **Bairro Pinheirinho**. Naquele local **muita gente já se mudou para as casas, mesmo não estando prontas, mostrando a necessidade de conclusão dos trabalhos** o mais breve possível [...] A paralisação dos trabalhos se deu por falta de recursos, houve a liberação de uma pequena verba para a continuidade dos trabalhos, e a expectativa é de que mais dinheiro seja remetido para não mais haver interrupção (JORNAL DE BELTRÃO, 1990a) (grifos meus)

A matéria trata da aquisição de moradias pelos trabalhadores do bairro Pinheirinho por meio do Projeto Mutirão (Sistema no qual o poder público utiliza-se da mão de obra dos próprios moradores locais para construção das casas). Dessa maneira, fica expressa a necessidade que esses moradores tinham em relação à regularização da casa própria.

Outro ponto importante presente na matéria mostra a carência de moradia para os trabalhadores, pois muitos já estavam ocupando as casas mesmo estas não estando prontas. O jornal pontuou que as casas estavam inacabadas devido à falta de recursos destinados ao término dos trabalhos. Mas que a partir de março de 1990 as obras seriam retomadas, pois havia-se conseguido a liberação de recursos. É possível concluir que existia uma estrutura para o financiamento das casas populares. A ocupação das casas anunciava a emergência do tema para além da necessidade das moradias: o processo de fiscalização e de aceleração da construção das obras.

A conclusão acima começa a fazer mais sentido a partir da análise do trecho da mensagem do Projeto de Lei nº 036/91 em que o prefeito da cidade solicita aos vereadores a aprovação da doação de quadras para a construção de casas na região norte da cidade, afirmando:

Senhor presidente e Senhores Vereadores – Juntamente com a presente, apensamos o projeto de lei **solicitando autorização** para que esta municipalidade proceda a **doação de três quadras urbanas**, perfazendo o total de **60 (sessenta) lotes, localizados no Bairro Pinheirão, nas proximidades do Conjunto Habitacional Antônio de Paiva Cantelmo**. Neste local, através da Cooperativa Habitacional dos Assalariados do Paraná – COHALAR, **serão construídas 60 (sessenta) casas populares, financiadas através da Caixa Econômica Federal, dentro do Plano de**

Imediata para Habitação do Ministério da Ação Social. [...] como é do conhecimento dos nobres vereadores, no Município de Francisco Beltrão **existe uma carência muito elevada de imóveis, principalmente para a classe menos favorecida.** [...] A matéria é de suma importância, porque atinge um objetivo eminentemente social e, temos certeza de que merecerá a aprovação unânime dos nobres vereadores, pelo que antecipamos nossos agradecimentos. Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, 18 de junho de 1991 (FRANCISCO BELTRÃO, 1991) (grifos meus).

Por meio da mensagem do Projeto de Lei Nº 036/91, pudemos constatar que a administração pública de Francisco Beltrão constantemente foi pressionada a dar uma resposta diante das necessidades dos trabalhadores/moradores por moradias naquele momento, principalmente nos bairros da região norte, ainda que tal grupo a qual se dirigiam os direitos constitucionalmente adquiridos fosse tratado como beneficiário de caridade. Ou seja, através desses documentos também conseguimos apreender a presença ativa dos trabalhadores ao pressionar a administração pública municipal a condicionar-se às instituições estaduais e federais de maneira a consolidar a visão pública sobre as necessidades.

O teor da mensagem do Projeto de Lei Nº036/91 era sobre a aprovação pelos vereadores da doação de três quadras que gerariam 60 (sessenta lotes) para a construção de casas populares financiadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), para atender a demanda de alguns moradores do Conjunto Habitacional Antônio de Paiva Cantelmo, pertencente ao bairro Pinheirão.

O conteúdo da mensagem informou indiretamente a expansão dos bairros na região através do aumento da população e com isso a necessidade de ação do poder público. Uma dessas ações se deu através da extensão de alguns direitos básicos, como a casa própria aos moradores do Conjunto Habitacional Antônio de Paiva Cantelmo, que nos dias de atuais tornou-se um bairro.

Outro elemento importante presente na mensagem do Projeto de Lei Nº036/91 foi mostrar que havia uma estrutura de financiamento/projeto do Governo Federal, por meio do Ministério da Ação Social, para a construção de casas, essas informações são importantes na medida em que nos ajudam a desconstruir uma imagem de benevolência sobre alguns gestores públicos que teriam “dado” as casas aos moradores dos bairros mais carentes da cidade.

O fato foi que os gestores públicos estavam cumprindo suas obrigações de estender direitos às pessoas de “classes menos favorecidas”, como colocado no texto do projeto, devido a carência de moradias na cidade. E as ações desempenhadas pelos gestores públicos só aconteceram devido à presença e a organização dos trabalhadores/moradores da região

norte, bem como a existência do projeto nacional de habitação em parceria com os estados e municípios.

Muitos trabalhadores chegaram à cidade de Francisco Beltrão nesse período e sua presença pressionou decisões do governo local para que atendesse as demandas dos antigos e novos moradores. Este foi o caso de Nair, que migrou para Francisco Beltrão, mais precisamente para a região norte (bairro Pinheirão), juntamente com os pais no ano de 1990, no momento de crescimento e quando mudanças estavam em curso naquela região. Nesse período, a região norte da cidade de Francisco Beltrão passou por mudanças devido à presença destes trabalhadores, como Nair e os outros entrevistados. Algumas das mudanças que ocorreram nos bairros da “Cidade Norte” foram vivenciadas por essas pessoas, como as infraestruturas nos bairros, a construção de postos de saúde, creches, escolas e os pavilhões das Associações de Moradores (locais de lazer e encontros para discutir as necessidades dos moradores do bairro). Nair comentou sobre esse período, dizendo que:

[...] O bairro (Pinheirão) era bem diferente, bem pequeno, bem poucas moradias, não tinha nada, não tinha farmácia, não supermercado, né, não tinha nada. Bem diferente de hoje. Quando eu cheguei eu morei no bairro Pinheirão pagava aluguel ali e depois eu vim pro Júpiter e fiquei até hoje. Faz uns trinta anos que estamos aqui, quase (grifos meus)

Como disse, a presença de trabalhadores como Nair na região norte da cidade foi fundamental para que o poder público começasse a atender demandas e participasse das mudanças do espaço, como na construção de moradias. Ao recordar e falar sobre o bairro no ano de 1990, ela descreveu como sendo “bem diferente, bem pequeno, bem poucas moradias, não tinha nada”. O bairro estava em processo de formação e transformação.

Os principais bairros da região nos anos de 1990 eram o Pinheirão e o Pinheirinho. Nair veio morar com seus pais em um deles, pagando aluguel, muito provavelmente porque o aluguel era mais acessível aos trabalhadores. O fato de ela mencionar o tempo em que mora na região “faz uns trinta anos que estamos aqui, quase”, mostra o pertencimento como percepção da mudança no tempo. A manifestação na fala de Nair é oriunda das relações estabelecidas com os outros moradores do bairro. E esse sentimento de pertencimento ao lugar foi sendo construído por meio das relações estabelecidas nesses anos com seus familiares, vizinhos e colegas de serviço. Muitas dessas relações eram pautadas na solidariedade consolidada por compartilharem um passado comum e a busca de construir novos modos de vida na cidade.

Outro elemento disponível em relatos como o de Nair, é o fato de a constituição do bairro estar pautado na conquista mais importante de sua vida, a aquisição da casa própria, no ano de 2000. Moradores como ela presenciaram e vivenciaram o crescimento, as mudanças e transformações pelas quais a região norte passou ao longo desses 32 anos desde sua chegada.

Ainda que a casa tenha sido uma conquista pessoal para pessoas como a Nair, ela esteve longe de ser algo resolvido como pauta popular, pois embora tenha sido uma demanda coletiva, o problema não foi de todo resolvido pelo poder público. Tanto que nos anos seguintes, a principal demanda dos moradores da região norte continuou sendo a moradia, por isso o tema esteve presente por alguns anos nas páginas do Jornal de Beltrão – JdeB, entre a década de 1990 e o começo dos anos 2000. Na matéria publicada no dia 08/05/1992 com o título: Entrega de casas populares, ressaltava que:

Possivelmente nos últimos dias de maio ou início de junho, **os mutuários receberão as chaves para entrar nas 515 casas populares construídas no convênio Prefeitura e Caixa Econômica Federal, no Bairro Pinheirinho.** As casas estão prontas e os mutuários definidos. Falta apenas a ligação de água nos três conjuntos habitacionais, **além de regulamentação da documentação.** [...] **a maioria dos mutuários está com a situação dos pagamentos em dia,** o que é um fator positivo para a rápida entrega (JORNAL DE BELTRÃO, 1992b, p. 04) (grifos meus).

A matéria iniciou chamando a atenção para o número de habitações que haviam sido construídas, no caso “515 casas populares no bairro Pinheirinho”. Com isso, ficou explícita a necessidade dos moradores naquela região por moradias estruturadas, alvenaria, que pudessem conferir uma segurança por meio da durabilidade, além é claro da regularização. Ou seja, as pessoas daquela região precisavam da ação e presença da administração pública para que o direito à moradia fosse acessado por eles. Assim, fica subentendido que o bairro Pinheirinho vinha crescendo pela migração de trabalhadores.

Porém, um elemento importante nessa matéria foi a mudança no sistema de construção das casas populares para atender a demanda dos trabalhadores. A construção das casas era feita na década de 1980 pela COHAPAR através do Sistema de Mutirão, como apresentado acima, mas a partir da década de 1990 houve a mudança na construção das moradias populares com a presença da aliança entre administração pública e a Caixa Econômica Federal como financiadora. O que aconteceu para a prefeitura mudar em menos de 10 anos a forma de construção das casas populares do Sistema de Mutirão para o Sistema de Financeirização? Essa mudança no formato de construir as casas retirou dos trabalhadores/moradores a participação na construção de suas casas no Sistema Mutirão. Pois,

pelo Sistema de financeirização nem todos os moradores cumpriam com os requisitos para que pudessem ter suas casas próprias.

Neste sentido, a partir da década de 1990 as casas foram construídas por meio de um convênio entre Prefeitura e Caixa Econômica Federal, ou seja, os moradores teriam que se encaixar aos critérios pré-estabelecidos pela agência bancária da Caixa Econômica Federal. Esse novo sistema colocou empecilhos ao acesso à moradia para pessoas mais pobres, já que teriam que estar aptos financeiramente para contrair os empréstimos na compra da casa própria.

A matéria acima do Jornal de Beltrão (1992b) ressaltou que “a maioria dos mutuários está com a situação dos pagamentos em dia, o que é um fator positivo para a rápida entrega”. A partir dessa fala, podemos inferir que os trabalhadores passaram a efetuar um pagamento adiantado (chamado de entrada) para darem andamento ao processo de financiamento da casa própria. Diante disso, podemos concluir que houve mudanças nos critérios estabelecidos para ter acesso a casa própria e um deles foi o pagamento correspondente a uma parte do valor total da casa, antes mesmo de morarem nela.

Ainda no mês de maio de 1992, o JdeB trouxe outra matéria sobre moradia, ressaltando a expansão da malha urbana na região norte, com a construção de conjuntos habitacionais, como o caso do Júpiter. Em matéria publicada no dia 26/05/1992, com o título “Júpiter começa a ser habitado”⁴⁶, o jornal atribuiu e ressaltou o protagonismo do prefeito na conclusão das casas que formavam o “Conjunto Júpiter”.

[...] no sábado, o prefeito Nelson Meurer, o gerente da CEF, Luiz Alberto Maçaneiro e o engenheiro Celso Mezzomo, da Construtora Sudoeste estiveram no **conjunto Júpiter, para fazer a entrega da casa ao primeiro mutuário a assinar o contrato, Ivo Bariviera**. Ao falar sobre a casa, no local, o prefeito disse que **a falta de muro na divisão dos terrenos e a ausência de asfalto nas ruas teve o objetivo de reduzir custos. “Quem quiser pode construir cercas ou muros, ampliar a casa (é de 36,6 metros quadrados), porque o mais importante nós conseguimos: dar a casa concluída ao menor preço possível”**. [...] **As ruas estão cascalhadas; toda a rede de energia e de água instalada**. Cada casa tem sua pia, seu tanque de lavar roupa e forro no teto (JORNAL DE BELTRÃO, 1992c) (grifos meus).

Aqui, um aspecto importante para reflexão. Esse trecho, que expressa o sentido de toda a matéria, aborda o término da construção das casas (e do conjunto habitacional) como registro da ação do prefeito. Seu nome aparece em primeiro plano, seguido de dois outros

⁴⁶ Uma cópia da matéria inteira está disponibilizada como ANEXO B.

atores (representantes da CEF e da construtora), e por último, de um morador que assina o contrato de entrega da casa simbolizando o recebimento de todas as casas. No desenho político e social esboçado pelo jornal o prefeito é mostrado como agente cuja força pode selar o final e a entrega de dezenas de casas para dezenas de famílias. Assim apresentado no jornal, esse ato funciona como propaganda da assertividade do prefeito, de sua capacidade para encontrar parceiros e resolver problemas e, principalmente, de transformar as casas (uma demanda dos trabalhadores) em ação unilateral de concessão, embora as casas fossem uma dívida financeira real de seus proprietários.

Uma reorganização do fato mostra quatro personagens compondo o elenco desse acontecimento. A CEF financia a construção das casas. Esse é um de seus papéis desempenhados nacionalmente. Não há nisso novidade ou novo ingrediente preparado ou garantido pelo prefeito. Tal característica precede a formação do Conjunto Habitacional Júpiter, tanto que o nome dado ao conjunto de casas construídas foi “Conjunto Habitacional”. Ao mesmo tempo, o prefeito justificou a “falta de muro na divisão dos terrenos e a ausência de asfalto nas ruas”. O mais importante, em sua visão, era a casa, mensurada em 36,3 metros quadrados, equipada com pia, tanque de lavar roupa e forro no teto. Completava esse quadro ruas cascalhadas, rede de energia e água encanada.

Esse posicionamento sobre a construção da memória acerca do desenvolvimento das cidades é algo que constantemente entra em disputa, pois para as classes dirigentes do lugar, personalizam as ações públicas e as concepções de direitos sociais aos trabalhadores. Mas em nosso trabalho de pesquisa conseguimos perceber que essa fala é equivocada porque ficou evidente que o poder público em Francisco Beltrão só agiu e realizou as mudanças necessárias na região norte da cidade devido à presença e a pressão dos trabalhadores, ou seja, as mudanças aconteceram devido à ação e a reação de classes divergentes.

A fala do prefeito revelou que estava-se processando uma mudança com relação a concessão do direito à moradia. Se anteriormente as habitações populares na cidade eram construídas em parceria com a COHAPAR em Sistema de Mutirão e a partir disso os custos dessas casas ficavam baixos sendo as prestações acessíveis aos trabalhadores, pois o interesse era atender a uma demanda social em um período de mudanças das relações do trabalho e dos padrões de vida. Já a partir da construção dos Conjuntos Habitacionais do Júpiter, Santa Rosa e Plutão a perspectiva do lucro passou a ganhar espaço nas parcerias estabelecidas entre a prefeitura e a agência bancária para a construção das casas e a sua financeirização. O lucro das casas populares acontecia devido ao baixo custo para a construção, como ficou evidente na fala do prefeito, mas essa economia na construção das casas não chegou aos moradores,

pois eles tinham que pagar as prestações que sofriam reajustes todos os anos de acordo com a inflação do ano anterior.

Outro ponto colocado pelo jornal referente às moradias do Júpiter foi a partir da fala do prefeito ao delegar a responsabilidade das melhorias aos futuros moradores dizendo que: “Quem quiser pode construir cercas ou muros, ampliar a casa”. O ônus sobre a qualidade e melhorias das casas estava sendo transferido para aqueles que recebiam as casas. A conclusão que podemos chegar com essa afirmação do prefeito era que as moradias não necessitavam de qualidade, só deveria atender a seu objetivo mais prático: retirar os habitantes de rua e de favelas da avaliação pública.

Com relação à qualidade das casas entregues a partir dos Conjuntos Habitacionais, Adair afirmou que:

[...] o problema são... **os loteamentos antigos, não tinha nada**, não tem nada! **Tudo tá sendo feito depois...** e... é tudo demorado né? **Então asfalto demora pra vim, rede de esgoto veio agora**, o quê? Um ano e pouco né? **Aqui no nosso bairro muita cobrança né?** Muito tempo... **os lotes pequenos, as fossas enchiam** né? Toda hora, cada dois, três meses o pessoal tinha que ficar coletando aqueles materiais secar e depois tá tudo cheio de novo. **A infraestrutura é muito ruim desses bairros antigos** (grifos meus)

As habitações que foram construídas na Cidade Norte a partir da década de 1990 apresentaram alguns problemas, os quais foram relatados pelos moradores, como a falta de infraestrutura, sobretudo rua asfaltada e a rede de esgoto. E essas melhorias nos loteamentos antigos só aconteceram depois dos anos 2000 devido à cobrança dos moradores. Adair apresenta uma visão bastante queixosa da situação. Para ele, houve muita propaganda das gestões públicas que entregaram as casas durante a década de 1990, mas a qualidade das moradias que foi divulgada pela prefeitura não encontrava respaldo entre os moradores. Para conseguir as melhorias tidas como necessárias para o bairro, eles tiveram que reivindicá-las por anos. Ou seja, o poder público só realizou mudanças elementares (como saneamento básico) a partir das manifestações dos trabalhadores/moradores. Neste sentido, a constituição da cidade aconteceu (e acontece) por meio da ação e da disputa das diferentes classes sociais: uma que institucionaliza o espaço de maneira oficial, a outra que vive o espaço social de maneira real. Este é um tema bastante explorado na historiografia brasileira.

A propaganda construída pelo prefeito, vista na matéria acima e disseminada com ajuda da imprensa local, em torno do baixo custo das casas do Conjunto Habitacional do Júpiter - via financeirização - foi contestada pelos moradores em menos de um ano depois. O

jornal, que havia contribuído para valorizar a entrega das moradias no Júpiter no ano anterior, cobriu reportagem ressaltando a indignação dos moradores, conforme matéria do dia 09/04/1993, com o título: “Mutuários dos novos conjuntos reclamam das prestações”:

Conseguir uma residência financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) tem sido uma tarefa relativamente fácil de três anos para cá, aos trabalhadores que recebem até três salários-mínimos. **O difícil, segundo os mutuários, é pagar as prestações, que consideram altas. A queixa foi feita pelos moradores dos conjuntos habitacionais Santa Rosa, Júpiter e Plutão, concluídos em 1992.** Eles aproveitaram uma reunião da Câmara de Vereadores no Bairro Pinheirinho para expor a situação. O gerente da agência da Caixa Econômica Federal – responsável pela cobrança das prestações – Luiz Alberto Maçaneiro, demonstra irritação com a reclamação, mas se diz aberto às negociações. **Uma moradora do Conjunto Habitacional Júpiter, (...)ela afirma ter pago quase Cr\$ 700 mil de prestação em janeiro. Como trabalha em sua residência fazendo serviços aos moradores do conjunto há pouco mais de 30 dias, diz não ter conseguido sequer um salário-mínimo. A prestação de fevereiro não foi muito menos que a de março. A moradora demonstra preocupação e, se chamada pela CEF a quitar os débitos, vai dizer que não tem condições de pagar as prestações com reajustes. “As parcelas são muito altas para o padrão das pessoas que residem no conjunto”, diz ela. De acordo com a mulher, poucos mutuários pagam em dia as prestações.”** [...] Maçaneiro discorda dos mutuários insatisfeitos com os reajustes. E diz porque: “Antes de assinar os contratos, os beneficiados participaram de 5 reuniões com o pessoal da Caixa, que explicaram a forma de reajuste, o financiamento, o seguro e a inadimplência”. **As prestações, de acordo com o gerente, sofrem alterações conforme o percentual de aumento dos salários, 30 dias depois dos mutuários receberem seus proventos. No Plutão, a maior prestação é de Cr\$718 mil, correspondendo a 42% do salário-mínimo. No Santa Rosa, a maior prestação chega a Cr\$ 732 mil, 43% do salário-mínimo. E no Júpiter, a prestação máxima chega a Cr\$1.077 mil, 63% do salário-mínimo, que a partir de março passou para Cr\$1.705.000,00.** O gerente quer explicar a questão ao prefeito João Arruda e aos vereadores. Segundo Maçaneiro, as prestações dos últimos 13 meses não alcançaram o mesmo percentual da inflação registrada no período (JORNAL DE BELTRÃO, 1993b, p. 20) (grifos meus).

A matéria do JdeB começou afirmando estar mais fácil conseguir uma moradia financiada, porém, o problema apresentado pelos moradores estava justamente no formato da aquisição das casas populares, pelo sistema de financiamento via Caixa Econômica, uma vez que pagar as prestações com valores altos e reajustados, se tornava uma tarefa difícil em que metade do orçamento familiar era destinado para pagar as parcelas que incluíam juros elevados.

As reclamações sobre essa questão do pagamento das prestações partem dos moradores dos Conjuntos Habitacionais Santa Rosa, Júpiter e Plutão, que tiveram acesso às

moradias no meio do ano de 1992, mas que no começo de 1993 sofreram com alterações nos valores das parcelas. A oscilação de valores, cada vez mais altos, assustou a maioria dos moradores/trabalhadores dos conjuntos habitacionais da região norte que ganhavam até três salários-mínimos. Esses aumentos das prestações comprometiam a manutenção de outras despesas indispensáveis aos trabalhadores, como a alimentação.

A situação apresentada acima mostra a indignação e ao mesmo tempo preocupação dos moradores em conseguir honrar o pagamento das prestações e as consequências caso não conseguissem pagar em dia. De algum modo, esta situação repetiu a experiência vivida por eles no campo, antes de virem para a cidade. Morar permaneceu uma questão sensível para eles. A prorrogação por tempo indefinido do pagamento de aluguel por uma casa, atestava que pouco ou nada tinha mudado na sua condição de vida. Ao mesmo tempo, a aquisição da moradia própria passava a ser objeto de lucro para quem fosse construir o loteamento e um fator político que assegurava prestígio e espaço de publicidade ao executivo municipal. Existe uma numerosa bibliografia que tem examinado esse tipo de conflito de interesses de classes, registrando experiências documentadas desde o início do século XIX. Sobre isso, cabe apontar os traços pouco ou nada variáveis sobre a moradia de trabalhadores pobres.

O interesse das classes dominantes, que exploram diretamente os trabalhadores nas cidades, vincula-se a mantê-los fixos e disponíveis às atividades industriais e do comércio. É necessário haver moradias populares para acomodar e imobilizar (ou estocar) a força de trabalho. As empreiteiras também se interessam na ampliação das moradias, uma vez que lucram com a construção dos loteamentos. Constroem as casas, às vezes a rede de saneamento e a pavimentação. O executivo municipal viabiliza o loteamento, organizando legal e institucionalmente a participação das empreiteiras na construção das casas dos trabalhadores e da entidade que financiará, a longo prazo e com juros, os recursos para que os futuros proprietários comprem suas casas. Há ainda a presença de vereadores e deputados que associam seus nomes ao loteamento, se reunindo com os moradores para figurarem responsáveis diretos da solução do problema. Os trabalhadores, por sua vez, defendem o direito à moradia como podem. Em suma, a moradia popular aparece às classes dominantes como parte do capital (uma forma de baratear a força de trabalho), e aos trabalhadores como direito de morar, como modo de vida. A formulação mais antiga e clássica desse conflito foi apresentada em relação à condição de vida e de trabalho nas indústrias de tecelagem na Inglaterra nos anos 40 do século XIX, fato que inaugura a compreensão de que a moradia popular é (e continua sendo) elemento de disputa no capitalismo (ENGELS, 1976; 2010).

O elemento difícil de ponderar nesse processo é o medo vivido pelas famílias que lutam por moradia, seja no início, para conseguirem sua construção e o título provisório de propriedade, seja durante os anos em que precisarão pagar as mensalidades e incorporar os reajustes. Portanto, o medo da perda constituiu sentimentos a partir das experiências no campo. Ao vivenciar o iminente despejo, o sentimento de medo que anunciava a perda novamente (da moradia e sua vida construída no bairro) projetou possibilidades para a ação coletiva, sendo a questão da moradia e das “melhorias do bairro” assunto nas associações de moradores, nos bares e na Igreja.

Como disse, a perda da moradia para os trabalhadores da Cidade Norte significava não ter onde morar (o que isso significa não ter onde morar?). Significava retroceder a uma condição pregressa de não ter onde ficar. Anunciava também uma possível migração e um recomeço. Essas experiências do campo e da vida de migrantes foram suficientemente relevantes para que os moradores assumissem protagonismo na formação de espaços reivindicatórios ao mobilizarem-se para reunião no Bairro Pinheirinho e exporem a situação aos vereadores, para que estes pudessem intermediar uma solução ao problema junto ao prefeito e ao gerente do banco, no caso, da Caixa Econômica Federal.

Os moradores/trabalhadores necessitavam pagar as mensalidades sob o risco de perder suas casas e, ao mesmo tempo, carregavam consigo o compromisso moral de honrar suas dívidas, não ficar devendo nada a ninguém, pois isso, para muitos, significava poder andar de cabeça erguida. Para que conseguissem pagar as prestações, eles precisavam ter uma prestação com valores compatíveis com seus salários ou renda, valores considerados justos. Pois o valor da prestação das casas naquele período, como foi estabelecido pelo gerente da CEF, correspondia entre 40% e 60% de um salário-mínimo. Esse valor era alto, o que rebaixava os padrões de vida à medida que aumentavam as despesas familiares.

As casas populares, mesmo através dos projetos articulados entre a União, Estados e Municípios, não ficaram de fora do mercado financeiro, ou seja, da cobrança de juros, do financiamento intermediado pelo banco, pela Caixa Econômica Federal, além dos reajustes das parcelas a cada ano para correção da inflação. Isso mostra que a concessão de um direito, como a moradia, estava pautada dentro do sistema de financeirização. Também, que as parcerias estabelecidas entre administração pública e o banco visavam o lucro à medida que empobreciam e frustravam as expectativas dos beneficiários do direito. O lucro provinha de suas fontes de exploração: o desemprego como mobilizador de força de trabalho para empresas como a Sadia e a ausência de moradias.

Aos trabalhadores/moradores da Cidade Norte que não se encaixavam aos critérios de financiamento para aquisição de moradia e nem conseguiam pagar um aluguel, a alternativa foi a ocupação urbana de regiões na cidade desocupadas.

As ocupações, desde a mobilização sulista nos anos de 1940 para o Sudoeste, sempre fizeram parte da história da constituição da cidade de Francisco Beltrão-PR. Elas não pararam de acontecer ao longo da década de 1990, mesmo com a ampliação da malha urbana e da construção de moradias. Essa situação denunciou o problema que o financiamento para aquisição de casas populares na cidade gerou, pois se a partir de 1990 foram construídos vários conjuntos habitacionais, por que a moradia continuava sendo um problema aos trabalhadores na região norte de Francisco Beltrão? Será que a forma de se adquirir a casa própria, em vez de ampliar o acesso, teve uma reação contrária, colocou empecilhos?

O JdeB, publicou uma matéria do dia 25/10/1996, tendo como título: “Famílias de área ocupada no Pinheirão prometem não sair”, que dizia:

As 49 famílias que invadiram uma área da Prefeitura de Francisco Beltrão e de uma empresa particular no Conjunto Habitacional Antônio de Paiva Cantelmo, na região do Pinheirão, dizem que não vão sair, mesmo que a Justiça conceda a reintegração de posse. A ocupação da área ocorreu sábado e segunda-feira. A Assessoria Jurídica da Prefeitura de Francisco Beltrão entrou com pedido de reintegração de posse no Fórum. **As famílias ocupam uma quadra inteira próxima à capela do bairro, em barracas de lona.** Não há sanitários e nem água no local. [...] **Segundo Luiz Barbosa (um dos líderes da ocupação), a maioria das famílias estava inscrita na Secretaria Municipal de Ação Social para receber terrenos e casas do programa desfavelamento.** “Tão dizendo que essa área era pra ser feita creche, escola e cancha de esporte. Se era para ser construído, agora não vai ser mais”, comentou. [...] **“Aqui nós vamos botar ordem, com guardião à noite, não vai sair e entrá ninguém; e ninguém vai entrar com coisas roubadas”,** argumentou Medeiros que lidera o movimento com outras três pessoas. **Ele acha que os órgãos públicos deveriam instalar registros de água na área. As famílias estão utilizando os sanitários das residências, de onde também conseguem a água para beber e preparar os alimentos.** A área localizada no conjunto habitacional pertence em parte à prefeitura, mas uma parte é da iniciativa privada. Foram terrenos permutados pelo município e muitos lotes já não são da prefeitura, tornando o problema ainda mais complexo, segundo informações do secretário municipal de Ação Social, Carlito Leal (JORNAL DE BELTRÃO, 1996, p. 12) (grifos meus).

A constituição dos bairros da região norte da cidade aconteceu a partir da presença de trabalhadores oriundos de vários lugares em busca de empregos e melhores condições de vida. Dentre esses trabalhadores, alguns sem terem condições de pagar aluguéis, passaram a ocupar áreas em alguns bairros, tais como o Padre Ulrico e Pinheirão.

A matéria acima, do JdeB, fala justamente sobre uma ocupação composta por 49 famílias em um terreno no loteamento Antônio de Paiva Cantelmo, no bairro Pinheirão. Alguns aspectos relevantes de análise sobre essa matéria são: 1) Concepção do jornal sobre o evento, algo que demonstra os valores compartilhados pela classe dirigente local e 2) Como são apresentadas as condições vivenciadas pelas 49 famílias da ocupação.

Com relação ao primeiro ponto, o jornal atribui juízo de valor, pautado pelas concepções da classe dominante local, ao afirmar que as 49 famílias invadiram o terreno pertencente à prefeitura. Com isso, constroem uma imagem negativa, pejorativa sobre essas pessoas, pois elas teriam infringido leis ao se apropriarem de uma área que teria dono (a prefeitura). Não é pautado pelo corpo editorial do jornal o porquê de se ter terrenos vazios (sem função social) ao mesmo tempo em que famílias não têm onde morar? O jornal, ao fazer referência às pessoas como invasoras, passou uma imagem duvidosa sobre os “novos moradores” do bairro Pinheirão, uma vez que eles não teriam adquirido o terreno pela compra e sim pela “invasão”.

Além do que, ao mostrarem a localização do terreno, que era perto da capela do loteamento, deram a entender que a ocupação das 49 famílias era em uma área bem localizada, de qualidade, e como que isso era possível? Na matéria, o jornal afirma que a prefeitura já havia entrado com pedido de reintegração de posse. O jornal, ao apresentar a medida cabível à administração pública, mostrou que a moradia é concebida pelas classes dominantes como um problema moral.

Por outro lado, o jornal se mostrou contraditório no seu posicionamento sobre a ocupação das 49 famílias, algo que podemos constatar na construção da matéria. Ao mesmo tempo em que condenava a ocupação, chamando-a de invasão, conferida a presença das pessoas assentadas no lugar, o articulista também abriu espaço para que uma das lideranças falasse sobre o evento: “Aqui nós vamos botar ordem, com guardião à noite, não vai sair e entrar ninguém; e ninguém vai entrar com coisas roubadas”, argumentou o porta-voz do grupo assentado. A preocupação dos membros da ocupação era mostrar para a comunidade que eles eram trabalhadores e que compartilhavam dos mesmos valores sociais: não haveria bagunça, roubo, transtornos aos demais moradores do loteamento. Ou seja, a principal inquietude das lideranças da ocupação era desfazer uma possível imagem negativa associada às pessoas pobres. Tais juízos recaíam sobre as populações migrantes, as quais eram promotoras da transformação, com a reivindicação de direitos sociais, ao mesmo tempo em que precisavam se defender dos estigmas criados acerca delas.

No mesmo momento, a liderança das famílias da ocupação aproveitou a oportunidade de fala para cobrar do poder público que este deveria instalar registros de água na área, para que os moradores pudessem preparar os alimentos, tomar banho e construir sanitários. Eles estavam reivindicando condições de sobrevivência, como acesso à água para suprir necessidades básicas.

Por meio da matéria acima, podemos perceber disputas entre o imaginário social empregado aos migrantes ocupados, por um lado; e por outro a visão daqueles que viviam de maneira concreta o problema da expropriação e da falta de moradia.

Além disso, na própria matéria consta que os membros que haviam ocupado a área eram, em sua maioria, de famílias inscritas na Secretaria Municipal de Ação Social para receber terrenos e casas do programa desfavelamento. O objetivo central das pessoas da ocupação era agir em torno da administração pública para que os atendessem e viabilizasse a moradia em um lugar que lhes assegurasse estrutura, já institucionalizada pelo poder público da cidade.

Diante do exposto acima, podemos perceber que as matérias do JdeB apontavam para a ambivalência da questão da moradia e reproduziam a longa duração do estigma social criado sobre “os bairros novos” que parecem ter sido constituídos a despeito da vontade daqueles que já estavam estabelecidos, mesmo que a história recente de formação municipal tenha se delineado sob as bases da migração sulista e da ocupação de terras no Sudoeste do Paraná.

Frente ao aumento da demanda por moradias pelos trabalhadores na cidade de Francisco Beltrão, constatamos a presença de atores sociais expressivos para formação dos espaços urbanos. A pressão e organização dos trabalhadores levou o poder público a realizar mudanças na malha urbana da cidade e a ampliar direitos sociais como a moradia na sua forma mais ampla: lugar das vivências, da formação familiar, da reprodução de costumes do campo, relações de vizinhança, etc. Tais aspectos da vida social não são plenamente controlados pelo capitalismo. Ainda que residuais, estes modos de vida produziram efeitos sobre a localidade municipal, de modo a agregar à cidade novos padrões de vida associados ao trabalho industrial e ao modo de vida camponês, produzindo algo novo e desvinculado do tradicional comércio da cidade e da memória oficial do colono promotor do progresso municipal.

3.2.1 O Programa Casa Própria – HABITABEM – resposta do poder público à demanda dos trabalhadores da região norte de Francisco Beltrão por moradia

Ainda sobre as moradias, uma dessas mudanças propostas pelas pessoas comuns e realizadas pela administração pública foi por meio do Projeto de Lei Nº 053/97⁴⁷, publicado em 24 de novembro de 1997, o qual criou o Programa Casa Própria – HABITABEM. No artigo 4º do projeto de Lei Nº 053/97 foram demonstrados quais eram os objetivos desse programa:

[...] Art.4º - São os objetivos primordiais do programa HABITABEM: **I – eliminar favelas, e outras aglomerações de condições subumanas de habitação**, existentes no perímetro urbano do Município; **II – adquirir imóveis urbanos que permitam a construção de habitações destinadas a moradia popular**; **III – organizar cooperativas e outras formas associativas de construção da casa própria**; IV – fomentar, incrementar e contribuir com a iniciativa privada para implantação de projetos destinados a construção de habitações populares; **V – regularizar, mediante alienação, ou cessão de uso, lotes de propriedade do patrimônio público municipal, e que estejam ocupados por famílias, com construção irregular** [...] (FRANCISCO BELTRÃO, 1997) Grifos meus).

O projeto de Lei Nº 053/97, encaminhado à Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão no mês de novembro de 1997, mostrou a ação da administração pública em apresentar propostas para solucionar, ou ao menos amenizar, o problema de moradia na cidade. A proposta do poder público, com relação às moradias, vinha em resposta às ocupações, como por exemplo, das 49 famílias no mês de outubro de 1996 que aconteceu no bairro Pinheirão e cujas pessoas permaneciam no local.

Ao analisar os cinco objetivos do projeto de Lei Nº 053/97 da criação do HABITABEM, destaca-se o seguinte: “eliminar favelas e outras aglomerações de condições subumanas de habitação”. Isso mostrava a preocupação da administração pública em acabar com as formas precárias de moradia que estavam se espalhando pela cidade. Quais eram os motivos que levaram famílias a morarem em “favelas” e outras formas “subumanas” de habitação? Algumas respostas já foram pontuadas no texto acima e identificadas nos capítulos anteriores a partir da experiência dos trabalhadores entrevistados: despejo do campo, empobrecimento das famílias e desocupação. O cenário de pobreza somava-se aos elevados

⁴⁷ Uma cópia do Projeto de Lei está disponibilizada no ANEXO C.

juros pagos para a construção da moradia, onde metade do recurso de uma pessoa empregada se destinava ao pagamento da casa.

A partir dessas constatações sobre os motivos que fizeram trabalhadores morarem em favelas, o poder público foi pressionado a criar modalidades para que essas pessoas pudessem acessar o direito social da casa.

Dentre as principais soluções apresentadas estavam: “aquisição de imóveis urbanos que possam servir para construção de casas populares; regularizar lotes de propriedade do patrimônio público municipal, e que estejam ocupados por famílias, com construção irregular”. Neste sentido, o problema da habitação tornou-se, ao longo dos anos de 1990, um assunto recorrente em que a administração pública admitia a presença dos trabalhadores e passava a legitimar as reivindicações deles.

O projeto de Lei Nº 053/97, HABITABEM, nesse sentido, foi construído sob pressão e como uma alternativa ao projeto estabelecido do município para construção de casas populares, desde o início da década de 1990, por meio da financeirização. Mostrando que a habitação popular, sendo um direito social, não deveria oscilar os ânimos do financeirismo, haja vista que isso colocou empecilhos para a reprodução da vida social e para a formação da força de trabalho industrial, por meio dessa demanda dos trabalhadores e da resposta apresentada pela administração pública em tentar solucionar, ou amenizar, as habitações precárias na cidade, a partir de 1997.

No ano de 2001, 19 famílias foram contempladas, por meio de sorteio, com moradias populares e iriam passar a morar no Conjunto Habitacional Beija-Flor, no bairro Sadia. Essas pessoas eram de algumas favelas presentes na cidade em bairros como Água Branca e São Miguel. Algo perceptível nesse sentido foi como a administração pública compreendia os bairros da região norte da cidade, local habitado por trabalhadores pobres. Já que o conjunto habitacional construído pela prefeitura foi dentro do bairro Sadia, com objetivo de retirar pessoas de espaços precários, como as favelas. Como se aquela região da cidade fosse um lugar propício para “esconder” os trabalhadores pobres e desempregados presentes de Francisco Beltrão, pois era afastado da parte central da cidade.

O Jornal de Beltrão na matéria intitulada: “Famílias do Conjunto Beija Flor conhecem suas casas” do dia 12 de maio de 2001, retratou a visita feita das 19 famílias contempladas para adquirirem casas no conjunto habitacional no bairro Sadia. A matéria começou com a fala de uma das pessoas que passariam a morar no local:

“Estou contente com a minha casa, vou plantar mandioca e fazer uma hortinha aqui nos fundos. Mais tarde, cubro aqui no lado para aumentar a casa”, comenta dona Celina Cardoso Oliveira, uma das 19 famílias carentes sorteadas, do projeto Habitar Brasil, em Francisco Beltrão. Na manhã de ontem, **as famílias conheceram as casas, que estão em fase de acabamento, no conjunto Beija Flor, bairro Sadia**. Segundo Sônia Faedo Morge, da secretaria municipal de Ação Social, que coordenou a visita, **a partir da identificação das unidades habitacionais, cada família vai começar a cuidar do imóvel, plantando árvores, fazendo hortas e ajardinamentos**. As casas, em estágio de acabamento devem ficar totalmente prontas nas próximas semanas, quando cada morador sairá dos barracos, às margens da rodovia, no bairro Água Branca e do Córrego Progresso, no bairro São Miguel, para residir no conjunto Beija Flor, com as devidas condições de sanidade. **“A nossa preocupação é que, neste período de acabamento, não aconteça invasões de terceiros. Cada morador será um vigilante”, destaca Sônia** (JORNAL DE BELTRÃO, 2001) (Grifos meus).

A fala da futura moradora do Conjunto Habitacional Beija-Flor, dona Celina Cardoso Oliveira, é bem representativa, pois apresentou os cuidados e o que a dignidade em ter um lar gerou neles. As principais ações ditas por dona Celina eram no sentido de usar o espaço que sobraria do terreno da casa para plantar mandioca e fazer uma hortinha aqui no fundo, ou seja, mostra que esses moradores eram muito carentes e vivenciavam a insegurança alimentar. Por isso da necessidade de garantir o mínimo de alimentos que pudessem ser cultivados no fundo de casa. Essa prática das hortas também pode ser compreendida como uma reprodução na cidade dos costumes do campo, no caso, ter as próprias verduras e saladas de consumo. Através disso, estabelecer uma relação com os vizinhos a partir dos alimentos cultivados, pautada na doação de alimentos e troca de mudas das plantas cultivadas nas hortas. Dessa maneira, esses trabalhadores favoreciam uma prática comunitária de tentar manter a alimentação entre os vizinhos garantida a partir das hortas.

Na matéria, o jornal tentou apresentar essa prática de plantar verduras, saladas e árvores como sendo uma recomendação da prefeitura dos cuidados que cada família passaria a ter afirmado que: **“a partir da identificação das unidades habitacionais cada família vai começar a cuidar do imóvel, plantando árvores, fazendo hortas e ajardinamentos”**. Porém, essa prática das hortas nos lotes é algo predominante no bairro Sadia. Isso porque muitos dos moradores do bairro são trabalhadores que vieram do campo e sendo assim passaram a reproduzir hábitos do campo na cidade, como dos cuidados com hortas em casa. E esse costume dos cultivos de hortaliças e legumes adquiria uma função importante, pois garantiria uma parte da alimentação sem a necessidade de comprar.

O jornal conseguiu compreender que a horta era uma forma de cuidado estabelecido pelos moradores com suas casas e com sua família, pois era a garantia de complementação

alimentar. Mas no decorrer da matéria, fica perceptível que a intenção deles era a de apresentar as casas do Conjunto Habitacional Beija-Flor como sendo uma obra da prefeitura e fazer propaganda em cima disso. No texto da matéria foi possível constatar a disputa de sentidos entre a classe dominante e os trabalhadores sobre a questão da moradia, das hortas cultivadas pelos trabalhadores/moradores do Conjunto Habitacional do Beija-Flor.

Tanto que no meio da matéria o jornal deu espaço (e protagonismo) para a secretária da Ação Social afirmar que após apresentação das casas para as 19 famílias esperavam delas que: “Cada morador será um vigilante”, ou seja, a preocupação da administração pública era que não houvesse invasões de terceiros e para isso era importante que cada novo morador passasse a ser um vigilante. Por meio da fala da secretária da Ação Social da prefeitura, ficou perceptível o preconceito e a desconfiança sobre os moradores do bairro onde estava localizado o Conjunto Habitacional, partindo do pressuposto que naquele lugar havia vândalos. Por isso a necessidade de entregar a responsabilidade dos cuidados das casas aos moradores que haviam sido sorteados para morar nas 19 casas.

O acesso à moradia foi um dos direitos mais reivindicados pelos trabalhadores/moradores dos bairros da região Norte da cidade de Francisco Beltrão entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, pois era algo essencial para a sobrevivência deles. Mas as reivindicações desses moradores não ficaram restritas a habitação. Por meio das entrevistas podemos apreender outros direitos, tais como as melhorias de infraestrutura nos bairros da Cidade Norte e o acesso à educação e à saúde. No próximo tópico iremos analisar, por meio de fontes diversas, como os trabalhadores/moradores se organizaram para conseguirem a ampliação desses direitos.

3.2.2 “A gente quer progredir no bairro” – As ações dos trabalhadores/moradores na região norte para ampliação de direitos sociais.

Os moradores dos bairros da Cidade Norte em Francisco Beltrão aprenderam com a experiência que para conquistar e acessar direitos sociais era preciso organização e pressão junto ao poder público. No tópico anterior mostramos como a presença e as ações destes moradores, principalmente a partir da década de 1990, pressionaram a administração pública a realizar mudanças com relação ao acesso à habitação para os trabalhadores e a ampliação de direitos à estas pessoas e a expansão da malha urbana em Francisco Beltrão.

Estes moradores demonstraram uma compreensão sobre a importância de se organizarem para terem forças perante o poder público local e assim conseguirem modificar para melhor seus bairros.

A Associação de bairro foi uma organização da classe trabalhadora que se mostrou importante na reivindicação de mudanças para os moradores dos bairros. Tanto foi que os representantes do poder público passaram a respaldar as lideranças das Associações de bairros da Cidade Norte. Sobre a experiência de luta dentro da Associação de bairro, Adair descreveu na entrevista em 2017, dizendo que:

[...] nós já estamos aqui há dezoito anos praticamente. **Então conheço todos do bairro. Conheço rua por rua aqui do bairro né?** Como a gente tá na associação, **participei vários anos antes como tesoureiro, como secretário né?? Hoje sou o presidente da Associação.** Então a gente tem que estar mais a par, **tentar entender todo o bairro e entender um pouco mais os problemas que tem no bairro também!** Por que as pessoas vão repassando, vão cobrando da gente, também... **Por que a gente é o elo entre a população e o poder público né?? Então a prefeitura não dá muito... muito... muita atenção pro morador assim... Mas daí a associação, você vai representando todos os moradores do bairro... É um pouco diferente né?** (grifos meus)

Na fala de trabalhadores/moradores do bairro Sadia, como Adair, o orgulho sobre o lugar onde mora vem a partir do tempo de permanência no bairro, o que se traduz em falas como: “pertencer 18 anos ao bairro”, pois isso é enxergado para os trabalhadores como valoroso, o fato de poder fixar raízes em um lugar, dizer que conhece vários outros moradores do bairro. Poder afirmar que não só mora há tantos anos, mas demonstrar a partir disso que faz parte daquele lugar, pois ajudou a modificá-lo com a sua presença. Essa sensação de pertencimento traz conforto para essas pessoas, que em um determinado momento de suas trajetórias foram forçadas a romperem relações com seus lugares de origem.

Em outra passagem da fala de Adair ficou perceptível a relação criada por ele com os outros moradores do bairro Sadia ao mencionar que: “Então conheço todos do bairro. Conheço rua por rua aqui do bairro né? Como a gente tá na associação, participei vários anos antes [...] Hoje sou o presidente da Associação”. A experiência e importância relatada nessa fala sobre a Associação do bairro foi algo que ele aprendeu na convivência com os outros moradores do local, bem como pela participação ao longo dos anos nas lutas e pressões feitas por ele e outros moradores ao poder público local para que conseguissem as melhorias que necessitavam.

A Associação de bairro se tornou um espaço importante e assim passou a ser vista pelos moradores, como Adair, como instituição histórica e política, ao desempenhar um papel de “elo” com o poder público, pois assim os moradores poderiam apresentar suas necessidades e vê-las serem atendidas.

Os moradores do bairro Sadia, a exemplo da experiência da Associação de moradores do bairro Pinheirinho, no ano de 1992, criaram a Associação do Bairro Sadia. A criação dessa Associação de bairro foi noticiada no JdeB, com a intenção de apresentar a diretoria e as principais reivindicações. Na matéria do dia 21/08/1992 sob o título: “Bairro Sadia tem Associação de Moradores”, dizia que:

Domingo teve eleição para a primeira diretoria da Associação de Moradores do Bairro Sadia. Dos mais de 600 moradores, 243 votaram. **A chapa “União, Trabalho e Desenvolvimento” recebeu 111 votos**, a Chapa dois ficou com 70 e a Chapa três 54 votos. **Presidente é uma mulher: Wagnéia Maria da Silva**, de 24 anos, solteira, ex-balconista. **Segundo Wagnéia as prioridades da Associação são: 1) Construir um salão comunitário; 2) Mais horários de ônibus (com esse objetivo, o pedido foi entregue ao prefeito Nelson Meurer); 3) Um orelhão; 4) Melhorar a rua de acesso aos conjuntos Plutão e Santa Rosa, onde reside a maioria dos associados** (JORNAL DE BELTRÃO, 1992d) (grifos meus).

A matéria do JdeB trouxe de forma resumida a primeira eleição da Associação de moradores do bairro Sadia, na qual a chapa “União, Trabalho e Desenvolvimento” ganhou, pois recebeu 111 dos 243 votos. O nome da chapa vencedora expressava pontos importantes do universo dos moradores, uma vez que estes compreendiam a importância da unidade para alcançar “desenvolvimento” ou “progresso”, já que, segundo Adair, “a gente progrediu no trabalho, agora a gente quer progredir no bairro”, quando rememorava o emprego na Sadia e sua atuação como membro da Associação de Moradores. A palavra trabalho, um valor entre todos eles, significa, neste caso, algo para além do emprego, algo transformador e politicamente associado a valores como dignidade, honestidade e desenvolvimento, no sentido de criar e melhorar algo.

Outro elemento apresentado na matéria sobre a Associação de moradores do bairro Sadia, foi que a presidência era ocupada por uma mulher e o jornal fez questão de elencar algumas características sobre ela, afirmando: “Presidente é uma mulher: Wagnéia Maria da Silva, de 24 anos, solteira, ex-balconista”.

Ao conversarmos com a Wagnéia⁴⁸ conseguimos perceber através de sua trajetória de vida os motivos que a fizeram se colocar para disputar a presidência da Associação de moradores do bairro Sadia em 1992. A sua vida e de sua família foram marcadas pela migração e a sobrevivência. Começando pelos seus pais que tiveram que deixar o Nordeste entre os anos da década de 1950, passando por Brasília e depois, no começo da década de 1960, vieram para cidade de Peabiru no noroeste do Paraná, onde trabalharam uns 10 anos, em fazendas de café.

Foi em Peabiru que Wagnéia nasceu, porém não tem recordações do lugar, pois já no começo da década de 1990 seus pais migraram para Santo Antônio do Sudoeste. Sobre a mudança: “**já foi assim busca de trabalho**, né. Facilidade de vida, porque na época ainda lá pra cima era **havia mais escassez**, região de fronteira então eu acho que eles viram uma **perspectiva de vida melhor** e eles vieram para região do Sudoeste do Paraná”.

O trabalho nas plantações de café na região noroeste do Paraná não assegurou o sustento familiar, forçando mais uma vez os pais de Wagnéia a mudarem. Na região Sudoeste do Paraná, eles viveram em duas cidades Santo Antônio do Sudoeste e Barracão, antes de fixarem moradia em Francisco Beltrão a partir de 1989. Wagnéia chegou a Francisco Beltrão em busca de emprego em 1989, com dezenove anos, juntamente com sua mãe e seus irmãos, quando foram morar de aluguel no bairro Pinheirão.

Essa experiência, marcada pelas migrações, perdas das relações construídas por um determinado tempo e a necessidade dos recomeços desde sua infância até o início da juventude, construiu em trabalhadores como Wagnéia a necessidade de lutar para acessar direitos e a partir deles poder fixar e construir identificação e pertencimento a um lugar. E foi isso que ela e sua família lutaram para conquistar em Francisco Beltrão. Os dois primeiros anos de vivência na cidade foram marcados pelo trabalho como empregada doméstica até conseguir terminar o 2º Grau. Uma conquista depois de dois anos na cidade para a família de Wagnéia foi o direito à moradia no bairro Sadia:

E em 91 foram liberadas as casas aqui em cima do Sadia, as primeiras casas no Conjunto Plutão, Santa Rosa e Júpiter”. Hoje o Júpiter virou bairro, mas na época ele fazia parte do bairro Sadia. [...] **Tu fazia uma inscrição com comprovação de renda na época depois eles fizeram uma reunião e fizeram o sorteio das casas** (grifos meus)

⁴⁸ Entrevista realizada no dia 18 de fevereiro de 2022 em Francisco Beltrão.

Ou seja, a moradia foi conquistada através do cadastro e sorteio de casas populares para famílias de baixa renda, mas ainda faltava ter garantido a infraestrutura para poderem ter um bairro digno. As casas foram entregues sem nenhuma infraestrutura, de acordo com Wagnéia, “não tinha chão, não tinha estrada de asfalto, a gente não tinha nem calçamento, nada”, ou seja, eles entraram nas casas, mas não tinham asseguradas as condições básicas para a criação de um bairro. Ela comentou que foi a partir dessa realidade que os moradores locais compreenderam que só teriam assegurados seus direitos caso se organizassem:

Suzane: E, como que foi essa trajetória de criar a Associação de moradores daqui?

Wagnéia: Não tenho bem certeza, mas foi assim a gente não tinha nem estrada aqui era chão mesmo. Então a gente começou a ver que a gente não tinha como nos locomover pro centro, não passava o ônibus aqui, a maioria não tinha carro, as pessoas com uma classe bem baixa. I a gente viu que alguém precisava fazer alguma coisa. E aí na época tinha uns senhores que me acompanharam e eu acho que era mais metida aqui e acabei fazendo frente a uma outra chapa exclusiva masculina.

O entendimento de moradores, como Wagnéia, sobre as condições precárias em que viviam, foi o que impulsionou a organização da Associação de moradores para que pudessem reivindicar as demandas. Wagnéia mencionou que teve o apoio de uns senhores (moradores do bairro) para montar uma chapa para concorrer às eleições para presidência da Associação dos moradores e fez “frente a uma outra chapa exclusiva masculina”. Ou seja, no início da década de 1990 havia uma predominância dos homens frente as organizações, mas isso não foi visto como empecilho. Tanto que de acordo com ela: “até porque eu já tinha um certo conhecimento, [...] eu nunca tive medo de lutar pelas coisas, pelo que acho que é meu direito, eu vou e não interessa o caminho que eu tenha que percorrer”. Na visão dela, a experiência de vida e o fato de ter o 2º grau completo no ano de 1992, foi algo que proporcionou o apoio dos moradores, os quais não tinham estudo, além é claro da disposição que demonstrou em correr e lutar pelos direitos que lhes cabiam. Diante do exposto sobre a trajetória de vida de Wagnéia, é possível compreender o porquê ela se disponibilizou a ser presidente da Associação dos moradores do bairro Sadia e ganhou as eleições, assim como sua fala dela no jornal local para apresentar as principais reivindicações dos moradores do bairro Sadia.

No final da matéria o jornal publicou as prioridades apresentadas pela presidente da Associação do bairro Sadia, Wagnéia, durante a gestão de dois anos como sendo:

1) Construir um salão comunitário; 2) Mais horários de ônibus (com esse objetivo, o pedido foi entregue ao prefeito Nelson Meurer); 3) Um orelhão

(telefonia pública); 4) Melhorar a rua de acesso aos conjuntos Plutão e Santa Rosa, onde reside a maioria dos associados (JORNAL DE BELTRÃO, 1992d).

Ao anunciar-se como representante dos moradores do bairro, em sua maioria trabalhadores do frigorífico da Sadia, Wagnéia divulgou uma plataforma política que podemos resumir da seguinte maneira: i) espaço para o lazer; ii) acesso à cidade via transporte urbano e; iii) organização da infraestrutura do bairro.

As lideranças comunitárias, juntamente com os moradores dos bairros da Cidade Norte de Francisco Beltrão, demonstraram mobilização acerca das necessidades e das vivências pelo conjunto dos trabalhadores que passaram a habitar o lugar e expandindo ao longo do tempo formas de participação política popular. No ano de 1993 os vereadores passaram a realizar reuniões populares em bairros de Francisco Beltrão. No dia 25 de março de 1993 uma dessas reuniões entre os vereadores e as lideranças comunitárias aconteceu no bairro Pinheirinho. A reunião foi noticiada no jornal JdeB do dia 30 de março de 1993⁴⁹, com o título “Vereadores estiveram no Pinheirinho”, onde foi relatado que:

A segunda Reunião Popular da Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão foi realizada quinta-feira à noite, dia 25, no Bairro Pinheirinho. Mais uma vez **os objetivos foram alcançados, pois mais de 100 pessoas participaram, num clima de ordem e conversa franca.** [...] Muitas reivindicações foram apresentadas e um fato que chamou a atenção foi a **presença de líderes comunitários de oito bairros e conjuntos habitacionais compreendendo Pinheirinho, Pinheirão, Jardim Floresta, Antônio de Paiva Cantelmo, Sadia e os conjuntos Plutão, Júpiter e Santa Rosa.** Em nome da comunidade do Pinheirinho falaram o presidente da Associação de moradores Achiles Busata, vice-presidente Job de Lima, presidente da Igreja, Natalino Portela e o coordenador do meio ambiente Osório Borges. **Dentre as muitas reivindicações apresentadas constam a instalação de um colégio de 2º Grau, calçamento em diversas ruas, melhorias na iluminação pública, maior presença da polícia no bairro, instalação de um módulo policial, lombadas, placas de sinalização, indicação de nomes de ruas, colocação de números em residências, retirada das famílias que vivem em barracos, instalação de mais telefones públicos, ampliação do centro de saúde, melhorias em relação ao transporte coletivo, duplicação imediata da Avenida General Osório, colocação de super poste em frente à Igreja, documentação do terreno doado para a Associação de Moradores, marcação das limitações de cada bairro, passeio público, além de melhorias na limpeza pública.** Destacaram o crescimento daqueles bairros pedindo mais atenção do poder público enfatizando que o apoio dos vereadores é de fundamental importância para o atendimento dos pedidos. [...] **Ascelide Parizzoto defendeu a criação de um projeto global com saneamento básico,**

⁴⁹ Uma cópia da matéria na integra está disponibilizada no ANEXO D.

iluminação, transporte, calçamento, esporte, saúde e lazer. Ivo Santos pediu que a comunidade forme comissões para reivindicar diretamente ao prefeito comentando que a união de todos é fundamental. Também destacou que o Executivo já está tomando providências em relação a muitos problemas que foram citados (JORNAL DE BELTRÃO, 1993a, p. 5) (grifos meus)

Conforme se organizavam, as associações de moradores expandiam as reivindicações sobre o espaço urbano. A origem comum dos trabalhadores do bairro projetou instrumento político que transcendia uma articulação localizada, haja vista, a presença inusitada de pessoas de outros bairros ao compor o coletivo de reivindicações. Neste caso, as pautas anunciavam a ampliação dos setores reivindicatórios como, por exemplo, a construção de um colégio de 2º Grau, atual Colégio Estadual Tancredo Neves (Educação); melhorias nas ruas (Infraestrutura); policiamento no bairro (Segurança); retirada de famílias das moradias insalubres (Moradia); ampliação do centro de saúde (Saúde); melhorias no transporte coletivo (Transporte); Associação de moradores (Lazer). Esta plataforma política produziu consenso acerca de direitos sociais previstos em Lei, contudo não acessados até meados dos anos de 1990. Tal perspectiva, assumida com engajamento popular, impulsionou a elaboração do “projeto global” ao qual se necessitava da participação dos moradores dos bairros (empregados da Sadia) em processo de formação política.

Ao longo da década de 1990 pôde-se perceber, de acordo com as matérias jornalísticas do período, a presença dos trabalhadores na elaboração de projetos coletivos de mudança, contudo, a perspectiva dominante acerca da ampliação das decisões parecia temer que a articulação do poder público com os trabalhadores pudesse corroborar para uma tensão onde se pressupunha um clima de desordem, haja a surpresa dos jornalistas ao cobrir o evento num “clima de ordem e [de] conversa franca”.

No dia 12 de outubro de 1993 os moradores do bairro Jardim Floresta também tiveram uma de suas reivindicações atendidas, a construção/inauguração de uma creche. O JdeB, mencionou sobre a inauguração da creche na matéria do dia 12 de outubro de 1993, mas com enfoque nas falas do prefeito, pois:

O prefeito revelou que existe **projeto da Prefeitura para ampliar a escola local** em mais duas salas de aula e construir um centro de saúde [...] **Esta é a sexta creche do município. Irá atender 35 crianças de dois a seis anos, com mulheres voluntárias e quatro funcionárias da Prefeitura** [...] (JORNAL DE BELTRÃO, 1993c) (grifos meus)

O jornal optou por apresentar a creche como uma benfeitoria da administração pública e não como resultado das reivindicações dos moradores do bairro. Isso mostra qual era a perspectiva do JdeB, de compreender que o acesso aos direitos sociais pelos trabalhadores acontecia não pela presença deles nos bairros, mas pela benevolência dos agentes públicos. Mas no trecho acima, indiretamente transparece a participação social, via associação de moradores, com o papel das pessoas comuns no encaminhamento de pautas relacionadas às benfeitorias, neste caso, acerca da ampliação da escola local e construção de um centro de saúde. Dizia o Prefeito que o pleito se dava em relação à prestação de contas aos moradores do bairro Jardim Floresta e que não era simplesmente um discurso de propaganda. O prefeito tinha conhecimento das reivindicações feitas por eles em outros momentos e do poder de mobilização dos moradores daquele bairro.

Outro bairro da “Cidade Norte” que teve algumas das reivindicações atendidas pelo poder público no ano de 1993, como resultado com participação dos moradores, foi o bairro Sadia. O JdeB, no dia 28 de outubro de 1993, publicou uma matéria intitulada: “Bairro Sadia ganha novas obras municipais”, na qual afirmava que:

[...] Com objetivo de **melhorias ao Bairro Sadia, a Prefeitura adquiriu aproximadamente 75 mil metros quadrados nas proximidades dos conjuntos Santa Rosa e Plutão. Neste local já está sendo construída uma escola** que vai beneficiar a comunidade do Bairro Sadia e demais moradores dos arredores. [...] **Essa escola vai atender 260 alunos de 1ª a 4ª série** que hoje frequentam as escolas do Bairro Pinheirinho. [...] **A comunidade também está reivindicando um campo de futebol, que vai ser analisado pelo prefeito Arruda.** Além destas obras no Bairro Sadia, **a prefeitura concluiu 600 metros lineares de calçamento ligando a Sadia até a entrada dos conjuntos habitacionais.** [...] **no mês de maio foi inaugurada a ponte sobre o Rio Santa Rosa que liga os conjuntos Plutão e Santa Rosa com o Pinheirinho.** Para o prefeito João Arruda são obras que vêm atender as necessidades dos moradores e precisam ser concretizadas. **“Obras deste nível são necessárias, geram estruturas suficientes para as famílias se firmem nos bairros da cidade”, conclui Arruda (JORNAL DE BELTRÃO, 1993d, p. 5) (grifos meus).**

A matéria, apesar de publicizar no título sobre os moradores do Bairro Sadia “ganhar novas obras”, enfatizou mais sobre a futura obra que estava em andamento, no caso uma escola, com objetivo de atender as 260 crianças. O jornal só mencionou que as crianças frequentavam as escolas do bairro Pinheirinho. O trajeto feito pelos estudantes todos os dias para terem acesso à unidade escolar no bairro Pinheirinho era cortado pela PR-180, pois as escolas ficavam do outro lado da rodovia. Muito provavelmente a escola só estava sendo

construída devido às reivindicações dos moradores através da Associação de bairro, mas o pessoal do jornal só mencionou como reivindicação dos moradores “um campo de futebol”.

A matéria do JdeB ainda informou sobre as obras públicas que tinham sido concluídas no bairro, “600 metros lineares de calçamento ligando a Sadia até a entrada dos conjuntos habitacionais e a ponte sobre o Rio Santa Rosa que liga os conjuntos Plutão e Santa Rosa com o Pinheirinho”. Eram todas obras de infraestrutura que já haviam sido reivindicadas pelos moradores na reunião com os vereadores no mês de março do ano de 1993. Mais uma vez a participação das pessoas elevada ao poder público contribuiu para a transformação do espaço urbano em meio à formação política dos trabalhadores e das reivindicações de suas necessidades. Adair, ao comentar sobre como se dava a relação entre a Associação de moradores e a administração pública na reivindicação de melhorias, mencionou que:

Adair: [...] **Por que às vezes eu até comento com os moradores, ah, saiu ali tal coisa, mas não é de graça** que sai, alguém tem que ir buscar... “ah, saiu iluminação ali, às vezes, há o pessoal **não vão vim colocar a iluminação ali por que os moradores precisam né? Tem que ser toda uma cobrança daqui pra lá...**” [...] (grifos meus)

Ele relatou ainda, a partir de sua experiência de mais de dez anos frente a Associação do bairro Sadia, como era a relação entre a prefeitura e ele. As necessidades presentes no bairro só passavam a ser enxergadas pelo poder público depois de apresentadas pelos moradores, através da Associação de bairro e a partir das pressões da comunidade para com a prefeitura. Essa fala de Adair corrobora com a nossa percepção sobre a importância da organização dos moradores para pressionarem o poder público a atender as necessidades locais. Essa noção também corrobora com a hipótese de pesquisa a qual busca realçar e dar visibilidade da transformação de baixo para cima. Pode-se perceber que ainda que a institucionalização pelo alto ofereça uma dimensão importante como papel do Estado, a ratificação de uma reivindicação em um direito acontecia por baixo, à medida que as pessoas conviveram no espaço e pensaram em possibilidades de transformação.

Com a participação popular, o poder público passava a dar respostas mais rápidas às demandas dos moradores da “Cidade Norte”. Tanto que na matéria acima a última frase foi do prefeito da época que disse: “obras deste nível são necessárias, geram estruturas suficientes para as famílias se firmem nos bairros da cidade”. O prefeito estava se referindo ao calçamento que havia sido feito para ligar as principais ruas dos conjuntos habitacionais ao bairro Sadia e a construção da ponte de acesso ao bairro Pinheirinho. Mas o que chamou atenção foi o prefeito admitir que somente a partir de melhorias de infraestrutura é que as

famílias daquela localidade passariam a fixar moradia e construiriam uma identidade com o bairro, bem como se perceberiam como agentes do progresso social.

O sentimento de pertencimento a um lugar é construído por meio da convivência diária com as pessoas, o compartilhamento dos mesmos valores e expectativas. Além, é claro, de o lugar representar proteção e lembranças afetivas de vidas marcadas por perdas. Ao falarem sobre como habitaram nos bairros da “Cidade Norte”, os trabalhadores, mencionaram sobre familiares que já moravam nas localidades, como foi o caso de Antônio: “[...] 2004 a 2005 eu mandei um currículo pra Sadia, que minhas irmãs trabalhavam na Sadia e moram aqui pertinho (bairro Sadia). E mostrei interesse em vir trabalhar, daí já me ligaram e já voltei e entrei trabalhar na Sadia”. A rede de apoio e recrutamento que foi feita para que eles viessem a trabalhar no frigorífico também foi o que mobilizou essas pessoas a morarem perto do serviço e dos familiares, pois era visto como proteção e a cada reivindicação, um lugar de transformação e de conquista de direitos não alcançados no campo. Essa relação de identidade, de redes de apoio familiares, moradia e trabalho, também foi possível observar em trajetórias de vida com as de Maria:

Suzane: E a sua vinda pro Bairro né como que foi Maria?

Maria: Aqui pro Bairro, é aqui... a minha mãe **quando eu vim de Curitiba, a minha mãe já tinha comprado uma casinha aqui no Bairro né.** Daí, **ela morava ali eu vim, fiquei com ela, morando com ela na verdade, até pode ajeita a minha vida,** aí eu fiquei com ela, **aí quando meu marido veio a gente alugo uma casa, que é do lado da casa dela que é nessa mesma rua lá na frente i fomos morando né?**

Suzane: Se sabe quantos anos faz que vocês estão morando aqui no Bairro?

Maria: 22 anos.

A moradia e a relação com familiares apresentavam-se como segurança e como possibilidade, especialmente para pessoas que vinham para cidade de Francisco Beltrão tentar a vida em meados da década de 1990. Maria, ao retornar no ano de 1995 para a cidade para trabalhar no frigorífico, ficou morando com a mãe até conseguir se organizar financeiramente. Ou seja, a casa da mãe dela, no bairro Sadia, representou segurança e aconchego, pois estava retornando também ao convívio familiar. E foi no bairro Sadia que Maria fixou moradia e construiu relações de vizinhança e de pertencimento. Tanto que mesmo tendo saído do frigorífico em 2009 não se mudou do bairro, pois a identificação com ele se deu também a partir de valores compartilhados com outros moradores e das relações de parentesco.

Os relatos acima mostram que esses trabalhadores fixaram residência em bairros da região norte da cidade devido à necessidade de morar perto do trabalho, bem como reproduzir hábitos comuns do campo, como famílias extensas e relações de vizinhança, por um lado; e a reivindicação de direitos sociais, por outro. Isso mostra que o que atualmente se convencionou chamar “Cidade Norte” se deve às mudanças das quais eles foram protagonistas.

A organização dos moradores dos bairros da região norte em torno da Associação de bairros foi essencial para alcançar resultados rápidos de transformação social e econômica, o que pode ser datado na década de 1990 a exemplo das inúmeras matérias do período tais, como: no bairro Jardim Floresta foi construído o posto de saúde no começo do ano de 1996 (JdeB, 30/01/1996, p. 7); no bairro Sadia no ano de 1998 foi construída uma creche (JdeB 01/04/1998); a duplicação da PR-180 que corta toda região norte da cidade no ano de 1998 (JdeB,11/07/1998, p.1) e no bairro Antônio de Paiva Cantelmo foi construído um centro comunitário no ano de 1999 (JdeB, 07/08/1999, p.7).

As lideranças dos bairros da região norte da cidade compartilhavam de estratégias de mobilização e de pressão para conseguirem reivindicar as necessidades dos bairros. Uma das estratégias já apresentadas aqui eram as reuniões com vereadores que pudessem criar um elo entre o público e as pautas populares, ainda que tais pautas se desenvolvessem nas relações cotidianas dos trabalhadores. Outra estratégia utilizada pelas Associações de moradores quando o diálogo não era possível com a administração pública, eram os abaixo-assinados. Sobre essas duas estratégias usadas pelas Associações de bairro, Adair comentou afirmando que:

[...] Até inclusive, um tempo atrás a **estrada aqui era de estrada de chão** aqui... não tinha quem aguentasse a poeira, colocava uma roupa no varal... tinha que lavar de novo... Então a **gente fez tanta pressão em cima da prefeitura, até, inclusive fizemos um abaixo assinado né? Daí levamos lá no prefeito na outra semana ele começou a fazer o calçamento, então desperta o interesse em fazer as coisas nem que seja na pressão né?** Eu sempre falo pro pessoal que... tento conversar numa boa né. Dialogar, pedir as coisas numa boa, mas a partir do momento em que você vê que não dá... **você tem que começar a radicalizar, começar a pressionar de uma outra forma, ou na rádio, ou tentar fechar alguma rua pra que as coisas aconteçam** (grifos meus).

Para Adair, usar a estratégia do abaixo-assinado era quando o diálogo com a prefeitura não funcionava. O abaixo-assinado traz peso e respaldo para as reivindicações, pois mostra à administração pública que a comunidade acompanha e “assina embaixo” das reivindicações. Uma das memórias de luta de Adair é o calçamento em uma das ruas do bairro Sadia que “só

saiu”, conforme ele, quando: “a gente fez tanta pressão em cima da prefeitura, até, inclusive fizemos um abaixo assinado né? Daí levamos lá no prefeito na outra semana ele começou a fazer o calçamento, então desperta o interesse em fazer as coisas nem que seja na pressão”. O sentido presente na fala de Adair mostra que ele, pertencente à comunidade, tem consciência de que a administração pública só realizava as demandas dos moradores se eles demonstrassem organização e conhecimento sobre seus direitos.

E foi isso que ele mostrou ao relatar que o calçamento só saiu na base da pressão, que nada vem de espontânea vontade, mesmo sabendo que é um dever da prefeitura realizar as melhorias para todos os moradores da cidade. E caso o abaixo-assinado não fosse suficiente, Adair mencionou que havia outra forma de pressionar a prefeitura, que era “começar a radicalizar, começar a pressionar de outra forma, ou na rádio, ou tentar fechar alguma rua pra que as coisas aconteçam”. Quanto mais os moradores demonstrassem força de mobilização e denunciasses as mazelas da comunidade, expondo dessa maneira não só a falta de gestão da administração pública e o descaso com eles, mas os trabalhadores como sujeitos políticos.

Os moradores dos bairros da região norte da cidade sabiam dessa percepção da administração pública e por isso constantemente faziam mobilizações para pressionarem o prefeito a se comprometer com as necessidades deles. Tanto que o abaixo-assinado, como foi demonstrado, era uma das estratégias de maior pressão ao poder público.

No ano 2000, as lideranças dos bairros da região norte fizeram um abaixo-assinado para entregar ao prefeito com as principais demandas da comunidade. Esse episódio do abaixo-assinado teve repercussão, pois foi noticiado pelo JdeB no dia 12 de fevereiro de 2000, com o seguinte título: “Abaixo-assinados vão reivindicar obras para os bairros”. De acordo com a matéria:

Lideranças de entidades comunitárias da Cidade Norte, que congrega dez bairros e cerca de 10 mil habitantes, iniciaram a coleta de assinaturas para reivindicar melhorias e obras da Prefeitura de Francisco Beltrão e do Governo do Estado. Apoiam o abaixo-assinado as associações de moradores, igrejas, escolas. Até o final do mês as lideranças pretendem recolher milhares de assinaturas e enviar os abaixo-assinados ao prefeito Guiomar Lopes e ao Governo estadual. O manifesto solicitará do governo estadual a **liberação de verbas destinadas a compra dos equipamentos ao posto de saúde 24 horas da Cidade Norte.** (...) “O entendimento do pessoal é que enquanto o governo não cumprir a parte dele, que o posto permaneça fechado”, comenta Ozório Borges, que integra o movimento. (...) **A pavimentação asfáltica das ruas Teresópolis e Fortaleza,** prometidas pelo prefeito Guiomar Lopes em dezembro de 1997 também consta na relação de reivindicação das lideranças. (...) **As lideranças reivindicam o asfaltamento da rua Ardelino Martini, na entrada do bairro Sadia, via pública que tem calçamento e grande**

movimento de veículos; a abertura da Avenida Guaratinguetá, entre as ruas São Cristóvão e Acre. (...) O movimento solicita a elevação da ponte de madeira sobre o Rio Santa Rosa que liga os bairros Sadia e Pinheirinho. (...) Os moradores das ruas Itapeva, Limeira, Diadema, Macaé, Tietê, Cabo Frio, Mausuva, Pirassununga e Aracaju, na entrada do Pinheirinho reivindicam a construção do calçamento. Foi o primeiro loteamento aberto no bairro, há 17 anos, e até hoje as ruas não possuem calçamento (JORNAL DE BELTRÃO, 2000) (grifos meus).

As trajetórias de vida, de trabalho e de luta de pessoas como Maria, Adair, Wagnéia, Pedro, dentre outros tantos moradores da “Cidade Norte”, mostram mais que uma abordagem institucional das transformações históricas em bairros de trabalhadores. Demonstrem, sob muitos aspectos, a formação política de pessoas comuns que experimentaram um contexto histórico de expropriação e como classe social buscaram, de acordo com as determinações de sua época histórica, organizar-se ao fazer história e se pôr como sujeito de mudança e promotor de progresso social.

Neste sentido, trabalhamos com a hipótese de que os espaços sociais da “Cidade Norte”, conjunto de bairros operários de Francisco Beltrão-PR, foram formados a partir e por meio da ação das classes trabalhadoras. Até os anos de 1990, década em que se ampliou a malha urbana do município, houve crescimento da população municipal e as áreas ao redor do centro urbano eram ainda associadas mais ao campo do que à cidade.

É possível reconstituir parte da trajetória de transformação do lugar, diante suas dimensões sociais e históricas, a partir de entrevistas, dos jornais e dos Projetos de Leis em que os trabalhadores aparecem, direta ou indiretamente, como agentes de transformação e de expansão de direitos sociais. Não significa dizer, entretanto, que tais mudanças ocorreram única e exclusivamente pelas instituições públicas e privadas, tampouco como resultado de indivíduos pioneiros, concepção a qual nossa tese busca refutar ao tratar as experiências pessoais como experiências de classe.

No sentido oposto dessas abordagens, nossa pesquisa revelou que o contexto social e econômico das décadas de 1980 e 1990 foi marcado por perdas e expropriações irreparáveis, ao projetar para fora do campo inúmeras pessoas que não couberam nem nos novos arranjos econômicos do campo (sobretudo na formação da cadeia avícola), tampouco no perfil oficial das migrações sulistas dos anos precedentes. Tal conjuntura vivida por nossos entrevistados revelou uma estrutura, ainda que vivida particularmente nas regiões do Sudoeste e Oeste do Paraná, onde eles foram assolados por perdas e ao mesmo tempo, como resposta dialética, caracterizaram-se como sujeitos de transformação.

Nas abordagens da História Regional é comum aparecer uma perspectiva dominante sobre o crescimento populacional, a formação do proletariado industrial e a transformação dos espaços urbanos. Sob o ponto de vista das instituições do lugar, as mudanças sempre aparecem a posteriori e como consequência de intervenções paternalistas simbolizadas por representantes políticos ou empresários. A esta perspectiva somos bastante críticos quando avaliamos a ausência de evidência empírica, sobretudo ao tipo de fonte a que se utiliza para ratificar tal posicionamento. Quase sempre a experiência das pessoas comuns é deliberadamente descartada como subproduto do progresso ou a despeito dele. Neste caso, os trabalhadores sempre aparecem (ou pelo menos dá-se a entender) como sujeitos que são atraídos por um determinado desenvolvimento que não o pertence, para ocupar uma vaga de emprego ou gozar de uma política pública. Em oposição a este imaginário, nossa pesquisa mostrou que as pessoas entrevistadas e o contexto em que se estabeleceram, criaram seus filhos e os educaram, só existe por meio de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos históricos desta pesquisa são trabalhadores de frigoríficos. A maioria deles filhos de pequenos proprietários rurais que passaram a migrar para a cidade de Francisco Beltrão-PR em busca de emprego a partir dos anos de 1980. Eles viveram em período histórico marcado por mudanças na organização do trabalho no campo e na cidade entre os anos de 1970-2020.

Paralelamente, indústrias de abate de carne de frango, como a Chapecó Paraná S/A em 1983 e a Sadia em 1991, ampliavam suas atividades de regiões como o Oeste de Santa Catarina para o Sudoeste do Paraná. Lugares como Francisco Beltrão-PR ofereciam mão de obra em abundância no campo para desempenhar funções integradas ao abate do frango, como a engorda, ao tempo que se requisitava força de trabalho para ocupações nos frigoríficos na cidade. Nesse sentido, cidades como Francisco Beltrão passaram a ser vistas por muitos trabalhadores rurais como lugar de emprego formal.

Por outro lado, a migração para a cidade remetia à mudança dos costumes, da relação com o trabalho e com as hierarquias, além de marcar processos de destituição de relações sociais. O estabelecimento na cidade e a inserção laboral não foram processos automáticos, resolvidos no ato da migração. Os trabalhadores que migravam se estabeleciam através da constituição de redes de contato (familiares, amigos e vizinhos do campo), por costumes em comum, por valores e dívidas afetivas, pela necessidade de apoio financeiro e pela busca por emprego.

Para as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, a vida vivida na cidade foi marcada por experiências em diferentes empregos: madeireira, fábrica de sacos de lixo, doméstica, serviços gerais e ocupações de frigorífico. Ou seja, ao migrarem, tiveram a experiência tanto do emprego formal, quanto do informal. Conforme adentrava a década de 1990, a inserção em ocupações industriais dependia mais dos esforços do trabalhador do que propriamente da fábrica como recrutadora de força de trabalho.

Os frigoríficos apresentavam, e ainda se apresentam para cidades como Francisco Beltrão-PR, um domínio absoluto na “geração” de ocupações “com carteira assinada”. Local no qual foi possível, para as pessoas entrevistadas, assegurar direitos como: carteira de trabalho assinada e relativa segurança trabalhista. Por isso passavam a ser referência incontestável de emprego para aqueles que “sobravam” no campo, ainda que para isso se

necessitasse viver de “bicos” por uns tempos. Através disso, foi possível observar nos relatos dos entrevistados uma expectativa social em torno do trabalho no frigorífico e pressão para o deslocamento do campo aos novos bairros operários que cresciam em redor dos frigoríficos.

A partir das impressões citadas, pudemos compreender as razões dos trabalhadores entrevistados, ao procurarem emprego formal na cidade de Francisco Beltrão, acabaram indo ao frigorífico, porque ele era responsável por empregar um grande contingente de pessoas sem muita qualificação e um dos poucos locais que abriram vagas durante os anos de 1990. A década de 1990 se mostrou nacionalmente como um período de aumento dos empregos informais, devido à crise econômica pela qual país passava. Os trabalhadores entrevistados estavam em busca de segurança e em alguma medida o emprego no frigorífico era sinônimo de estabilidade

Contudo, a experiência no emprego no frigorífico foi vivida como conflito. Por um lado, eles puderam acessar bens materiais e assegurar a sobrevivência da família. Quando avaliado dessa forma, os entrevistados afirmaram um “tempo bom” em que o emprego gerado fazia da Sadia “um lugar bom” para trabalhar. Por outro lado, passavam a se expor a uma rotina frente ao processo de intensificação do trabalho e de adoecimento. Isso fez com que alguns dos trabalhadores passassem a ter uma impressão diferente sobre o frigorífico, como “lugar de moer gente”. Pois o mesmo local que garantia relativa estabilidade, sob promessas de crescimento pessoal, passou a ser o local em que se adoecia.

Ao avaliar a contradição dos sentimentos, entre o passado narrado com saudosismo e o presente narrado como humilhação, identificou-se nas trajetórias de vida dos entrevistados duas dimensões: i) a do passado experimentado como expectativa da melhora pelo emprego e; ii) a do presente como frustração e perda de condições de vida pelo emprego. Diante desse confronto, pudemos historicizar e marcar a história dos trabalhadores a partir de suas conquistas (ainda que muito frágeis) como o emprego, a moradia e garantias trabalhistas; e perdas (separação familiar, reconstrução social, adoecimento). Percebemos então, que era possível articular tais experiências a uma história contada por baixo. Uma História dos Trabalhadores de frigoríficos em Francisco Beltrão a partir dos anos de 1980, marcada pela expansão da atividade agroindustrial e pela exploração do trabalho, mas também pela formação cultural e política de pessoas comuns diante as condições determinadas por seu tempo histórico.

Por isso, tratou-se de compreender as experiências sociais, trajetórias de vida, de trabalho e de luta de trabalhadores em meio a sua formação como sujeito histórico transformador diante a um contexto determinado. Quando examinamos as entrevistas dos

trabalhadores, percebemos suas ações no processo histórico de formação social da cidade de Francisco Beltrão-PR definido por inseguranças, marcado pela expropriação e pelo desemprego. Mas, também pudemos observar, paralelamente, a reconstituição de pessoas comuns definindo espaços, demarcando sociabilidades e organizando-se em associações de moradores para melhorar suas condições de vida. Também se observou a formação de um proletariado industrial muito dependente das ocupações oferecidas pelos frigoríficos. Confirmou-se, portanto, uma hipótese inicial acerca da exploração capitalista através de um progressivo processo de empobrecimento, de perdas, de destituições e desenraizamento, ocorridas no campo do Sudoeste do Paraná entre os anos de 1970 até 2020.

Por outro lado, necessitou-se perseguir outra hipótese diametralmente oposta que demarca as “contradições internas” do capitalismo. Ainda que o período tenha sido marcado por acelerado processo de expropriação e exploração do trabalho, os trabalhadores entrevistados se puseram no tempo e no espaço como agentes que consolidaram direitos e os estenderam para grupos e classes sociais até então desfavorecidas pelo distanciamento espacial e político entre quem trabalha e quem decide. Quando foi possível comprovar as ações dos trabalhadores, seus costumes e valores do passado, através da narrativa e indiretamente por fontes jornalísticas e documentos oficiais contidos em projetos de leis, os vimos também como agentes progressistas perseguindo direitos ao trabalho, à educação, à cidade, à saúde, à moradia, à infraestrutura e ao lazer em processo de formação política, social e cultural de bairros como os da “Cidade Norte”.

Tais valores (moradia, trabalho, educação, saúde, sociabilidade e lazer) puderam ser admitidos como plataforma política dos trabalhadores, fortalecendo em cidades do interior do Brasil, como Francisco Beltrão-PR, a consolidação de Instituições, como o Estado Democrático de Direitos e a Constituição de 1988. Nesses casos, a pesquisa mostrou uma relação ambivalente entre aquilo que as classes dirigentes do período esperavam dos trabalhadores, qual seja força de trabalho para ocupar postos de trabalho industrial em momento de fortalecimento da indústria avícola; e, por outro lado, pessoas comuns, como os entrevistados, se vendo como sujeitos sociais e coletivos, reconstrutores de si próprios, de seus amigos, famílias e enquanto classe social, a partir de suas instituições (família, igreja, associação de moradores), definindo lugares de sociabilidade, zonas de autonomia política e de ajuda mútua. Se dentro do frigorífico, os trabalhadores eram vistos como mercadoria administrada conforme crescia um exército industrial de trabalhadores e barateava o tempo de trabalho, fora da fábrica muitos deles tiveram papel ativo e importante na constituição dos bairros próximos ao frigorífico.

Nesse sentido, nossa pesquisa pode se debruçar à tese de que os trabalhadores se formaram como sujeitos políticos no processo de apreensão de direitos constitucionais, arrastaram o olhar das classes dirigentes e seus políticos para um fenômeno sócio-histórico que extrapolava o controle de um grupo dominante sobre um dominado. Os trabalhadores demarcaram espaços com suas vidas naquilo que elas têm de mais amplo: afetos, sociabilidade, cultura, trabalho e o cuidado. Quando não foi possível determinar o rumo das coisas, ainda que requerendo autonomia, os trabalhadores foram explorados pela dependência econômica e pela expansão do capitalismo monopolista em sua forma de intensificação do trabalho, de esgotamento físico, assédio moral diante a um processo de corrosão de relações sociais diante à acumulação de capitais.

Esse conflito perpassa a formação social das pessoas que entrevistamos a ponto de suas narrativas (ao representar suas vidas pela oralidade, pela memória, por silêncios e pela indignação) também retratarem os modos de vida dessa fração de classe social pela melhoria de suas condições de vida, algo que lhes é valioso e que continua a dar sentido à suas aspirações futuras.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, Alex Kenya, COELHO; Leandro de Oliveira. Procedimentos de gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 7-20, jan./mar. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3512>. Acesso em 05 set. 2022.
- ABPA-Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório Anual**: 2014. São Paulo: ABPA, 2014. 55 p. Disponível em: <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2018/10/relatorio-anual-2014.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.
- ABPA-Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório Anual**: 2021. São Paulo: ABPA, 2021. 75 p. Disponível em: https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2021/04/ABPA_Relatorio_Anual_2021_web.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa**: o sudoeste paranaense. 1981. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- ADAIR (pseudônimo). Entrevista [06 de dezembro de 2017]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2017.
- ANTÔNIO (pseudônimo). Entrevista [24 de abril de 2019]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2019.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, Antônio de Pádua. **Precarização e intensificação do Trabalho no Brasil recente**: Ensaios sobre o Mundo dos Trabalhadores (1980 – 2000). 1 ed. Cascavel: Edunioeste, 2011.
- BOSI, Antônio de Pádua. Corpos feridos, trajetórias interrompidas pela agroindústria brasileira: duas leituras a partir de Bertolt Brecht e Upton Sinclair. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.571-592, mai/ago 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/fnQxkxP7C4SYBxr7kY4zMtn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05 set. 2022.
- BOSI, Antônio de Pádua. Breve História dos frigoríficos de frango no Brasil (1950- 2010). In: VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Eu trabalhava com Dor**: trabalho e adoecimento nos Jundiá, Paco Editorial: 2016.
- BOSI, Antônio de Pádua. O frigorífico da Sadia em Toledo (1965-1979): publicidade e recrutamento de trabalhadores. **Espaço Plural**, ano XVIII, n. 37, p. 178-201, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/22427/14189/82249>. Acesso em 05 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/desemprpr.def>. Acesso em 28 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 05 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Lei no 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em 09 ago. 2021.

CAMPOAMOR, Marília Marcondes. **Estudo da ocorrência de acidentes entre trabalhadores de uma indústria frigorífica do Estado de São Paulo**. 2006. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem Fundamental, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-29082006-162214/publico/Dissertacao-MariliaMarcondesCampoamor.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

CASARIL, Carlos Cassemiro. Formação sócio-espacial sudoeste paranaense. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, n. 16019, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/shfT6dS7n7XqzvWyNbzRPyj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2022.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. As estratégias dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná frente à modernização no campo. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 11., 2003, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 01-26.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>. Acesso em: 05 set. 2022.

DALLA COSTA, Armando João. **Agroindústria brasileira contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura**. 1997. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, Paris, 1997. Disponível em: <http://www.empresas.ufpr.br/teseajd.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

EBERHARDT, Leonardo Dresch; SCHÜTZ, Gabriel Eduardo; BONFATTI, Renato José; MIRANDA, Ary Carvalho de. Imigração haitiana em Cascavel, Paraná: ponto de convergência entre história(s), trabalho e saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 676-686, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/B7P5Sp85G53ZXJn3vD4QLPd/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2022.

EDUARDO (pseudônimo). Entrevista [14 de junho de 2021]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. *El problema de la vivienda*. Madrid: Akal Editor, 1976.

FANO, Lucas Blank. **Migrar, morar e trabalhar: histórias de vida em uma vila operária de Toledo-PR (1970-1990)**. 2017. 106 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3802/5/Lucas_Fano_2018. Acesso em: 05 set. 2022.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. 2011. 386 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105022/flavio_lc_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 05 set. 2022.

FLORES, Edson Luiz. **Industrialização e desenvolvimento do sudoeste do Paraná**. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1165#preview-link0>. Acesso em: 05 set. 2022.

FONTANA, Atílio. **História da minha vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

FRANCISCO BELTRÃO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei Nº 946/82**- Francisco Beltrão, 3 de setembro de 1982.

FRANCISCO BELTRÃO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei Nº 042/85** – Francisco Beltrão, 12 de julho de 1985.

FRANCISCO BELTRÃO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 036/91** – Francisco Beltrão, 18 de junho de 1991.

FRANCISCO BELTRÃO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei Nº 053/97** – Francisco Beltrão, 24 de novembro de 1997.

GRANDO, Guilherme Dotti. **Luta de classes, trabalhadores e frigoríficos em Cascavel-PR (1980-2015)**. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3156>. Acesso em: 05 set. 2022.

GUGLIELMI, Fagner. Paternalismo, trabalhadores e a ocupação das terras em Francisco Beltrão. In: BONAMIGO, Carlos Antônio *et.al.* **História: conflitos e diálogos**. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2015. p. 23-42.

HECK, Fernando Mendonça. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível

em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96763/heck_fm_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 set. 2022.

HECK, Fernando Mendonça; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. In: VIII Seminário de Saúde do Trabalhador [...] 2012, Franca. **Anais [...]**. Franca: UNESP/ USP/STICF/CNTI/UFSC, 2012. p. 1-19. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n8/14.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

HECK, Fernando Mendonça. Uma geografia da degradação do trabalho: o adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos. **Revista Percurso - Nemo**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 3-31, jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49556>. Acesso em: 05 set. 2022.

IBGE-Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios**. n. 22, Paraná. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, 1991. 587 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n22_caracteristicas_populacao_domicilios_pr.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2000: Características Gerais da População**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/83/cd_2000_caracteristicas_populacao_amostra.pdf. Acesso em 05 set. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2000: Migração e deslocamento**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/88/cd_2000_migracao_deslocamento_a_mostra.pdf. Acesso em 05 set. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2000: Trabalho e Rendimento**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/91/cd_2000_trabalho_rendimento_amos_tra.pdf. Acesso em 05 set. 2022.

INFORMATIVO CHAPECÓ. Chapecó – Paraná. **Uma nova etapa de desenvolvimento em Francisco Beltrão**, ano 1, num. 2, set. 1981, p. 1-8.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Evolução do salário mínimo - Brasil - maio 1995 / fevereiro 2020**. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-02/salario_minimo11_02_2020.pdf. Acesso em 24 jun. 2021.

JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE. **O preço do progresso**. Francisco Beltrão, 24 de janeiro de 1971.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Muita gente está saindo da região**. Francisco Beltrão, 01 de maio de 1989.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Projeto mutirão do Pinheirinho será reiniciado.** Francisco Beltrão, 17 de março de 1990a.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Novas Indústrias.** Francisco Beltrão, 12 de maio de 1990b.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **A Sadia inaugurou a fiabreria.** Francisco Beltrão, 03 de setembro de 1991.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Sadia investe na melhoria da produção.** Francisco Beltrão, 21 de janeiro de 1992.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Entrega de casas populares.** Francisco Beltrão, Francisco Beltrão, 08 de maio de 1992.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Júpiter começa a ser habitado.** Francisco Beltrão, 26 de maio de 1992.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Bairro Sadia tem Associação de Moradores.** Francisco Beltrão, 21 de agosto de 1992.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Vereadores estiveram no Pinheirinho.** Francisco Beltrão, 30 de março de 1993a.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Mutuários dos novos conjuntos reclamam das prestações.** Francisco Beltrão, 09 de abril de 1993b.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Inaugurada a creche no Jardim Floresta.** Francisco Beltrão, 12 de outubro de 1993c.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Bairro Sadia ganha novas obras municipais.** Francisco Beltrão, 28 de outubro de 1993d.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Sadia inaugurou um supermercado de Primeiro Mundo.** Francisco Beltrão, 20 de novembro de 1993e.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Secretaria Municipal de Indústria, comércio e turismo: Incentivo à industrialização.** Francisco Beltrão, 29 de janeiro de 1994.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Sadia tem novo abatedouro de perus.** Francisco Beltrão, 10 de julho de 1996a.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Famílias de área ocupada no Pinheirão prometem não sair.** Francisco Beltrão, 25 de novembro de 1996b.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Desempregados se unem para encontrar alternativa.** Francisco Beltrão, 13 de março de 1999a.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Fundada a Cooperativa de Trabalho Informal.** Francisco Beltrão, 22 de maio de 1999b.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). O desemprego no Sudoeste é igual ao nacional: 18%. Francisco Beltrão, 28 de julho de 1999c.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Abaixo-assinados vão reivindicar obras para os bairros.** Francisco Beltrão, 12 de fevereiro de 2000.

JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). **Famílias do Conjunto Beija Flor conhecem suas casas.** Francisco Beltrão, 12 de maio de 2001.

KOLING, Paulo J. **A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações.** Marechal Cândido Rondon: Artigo científico submetido à Banca de Exame para Promoção à Classe de Professor Associado, UNIOESTE, 2014.

KRUGER, Nivaldo Passos. **Sudoeste do Paraná: História de Bravura, Trabalho e Fé.** Curitiba: Editora Posigraf, 2004.

KUMMER, Rodrigo. Cerro Azul: etnografia de uma comunidade rural. In: BONAMIGO, Carlos Antônio *et.al.* **História: conflitos e diálogos.** Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2015. p. 93-108.

LAZIER, Hermógenes. **Estrutura Agrária no Sudoeste do Paraná.** 1983. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História., Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1983. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24626/D%20-%20LAZIER%2c%20HERMOGENES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2022.

MACHADO, Gilnei. **Transformações na paisagem da bacia do rio Marrecas (SW/PR) e perspectivas de desenvolvimento territorial.** 2009. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105011/machado_g_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 set. 2022.

MARIA (pseudônimo). Entrevista [07 de agosto de 2018]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2018.

MARTA (pseudônimo). Entrevista [24 de abril de 2019]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2019.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.** 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os Períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR.** 2009. 531 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/169>. Acesso em: 05 set. 2022.

MONDARDO, Marcos Leandro; BACKES, Thais Regina. As migrações e as transformações territoriais no sudoeste do Paraná. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 9, n. 9, p. 35-58, jan. 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7492/0>. Acesso em: 05 set. 2022.

MONDARDO, Marcos Leandro. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/p5XChZGVrbBVxMbRXWxSp8q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2022.

NAIR (pseudônimo). Entrevista [10 de junho de 2021]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2021.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **Novo salário mínimo regional entra em vigor no Paraná**. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Novo-salario-minimo-regional-entra-em-vigor-no-Parana>. Acesso em 28 nov. 2021.

PEDRO (pseudônimo). Entrevista [24 de abril de 2019]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2019.

PEREIRA, Fagner Guglielmi. **Trabalhadores de frigorífico: trabalho, lazer e moradia (1960-1980)**. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1701/1/Fagner_Pereira_2014. Acesso em: 05 set. 2022.

PEREIRA, Maria Cristina de Castro. **Trabalho, moradia e cidade: lutas de trabalhadores no Pouso Frio de Toledo (décadas de 1950-1990)**. 2016. 129 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1726/1/Maria_Pereira_2016. Acesso em: 05 set. 2022.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. Perfil Município. 2022. Disponível em: <https://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/a-secretaria-de-esenvolvimento-economico-e-tecnologico/perfil-do-municipio/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

RIGOTTO, Raquel Maria; MACIEL, Regina Heloisa; BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Produtividade, pressão e humilhação no trabalho: os trabalhadores e as novas fábricas de calçados no Ceará. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 217-228, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/pWJm4dj9z64WrxJtGsJsdfP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2022.

RIPPEL, Ricardo. Migração numa Fronteira em desenvolvimento – Transformações Demográficas no Sudoeste do Estado do Paraná. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 19., 2014, São Pedro. **Anais [...]**. São Pedro: ABEP, 2014. p. 1-19. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2140/2096>. Acesso em: 05 set. 2022.

RITA (pseudônimo). Entrevista [24 de abril de 2019]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2019.

ROTTA, Mariza; BONETI, Lindomar Wessler. Educação do campo: a contribuição política e educativa da associação de estudos, orientações e assistência rural - ASSESOAR. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 14, n. 58, p. 276-290, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640393>. Acesso em: 05 set. 2022.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105021/santos_ra_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 set. 2022.

SARDA, Sandro Eduardo; RUIZ, Roberto Carlos; KIRTSCHIG, Guilherme. Tutela jurídica da saúde dos empregados de frigoríficos: considerações dos serviços públicos. *Acta Fisiátrica*, São Paulo, p. 59-65, 09 jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/103057>. Acesso em: 05 set. 2022.

SILVA, Roselaine Navarro Barrinha da. **Trabalho integrado e reprodução ampliada do capital: um estudo de caso no sudoeste do paraná**. 2011. 401 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16627/Tese-roselaine-navarro-barrinha-da-silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2022.

SILVA, Wagnéia Maria da. Entrevista [18 de fevereiro de 2022]. Entrevistador: Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Francisco Beltrão, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Copyleft, 2009.

VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Eu trabalhava com Dor: trabalho e adoecimento nos frigoríficos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2 ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

APÊNDICES**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO – APLICADO NO BAIRRO
SADIA - CIDADE NORTE**

1. Localização:

Rua: _____

() Beija Flor () Cantelmo () Jardim Floresta () Jardim Itália () Jardim Virgínia ()
Júpiter () Pinheirinho () Pinheirão () Primavera () Sadia

2. A sua casa é:

() Própria () Alugada () Outro: _____
() de madeira () Mista () material/alvenaria

3. Qual o gênero do (a) entrevistado(a):

() Feminino () Masculino

4. Quantas pessoas tem sua família?

() 2 pessoas () 3 pessoas () 4 pessoas () 5 ou mais pessoas

5. Qual é a sua idade?

_____ anos

6. Já morou no interior/campo?

() Sim () Não

7. Já trabalhou na roça?

() Sim () Não

8. Tem horta em casa ou em outro lote? E o que planta?

() Sim () Não () Legumes () Mandioca () Milho () Feijão

9. Cria animais para comer (carne, ovos etc.) no fundo do lote ou em outro lote?

() Sim () Não () Galinha () Codorna () Coelho () Porco () Gado

10. Tem água encanada?

() Sim () Não

11. Tem rede de esgoto?

() Sim () Não

12. Tem energia elétrica?

() Sim () Não

13. Depende de ônibus circular?

() Sim () Não

14. Qual é a sua religião?

() Nenhuma () Católico () Islâmico () Espírita ()

Evangélico: _____

15. O que faz no seu tempo livre (nos dias de folga)?

() Vou ao culto () Vou à missa () Faço compras () Vou ao clube de mães () Vou a associação de moradores () participo das festas do bairro () Pratico esporte () Toco instrumento musical () Assisto TV () Descanso/durmo () Visito à família () Vou ao bar/bodega () Vou nadar/pescar () tomo chimarrão () Faço churrasco () jogo baralho

Outros: _____

16. Quanto sua família gasta de mercado ao mês?

() menos de R\$ 200 () de R\$ 200 a R\$ 400 () de R\$ 400 a R\$ 600 () de R\$ 600- R\$ 1000 () mais de R\$ 1000

17. Tem empréstimo no Banco?

() Sim () Não

18. Qual dessas carnes você come mais vezes na semana?

() peixe () frango/galinha () gado () porco

19. Que horário você costuma ir dormir?

() Noite () Tarde () Manhã

20. Qual é o seu horário de trabalho?

() Noite () Tarde () Manhã () Sou aposentado

21. Você tem algum tipo de doença ocasionada pelo trabalho?

() Sim () Não Qual o nome da doença: _____

22. Como você vai até ao trabalho?

() à pé () de moto () de ônibus () de bicicleta () de carro

23. Qual é o seu salário?

() 1- 2 salários mínimos = R\$ 954,00 – R\$ 1.908,00
 () 2-3 salários mínimos = R\$ 1.908,00 – R\$ 2.862,00
 () 3-4 salários mínimos = R\$ 2.862,00 – R\$ 3.816,00
 () 4-5 salários mínimos = R\$ 3.816,00 – R\$ 4.820,00
 () mais de 5 salários mínimos = mais de R\$ 4.820,00

24. Você trabalha onde?

() Indústria/fábrica () Comércio () Autônomo () Desempregado Último emprego: _____

Onde: _____

25. Quantos membros da família trabalham?

() moro sozinho () 2 pessoas () 3 pessoas () 4 pessoas () 5 ou mais pessoas

26. Qual é a renda de sua família?

() 1- 2 salários mínimos = R\$ 954,00 – R\$ 1.908,00
 () 2-3 salários mínimos = R\$ 1.908,00 – R\$ 2.862,00
 () 3-4 salários mínimos = R\$ 2.862,00 – R\$ 3.816,00

4-5 salários mínimos = R\$ 3.816,00 – R\$ 4.820,00

mais de 5 salários mínimos = mais de R\$ 4.820,00

27. Você tem acesso à internet?

Sim Não

28. Quais são os canais que utiliza na internet?

Não uso, prefiro conversar WhatsApp Facebook e-mail youtube Google

29. O que você acha da internet?

Ruim Bom

30. Você escuta rádio?

Sim Não

31. Assiste TV? Quais canais?

Sim Não _____

32. Dentre as escolhas abaixo, priorize duas coisas que precisam melhorar no lugar onde você vive:

Emprego Saúde Educação Transporte Saneamento Básico;

33. O que você acha sobre a demissão dos trabalhadores da linha de abate do peru?

Concordo com as demissões. Não concordo com as demissões.

34. É filiado a algum partido político?

Sim Não

35. Tem algum partido político de preferência?

Nenhum PT PSDB PDT PMDB PSOL Outro

36. É associado a algum sindicato?

Sim Não

37. Participa da associação de moradores?

Sim Não

38. Onde você faz sua principal refeição?

em casa no trabalho

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM UM TRABALHADOR (A)

Nome do entrevistado (a): _____

Nome da rua e do bairro que ele (ela) mora: _____

Data de nascimento: _____

Nome da cidade que nasceu: _____

Você quando criança vivia no campo ou na cidade: () Campo () Cidade

Nome da cidade: _____

Com quantos anos você começou a trabalhar? _____

Você possui qual grau de escolaridade? () só até a antiga quarta série () fundamental completo () ensino médio completo () ensino superior completo

Caso você tenha nascido em outra cidade, em que ano você veio morar em Francisco Beltrão – PR? _____

Em que ano você começou a trabalhar no frigorífico? _____

Alguém te indicou ao trabalho dentro do frigorífico? () Sim () Não

No caso de sim, quem indicou você ao trabalho no frigorífico?

Quais foram os motivos que te levaram a ir trabalhar no frigorífico?

Em qual setor do frigorífico você trabalha? _____

Qual o turno que você faz no frigorífico? () primeiro turno () segundo turno

Quais foram as mudanças que você percebeu no setor que trabalha no frigorífico desde que você entrou? _____

Desde o período que você trabalha no frigorífico, ficou doente? () Sim () Não

Qual foi a doença que você teve? _____

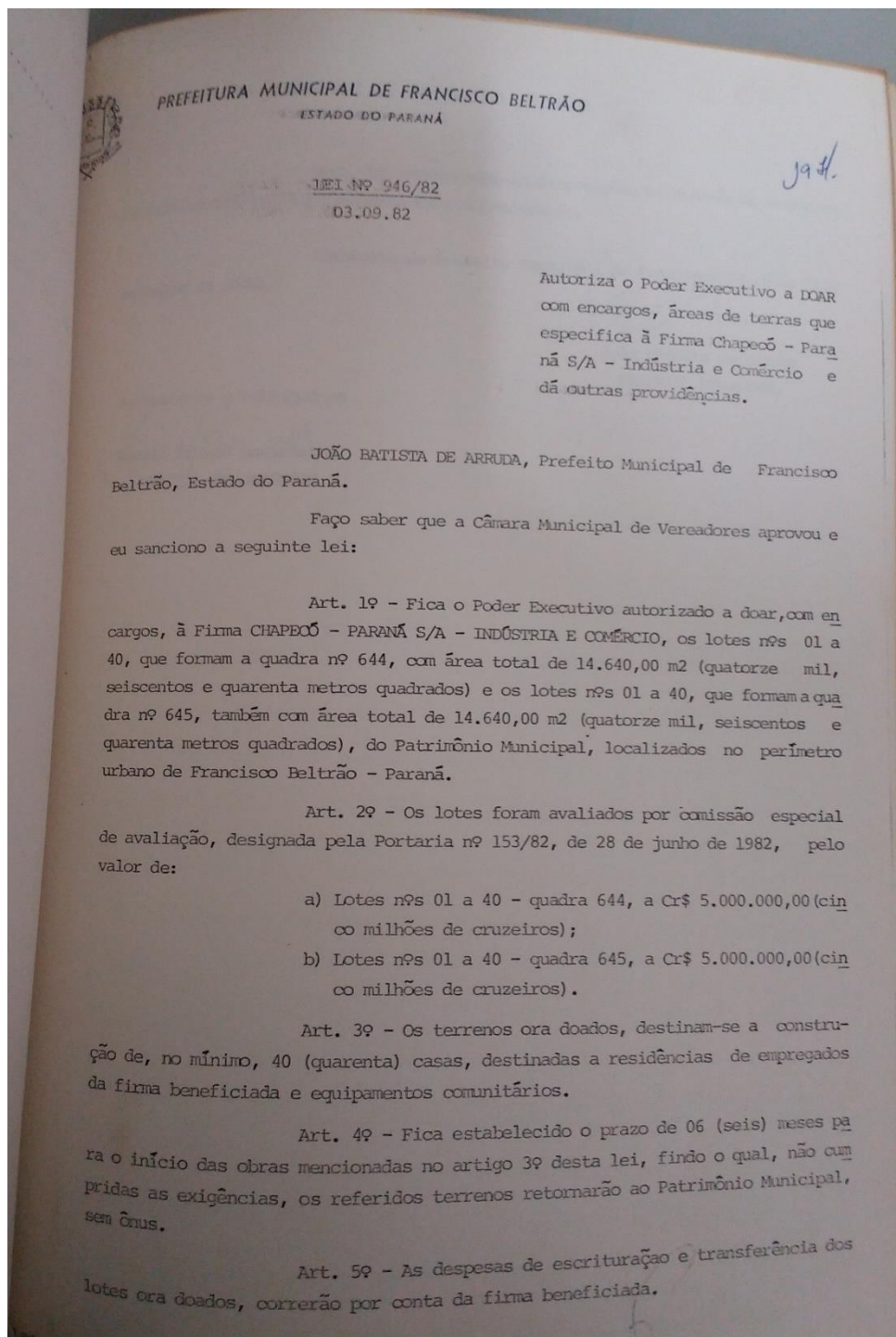
Desde que entrou no frigorífico você precisou fazer cirurgia? Caso precisou fazer cirurgia, que tipo de cirurgia fez? Em que ano foi feita a sua cirurgia? Precisou ficar afastado do trabalho para se recuperar pós cirurgia? Quanto tempo ficou afastado do trabalho no frigorífico?

Você já indicou pessoas para trabalhar no frigorífico? () Sim () Não

Quando você passou a morar nos bairros na região norte, poderia descrever como era o lugar (dizer se era asfaltadas as ruas? Se tinha escolas, posto de saúde, mercados, lojas, fábricas, se passa transporte urbano? Se tinha muitas casas, como eram as casas? Como era a relação/convivência com as pessoas do bairro)?

ANEXOS

ANEXO A - PROJETO DE LEI 946/82 – CONCESSÃO DA PREFEITURA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE 40 CASAS, NO BAIRRO PINHEIRINHO PARA OS FUNCIONÁRIOS DO FRIGORÍFICO DA CHAPECÓ EM FRANCISCO BELTRÃO - PR



Fonte: FRANCISCO BELTRÃO. Câmara Municipal. Projeto de Lei Nº 946/82- Francisco Beltrão, 3 de setembro de 1982.

ANEXO B - MATÉRIA DO JORNAL DE BELTRÃO – NOTICIOU A ENTREGA DAS CASAS NO BAIRRO JÚPITER

Página 4.

JORNAL DE BELTRÃO

Francisco Beltrão, terça-feira, 26.5.92.

Geral

Júpiter começa a ser habitado



O engenheiro Celso Mezzomo, o prefeito Nelson Meurer, o novo proprietário Ivo Bariviera e o gerente da CEF, Luiz Alberto Maçaneiro, no ato de entrega da primeira casa, nº 151.

Sábado à tarde, na agência da Caixa Econômica Federal de Francisco Beltrão, foram assinados os 15 primeiros contratos para o financiamento de casas populares do novo conjunto Júpiter, no Pimheirinho. Nesta semana deverão ser entregues mais algumas dezenas de casas, até completar as 515 que foram construídas pela Construtora Sudoeste, mais a Construtora Pantheon e a Engebel - todas locais -, com financiamento da Caixa através da Coohest, num terreno doado pela Prefeitura, que participou também com as instalações de água e energia elétrica.

Ainda no sábado, o prefeito Nelson Meurer, o gerente da CEF, Luiz Alberto Maçaneiro, e o engenheiro Celso Mezzomo, da Construtora Sudoeste estiveram no conjunto Júpiter, para fazer a entrega da casa ao primeiro mutuário a assinar o contrato, Ivo Bariviera. Ao falar sobre a

casa, no local, o prefeito disse que a falta de muro na divisão dos terrenos e ausência de asfalto nas ruas teve o objetivo de reduzir custos. "Quem quiser pode construir cercas ou muros, ampliar a casa (é de 36,6m²), porque o mais importante nós conseguimos: dar a casa concluída ao menor preço possível." O prefeito fez de tudo para reduzir ao máximo o custo das casas. Chegou a concordar que os dias de pagamento das prestações sejam 5, 6 e 7 e não 10, 11 e 12 como estava previsto. "É que assim conseguimos baixar em mais um milhão de cruzeiros cada casa", informou Meurer.

As ruas estão cascalhadas; toda a rede de energia e de água instalada. Cada casa tem sua pia, seu tanque de lavar roupas e forro no teto. Os diretores das construtoras dizem que o forro do teto é um presente aos mutuários



A assinatura do primeiro contrato.

beltronenses, porque em outras cidades que recebem casas iguais a estas não tem forro.

MUDAR LOGO E AMPLIAR

Ivo Bariviera, de 47 anos, reside em Francisco Beltrão há 18 anos, trabalhando de alfaiate, junto com seu irmão gêmeo Idivo. Disse que agora vai ter lucro, porque no lugar dos Cr\$ 120 mil que paga de aluguel, na Vila Nova, terá uma mensalidade de Cr\$ 90.000,00 e estará pagando o que é dele.

Antoninho e Ivone Formão, casal de cinco filhos, pretende mudar ainda esta semana. Vieram de Araucária, há sete anos. Antoninho é operador de máquina da Prefeitura, mora numa casa da pedreira, onde não paga aluguel, mas pretende mudar logo. "Agora não posso, mas dentro de uns 60 dias vou começar a investir, primeiro vou conversar com os vizinhos pra fazer muro e fechar todo o terreno."

O policial militar Amantino Alves, 47 anos, casado com Isolete e pai de uma filha, Franciele, há mais de seis anos pagando aluguel na cidade (hoje, no Entre Rios, Cr\$ 120.000,00 por mês), pretende mudar logo e ampliar. "Nós fomos sorteados em segundo lugar - diz Isolete -, escolhemos um lote de esquina, nós pensamos primeiro em fazer muro, depois ampliar."

Laudair Miranda, 24 anos, balaceiro da Sédia, paga aluguel de um salário mínimo, mas antes de mudar quer ampliar a casa. "Já tenho todo o material comprado, só falta pagar o pedreiro." Vai ampliar mais 39,60m² e a sua casa ficará com 76,90 m². "Eu achei que as casas são boas, os terrenos também (em média, 240 m²), dá pra ampliar. E sai economizando, porque o meu aluguel ia aumentar de 96 pra 230 mil e aqui eu começo pagando só 90 mil."

Clínica Natureza Vi

Cantinho do Nat

Doenças do c

Cada vez mais as doenças cardíacas por doenças do coração, são a principal causa morte em muitos países e é muito diferente. Principalmente o número de mortes por problemas cardíacos, na verdade ele não morremos por problemas no coração. Mas sim como já dizia um to o Pe. Tadeu de Wizen "Ninguém mas sim do sangue sujo". Portanto (toxinas), que vão produzindo int e artérias e somos acometidos pelo: Miocardite, Taquicardia, Endocardite, Palpitações, Pericardio, Apoplexia (derrame cerebral)

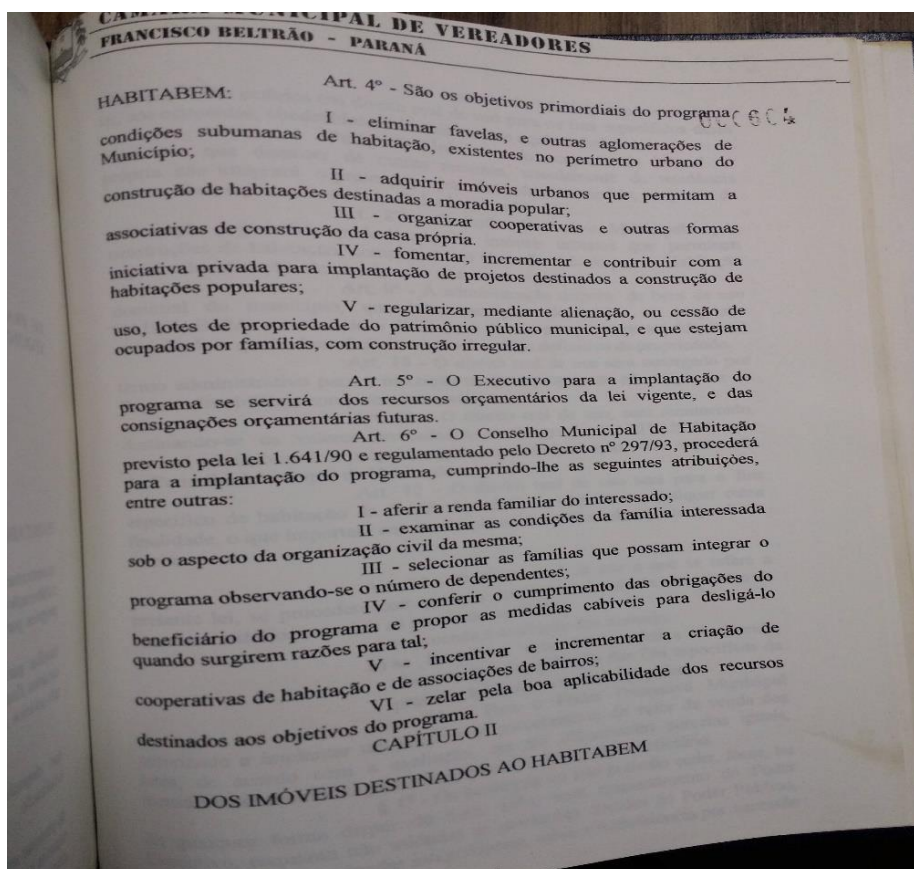
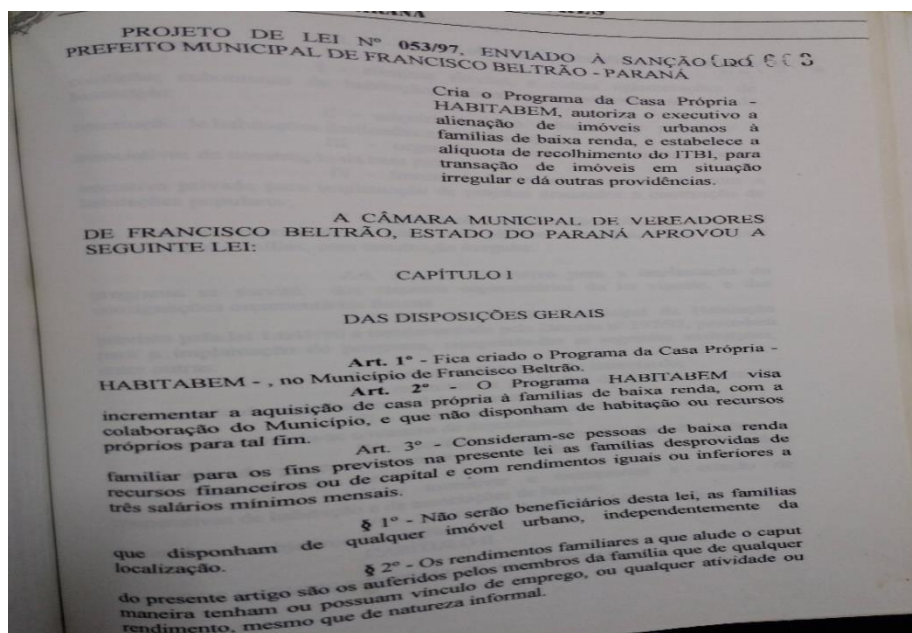
Sinais das Doenças - Dormências; rosto e as mãos vermelhas e regular; falta de ar e dificuldades frios nos pés e pernas inchadas peito.

Causas: - Febres internas frequentemente geral do organismo) acumuladas no sangue; prí fortes e demoradas; excesso de xuais; consumo de gorduras drogas químicas.

Tratamento: Desintoxicação melhor tratamento; alimentação retirada de alimentos fritos ar puro profundamente; comba (ver matéria sobre este assunto) vativos que limpam o sangue; bidas que devem ser evitadas vetes, refrigerantes, fumo, taplasma de argila frequente

Fonte: JORNAL DE BELTRÃO (JdeB). Júpiter começa a ser habitado. Francisco Beltrão, 26 de maio de

ANEXO C - PROJETO DE LEI Nº 053/97 – CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA CASA PRÓPRIA – HABITABEM



Fonte: FRANCISCO BELTRÃO. Câmara Municipal. Projeto de Lei Nº 053/97 – Francisco Beltrão, 24 de novembro de 1997.

**ANEXO D - MATÉRIA DO JORNAL DE BELTRÃO SOBRE A REUNIÃO DOS
VEREADORES COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO
PINHEIRINHO EM FRANCISCO BELTRÃO**

JORNAL DE BELTRÃO

Geral Francisco Beltrão, terça-feira, 30 3 93 *Página 5.*

Vereadores estiveram no Pinheirinho

A segunda Reunião Popular da Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão foi realizada quinta-feira à noite dia 25, no Bairro Pinheirinho. Mais uma vez os objetivos foram alcançados, pois mais de 100 pessoas participaram, num clima de ordem e conversa franca. Dos vereadores só não compareceu Jair Link, os demais estiveram presentes. Muitas reivindicações foram apresentadas e um fato que chamou a atenção foi a presença de líderes comunitários de oito bairros e conjuntos habitacionais compreendendo Pinheirinho, Pinheirão, Jardim Floresta, Antônio de Paiva Cantelmo, Sadia e Santa Rosa. Em nome da comunidade do Pinheirinho falaram o presidente da Associação de Moradores, Achilles Busata, vice-presidente, Job de Lima, presidente da Igreja, Natalino Portela e coordenador do meio ambiente, Osório Borges.

Dentre as muitas reivindicações apresentadas constam a instalação de um coleto de 2ª Grau, calçamento em diversas ruas, melhoria na iluminação pública, maior presença da polícia no bairro, instalação de um módulo policial, lombadas, placas de sinalização, indicação de nomes de ruas, colocação de números em residências, retirada das famílias que vivem em barracos, instalação de mais telefones públicos, ampliação do centro de saúde, melhorias em relação ao transporte coletivo, duplicação imediata da Avenida General Osório, colocação de super poste em frente a Igreja, documentação do terreno doado para a Associação de Moradores, marcação das limitações de cada bairro, passeio público, além de melhoria na limpeza pública. Destacaram o crescimento daqueles bairros, pedindo mais atenção do poder público, enfatizando que o apoio dos vereadores é de fundamental importância para o atendimento dos pedidos.

O vereador Wilmar Reichembach destacou o crescimento daqueles bairros e a importância para o contexto de Beltrão em termos de produção. "Vocês contribuíram muito com Beltrão, por isso temos certeza que serão atendidos", afirmou. Também destacou a importância da reativação do Conselho Popular para auxiliar na resolução dos problemas relacionados ao transporte coletivo. Valdemiro Azzolini também enfatizou que em função do crescimento dos bairros é difícil que a infra-estrutura cresça ao mesmo tempo. Prometeu gestionar junto ao Executivo o atendimento dos pedidos, esclarecendo que já esteve em outras reuniões no bairro e sabe das necessidades. Antônio Cantelmo Neto diferenciou as funções do Legislativo e Executivo para mostrar que a resolução dos problemas depende diretamente do Executivo. Também defendeu a instalação imediata do Plano Diretor para a organização das obras.

Para o vereador Mateus F. Leite, além do empenho do Executivo, é preciso ajuda dos governos Estadual e Federal para a resolução de todos os problemas. Também defendeu a construção de um contorno ligando aqueles bairros à rodovia Beltrão - Ampere. Também disse que a organização popular para conseguir os objetivos é de fundamental importância, já que unidos é mais fácil conseguir os objetivos. Isso também foi destacado pela vereadora Luciana Rafagnin. "A organização popular é de fundamental importância", enfatizou.

Ademir Schmutz revelou que já foi líder comunitário no Bairro Vila Nova e sabe como é difícil conseguir melhorias. Celmo Salvadori disse que na administração passada foram feitas muitas melhorias no bairro e isso continuará. Ascelide Parizoto defendeu a criação de um projeto global com saneamento básico, iluminação, transporte, calçamento, esporte, saúde e lazer. Ivo Santos pediu que a comunidade forme comissões para reivindicar diretamente ao prefeito, comentando que a união de todos é fundamental. Também destacou que o Executivo já está tomando providências em relação a muitos problemas que foram citados.

**AUTO PEÇAS
OPOLSKI LTDA**

AUTOPOL Fones: 23-3077 e 23-3677
Rua Antonina, 340 Fco. Beltrão - Paraná

OPOLSKI VEICULOS LTDA. Fone 23-3496

**Clínica
Natureza Viva
Cantinho do Naturismo**

Plantas e ervas: como usar (final)

Como prometemos, nesta edição comentaremos aspectos da preparação dos remédios à base de plantas medicinais.

Por infusão: o correto é colocar em uma vasilha (xicara, copo) a quantidade de erva que se deseja (folha, flor) e despejar sobre a mesma água fervendo e deixar em repouso por no mínimo 10 minutos. Após isso coar e tomar em temperatura de morno para quente. Como medida: 20 gramas de erva seca para cada litro d'água, se for verde, 10 gramas.

Decocção: É um processo semelhante da infusão. Porém é o trabalho com as cascas, sementes e raízes das plantas. E em vez de aplicar água fervendo sobre as partes das plantas, estas devem ser fervidas. Coloca-se, portanto, a quantia desejada de casca, raiz ou semente em uma vasilha (bule, caneca) com água fria e deixar ferver por no mínimo 10 minutos e após a fervura deixar em repouso por mais 10 minutos. Para tomar, deixar temperatura baixar de quente para morno.

Maceração: por de molho raízes, sementes, folha, flor, cascas em água, álcool, vinho, cachaça. A maceração em pinga leva 9 dias, no vinho, 9 dias; álcool, 4 a 6 dias. água, de uma a 10 horas. As quantias de mistura, e as tomadas, recomendamos.

Fonte: JORNAL DE BELTRÃO (JdB). Vereadores estiveram no Pinheirinho. Francisco Beltrão, 30 de março de 1993a, p. 5.